

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**A DINÂMICA DA ARGUMENTAÇÃO EM SCHUMPETER:**  
**UM ENSAIO DE ANÁLISE RETÓRICA**

**Rejane de Fátima Araújo**  
**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria A.F. Bianchi**

**SÃO PAULO**  
**2006**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Vilela  
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Leme Fleury  
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Joaquim José Martins Guilhoto  
Chefe do Departamento de Economia

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Fava  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica

**REJANE DE FÁTIMA ARAÚJO**

**A DINÂMICA DA ARGUMENTAÇÃO EM SCHUMPETER:  
UM ENSAIO DE ANÁLISE RETÓRICA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria A.F. Bianchi**

**SÃO PAULO**

**2006**

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Economia, pela seguinte banca examinadora:

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Araújo, Rejane de Fátima

A dinâmica da argumentação em Schumpeter : um ensaio de análise retórica / Rejane de Fátima Araújo. -- São Paulo, 2006. 267 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2006  
Bibliografia

1. Economia (Metodologia) 2. Argumentação 3. Desenvolvimento econômico 4. Capitalismo I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 330.18

Ao Sr. Ramiro Aleixo Araújo e à sua Sr.<sup>a</sup>  
Maria José do Nascimento Araújo -  
meus pais.

Esta dissertação, a despeito de seus méritos, é um marco em minha trajetória acadêmica e só pôde ser concretizada com o auxílio de muitos. É a primeira ocasião que tenho para agradecer-lhes: aproveitarei todo o espaço disponível (o que são duas páginas numa dissertação deste tamanho?). Antes da lista, deixo registrada minha sincera admiração pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) dada a seriedade com que subsidiou esta pesquisa e por seus pareceristas, bastante competentes na avaliação dos relatórios.

Recebi apoio de muita gente nestes oito anos de FEA-USP. Destaco, em primeiro lugar, a professora Ana Maria Bianchi, que me aceitou como orientanda em um momento no qual eu só tinha dúvidas. Cumpriu com muita dedicação seu papel, contribuindo para o avanço intelectual deste trabalho - em relação ao qual a eximo dos possíveis defeitos. Como se não bastasse, ela se mostrou extremamente compreensiva todas as vezes em que bati em sua porta para relatar os não poucos *imbroglios* de minha vida pessoal. Temo ter ficado mal-acostumada...

Agradeço aos professores Eduardo Giannetti da Fonseca e Raul Cristóvão dos Santos por terem participado de minha banca de qualificação, com valiosas sugestões. As advertências dos professores Gilberto Tadeu Lima e José Raimundo Chiappin foram muito importantes, bem como o incentivo do professor Hélio Nogueira da Cruz, que me introduziu Schumpeter anos atrás, na graduação. O contato com a filosofia aristotélica, devo ao professor Marcos Antônio Zingano, sempre solícito (as dívidas com a FFLCH também vêm se acumulando). Agradeço, finalmente, aos professores Antônio Carlos Campino, Iram Jácome Rodrigues e Ricardo Abramovay, pelo aprendizado, pelo auxílio pragmático e pela ternura com que sempre me trataram. Novamente, atribuo aos mesmos apenas os méritos deste trabalho.

Sou bastante grata às secretarias de pós (FEA I e FEA V), pela santa paciência com que atenderam minhas solicitações. Destaco, em especial, o nome de Valéria Lourenção, profissional exemplar. Agradeço, igualmente, ao pessoal da biblioteca, que muito estimo. Deixo registrado, por fim, meu carinho pelas amigas-secretárias, meninas do departamento. Anilza Alves, você merece menção honrosa, por ter me salvado de vários apuros, durante vários anos.

A todos os colegas, ex-colegas, monitores, do IPE, dos tempos de graduação em economia, da filosofia - amigos - aquele abraço! São tantos...Cito os que me vêm à mente: Adriano Morais, Andrea Curi, Carol Debs, Deborah Reis, Danilo Ramalho, Fabiano Coelho, Fabiano Colbano, Bruno Rocha, Edmundo Juarez (suas sugestões foram ótimas!), Fernando

Longo, Gabriel Garber, Guilherme Yanaka, Gustavo Barros, Gustavo Taouil, Hugo Kojima, Kátia Saito, Luis Inuí, Marcelo Torres, Márcia Endo, Max Barbosa, Maurício Luperi, Miguel Vieira, Nanda Cabral, Phillipe Duchateau, Rafael Sasso, Raphael Videira, Robson Pereira, Sérgio Sakurai, Veridiana Andrade, Veridiana Carvalho, Vitor Péricles, Zé Carlos Domingues. Queridas companheiras de república: Ai Ando, Alexandra Duppe, Carine Silveira, Fê Cabral, Lia Mangiavachi, Patrícia Alberti. Nalva. Professora Carol (antes dela, não sabia o que era a USP). Aos amigos que estiveram presentes nas horas mais difíceis, para escutar, para ajudar, dedico, além do abraço, um 'grande obrigada': Aline Aguiar, Cristina Longo, Fábio Maciel, Hyun Jung, Solange Kileber.

Finalmente, um pessoal que me acompanha há mais tempo. São primos, tios e avós (e Johnny): um clãzinho adorado ao qual espero permanecer sempre unida, mesmo distante. Régis, obrigada por aturar sua irmã, não raro mal-humorada e espaçosa. Te amo(...). Lembro-me agora de uma história. Era uma vez uma garota de doze anos que, vendendo sementes, conseguiu comprar caderno e lápis e voltar a estudar. Depois, tornou-se professora e, num pedaço esquecido de mundo, alfabetizou muita gente. A vida deu voltas: tive a honra de tê-la como primeira mestra. A melhor. Lembro-me também de um moço que só pode estudar até a terceira série primária, mas fez tudo que esteve a seu alcance para que 'sua Jane' (só dele) completasse os infindáveis estudos dela. Sonhadores-de-pés-no-chão. Maria José e Ramiro: vocês são, simplesmente, fantásticos! Amados pais.

## RESUMO

Esta dissertação examina a fecundidade da “nova retórica”, formulada por Perelman&Olbrechts-Tyteca, para compreensão de elementos da obra de Joseph A. Schumpeter. Primeiro faz um apanhado da discussão teórica sobre retórica em economia e, a partir desta discussão, justifica a escolha da nova retórica frente à proposta alternativa de McCloskey. A fundamentação em arcabouços filosóficos diferenciados é o cerne da justificativa. Em seguida, com base nas noções de auditório universal e auditório particular, ela analisa e contrasta as estruturas argumentativas de *Teoria do Desenvolvimento Econômico e Capitalismo, Socialismo e Democracia*, tomando como linha de interpretação para os trabalhos de Schumpeter a proposta de Swedberg. Avalia como os conteúdos de cada uma das obras são arranjados tanto tendo em vista a persuasão de públicos concretos, quanto sua relação com concepções normativas de Schumpeter. A análise se mostra fecunda para compreensão de questões metodológicas referentes ao seu legado - inclusive pondo à prova elementos da interpretação de Swedberg. A principal constatação, porém, é a abertura da obra de Schumpeter à análise da nova retórica, sinalizada a partir da leitura da mesma e a partir das considerações metodológicas do próprio autor quanto ao estatuto científico da economia. O reconhecimento da economia como campo de premissas de caráter contingente é o ponto de partida e chegada da análise aqui proposta.



## ABSTRACT

This dissertation analyses the fecundity of the new rhetoric for a understanding of some elements of Joseph A. Schumpeter`s work. First of all, it provides a summary of the theoretical discussion about rhetoric within economics, which justifies the choice of new rhetoric as an alternative to McCloskey`s proposal. The different philosophical foundations of both approaches is the main source of this justification. The next step is the analysis of the contrast between two important books wrote by Schumpeter, *Theory of Economic Development* and *Capitalism, Socialism and Democracy*. This analysis is based on the notions of universal and particular audiences proposed by Perelman&Olbrechts-Tyteca, using Swedberg`s proposal as a line of interpretation of Schumpeter`s work. The dissertation evaluates how the contents of each work are related according to their intent of persuading different concrete audiences as well as in what regards Schumpeter`s normative concepts. The analysis proves to be helpful to comprehend methodological questions with regard to his liability and includes testing some elements of Swedberg`s interpretation. The main finding, however, is how open Schumpeter`s work is to the new rhetoric, as revealed by the content of his writings and by his methodological statements on the scientific statute of economics. The recognition of economics as a field of assumptions of contingent nature is both the starting and the ending point of the proposed analysis.

# ÍNDICE

<b>PLANO GERAL DA DISSERTAÇÃO</b> -----	<b>2</b>
Plano da primeira parte-----	2
Plano da segunda e terceira parte-----	3
<b>PARTE I - CONTRIBUIÇÕES AO EXAME TEÓRICO DA RETÓRICA EM ECONOMIA</b> -----	<b>6</b>
<b>Lugares Comuns?</b> -----	<b>6</b>
<b>Capítulo 1 – Mar Aberto</b> -----	<b>8</b>
1.1 - A Retórica da Economia em McCloskey-----	11
1.2 - Críticas à retórica de McCloskey -----	16
1.2.1 - Questões filosóficas -----	17
1.2.2 - Questões sociológicas -----	27
1.3 - O vínculo com o neopragmatismo -----	32
<b>Capítulo 2 – Porto seguro</b> -----	<b>41</b>
2.1 - A ‘nova retórica’ -----	41
2.2 - Sobre as noções aristotélicas que influenciaram a nova retórica-----	51
2.3 - Balanço final-----	55
<b>PARTE II – ANÁLISE RETÓRICA DE <i>TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i></b> -----	<b>60</b>
<b>Preâmbulo - Auditórios e interpretação</b> -----	<b>60</b>
<b>Capítulo 3 - Vida e contexto intelectual relevantes para TDE</b> -----	<b>66</b>
3.1 - Elementos biográficos de Schumpeter: vida e produção acadêmica de 1883 a 1914 -----	66
3.2 - A Viena de fim-de-século -----	75
3.3 - Auditórios particulares de TDE -----	85
3.3.1 - A escola austríaca, a escola alemã e o <i>Methodenstreit</i> -----	86
3.3.2 - Weber: semelhanças com a visão e a análise schumpeteriana -----	94
<b>Capítulo 4 - A argumentação de TDE</b> -----	<b>101</b>
4.1 - Considerações sobre o prefácio -----	101
4.2 - Análise retórica do capítulo I - De um mundo fechado e estático... -----	106
4.3 - Análise retórica do capítulo II - ...a um universo aberto e em expansão -----	126
4.4 - Considerações finais sobre a análise de TDE-----	148
4.4.1 - Os outros capítulos -----	148
4.4.2 - Balanço final -----	153
4.5 - Recepção de TDE-----	159
<b>PARTE III - ANÁLISE RETÓRICA DE <i>CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA</i></b> -----	<b>166</b>
<b>Preâmbulo - Auditórios e interpretação</b> -----	<b>166</b>
<b>Capítulo 5 - Elementos biográficos de Schumpeter: vida e produção acadêmica de 1914 em diante</b> -----	<b>168</b>
5.1 - Período europeu após a publicação da primeira tríade (1914-1932) -----	168
5.2 - Período americano (1932-1950)-----	179
<b>Capítulo 6 - A argumentação de Capitalismo, Socialismo e Democracia</b> -----	<b>194</b>
6.1 - Considerações sobre o prefácio -----	194
6.2 - Análise retórica da parte I – Mosaico reconstituído -----	196
6.3 - Análise da parte II – O processo capitalista -----	217
6.4 - Balanço final-----	238
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>249</b>
<b>Obras de Schumpeter</b> -----	<b>249</b>
<b>Obras de outros autores</b> -----	<b>251</b>

## PLANO GERAL DA DISSERTAÇÃO

O objetivo desta dissertação é examinar a fecundidade do arcabouço da nova retórica para compreensão de aspectos do pensamento de Joseph Alois Schumpeter. Em função deste propósito, duas grandes questões iniciais se apresentam. A primeira, "Por que a 'nova retórica'?", resultou na elaboração da primeira parte de nosso trabalho, "Contribuições ao Exame Teórico da Retórica em Economia". A segunda, "Como e o quê analisar em Schumpeter (1883-1950)?", resultou nas duas partes seguintes, "Análise Retórica de *Teoria do Desenvolvimento Econômico*" e "Análise Retórica de *Capitalismo Socialismo e Democracia*".

### Plano da primeira parte

O **capítulo 1** explorará o 'estado das artes' do programa de pesquisas retórico em economia - etapa necessária, para avaliação do instrumento analítico que iremos utilizar. Destacamos a proposta de D. McCloskey como pioneira e principal propagandista da promessa retórica (**seção 1.1**). A constatação, a partir das críticas orientadas a ela (**seção 1.2**), de que não se encontra consolidada - muito embora 'prometa' - irá nos conduzir à busca de explicações para a dificuldade. Tais críticas serão divididas em dois grupos: as de ordem filosófica (**seção 1.2.1**), centradas na relação entre retórica e verdade, e as de ordem sociológica (**seção 1.2.2**), que exigem da análise retórica a contextualização dos cenários argumentativos e a compreensão dos interlocutores em jogo.

Nossa leitura e a avaliação das críticas indicarão que boa parte das dificuldades concernentes ao programa de McCloskey está relacionada ao seu vínculo com o neopragmatismo de Richard Rorty. A partir desta constatação, decidimos, na **seção 1.3**, investigar aspectos dos trabalhos deste último (Rorty, 1979/1994;1982). Uma vez corroborado o vínculo entre ele e McCloskey, veremos como os propósitos anti-epistemológicos do neopragmatismo e sua concepção peculiar de linguagem adicionam complicações àquelas que acompanham a retórica desde seus primórdios gregos.

Consideradas as dificuldades do programa de McCloskey, sugeriremos a nova retórica de Perelman como alternativa mais promissora (**capítulo 2**). Como será visto, ela articula as noções de dialética e retórica aristotélicas, visando ao tratamento racional de campos em que as premissas possuem caráter contingente. Estrutura-se a partir dos conceitos de 'auditório particular' e 'auditório universal'. O primeiro, de caráter concreto, mostra-se frutífero do

ponto de vista das críticas sociológicas. O segundo, de natureza abstrata, revela-se fecundo no que tange às críticas de ordem filosófica. Cumpre adiantar, contudo, que os dois auditórios são conectados (**seção 2.1**).

Finalmente, na **seção 2.2** consideraremos alguns aspectos da filosofia aristotélica, no intuito de mostrar como ela se mostra, ao contrário do neopragmatismo, preocupada desde suas origens com o estatuto epistemológico da retórica. No final das contas, sugeriremos que as diferenças dos programas de McCloskey e Perelman residem, essencialmente, em suas fundamentações filosóficas alternativas. Em linha com o espírito aristotélico, a aplicação da nova retórica para análise do discurso econômico será legitimada, sobretudo, pelo reconhecimento da economia como campo de premissas apenas ‘plausíveis’.

### **Plano da segunda e terceira parte**

‘O quê analisar em Schumpeter?’ O primeiro aspecto de obra de Schumpeter que nos chamou a atenção foi a distância temporal que separa suas duas trilogias: a primeira foi publicada na Áustria e Alemanha entre 1908 e 1914; a segunda entre 1939 e 1954, nos Estados Unidos. Do ponto de vista da análise retórica, esse distanciamento sugeria a orientação para auditórios particulares diferenciados. Examinando cada uma das trilogias, observamos que *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911/1982) se destaca na primeira delas, como grande contribuição de Schumpeter para teoria econômica. Por outro lado, notamos que *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), escrito na segunda fase, atinge um grupo menos restrito de cientistas sociais. Essa segmentação propõe ainda mais elementos para contrastar as duas obras.

‘Como?’ No entanto, dado o escopo de uma dissertação de mestrado, não fazia sentido partir para o exame direto da obra de Schumpeter, sem um ‘guia’. Examinando algumas interpretações, observamos que a proposta de Swedberg (1991) fornecia uma perspectiva metodológica aparentemente adequada para aplicação da nova retórica. Aspectos dessa proposta serão examinados no início da Parte II, "**Preâmbulo**". Grosso modo, ela, primeiro, fornece respaldo à nossa percepção de que a divisão temporal é relevante e, segundo, de que a pista da orientação teórica de TDE e mais ampla de CSD parece ser frutífera. Swedberg afirma que cada uma das obras pode ser associada a um ramal de uma concepção de economia, a *Sozialökonomik*, associada ao nome de Weber. TDE articula-se a um ramal teórico e CSD a um ramal sociológico. Ora, Swedberg defende a tese de que a *Sozialökonomik* é uma concepção que fornece unidade ao legado de Schumpeter, ao longo de

suas duas fases. Neste sentido, será tomada como uma das concepções normativas do auditório universal de nosso economista.

Com o auxílio da interpretação de Swedberg, montamos nosso esquema geral de análise. O passo seguinte será sua operacionalização. ('Como'...). Pensando tanto no público concreto de TDE, como no momento de formulação das principais normas do auditório universal de nosso autor, o **capítulo 3** será dedicado ao exame da biografia de Schumpeter até o final da primeira trilogia (**seção 3.1**), ao exame de aspectos do contexto mais amplo em que estava inserido (**seção 3.2**) e, finalmente, à consideração de possíveis auditórios particulares para TDE (**seção 3.3**), sugeridos a partir da própria biografia. Serão propostos como auditórios relevantes a escola austríaca e a escola histórica, cujas características são traçadas na **seção 3.3.1**.

Incluiremos na seção referente aos auditórios um mapeamento das possíveis influências de Weber no trabalho de Schumpeter (**seção 3.3.2**). Um dos motivos desta inserção é que a noção weberiana de *Sozialökonomik* emerge a partir do embate metodológico travado entre os dois auditórios particulares considerados, o *Methodenstreit*. Essa emergência ilustra a própria relação entre auditórios particulares e (normas do) universal em que se baseia a nova retórica. Além disso, outros aspectos teóricos e metodológicos de Weber se relacionam aos de Schumpeter, e, como não poderia deixar de ser, têm relação com elementos alemães e austríacos. Além de fornecer subsídios para a leitura de TDE, essa seção será um primeiro passo na avaliação da própria plausibilidade da interpretação de Swedberg.

Todo este percurso, cumpre ressaltar, faz parte da análise retórica proposta por Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002): se dentro da tríade 'orador-discurso-auditório', os auditórios são a chave para compreensão do cenário argumentativo, o estudo dos mesmos é condição necessária antes da leitura dos textos propriamente ditos. Por isso, todas as seções anteriores estão inseridas na parte II - "**Análise Retórica de Teoria do Desenvolvimento Econômico**".

Em seguida, no **capítulo 4**, partiremos para leitura propriamente dita do prefácio (**seção 4.1**) e dos dois primeiros capítulos de TDE (**seções 4.2 e 4.3**). Examinaremos a 'mecânica' da argumentação de Schumpeter, minuciosamente, averiguando como os argumentos utilizados respondem tanto ao propósito de persuasão dos auditórios particulares delimitados como às perspectivas normativas do auditório universal. No que tange a este, deparamo-nos com discussões referentes à natureza da 'teoria' do desenvolvimento econômico, comparada à teorização estática, e de seus vínculos com os outros ramos da *Sozialökonomik*. Trata-se, sobretudo, de uma discussão metodológica, mas cuja compreensão

exige um mínimo de familiaridade com os objetos em questão. Por motivos examinados ao longo do trabalho, o exame dos capítulos I e II mostra-se suficiente para nossos propósitos. Na **seção 4.4.1** examinaremos, brevemente, alguns elementos dos outros capítulos, que apontam para preservação da estrutura argumentativa dos dois primeiros. A **seção 4.4.2** trará algumas conclusões referentes à nossa empreitada ao longo de TDE. Finalmente, a **seção 4.5** avaliará aspectos relativos à recepção da mesma.

Na parte III - "**Análise Retórica de *Capitalismo, Socialismo e Democracia***", iniciaremos, novamente, com o contorno dos auditórios particulares da obra. No **preâmbulo**, abordaremos as dificuldades presentes nesta delimitação. A hipótese de que, no plano concreto, CSD estaria orientada para persuasão de um público simplesmente mais 'amplo' se assenta em considerações fundadas, sobretudo, na biografia de Schumpeter (**capítulo 5**). Com isso, passaremos à consideração dos eventos ocorridos desde o momento posterior à publicação da primeira tríade até sua chegada nos Estados Unidos (**seção 5.1**) e, em seguida, dos eventos pertencentes ao período americano (**seção 5.2**). Ao longo desta investigação biográfica, acompanharemos as publicações que seriam relevantes para elaboração de CSD, posto ser este concebido primordialmente como coletânea de ensaios.

No **capítulo 6** passamos à leitura de CSD. Examinaremos o prefácio (**seção 6.1**) e a primeira parte da obra (**seção 6.2**), composta por quatro capítulos, dedicada a uma apreciação do legado de Marx. Via de regra, é possível argumentar que a primeira parte de CSD e o primeiro capítulo de TDE têm funções retóricas semelhantes e, do mesmo modo que nesta, procederemos à análise detalhada de sua estrutura argumentativa. Veremos que a análise retórica das duas obras nos conduz a questionamentos quanto à própria metodologia de Schumpeter. Na **seção 6.3** analisaremos a segunda parte da obra, à luz de tais reflexões. Um dos resultados deste percurso é a avaliação da procedência da própria interpretação de Swedberg. Mais do que isso, porém, tentaremos persuadir o leitor de que a análise propiciada pela nova retórica mostra-se especialmente adequada para compreensão do legado de Schumpeter. Condensaremos tais 'constatações' na **seção 6.4**. Finalmente, procederemos às considerações finais de praxe.

## PARTE I - CONTRIBUIÇÕES AO EXAME TEÓRICO DA RETÓRICA EM ECONOMIA

### Lugares Comuns?

Retórica na economia...Aqui o tema já não suscita a surpresa traduzida no ponto de interrogação utilizado por Bento Prado Jr. em seu prefácio ao livro *Retórica na Economia* (1996). Muito embora não estejamos seguros de que a retórica constitua hoje um programa consolidado – tal assertiva requereria investigação mais profunda - podemos, sem dúvida, tomá-la como eixo de discussões no âmbito da metodologia e da história do pensamento econômico conforme sugere, por exemplo, a coletânea *História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica* (2003). As reticências em nossa frase de abertura, porém, merecem ser justificadas. De um lado, remetem-nos ao fato da discussão sobre retórica ‘em si’ apresentar-se inesgotável, recorrente em diversas disciplinas - o que se justifica por ela estar imbricada em questionamentos primordiais a respeito da ‘ambição de saber’ humana. De outro, numa perspectiva menos gloriosa, remetem-nos a dificuldades que diversos críticos identificaram em tal linha de investigação – muitas das quais, ao nosso ver, não foram (talvez nem possam ser) satisfatoriamente enfrentadas. Disso nos resulta um longo percurso.

Iniciaremos nosso trajeto pela segunda constatação. Para tanto, passaremos em revista minuciosa o artigo de McCloskey (1983/1985) – tomado como documento fundamental - buscando detectar seus principais matizes. Antes disso, no entanto, discorreremos sucintamente sobre o texto de Arida (1983) para mostrar algumas de suas diferenças em relação ao artigo escolhido e a justificativa para tal escolha.

Uma vez realizado o exame artigo de McCloskey, discorreremos sobre algumas das críticas que lhe foram dirigidas e, vale adiantar, tentaremos mostrar como muitas de suas respostas (ou aporias) às críticas deflagradas talvez sejam explicáveis por seu forte alinhamento ao neopragmatismo rortyano.<sup>1</sup> Evidentemente, será de proveito um pequeno esboço das propostas desta corrente - o que faremos a partir da leitura de alguns capítulos de *O espelho da natureza* (Rorty, 1979/1994) e *Consequences of Pragmatism* (Rorty, 1982).

Feito este percurso, estaremos aptos a justificar nossa escolha pela teoria da argumentação de Perelman (1958/2002) como modelo. Modelo tanto no que se refere a seu

---

<sup>1</sup> A identificação do vínculo entre McCloskey e Rorty não é novidade, tendo sido realizada por autores como Prado Jr. (1993;1996) e Rego (1996). Nosso objetivo, além de enfatizar alguns aspectos desse vínculo, é trazer à luz novos elementos desta conexão e seus possíveis impactos para o projeto retórico de McCloskey.

arsenal para escrutínio dos argumentos, em função de diferentes auditórios – o qual utilizaremos para leitura das obras de Schumpeter, em linha com os trabalhos de Salviano (1993) e Bianchi & Salviano (1996) – quanto no que tange a seu conceito de retórica assentado em concepções clássicas, especialmente nas noções aristotélicas. Apesar de compartilhar boa parte das preocupações de McCloskey/Rorty acerca do que podemos denominar ‘vício cartesiano’, Perelman delimita de outro modo o escopo de sua contribuição. Comparando as posturas, pretendemos mostrar que a segunda configura uma alternativa a um tempo mais razoável e (talvez por isso) frutífera.

A paisagem que encontraremos, porém, esconde detalhes valiosos: a ‘nova retórica’ perelmaniana se situa em meio a uma gama bastante ampla de propostas para conceitualização de ‘retórica’. Para que possamos compreendê-la satisfatoriamente, julgamos necessária certa familiarização com a história da retórica no período clássico, em especial acerca de sua relação de origem com o método demonstrativo e dialético; nesse passo estaremos apoiados principalmente nos trabalhos de Kennedy (1980), Reboul (2000) e Smith (1995). Não se trata de preciosismo, mas de um modesto esforço para contemplação de um universo de conceitos a que estamos pouco habituados.



## Capítulo 1 – Mar Aberto

Na linha do tempo, o marco da discussão é ‘1983’: além do artigo de McCloskey, “The Rhetoric of Economics” (*Journal of Economic Literature*, 1983), é lançado o livro de Klamer, *Conversas com Economistas*. Curiosamente, também é redigido o artigo *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*, de Pécio Arida, (divulgado para discussão interna na PUC-RJ), de modo independente. Conforme indicamos, nossas atenções estarão centradas no texto de McCloskey, mas é de justiça considerar alguns elementos dos outros trabalhos, ao menos a título de referência.

Klamer (1983)<sup>2</sup> realizou entrevistas com economistas de diversas vertentes, tendo como mote controvérsias entre neokeynesianos e a economia novo-clássica, então ascendente. Importa constatar que o livro realiza o papel de ‘evidência inicial’, isolada, de que os economistas não restringem seus argumentos aos cânones formalistas e falsificacionistas. É importante salientar que Klamer, subseqüentemente, associa-se a McCloskey na defesa do programa retórico, associação denominada por alguns como campanha ‘Klamer/McCloskey’ (Coats, 1988, p.64).

O texto de Arida (1983)<sup>3</sup>, como o próprio título sugere, apresenta a discussão nos marcos da história do pensamento econômico. Nisso difere de McCloskey que, como veremos, tem preocupações mais precisamente metodológicas (ou anti-Metodológicas, que seja).<sup>4</sup> Por constituir contraponto, merece um exame mais atento. Grosso modo, o artigo delinea dois ‘tipos ideais’, na conotação weberiana, que caracterizariam o ensino de teoria econômica no Brasil: o modelo *hard science* que, por supor que as controvérsias teóricas sejam superadas positivamente, trabalha com uma ‘fronteira de conhecimento’ condensadora das contribuições acertadas; e o modelo *soft science* que, ao contrário, por pregar a incomensurabilidade entre a estrutura das diversas teorias e a impossibilidade de se traduzir

---

<sup>2</sup> Vale observar que o livro de Klamer serviu de inspiração para os dois volumes de *Conversas com Economistas Brasileiros* (1996, 1999), conforme atestam os próprios organizadores.

<sup>3</sup> Usamos a versão presente em *Retórica na Economia* (1996). Uma versão mais recente é encontrada em *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica* (2002) com alterações marginais que não alteram o sentido original do texto.

<sup>4</sup> A grafia em maiúscula de ‘Metodologia’ designa a metodologia modernista. Procedimento similar é adotado para diferenciar a busca de ‘Verdade’ que orientaria o modernismo, da identificação de ‘verdades’ proposta pelo pragmatismo.

os clássicos em seu ‘valor original’<sup>5</sup>, identifica superações negativas de controvérsias - se é que existe uma fronteira, ela está errada.

Dentro deste esquema, o autor localiza o papel da história do pensamento, enquanto disciplina. Na primeira vertente, apresenta-se como mera curiosidade acerca de figuras ilustres, como antecipação das teorias vigentes na fronteira: atividade para economistas aposentados ou defasados em relação à técnica. Numa palavra: (é) depreciada. Na segunda, constitui espécie de ‘caça ao tesouro/elo perdido’, ou seja, de busca da verdade escondida em alguma entrelinha de algum clássico. Neste último caso, a história do pensamento acabaria por constituir a própria teoria econômica, espécie de exegese reiterada. Duplo problema: agora se despreza a teoria e, além disso, a história do pensamento econômico é prejudicada pelo fato de ser descontextualizada – os conceitos são aplicados à situação presente, sem levar em consideração as especificidades históricas que definiriam sua aplicabilidade. Segundo Arida, ambos os modelos estão enganados, na medida em que a teoria apresentaria, ‘sim’, progressos, e em que a história do pensamento teria papel próprio na apreciação destes, devidamente contextualizados. A chave para a correta apreciação de papéis estaria na retórica.

Como? A idéia fundamental é a de que existe um corpo de regras retóricas, com alguma estabilidade temporal, que seriam as responsáveis pelos desfechos de controvérsias.<sup>6</sup> Em essência, Arida é cético em relação ao falsificacionismo, segundo ele impraticável devido a desacordos em relação à base empírica: “*Nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica*” (Arida, 1996, p.35; grifo nosso) – a bem da verdade, temos uma assertiva metodológica por trás desta sentença e, de antemão, a percepção do autor acerca do estatuto da teoria econômica. Atentemos, entretanto, para o destaque do artigo, a ‘moral da história’, uma vez detectado o mecanismo correto de superação de controvérsias: a história do pensamento econômico tem um papel enquanto história intelectual, ‘história das idéias’. Consideramos esta moral importante pelo seguinte motivo: ‘história das idéias’ é uma concepção que faz sentido num conjunto muito específico de estudos em filosofia, mais precisamente de filosofia política, associados ao nome de Quentin Skinner. O próprio Arida é enfático a respeito:

---

<sup>5</sup> Exemplificando: o primeiro princípio diz que as “*matrizes básicas [...], na verdade deslocam-se mutuamente*”, ou seja, o keynesianismo e o marxismo (etc.) apresentam visões que não tem como ser concatenadas. O princípio de não tradução resulta em que a melhor forma de aprender qualquer estrutura é retornando ao original; desconfia-se sempre de sínteses em manuais e outras formas de exposição secundária.

<sup>6</sup> No artigo de Santos (1997), em que são analisadas as alternativas de François Quesnay e Adam Smith quanto à elaboração do melhor arranjo para obtenção de riqueza numa determinada ordem política, encontramos uma aplicação prática da avaliação retórica na linha de Arida. O autor mostra como uma estrutura argumentativa sistemática e a interpretação do sistema fisiocrático em seus termos - técnicas apontadas por Arida - foram cruciais para que o argumento de Smith fosse mais persuasivo que o dos fisiocratas.

Enquanto história das idéias, os problemas da história do pensamento econômico não se distinguem qualitativamente dos problemas gerais de toda história das idéias, expostos de forma lapidar por Skinner no seu clássico e justamente famoso artigo de 1969. (Arida, 1996, p. 34; grifo nosso).

Em grandes linhas, podemos situar os trabalhos de Skinner como uma tomada de posição frente a duas concepções de leitura que caracterizam boa parte dos departamentos de filosofia. A primeira é a ‘leitura estruturalista’, que preza a análise intrínseca dos textos, a pormenorização dos conceitos e a articulação entre os mesmos. A segunda é a ‘leitura contextualista’, que enfatiza a articulação entre os documentos filosóficos e o contexto histórico em que foram elaborados. A proposta de Skinner (1969) configura algo como uma terceira via: preocupa-se com a ‘intertextualidade’ entre os documentos de uma mesma época, de um mesmo autor, a ser captada por intermédio de elementos retóricos – por exemplo, a continuidade ou ruptura de um determinado pensamento filosófico em relação a outro pode ser decidida pela análise de semelhança entre estrutura de termos, noções etc. O resultado é uma leitura que cruza elementos internos (principalmente a intenção do autor via comparação com textos de mesma autoria) e externos do texto (contexto captado via termos partilhados com documentos da mesma época etc.). Em suma, acredita-se conseguir mesclar elementos dos dois tipos de leitura. Mais uma vez o texto de Arida é sugestivo:

Enquanto história intelectual, a história do pensamento constrói-se visando determinar o significado dos textos à luz de sua multitextualidade de referência: os textos críticos ou de apoio de seus contemporâneos, os textos que refletem o momento intelectual então vigente, os textos programáticos do autor, etc. (Arida, 1996, p. 34).

Diversos trabalhos se dedicaram ao exame do embasamento filosófico de Arida, dentre os quais merece destaque o artigo de Prado (2002), que se detém, principalmente, na avaliação da compatibilidade entre concepções extraídas de Habermas<sup>7</sup> e as do construtivismo de Granger, das quais o próprio Arida (1996b) revelou ter recebido influência. A partir de nossa leitura, entretanto, acreditamos que a articulação do artigo de Arida com os trabalhos de Skinner possa trazer mais elementos à interpretação. Não obstante a influência de Habermas sobre este último, é mais propriamente Skinner quem se dedica a isolar uma noção de retórica que viabilize apreciação melhorada dos textos de filosofia política. Fica aí, portanto, uma sugestão de pesquisa.

Em relação a nossos modestos objetivos, este breve esboço é suficiente para sugerir outra diferença importante entre os textos de Arida e McCloskey: apesar de ambos tomarem a

---

<sup>7</sup> Prado (2002, p.78) cita as referências fundamentais: *Metodologia econômica de Granger* (1955), *Teoria da comunicação* (não cita data; diz que a fonte imediata para Arida teria sido o artigo “Fundamentos: uma teoria da comunicação” in McCarthy, T. *A teoria crítica de Jürgen Habermas* (1978)). Prado observa ainda que Arida (1983) recebe influências de Perelman, mas sua ênfase é na conexão entre os dois primeiros autores.

retórica como elemento decisório nas discussões<sup>8</sup> entre economistas, o fazem a partir de articulações com ramais diferenciados da filosofia; em outros termos, ainda que possam ter algum ponto de contato, constituem-se com base em problemas filosóficos diferenciados. Isso, evidentemente, ficará mais claro ao passarmos para análise da proposta Klamer/McCloskey e sua conexão com o neopragmatismo. Adiante, veremos que algo semelhante ocorre ao compararmos esta última com os elementos da ‘nova retórica’ de Perelman, que apresenta conexão com o legado aristotélico.

Finalmente, a justificativa fundamental para centrarmos nossas atenções em McCloskey (1983/1985) é o fato do autor ter dado prosseguimento aos estudos sobre retórica, ao passo que o texto de Arida é único, salvo alguns comentários adicionais acerca de suas idéias na entrevista concedida a *Conversas com Economistas Brasileiros* (1996). A própria identificação de um programa de pesquisas retórico, em McCloskey, sugere um escopo mais amplo de elementos para análise, reiterado por maior número de apreciações críticas. Passemos a ela.

### 1.1 - A Retórica da Economia em McCloskey

Na seção de agradecimentos de seu *The Rhetoric of Economics* (1985) – livro que reproduz o artigo de 1983 e já traz algumas aplicações práticas do instrumental retórico - McCloskey se apresenta como economista interessado no diálogo com os setores da cultura ‘não matemática’, após se tornar cada vez menos persuadido pelas proposições positivistas defendidas ‘oficialmente’ entre economistas das universidades de Harvard e Chicago. É, todavia, nessas mesmas universidades, ao longo de seminários e conversas informais, que o autor vislumbra o caráter retórico da defesa de argumentos entre os participantes das discussões econômicas.

De acordo com o autor, práticas oficiais entre economistas, assentadas no formalismo matemático, atravancam a conversa com setores da cultura literária. Essa é a proposição com que inicia seu artigo. Este formalismo se constitui porém, segundo o mesmo, de figuras retóricas: modelos matemáticos podem ser considerados metáforas; contrastes estatísticos, analogias; argumentos de mercado, tomados como argumentos de autoridade. Logo de início, podemos identificar dois aspectos essenciais no pensamento de McCloskey: a preocupação

---

<sup>8</sup> Arida (1996) ressalta especificamente a localização de ‘controvérsias’ na história do pensamento econômico. Já em McCloskey, perceberemos adiante, a retórica vem à reboque da noção de ‘conversa’ entre economistas. Numa primeira aproximação, o uso de ‘retórica’ em Arida é mais pontual, apresentando-se mais ‘contínuo’ em McCloskey. O substantivo ‘discussões’ capta as duas imagens.

em ultrapassar fronteiras impostas pela metodologia prescritiva e a ênfase no aspecto literário da retórica.

Outros aspectos fundamentais, que sinalizam a postura do autor, podem ser recolhidos nas primeiras linhas de seu *Exordium* (McCloskey, 1985, p.xvii). Seleccionamos sentenças exemplares. “*Figures of speech are not mere frills. They think for us.*” (McCloskey, 1985, p. xvii): no intuito de afastar a conotação de ‘mera retórica’, sugere sutilmente, em seu lugar, uma linguagem constitutiva de pensamentos, apresentando aparentemente algum grau de autonomia em relação às intenções humanas. O terceiro parágrafo antepõe a preocupação (crônica, na filosofia neopragmatista) de aproximar ciência e outros setores do conhecimento: “*Good poets, though not scientists, are serious thinkers about symbols; [...] Good scientists also use language*”<sup>9</sup>. (*Ibid.*)<sup>10</sup>. No quarto parágrafo propõe sua primeira definição de retórica: “*The paying of attention to one’s audience is called ‘rhetoric’, a word that I later exercise hard.*” (*Ibid.*) – vemos que, realmente, o termo será bastante trabalhado, a ponto desta caracterizar somente uma das diversas definições com as quais McCloskey operará.

Os objetivos do artigo também são expostos nesse começo de conversa: “*The purpose of thinking about how economists converse with each other is to help the field mature, not to attack it.*” (McCloskey, 1985, p.xix). Nesse sentido, o autor tenta afastar críticas que considera mal-orientadas, como às referentes à matematização ou à questão do realismo dos pressupostos. Apesar disso, a exigência de predição (à la Friedman) é, desde início, atacada: “[Economics]<sup>11</sup> *is unsuccessful as social weather forecasting*” (*Ibid.*) Em verdade, se a intenção inicial não era de ataque, o tom do restante do artigo indica mudança de planos. Pode-se até questionar se atacou o que deveria atacar (Mirowski, 1988b) ou se propõe alternativa concreta ao que visa destruir, mas os próprios títulos das subseções, tais como “*Modernism is a poor method*”, “*Good Science is Good Conversation*”, sugerem claramente que há, sim, juízo de valor embutido nas proposições, bem além da mera ‘constatação’ de práticas não oficiais. A exigência de ‘autocompreensão’, pela disciplina, de sua própria dinâmica na prática, uma vez alinhada aos propósitos ‘terapêuticos’ do neopragmatismo, parece depender de...um bom psicólogo.

Feito este prelúdio, passemos ao exame do corpo do artigo. McCloskey supõe um nível de acordo mínimo entre os economistas: “*They agree above all on how to talk like*

---

<sup>9</sup> Assertiva que no livro, vale notar, mais tarde será radicalizada: “*Economics is a collection of literary forms, not a science. Indeed, science is a collection of literary forms, not a science. And literary forms are scientific.*” (1985, p.55).

<sup>10</sup> A notação *Ibid.* será usada, nesta dissertação, para citações subseqüentes de uma mesma página.

<sup>11</sup> Todos os conteúdos entre colchetes no interior das citações são de nossa autoria.

*economists*” (McCloskey, 1985, p.3) – e, por conseguinte, podemos tomá-los dentro de uma comunidade minimamente determinada. A partir de tal premissa, nosso autor passa a caracterizar a progressiva matematização da linguagem desta comunidade. Este processo teve o mérito de permitir que certas questões e respostas fossem formuladas com maior clareza, evitando confusões conceituais desnecessárias.

Apesar dos benefícios, essa mutação na linguagem teria acarretado custos importantes, sendo os dois primeiros a obstrução do diálogo com outras áreas não matemáticas (mais uma vez, a preocupação com as barreiras para o diálogo interdisciplinar) e a arrogância desmesurada de jovens economistas que dominam as técnicas. Mas o terceiro custo configura o argumento que orientará todo o restante do artigo: o processo de matematização fez com que os economistas se aproximassem de filosofias de cunho positivista que caracterizavam a busca de conhecimento nas ciências exatas:

It is during their conversion to a mathematical way of talking [that] the economists adopted a crusading faith, a set of philosophical doctrines, that makes them prone now to fanaticism and intolerance. The faith consists of scientism, behaviorism, operationalism, positive economics and other quantifying enthusiasms. (McCloskey, 1985, p. 4).

É certo que devemos suspeitar da aparente homogeneidade com que as correntes são listadas, como se fossem um único credo: possivelmente, um estudo mais detalhado seria capaz de mostrar distinções entre as mesmas. Mas, de qualquer forma, o argumento é bastante evidente: a inflexão de linguagem, no seio da teoria, conduziu à inflexão metodológica no âmbito metateórico, em direção à epistemologia de cunho positivista. Essa direção de causalidade deve ser sublinhada, dadas as características que a linguagem assume no interior do neopragmatismo, descritas adiante.

A seqüência do artigo discorre sobre a presença de tais correntes filosóficas no discurso oficial dos economistas. Todas são condensadas na alcunha ‘modernismo’ que visa, a um tempo, remeter à figura de Descartes, considerado fundador da ‘filosofia moderna’, e ao caráter difuso de tais doutrinas, impregnadas, segundo McCloskey, nas atitudes de outros setores da cultura e sociedade. No campo da epistemologia, o modernismo resulta na separação da ciência de esferas não quantificáveis destes mesmos setores: “*Modernism views science as axiomatic and mathematic, and takes the realm of science to be separated from the realm of form, value, beauty [...]*” (McCloskey, 1985, p.6). Tal postura apresentaria vínculos com as concepções de todas as escolas econômicas, desde a neoclássica até a marxista, tendo recebido fortes influências do falsificacionismo popperiano e obtido sua formulação mais

intransigente no “The Methodology of Positive Economics”, de Friedman (1953).<sup>12</sup> É importante salientar que McCloskey reconhece a serventia do artigo em um contexto de “*theory without fact and fact without theory*” (McCloskey, 1985, p.9); o problema é que ele teria transpassado os limites de sua utilidade gerando prejuízos característicos do modernismo, entre os quais a obstrução de diálogo com outras disciplinas. Vale notar que a identificação e combate de posturas e discussões cuja serventia se mostra desgastada é uma das principais bandeiras do neopragmatismo.

Nosso autor resume a visão modernista em onze máximas. Em linha com Anuatti (1994) podemos separar aquelas que dependem do que ousamos denominar pressupostos ontológicos, que convergem para a possibilidade de verificar (ou falsear) proposições teóricas a partir de base empírica, daquelas que dependem de ‘pressupostos epistemológicos’ do positivismo – que em McCloskey, mais especificamente, centram-se na pretensão de que regras Metodológicas sejam capazes de fornecer critério de demarcação entre o científico e o não científico.

Para desqualificar tal conjunto de regras no âmbito da economia, McCloskey examina alguns movimentos históricos de ascensão de algumas escolas e tenta mostrar como esse sucesso independe dos postulados modernistas. Ressalta a dissonância entre as tão proclamadas práticas oficiais e as não oficiais. Tanto o keynesianismo dos anos 1930-1960, quanto a contra-revolução monetarista entre 1960 e 1970 não fizeram, segundo ele, seus adeptos por meio de proposições estatisticamente formuladas e provadas. No caso da última, temos que, se por um lado, seu ‘líder’ Friedman era o defensor por excelência do modernismo, por outro, o tamanho (valor estético, na concepção de McCloskey) do livro que escreveu com Schwartz, sobre a história monetária dos Estados Unidos, teria sido um dos fatores que mais garantiram a ascensão monetarista.

Todavia não são estes argumentos – assentados no *métier* dos economistas – que se destacam na frente de combate aos mandamentos do modernismo. Este lugar é ocupado por argumentos de cunho filosófico que desbancam, na origem, cada um dos dois conjuntos de pressupostos sobre os quais se assentam as regras oficiais. Podemos mesmo falar na utilização de ‘argumento de autoridade’ no sentido de que os desenvolvimentos na metodologia da economia deveriam acompanhar aqueles observados na filosofia. McCloskey justifica seu raciocínio dizendo que economistas e metodólogos teriam, eles sim, apoiado-se em

---

<sup>12</sup> McCloskey afirma que tanto Popper (1934) como Friedman (1953) trariam ‘germes’ antimodernistas; o último, particularmente, poderia até possuir vínculos com o trabalho do filósofo pragmatista John Dewey. Discutir isso ampliaria demais o escopo de nosso trabalho; basta-nos observar que ‘interpretação oficial’ do texto de Friedman, por parte dos economistas, está nos conformes do modernismo.

argumentos de autoridade para adotar os pressupostos e práticas modernistas. Ora, uma vez que a filosofia havia alterado sua atitude, com a superação do positivismo, a metodologia, outrossim, deveria fazê-lo:

The trust in philosophy was a tactical error, for the philosophy itself was changing as they spoke (e.g. Quine, 1951). [...] Some philosophers now doubt the enterprise of epistemology, with its claim to give foundations for knowledge. And many more, as I have already said, doubt the confident prescriptions of modernist epistemology. (McCloskey, 1985, p. 13).

No que tange aos pressupostos ontológicos, a prática não oficial de aderir a teorias sem legitimação empírica – ilustrada não só na economia mas igualmente por outros episódios da história da ciência – seria sintoma da própria impossibilidade de encontrar base empírica ‘objetiva’ para justificar conjuntos teóricos. Em última instância, mesmo quando aparentemente disponível, a base empírica seria condicionada às crenças do cientista.<sup>13</sup> Já no tocante aos pressupostos epistemológicos, a seção “*Any rule-bound methodology is objectionable*” questiona diretamente a necessidade de critério de demarcação entre científico e não científico, defendida em especial por Popper (1934/1968) e ecoada na economia por Blaug (1980). As objeções de McCloskey se apóiam nos trabalhos de Paul Feyerabend e, especialmente, nos de Richard Rorty. Ao argumentar com base neste último, McCloskey posiciona-se favoravelmente à opinião de que discussões acerca da natureza da Verdade seriam infrutíferas; realmente, é algo irônico que grande parte das críticas que lhe foram dirigidas tenha se preocupado justamente com o estatuto desta noção. O fato de à desqualificação dos pressupostos seguir-se uma seção dedicada à definição de ‘boa ciência’ como ‘boa conversação’, o adjetivo ‘boa’ sendo definido pelas normas da *Sprachethik* habermasiana<sup>14</sup>, pode ser vista como tentativa de defender-se da acusação de relativismo. A saída, porém, não satisfaz seus críticos, que cobram maior exatidão quanto à dinâmica das verdades com ‘v’ minúsculo.

Antes de passarmos a estas e outras críticas, cumpre concluirmos nosso trajeto ao longo do texto de McCloskey. Em sua reta final, o autor amplifica sua argumentação ao identificar na física e matemática movimentos em direção à retórica como melhor forma de estudar a produção de conhecimento, tendo em vista a própria natureza retórica deste. Em outras palavras, não foi somente a filosofia enquanto disciplina genérica que se decepcionou com os postulados positivistas, mas também a própria *práxis* das ciências quantitativas teria

<sup>13</sup> Note-se que McCloskey faz referência a Quine. Rorty (1979/1994) (especialmente, pp. 178-214) também faz referência a este filósofo que desferiu ataques à noção de ‘representação privilegiada’ (evidente, objetiva). Não entraremos nos detalhes desta discussão.

<sup>14</sup> Citadas em McCloskey (1996, p.66): “Não minta, preste atenção, não burle, coopere, não grite, deixe que falem os demais, seja imparcial, explique-se quando perguntam, não recorra à violência ou à conspiração em ajuda de suas idéias.”



revelado a insuficiência e inadequação dos mesmos. A autoridade modernista já não passaria, em si, de mito.

Cabe aqui uma consideração. De nosso ponto de vista, o apelo ao argumento de autoridade em McCloskey (1985) se revela algo incoerente. Como observamos, ele descreve, no início do artigo, um processo em que a própria dinâmica da linguagem em economia, no sentido da matematização, teria aproximado a disciplina de filosofias ‘modernistas’. Apresentada desta forma, a linguagem carrega consigo certa autonomia, operando como espécie de ‘causa’ de um movimento em direção às filosofias modernistas. Perguntamos: por que, então, é incapaz de gerar o movimento reverso? Ou seja, por que a inclinação para uma postura antimodernista emerge na forma de exigência? – pior ainda, ‘exigência’ de que se observem as práticas que, de fato, caracterizariam a prática dos economistas? Não seriam elas patentes? Algo sugere, portanto, que a retórica – ao menos a retórica apresentada por McCloskey - é incapaz de dar conta de tudo. Lendo algumas das críticas que lhe foram dirigidas, perceberemos que esta impressão aparece de várias maneiras em outros autores. Lendo, entretanto, alguns pontos das obras de Rorty (1979/1994;1982), a cuja perspectiva nosso autor explicitamente se filia, notaremos que é possível que McCloskey não queira prestar contas de quase nada ou muito pouco daquilo que seus críticos desejam. Prossigamos.

## 1.2 - Críticas à retórica de McCloskey

A recepção ao artigo de 1983 se caracterizou por duas reações básicas: recusa da proposta retórica ou aceitação com um grau variado de ressalvas. Compuseram o primeiro grupo economistas e metodólogos alinhados, de algum modo, com a metodologia modernista, especialmente com os preceitos epistemológicos defendidos pelo positivismo e falsificacionismo. Como contrapartida desse alinhamento, identificamos a tendência em aproximar ou tomar o conceito de retórica em sua conotação de ‘mera retórica’ - esta constituída, em ênfase variada, por demagogia, falácia, preciosismo, entre outros defeitos.<sup>15</sup> Já o segundo grupo, conquanto reconhecesse os benefícios potenciais da retórica e, via de regra, repudiasse a epistemologia positivista, considerou que estes benefícios deveriam ser apreendidos dentro de uma perspectiva epistemológica alternativa qualquer. Disso resultaria a necessidade de sistematizar o arcabouço retórico, precisando seus conceitos e atentando para

---

<sup>15</sup> O principal representante desta postura foi Rosenberg (1988a; 1988b). Rappaport (1988a) revela uma postura menos intransigente, mas converge para a recusa da retórica pelo, segundo ele, desprendimento com que esta se posiciona quanto à prospecção da verdade.

os vínculos com programas de pesquisa congêneres.<sup>16</sup> Concentraremos nossas atenções neste grupo, especialmente porque ele deu continuidade ao debate da proposta de McCloskey. Para efeito de análise, podemos dividir suas observações em críticas de ordem filosófica e críticas de ordem sociológica: a primeira subdivisão condensa questões referentes ao estatuto epistêmico e ontológico da retórica, enquanto que a segunda cobra do programa retórico uma análise que suplante a identificação de recursos de linguagem e considere também características da sociedade na qual um discurso qualquer se insere. Todavia, vale adiantar, as duas ordens de crítica se imbricam; ambas terminam por exigir a formulação de critérios que permitam o reconhecimento do 'bom discurso'.

### 1.2.1 - Questões filosóficas

Uskali Mäki (1988a, 1988b e 1993) pode ser tomado como principal representante da crítica filosófica. Ele se opõe de maneira clara ao positivismo e acredita que a retórica teria muito a contribuir para epistemologia e metodologia alternativas. Mas, exatamente por perseguir 'alternativas' sólidas, critica a maneira 'caótica' com que McCloskey apresenta sua proposta; maneira que, segundo ele, reflete, dentre outras coisas, os vínculos da proposta deste com o pragmatismo rortyano, ávido em desqualificar qualquer tipo de epistemologia. Mäki, em linha com tais observações, propõe que a retórica esteja associada a uma epistemologia realista<sup>17</sup>, que, dentre outras coisas, sustenta a necessidade de buscar a verdade no discurso.<sup>18</sup>

Mäki localiza o programa de pesquisas de McCloskey dentro de uma seqüência temporal de posturas metodológicas em economia: 'regras com realismo', que caracterizaria os trabalhos anteriores ao artigo de Friedman (1953), 'regras-sem-realismo', posição cara ao último e, finalmente, 'retórica-sem-realismo', que caracterizaria o programa de McCloskey. No intuito de defender uma quarta postura, a 'retórica com realismo', Mäki argumenta que a proposta retórica teria identificado erroneamente as características do modernismo ao associar seus defeitos a uma suposta preocupação desmesurada com a verdade. Adverte que o

---

<sup>16</sup> No âmbito da discussão teórica, fazem parte deste grupo Bicchieri (1988), Coats (1988), Caldwell (1984), Mäki (1988, 1993), Mirowski (1988) (as obras citadas são as principais referências de cada autor, dentre outras). No debate brasileiro, merece destaque o recente trabalho de Paulani (2005).

<sup>17</sup> Vale observar que o realismo possui diversas versões, apesar de surgir como resposta a um mesmo conjunto de dificuldades do positivismo. Sobre isto ver Hands (2001, p.115).

<sup>18</sup> Quando percorrermos alguns pontos do trabalho de Rorty (1982), observaremos que este sugere o pragmatismo como via entre o positivismo e, o por ele denominado, 'Platonismo' que, numa aproximação genérica, assemelha-se muito à postura realista. Por enquanto, queremos somente assinalar que a possibilidade de adequação entre retórica e realismo pode não ser condizente com os vínculos entre Rorty e McCloskey, explorados mais adiante.

problema seria exatamente o contrário: para o modernismo, o trabalho metodológico deveria fornecer critérios para reconhecer a teoria que melhor se aproximasse de ideais ‘outros’, que não a verdade, quaisquer que fossem. O próprio postulado de ‘regras’ traduziria esta visão. Entretanto, devido à interpretação errônea que a fomenta, a proposta retórica de McCloskey surge associada ao pragmatismo, defendendo que a tarefa da teorização em economia esteja associada a “*world making rather than world discovering*” (Mäki, 1988a, p.93). Mäki se refere, mais propriamente, à concepção instrumentalista da metodologia, ainda que esta difira do instrumentalismo tradicionalmente associado à Friedman - este último, ao defender a predição como critério científico, concederia um mínimo de relevância à base epistêmica!

Mäki afirma, todavia, que o esforço de defender o arcabouço retórico caracterizaria uma visão metateórica realista porque, mesmo que implicitamente, nossos autores estariam afirmando dizerem eles a ‘verdade’, isto é, a maneira como a (anti)metodologia deveria proceder. Seriam realistas, em primeiro lugar, com ‘relação ao mundo’ (*world realism*), posto que supõem a ‘existência’ de um universo a ser descrito (mundo dos economistas), independentemente de sua natureza. Em segundo lugar, seriam realistas com ‘relação à verdade’ (*truth realism*), pois em última instância confiam que sua descrição de tal mundo é adequada.<sup>19</sup>

Em seguida, Mäki se empenha em mostrar que a retórica seria, no mesmo sentido, compatível com realismo teórico quanto ‘ao mundo’ e quanto ‘à verdade’. Metodólogos interessados em descrever (e justificar) a prática dos economistas, precisam supor que estes formulem suas teorias com vistas a um mundo existente, ou seja, McCloskey e Klamer precisam supor realismo teórico quanto ‘ao mundo’ da parte dos economistas estudados. Apoiando-se nas entrevistas feitas por Klamer, Mäki constata, ademais, que alguns economistas, de fato, se preocupam em dizer que suas teorias são verdadeiras. Portanto, pelo menos alguns economistas seriam realistas teóricos não só quanto ao mundo mas também quanto à verdade e, conseqüentemente, deveriam ser identificados como tal por metodólogos comprometidos com a descrição ‘fiel’ das práticas teóricas econômicas. A recusa em reconhecer e aceitar o realismo teórico dos economistas só poderia ser realizada numa contra-argumentação apoiada em ‘bases filosóficas anti-realistas’, o que iria de encontro ao repúdio de McCloskey à interferência da filosofia prescritiva na prática dos mesmos. Veremos que este último argumento reproduz, numa escala menor, o paradoxo de que é acusada a filosofia

---

<sup>19</sup> Concebido dessa forma, o realismo em relação à verdade, a) implica o realismo quanto ao mundo (já que é preciso um mundo a ser descrito), b) além de supor existência, vai mais longe em dizer que esta seja passível de representação adequada.

pragmatista: seu intuito de desqualificar toda epistemologia e metafísica não deixa de, *mutatis mutandis*, constituir prescrição epistemológica (de abandono) com base em concepções (metafísicas) de inexistência.

Em resumo, de acordo com o precedente, Mäki (1988a) afirma: realismo teórico é uma postura coerente com a prática dos economistas e sua retórica; é o mais consistente com o realismo metateórico esposado, segundo Mäki, por nosso autor; é, mais do que isso, a única postura compatível, uma vez concebido o princípio de não intervenção da filosofia a que McCloskey estaria subscrito.

Caso McCloskey renunciasse ao princípio de não intervenção, Mäki reconhece que a saída ‘instrumentalismo nos níveis meta e teórico’ também continuaria aberta. Admitida tal possibilidade, o crítico dedica a última sessão de seu artigo à defesa da postura realista. Curiosamente, notamos que a argumentação que, até então, havia se desenrolado sob contornos eminentemente lógicos (inclusive na forma de proposições) revela-se dependente de concepções normativas bastante peculiares; ainda que o realismo de Mäki, diferentemente de outros tipos, priorize menos discussões ontológicas, não deixa de se fundamentar em algum grau de metafísica. As passagens do próprio texto são bastante explícitas:

If we are inclined to approve the intuitively tempting idea that it is the task of science – economics included – to help us understand the world, then it would seem to follow that knowledge of what there is in the world – what kinds of entity, causal power, structure, etc., exist – is essential for science. [...] Epistemic and veristic ambitions would be legitimate, if not prevalent, in economic research. Conversation across the borders dividing various schools of thought would be encouraged since the single external world would constitute the common object of theorizing. (Mäki, 1988a, p.106; grifos nossos).

As pretensões do excerto, conquanto legítimas de nosso ponto de vista, serão desqualificadas por Rorty (1979/1994; 1982) conforme argumentaremos na seção seguinte; em particular, as menções à ‘tarefa da ciência’, de ‘objeto comum’, devem lhe causar arrepios. Se, como acreditamos, McCloskey recebe fortes influências de Rorty, não ficamos surpresos com a resposta ‘aguada’ que ele (McCloskey, 1988b) fornece para os questionamentos de Mäki - sua esquivia em delinear o que precisamente toma por realismo, quando diz aceitar ser realista, pode até mesmo ser tomada como convite para ‘mudar de assunto’: “*I myself declare openly that I am a realist. [...] [But] I wonder whether we can accomplish much on such a level of abstraction*” (McCloskey, 1988b, p.153).

O artigo de Mäki (1988b) se destaca por desencadear a complexa discussão sobre a relação entre verdade e retórica, preocupação compartilhada não só por outros interlocutores de McCloskey, mas que, essencialmente, remonta às origens da retórica no mundo grego, como observaremos no final desta primeira parte da dissertação. O que podemos adiantar,

nesse estágio, é que a associação entre a retórica de McCloskey e o pragmatismo complica ainda mais uma relação que, por si só, não é simples. Isso porque a filosofia pragmatista opera com concepções de linguagem e verdade bastante peculiares, associadas à idéia de ‘*world making*’, em contraste com a idéia de descoberta que, tradicionalmente, move a epistemologia. Em última instância, como veremos em Rorty, é a identificação da linguagem como uma espécie de ‘mecânica de sobrevivência’ que aproxima a filosofia pragmática das questões referentes à retórica. A postura realista, ao contrário, caracteriza-se *prima facie* por defender a noção de descoberta, seja enquanto verdadeira possibilidade, seja como, pelo menos, motivação que incita os empreendimentos humanos. Ao reconhecer uma dimensão retórica da linguagem, da verdade e da epistemologia, os realistas preocupam-se, simultaneamente, em delimitar com precisão os contornos deste terreno.

A postura realista, quanto à relação entre verdade e linguagem, fica bastante clara no artigo que Mäki escreve para coletânea *Economics and Language* (1993). Nele, propõe como definição mínima de retórica (em meio a diversas definições possíveis) aquela que a descreve como ato de ‘usar argumentos para persuadir uma audiência’ – grosso modo, a definição da ‘nova retórica’ perelmaniana, guardadas diferenças menores, as quais o próprio Mäki (1993, p.25) aponta.<sup>20</sup> Tendo em vista a persuasão, as premissas qualificam-se, segundo o autor, pelo atributo de plausibilidade, ou seja, pelo grau de crença que as pessoas lhe conferem. Todo esforço da argumentação retórica seria então de transferir a plausibilidade das premissas (pressupostos) para uma outra sentença, a conclusão.

Essa operação de transferência é, por sua vez, qualificável em termos de coerência: Mäki (1993, p.27) afirma que podemos pensar neste adjetivo tanto sob uma ótica mais exigente, como relativo à validade dedutiva, quanto, simplesmente, como uma decisão arbitrária do auditório, ao conceber que as premissas estejam ‘contidas’ na conclusão. Observamos que os atributos interagem de forma proporcional: a plausibilidade de uma determinada conclusão aumenta na medida em que aumenta a coerência (percebida) entre os pressupostos. Toda esta dinâmica caracteriza a justificação de determinadas conclusões, isto é, temos aí uma ‘teoria coerentista da justificação’. O autor ressalta que a postura realista reconhece a necessidade desta dinâmica, o que, conseqüentemente, implica que o realismo

---

<sup>20</sup> Mäki (1993, pp. 25-26) sugere que a noção de ‘crença’, além de remeter à idéia de verdade, seja mais geral que a noção de ‘adesão’ proposta por Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002). Não entraremos nos detalhes da distinção aqui, em grande parte por suspeitarmos que os últimos autores trabalhem, sim, com alguma concepção de verdade – tal qual assinalado em nossa última seção desta parte.

não é fundacionalista, quer dizer, não justifica conclusões a partir de representação imediata, ‘revelação’ etc. – sentenças são justificadas, única e simplesmente, por sentenças.

Posto isso, o autor passa ao exame de teorias alternativas de verdade. É importante destacar que a questão da justificação, exposta acima e relacionada intimamente com a retórica, difere, para Mäki da busca do significado da ‘idéia de verdade’. Segundo nossa interpretação, talvez seja possível dizer que as teorias de verdade dêem o substrato a partir do qual um auditório qualquer crê (ou ‘adere’, nos termos alternativos de Perelman) em determinados pressupostos para, após, proceder à dinâmica da justificação. De todo modo, analiticamente, os níveis são, para Mäki, discerníveis um do outro. No exame de teorias, distingue, então, entre a teoria correspondentista e a teoria coerentista que concerneriam, respectivamente, às posturas realista e não realista.<sup>21</sup> A primeira delas afirma que a verdade de uma proposição ‘S’ consiste em sua ‘correspondência’ com uma ‘realidade objetiva’, independente da própria proposição. Já a segunda defende que a verdade de qualquer proposição consiste simplesmente em sua ‘coerência’ com um determinado ‘sistema de crenças ou de outras proposições’. Assim sendo, a postura não realista funde, de acordo com Mäki, plausibilidade e verdade, o âmbito da justificação e o âmbito ontológico, ligado ao exame da idéia de verdade. Em teorias não realistas, ‘verdade’ se reduz a características sintáticas e pragmáticas.<sup>22</sup>

Em seguida, o autor passa a explorar um ponto que já aparece em Mäki (1988a) e diz respeito à distinção que McCloskey afirma realizar entre ‘verdade’, em que esta é concebida como algum tipo de correspondência, e ‘Verdade’, que, inicialmente, sugeriria algo ‘pleno de garantias epistêmicas’. Observa-se, porém, que apesar desta distinção inicial, McCloskey se refere, em vários momentos de sua obra, à ‘Verdade’ como qualquer crença que suplante o simples nível da persuasão: "*The very idea of Truth – with a capital T, something beyond what is merely persuasive to all concerned – is a fifth wheel, inoperative except that it occasionally comes loose and hits a bystander.*" (McCloskey, 1985, p.46-7; grifo nosso).

<sup>21</sup> Adverte que as teorias mencionadas são abstratas e apenas resumizam aspectos essenciais – detalhamento das concepções específicas acerca do que seja ‘correspondência’, ‘coerência’ e ‘crença’, gera teorias mais concretas; mas, segundo ele, a divisão genérica é suficiente para seus propósitos.

<sup>22</sup> O autor não explicita o que concebe especificamente por ‘semântica’ e ‘pragmática’, mas por sua argumentação, podemos supor que trabalha com a concepção clássica de Morris (1976) – com a qual, salvo advertência, também raciocinamos - que define a ‘pragmática’ como estudo da relação entre signos e usuários/intérpretes, e a ‘sintática’ como estudo da relação entre signos (somente). Acrescente-se a estas a ‘semântica’, que se ocupa da relação entre signos e ‘as coisas’ que designam e, deste modo, alinha-se com a perspectiva realista.

Vale observar que o trabalho de Charles W. Morris, em grande medida, busca aprofundar as concepções de Charles Saunders Peirce, pioneiro na sistematização da semiótica.

Deste modo, Mäki salienta, poder-se-ia depreender que a noção de ‘verdade’ talvez estivesse contida, ela mesma, nesta última. Como resultado, seria possível que, no final das contas, o projeto de McCloskey estivesse apenas preocupado com o nível da persuasão *strictu sensu*. Para investigar essa possibilidade, Mäki tenta identificar qual a teoria de verdade com que McCloskey, afinal, opera quando diz se preocupar com verdades com ‘v’ minúsculo. Uma das saídas, para Mäki, é julgar que, no fundo, McCloskey acaba mesmo ‘jogando fora’ a noção de ‘verdade’ (junto com a de Verdade) e ficando somente com a noção de persuasão, o que aproximaria, de nosso ponto de vista, a retórica de McCloskey da retórica sofista. Outra saída, segundo o autor, é atribuir-lhe pelo menos uma teoria coerentista de verdade, relacionada a uma determinada audiência. Para Mäki (1993, p.32), esta última seria mais plausível porque McCloskey, na maior parte das vezes, teria se pronunciado sem tom pejorativo com respeito à noção de ‘v’erdade.

Assumida essa saída, surge a necessidade de precisar o que se entende por ‘*persuasive to all concerned*’ (vide fragmento acima). A expressão parece, em primeiro lugar, referir-se ao pronome ‘nós’; o grupo designado por tal pronome poderia ser, então, descrito como ‘a maioria dos participantes da profissão econômica’ (1993, p.33) o que, em última instância, reconheceria um núcleo de pessoas cuja opinião é privilegiada. Logo, McCloskey poderia subscrever-se à seguinte versão de teoria coerentista:

(4<sup>s</sup>) The truth (with small t) of a statement consists in its coherence with a certain set of beliefs that a privileged set of humans end up with in an ongoing conversation before the ideal limit of all inquiry and conversation. (Mäki, 1993, p.33)

Seria, entretanto, legítimo perguntar quais seriam os condicionantes das opiniões dessa camada privilegiada. Existiria alguma restrição ou qualquer propósito seria aceitável? Ao analisarmos “The Rhetoric of Economics”, vimos que McCloskey coloca como limite superior à conversação a *Sprachethik* habermasiana. Mäki da mesma forma o observa, e considera a possibilidade de uma segunda versão capaz de representar a postura de McCloskey, uma vez qualificada por essa consideração moral:

(4<sup>m</sup>) The truth (with small t) of a statement consists in its coherence with a certain set of beliefs that a privileged set of humans, obeying the canons of *Sprachethik*, end up within an ongoing conversation before the ideal limit of all inquiry and conversation. (Mäki, 1993, p.33).

Mäki julga, entretanto, que esta versão é problemática, especialmente se considerarmos declarações feitas por McCloskey (1985, p.174) de que o *mainstream* econômico (a teoria neoclássica) não precisaria de ‘reparos’ em termos de substância. Tal afirmação poderia ser tomada como o reconhecimento de que o *mainstream* chega à verdade em termos de coerência, o que deveria ser reconhecido pelos participantes de uma

‘conversação civilizada. Contudo, o que se observa, segundo Mäki, é que as várias críticas dirigidas ao *mainstream* enfatizam sobretudo a incompatibilidade entre suas implicações teóricas e os fatos da realidade; em outras palavras, vários economistas desconfiam da coerência (e plausibilidade) das conclusões neoclássicas. Dadas tais críticas, a atribuição de irreparabilidade ao *mainstream*, se apoiaria em uma das seguintes hipóteses: McCloskey estaria excluindo de antemão os críticos do conjunto de interlocutores privilegiados – o que demandaria uma justificativa ‘educada’ com base na *Sprachethik* – ou estaria, na prática, adotando critérios outros que não os de coerência para avaliar os resultados neoclássicos. Neste último caso, a versão de teoria coerentista mais compatível com McCloskey, talvez fosse a primeira (4s). Mas aí nos deparamos com um irônico impasse: da mesma forma que os positivistas apóiam suas afirmações em fundamentos epistêmicos inquestionáveis, uma perspectiva retórica que trabalha com a teoria de verdade em sua versão (4s) fundamenta o conhecimento em bases sociais inquestionadas. A questão de qual versão específica da teoria coerentista que McCloskey adota fica, assim, sem resposta.

De qualquer modo, interessa a Mäki contrapor a teoria correspondentista, cara ao realismo, à teoria coerentista (seja de que tipo for) do anti-realismo de McCloskey. Já vimos que o realismo reconhece, no âmbito da teoria coerentista da justificação, uma dimensão retórica na epistemologia, ao contrário dos positivistas. No entanto, o realismo nega que a persuasão tenha algo a contribuir para a verdade (com 'v' ou 'V'), enquanto atributo, das premissas e conclusões. Esta é determinada por aspectos inerentes ao mundo enquanto existência objetiva, extrínseca às mentes humanas e independente de seus esforços argumentativos. Se na esfera ‘justificativa’ da epistemologia realista as relações relevantes são entre sentenças (premissas e conclusões) e entre estas e os interlocutores munidos de crenças (orador e auditório), na esfera que podemos denominar ontológica (ou metafísica), a relação relevante é entre sentenças e objetos.<sup>23</sup> Tendo em vista a terminologia da semiótica, anteriormente mencionada, o campo da justificação se restringe à pragmática e à sintática, enquanto o campo da verdade se refere à semântica.

Mäki (1993), na seqüência, formula outra maneira de compreender a relação entre realismo e correspondência. Esta formulação é, para nós, crucial na medida em que destaca elementos que posteriormente qualificarão as conexões entre retórica e neopragmatismo. Nas palavras do autor:

---

<sup>23</sup> Relação que, numa acepção mais forte, pode ser mediada por seres humanos e resumida na cláusula ‘objetos-homem-sentença’, nesta ordem.



Let me suggest another way of clarifying the realist view of rhetoric. It is based on a distinction between two functions or aspects of language, the rhetorical and the representational. Language server a ‘rhetorical function’ in that it is used for persuading audiences to intensify their beliefs. Language serves a ‘representational function’ in that it is used to represent facts of the world. (Mäki, 1993, p.36; grifos nossos).

Para o realista, qualquer expressão lingüística pode possuir, ao mesmo tempo, aspectos retóricos e representacionais. McCloskey, por seu turno reconheceria somente a função retórica da linguagem e, ligada a esta, a noção de ‘verdade’ apenas como coerência. Nossa leitura de Rorty (1979/1994; 1982), sugerirá uma identificação da linguagem em que sequer a coerência seja considerada um atributo necessário; em particular, a afirmação de Mäki (1993, p.41) de que “*Epistemic perspectives do not create worlds, but instead possibly help us uncover objective aspects of the one world*” parece contrariar tanto as afirmações de Rorty acerca da inexistência de ‘terreno comum’, quanto as concepções deste último sobre linguagem e verdade enquanto ‘instrumentos’ para lidar com e ‘fazer’ o mundo.

A questão da verdade, além de um tópico relevante em si, conduz nossas atenções para outros problemas ligados ao projeto retórico e o próprio artigo de Mäki (1993) ilustra de modo peculiar essa convergência. Ele conclui que uma vez consideradas as duas funções da linguagem, restaria, não obstante, o desafio de contemplar seus vínculos, isto é, “*to bridge the gap between the notions of truth and plausibility – without conflating the two.*” (Mäki, 1993, p.41). Esta conclusão orienta nossas atenções para o estudo da metáfora, que, de certa forma parece contribuir para solução de tal questionamento.

Os artigos de Mirowski (1988) e Bicchieri (1988) centram suas atenções no exame da metáfora. O primeiro será examinado na seção seguinte. Quanto à Bicchieri, notamos que ela destaca a necessidade enfatizar os aspectos cognitivos da linguagem. Isso dentro de um espírito de relativismo metodológico que, no entanto, não implique em relativização da verdade – o que coloca seu texto em grande afinidade com as preocupações de Mäki. Em suas palavras: “*The challenge one faces is thus to try to reconcile methodological relativism with the idea that language refers [...]*”.(Bicchieri, 1988, p.101). Avalia que a redução da linguagem a seu aspecto expressivo e figurativo corre o risco de resvalar na acepção positivista de linguagem. A única diferença seria que, enquanto os positivistas menosprezavam o embelezamento do discurso - advogando proposições estritamente ‘literais’ para evitar sentenças dúbias - os proponentes da retórica o apreciariam. Tomar a metáfora, em geral associada apenas a questões estilísticas, como instrumento de cognição parece ser um caminho para evitar este problema.

A autora nos remete aos trabalhos de I.A.Richards (1936) e Max Black (1962), em que a metáfora é concebida como cláusula que compara dois sujeitos. Isso é fundamental na medida em que cada sujeito, previamente isolado, compõe um universo de crenças, isto é, atrelado a cada um dos sujeitos temos uma série de propriedades e relações que acreditamos verdadeiros. O exemplo pitoresco oferecido por Bicchieri (1988, p.103) é bastante elucidativo: antes de dizermos “*Sally is a dragon*”, temos um conjunto de crenças (‘verdades’) a respeito de Sally e do dragão, isoladamente. Quando os juntamos na metáfora, os conjuntos de crenças originais interagem e contribuem para que concebamos novos conjuntos. Percebe-se que não temos apenas a comparação entre as semelhanças de cada um dos conjuntos, mas a criação de semelhanças. E este aspecto cognitivo da metáfora não pode ser traduzido numa ‘sentença literal’, como prezam os positivistas.

Cumprir observar, porém, que a metáfora científica, para Bicchieri, apresenta peculiaridades que a diferenciam da literária. Tradicionalmente, diz a autora, a metáfora é apontada como marca da linguagem pré-científica, em que ainda não é possível formular as sentenças teóricas com precisão; em campos amadurecidos, ela tenderia a perder proeminência, restando-lhe somente papel heurístico. A autora, porém, defende a tese de que, ao contrário, a metáfora científica tem sua importância elevada quanto mais ‘entranhada’ se torna dentro de uma teoria qualquer. Ela toma de empréstimo da biologia o termo destacado, em que um atributo é ‘generativamente entranhado’ quanto maior for o número de outros atributos que passam a depender dele no construto teórico. No caso da economia, por exemplo, a expressão ‘mercado em equilíbrio’ era inicialmente reconhecida como metáfora, tendo, com o passar do tempo, adquirido conotação literal. Esse processo, segundo a autora, ocorre porque a expressão passa a subsidiar, ou gerar, outros raciocínios dentro da teoria econômica. Em especial, ‘modelos’, nessa acepção, podem ser reconhecidos como verdadeiras redes de metáfora, o que é bem ilustrado pela teoria do capital humano, na qual várias relações são delineadas a partir de expressões provenientes da teoria do investimento; um novo dicionário é gerado no terreno, por exemplo, das relações familiares: crianças se assemelham a ‘bens duráveis’, geram utilidade etc. Todo um sistema ‘primário’, passa a ser redescrito com base na estrutura de um sistema ‘secundário’.

A compatibilidade entre dois sistemas não é, para a autora, necessariamente, dada de antemão por analogias estruturais. Em geral, o sucesso do ‘transplante’ dependerá da familiaridade que se tem com o sistema secundário; mas Bicchieri (1988, p.111) defende que haja outros determinantes que o garantam, dentre estes a capacidade do sistema secundário de se auto-reproduzir, isto é, de dar conta do tratamento de novas relações que sejam percebidas

no sistema primário; daí o sucesso de modelos matemáticos que, ao reconstituir os objetos de um sistema original em termos de ‘propriedades de conveniência’ e os inserir dentro do terreno das teorias matemáticas, são capazes de, até mesmo, ‘criar’ relações causais ausentes no sistema original. Importa, porém, à Bicchieri destacar o componente cognitivo das metáforas científicas, isto é, sua referenciabilidade em relação ao mundo. Este seria traduzido na capacidade de tais metáforas fomentarem programas e novas linhas de pesquisa no âmbito do sistema original. Há, inclusive, um componente muito forte de ‘crença’ pré-estabelecida de que o sistema secundário possa mesmo dar conta das relações do sistema primário.<sup>24</sup> Deste modo, a principal diferença entre a metáfora literária e a científica estaria no fato desta valorizar-se à medida em que é com recorrência utilizada, a ponto de deixar de ser percebida como figura de estilo: “*a successful scientific metaphor is a ‘dead’ metaphor.*” (Bicchieri 1988, p.113). Finalmente, cumpre enfatizar que a preocupação com a dinâmica conjunta de ‘verdades’ previamente admitidas e sentenças engendradas pela metáfora parece alinhar-se com o questionamento de Mäki acerca dos vínculos entre verdade e plausibilidade.

Outro ponto a ser destacado quanto a artigo de Mäki (1993), é que é bastante curioso o rumo que toma a discussão no final do mesmo. Mäki observa que tanto ele como McCloskey estão interessados em estudar o que os economistas estão fazendo na prática, mas que há uma diferença de atitude entre suas perspectivas que poderia ser expressa como ‘ver o que estão fazendo’, tal como McCloskey, *versus* ‘ver realmente o que estão fazendo’, como Mäki. Sem que nos prendamos muito aos detalhes desta distinção, vemos que a segunda pode ser caracterizada por sua preocupação em explicar, em buscar motivações, causas, para ação dos economistas. Disso resultaria, segundo Mäki, um programa retórico mais ‘denso’ (*thick*) que o de McCloskey. Em particular, o crítico considera que mesmo se a referência à *Sprachethik* de Habermas for levada a sério por McCloskey, ela é insuficiente para descrever a retórica dos economistas, que estaria sujeita a considerações morais mais amplas. Na prática, as conversas dos economistas não são tão educadas... E, se realmente, a conversa civilizada habermasiana é um ideal, ela implica uma atitude prescritiva, uma metodologia. Porém, mais do que isso, Mäki sugere que o contexto argumentativo, composto por orador e audiência, é um subcontexto social com características próprias, conquanto sujeito às influências do

---

<sup>24</sup> A autora fornece como exemplo a metáfora da ‘racionalidade’ que, segundo ela, é aplicada a situações novas conforme ‘acreditamos que ela se aplique’, a partir de nossas experiências prévias com o termo. Compara com a idéia de ‘jogo’ (Bicchieri, 1988, p.111): “*we learn the meaning of the word game from a juxtaposition of a series of exemplary games [...] The term is introduced by appealing to situations in which we believe it is exemplified.*”.

ambiente social mais amplo; no caso de McCloskey, eles são tomados como mimese um do outro. As passagens do artigo, novamente, são bastante elucidativas:

The difference between us lies in how we specify *the contents of the social*. McCloskey holds a weak or thin idea of economics, as social action [...] (Mäki, 1993, p.45; ênfase no original).

He (McCloskey) should not be content with a general idea of society as a large. He should instead have an adequate sociological analysis of the specific social organization of the discipline of economics and its place in the overall social process. The two social realms are not the same nor is one realm a mirror image of the other. (*Ibid.*; grifo nosso).

A metáfora do espelho, referida na passagem acima, certamente, é bastante utilizada em filosofia.<sup>25</sup> Talvez, por isso mesmo, seja capciosa. Veremos que Rorty desqualifica a filosofia pós-cartesiana principalmente por ela estar assentada na idéia de representação - que, segundo o autor, pode ser traduzida na metáfora da mente como espelho - e conduzir a pretensões filosóficas a-históricas. Apresenta o pragmatismo como filosofia alternativa, definida historicamente, pelas práticas sociais. Mas na medida em que execra a epistemologia e quaisquer regras metodológicas, apresenta a história e tais práticas como espécie de ‘*world making*’, em nome da sobrevivência humana. Como resultado, suspeitamos que haja dificuldade em articular o pragmatismo com outras ciências sociais que, de uma forma ou outra, estejam sujeitas a regras de investigação, limitação de escopo etc. Sem teorização, é possível que, no final, o pragmatismo (ou o neopragmatismo) tenha um conteúdo apenas reflexivo, ainda que intermitente...

Concluindo, Mäki (1993) defende que a retórica deva ser reconhecida como uma dimensão da economia e que, portanto, o programa de pesquisas retórico deve estar articulado com outras disciplinas, especialmente a sociologia do conhecimento, mencionando estar em linha com a proposta de Coats (1988).

### 1.2.2 - Questões sociológicas

Em “Economic rhetoric: the social and historical context”, Coats (1988) reforça alguns aspectos explorados em Caldwell & Coats (1984). Este último foi uma das primeiras críticas ao trabalho de McCloskey, em que os autores defendem a inserção da retórica numa perspectiva metodológica. Acrescentam, porém, que a preocupação epistemológica com uma 'boa' metodologia depende da fusão de elementos normativos - tipicamente filosóficos - e descritivos, de caráter mais concreto, sendo contrários à polarização em torno de um deles.

---

<sup>25</sup> Sobre sua utilização, em contexto diferente, ligado à política renascentista ver Skinner, Q. “Machiavelli’s *Discorsi* and the Pre-humanist Origins of Republican Ideas” “in, ed. Skinner, Q. *et. alli Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Além do mais, observam que McCloskey aparentemente se preocupa em diferenciar a ‘boa’ da ‘má’ retórica, mas que não teria avançado na questão fundamental de como distingui-las. Em sintonia com outros críticos, consideram conservadora e insuficiente a saída de dizer que ‘participantes bem-educados’ e ‘justamente influentes’ (dentro do espírito da *Sprachethik*) saberiam fazê-lo: afinal quem são os mais influentes e por quê? A inversão de causalidade também não resolve o problema: se as pessoas são influentes porque são persuasivas, fica o desafio de descobrir porque determinados argumentos persuadem.

De acordo com estes propósitos, Caldwell & Coats (1984) sugerem que o projeto retórico interaja com os estudos da sociologia, chamando a atenção, em especial, para o conteúdo do denominado ‘programa forte’ da sociologia do conhecimento. Em Coats (1988), a sugestão é reiterada. O programa forte, numa primeira aproximação, assemelha-se bastante à proposta de McCloskey por seu relativismo, enfatizando as práticas dos cientistas, ao invés de preceitos metodológicos prescritivos. Mas apesar da semelhança inicial, o referido programa teria promovido “*a more elaborate and explicit relativistic epistemology than the KM [Klamer/McCloskey] program*” (Caldwell & Coats, 1988, p.80), levando adiante pesquisas empíricas (sociológicas e históricas) mais ricas e detalhadas, ao contrário da ênfase de McCloskey nos aspectos literários da retórica. Como Mäki, Coats (1988, p.66) aponta que as diferenças entre as propostas possam se dever a dois modos opostos de conceber a linguagem: ‘epifenômeno discernível da verdadeira prática científica’ *versus* sobreposição ou identificação completa com as ações (indiscernível) – sendo esta última visão a que orientaria o programa retórico de McCloskey.

Coats reconhece, todavia, que não se deve exagerar nas virtudes do programa forte, pois, tal como em McCloskey, esta proposta tende a ser cética quanto a estudos filosóficos acerca da verdade, bem como a equiparar todos os tipos de conhecimento, sem fazer distinção entre o científico e o não científico. Ênfase exagerada nos determinantes sociológicos e dificuldade de sistematização dos resultados são outras críticas que normalmente lhe são dirigidas. É preciso recordar, contudo, que o programa forte é somente uma das propostas da sociologia do conhecimento, como aponta Hands (2001, p.186). De todo modo, o que Coats propõe, em resumo, é que sejam conjugados os esforços da perspectiva retórica com os da sociologia do conhecimento, mas isso dentro de uma visão que reconheça que interesses e crenças científicas se influenciam mutuamente, sem direção de causalidade única.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Visão que, segundo o autor estaria sendo levada adiante pelos trabalhos de Richard Whitley, de que são exemplo “From the Sociology of Scientific Communities to the Study of Scientists’ Negotiations and Beyond”

Mirowski (1988) é outro autor que deve ser mencionado na seara das críticas de cunho sociológico. Assim como Bicchieri, ele centra suas atenções nos atributos da metáfora científica, criticando, da mesma forma que a autora anterior, a tendência de McCloskey igualar seu estatuto ao da metáfora literária, avaliada por critérios estilísticos. Insere esta crítica, todavia, em uma oposição mais geral ao projeto de McCloskey, formulado, segundo ele, de modo a proteger a teoria neoclássica: ao defender as qualidades estilísticas da metáfora, sem chamar a atenção para seu papel cognitivo, o programa de pesquisas de McCloskey se isentaria de críticas de ‘substância’ ao programa neoclássico. Nossa impressão é que se, por um lado, talvez haja exagero em dizer que McCloskey tenha elaborado sua perspectiva com o propósito deliberado de proteger a teoria neoclássica, por outro, a exclusão preliminar da possibilidade de crítica parece, de fato, injustificada.

Mirowski defende a tese de que a teoria neoclássica teria sido erigida sobre uma única metáfora matemática, daí sua reconhecida consistência lógica e seus apelos aos atributos de ‘beleza’, ‘simplicidade’ e ‘clareza’. Em linha com Bicchieri, o autor reconhece que as metáforas são fundamentais na prática científica, na medida em que transmitem e geram redes de significado. Por seu turno, entretanto, Mirowski enfatiza – ao contrário de Bicchieri - a necessidade de que sejam avaliadas as analogias prévias dos sistemas, visto que estas constituiriam limitação à transferência de predicados.

Partindo desta perspectiva, deflagra seu ataque à teoria neoclássica. Observa, em primeiro lugar, que a metáfora matemática, que serve de embasamento a ela, é tomada de ‘segunda mão’ do modelo de energia da física do século XIX. Ao fazê-lo, os neoclássicos teriam descuidado de avaliar a compatibilidade prévia da estrutura física e da econômica; em particular, ao associarem ‘utilidade’ à ‘energia’, esqueceram-se considerar os pressupostos de conservação que legitimam o uso de técnicas de otimização. Ou, mais do que isso: “ [...] *none of the neoclassicals understood the physics well enough to follow up on the detailed implications of the metaphor.*” (Mirowski, 1988, p.132).

Mirowski, à vista disso, interroga-se acerca do que teria feito do programa neoclássico um programa persuasivo. A resposta fundamental, segundo ele, teria sido elaborada dentro dos trabalhos de autores ligados ao programa forte da sociologia do conhecimento, para os quais todas as sociedades devem apelar para o entendimento da ordem natural com o propósito de legitimar sua ordem social. (Mirowski, 1988, p.140). Neste sentido, o denominado ‘vício cartesiano’, que permeia a teoria neoclássica e a metodologia positivista,

teria apelado à estratégia da legitimação natural, ao promover um discurso asséptico e tentar banir a influências das emoções e de outros atributos humanos da argumentação.

Vimos que Mäki (1988a;1993), ao tratar, em outros termos, da inadequação entre a postura metateórica realista e a defesa do instrumentalismo característico do *mainstream*, considera a resposta dada por McCloskey às suas críticas, ‘vaga’. Sem saber o que McCloskey entende, exatamente, por ‘verdade’, ‘realismo’, ‘substância’, fica difícil dizer se, afinal de contas, defende mesmo, de modo peremptório, a teoria neoclássica, ou se suas declarações, favoráveis à ‘substância neoclássica’, não passam de estratégia para ‘vender seu peixe’ no terreno do *mainstream*. De qualquer forma, vale observar que, em McCloskey (1988), o autor identifica as noções de estilo e substância, o que complica razoavelmente a discussão, ao mesmo tempo em que nos recorda a concepção pragmatista de linguagem.

É de cautela, ainda, ponderar as afirmações de Mirowski pelas críticas que vimos serem dirigidas ao programa forte da sociologia do conhecimento: se o apelo à ordem natural costuma ter sucesso persuasivo, isso não quer dizer que seja o mais persuasivo (e, neste sentido, suficiente), nem que seja necessário. Outros argumentos podem ter favorecido a teoria neoclássica – a despeito de seu ‘vício cartesiano’ declarado - e, sendo assim, ela teria um componente retórico passível de análise, o que deixaria sua contradição com a retórica, à primeira vista, menos profunda.<sup>27</sup> Contudo, é curioso observar, adiantando um pouco a análise da próxima seção, que os vínculos entre a proposta de McCloskey e o pragmatismo rortiano possam implicar em que a retórica de nosso autor tenha ela mesma, de fato, um componente de apelo à ordem natural razoavelmente forte.

Para além desta questão de compatibilidade, é importante notar que Mirowski faz coro com praticamente todos os interlocutores de McCloskey, ao exigir que a retórica esteja associada a outras disciplinas sociais. Sua imagem de persuasão enquanto processo construtivo de discursos, idéias, devota à linguagem um papel ativo. Sobretudo, seu artigo destaca que a persuasão não pode se abster de seu potencial crítico. Trata-se, sim, de um instrumento (para lidar com o mundo, com os outros, consigo). Mas de um instrumento crítico e orientado por propósitos. É de interesse constatar que o artigo de Mirowski serviu de influência à boa parte dos trabalhos brasileiros que se ocuparam da temática da retórica, como Anuatti (1994) e Salviano Jr (1993). Este último observa que a “análise retórica é, também ela, um discurso” (Salviano Jr., p.7) e, portanto, o exame que ela realiza de discursos carrega componentes (subjetividade, por exemplo) que, sempre que possível, devem ser examinados.

---

<sup>27</sup> Cf. Mirowski (1988:122).

Cumpra observar, ainda, que a ênfase da retórica à *la Perelman* no estudo dos auditórios e na adesão destes a crenças fornece, como veremos, contraface mais favorável a estudos sociológicos e perspectivas realistas - como bem sugerem o próprio Salviano Jr. (1993) e Dante & Salviano Jr (1996).

Finalmente, cabe salientar que entremeamos a maioria das respostas de McCloskey a seus interlocutores, ao longo de nossa exposição. Valem, portanto, somente breves considerações adicionais.

Como afirma Coats (1988, p.65), o programa de McCloskey emergiu com um componente 'propagandístico' bastante forte que, de certa forma, atravancou a apreciação de suas implicações. De fato, o artigo de 1983 faz referências cruzadas a vários aspectos da cultura (personagens literários, episódios históricos específicos etc.) e, apesar de constarmos que existe certa ordenação implícita entre os argumentos, a apresentação é caótica. A resistência à definição precisa das noções examinadas - 'retórica', 'verdade', 'metodologia', entre outras - também é associada por Coats (1988, p.64) à tentativa de causar impacto, na vaga de 'modismos antiepistemológicos neopragmatistas'. Concordamos com a constatação, mas suspeitamos que os vínculos com o neopragmatismo sejam menos superficiais do que denota o termo 'modismo'.

Na resposta ao artigo de Caldwell & Coats (1984), McCloskey (1984) critica os autores por estarem, em sua opinião, insistindo em questões, que caracterizariam a metodologia modernista, isto é, a "Metodologia. Tal como no artigo de 1983, reafirma o reconhecimento da *Sprachethik* e, abaixo desta, da metodologia operacional, representada por regressões, seleção de estatísticas etc. Já a Metodologia teria apenas o propósito de limitar do saber, via critério de demarcação entre o científico e o não científico. O que concluímos, todavia, é que McCloskey não se preocupa somente com a metodologia positivista ou popperiana, mas que tacha de "Metodologia qualquer inquirição com propósitos epistemológicos. Com isso, recusa a discussão dos pontos específicos salientados pelos autores.

No que tange à sugestão, já esboçada, de vincular seu projeto a estudos da sociologia do conhecimento, McCloskey apenas se diz 'simpático' aos mesmos, sem precisar os termos de sua simpatia; de qualquer forma, segundo ele, seriam Caldwell & Coats (1984) que os estariam contrariando, ao propor questões acerca da ciência, racionalidade etc., ligados a preocupações normativas. Para McCloskey (1984), no final, tanto faz perguntar "o que é ciência/racionalidade?" ou "o que é 'C'iência/'R'acionalidade?" uma vez em que a própria



formulação da primeira pergunta daria por suposta a possibilidade de se chegar perto de algum ideal cognitivo. Se lembrarmos dos esforços de Mäki (1988a;1993), para delinear com precisão o que nosso autor quer dizer, respectivamente, por verdade e ‘V’erdade, a sentença é um tanto desoladora.

Via de regra, vimos que as réplicas que dirige aos outros autores são, também, enfáticas porém reticentes; tendendo a afirmar que a conversaço, seja o que for, é tudo, ou pelo menos tudo o que há de importante. Nosso autor chega a afirmar que “*the thickest parts of the so-called Strong Program in the Sociology of Science overlaps with a specifically rhetorical criticism. Sociology and rhetoric are one.*” (McCloskey, 1988c, p.254).

Exageros, ou posturas filosóficas à parte, há de se reconhecer que o rebuliço gerado pelo programa de McCloskey conseguiu seu objetivo, mais imediato, de chamar a atenção para o aspecto retórico da argumentação dos economistas. De fato: “*Economists cannot be honest about their arguments if they cannot see what these are*” (McCloskey, 1988b). Ao mesmo tempo, ironicamente, chamou a atenção para questões que gostaria de afastar: parte destas relacionada à discussão sobre retórica desde seus primórdios na antiguidade (verdade, princípios éticos, presença ou ausência de cognição, dentre outros); parte, incitada justamente por seus vínculos com o pragmatismo rortiano (estatuto da epistemologia, metodologia, questão da demarcação etc.). É irônico, também, que a discussão tenha se dado, especialmente, entre metodólogos. Mas, como o próprio McCloskey, afirma:

The tolerance in rhetoric is not the thoughtless pluralism forced on the modernist by his lack of a way of debating values – “Heh, man; you have your opinion; I have mine. Let’s leave it at that”. It is principled pluralism, insisting that people defend their values openly. [...] Rhetoric is a theory of democratic pluralism and of general education in a free society. ( McCloskey, 1988b, p.285).

A democracia tem dessas coisas (cf. passagem acima), a não ser se, como na democracia grega, muitos não possam votar. Passemos aos princípios que acreditamos fundamentar a postura de nosso autor...

### 1.3 - O vínculo com o neopragmatismo<sup>28</sup>

Como vimos apontando, a sintonia do trabalho de McCloskey com a filosofia neopragmatista é sugerida por seu posicionamento antiepistemológico e sua crítica à noção de

---

<sup>28</sup> ‘Neopragmatismo’ se refere, aqui, tão somente à corrente filosófica proposta por Richard Rorty. Como para formulá-la ele retoma, ou reinterpreta, o pragmatismo – especialmente na linha proposta por figuras como John Dewey e William James - em algumas passagens utilizamos a construção (neo)pragmatismo para sugerir a sobreposição de concepções. Cumpre observar que trabalhos recentes têm examinado os vínculos da economia com o pragmatismo de modo geral que, além dos nomes de James e Dewey, relaciona-se a autores como Charles S. Peirce e Ferdinand Schiller. Sobre isso ver Gala, P & Rego, J.M (2003) e Fernandes, D.A.; Gala, P.; Rego, J.M. (2004).

Verdade, sendo explicitado por repetidas referências a Rorty. Para demonstrar essa sintonia, comecemos por citar a introdução do livro *A Filosofia e o Espelho da Natureza*:

O objetivo do livro é minar a confiança do leitor na ‘mente’ como algo sobre o qual se deveria ter uma visão ‘filosófica’, no ‘conhecimento’ como algo sobre o qual deveria haver uma ‘teoria’ e que tem ‘fundamentos’, e na ‘filosofia’ como esta foi concebida desde Kant. (Rorty, 1979/1994, p. 22; grifos nossos).

Para acompanhar o ataque é preciso que identifiquemos razoavelmente os alvos. A primeira noção, a de ‘mente’ enquanto *locus* separado em que ocorreriam determinados processos, deve sua origem ao trabalho de Descartes (1596-1650). Àqueles pouco familiarizados com filosofia moderna, basta advertir que este último, nas *Meditações Metafísicas* (1641/1973), procede por uma longa cadeia de argumentações (conforme seu método hipotético-dedutivo) para chegar à certeza primordial do sujeito enquanto *res cogitans* (cogito), ‘realidade-pensamento’ destituída de qualquer outra caracterização. Enquanto primeira certeza, ele é o fundamento da filosofia – daí as referências à filosofia cartesiana (e a tudo que dela se origina) como fundacionalista. Um segundo desafio, para Descartes, era o de demonstrar a existência das coisas exteriores, *res extensa*, desafio elementar na medida em que sua metafísica objetivava prover fundamentos para sua física, visando à conseqüente superação da física escolástica. Para tanto, uma estratégia funcional: subseqüente cadeia de deduções a partir do cogito leva à existência de Deus - um ‘Deus’ com determinadas características, garantidor da existência da realidade externa e da correspondência entre esta e nossas representações mentais. Eis, grosseiramente, a origem da filosofia moderna e, por extensão, do ‘modernismo’ atacado por McCloskey. A nossos propósitos, interessa constatar que, de fato, diversos intérpretes concebem desenvolvimentos posteriores da filosofia - quais sejam, o positivismo, filosofia analítica etc. - como dependentes de algum grau de aderência à noção de verdade como representação. Como atesta a passagem citada, Rorty é um desses intérpretes, o que se deixa vislumbrar na própria menção à metáfora do ‘espelho’, no título de sua obra.

Já o conceito de ‘teoria do conhecimento’ seria, segundo Rorty, caro à obra de Locke (1632-1704), precursor da noção conhecimento baseada em ‘processos mentais’. Em grandes linhas, de acordo com Jolley (1990), Locke toma a mente enquanto ‘tudo que não é físico’, em concordância com a divisão cartesiana entre *res extensa e res cogita*. Locke, porém, vê nos dados dos sentidos as matérias-primas a partir das quais a mente executaria operações tais como as ‘abstrações’; não sendo as idéias, como o eram para Descartes, essencialmente inatas e garantidas, enquanto representações, pela ação divina.

Por último, a noção de filosofia ‘concebida por Kant’ – dependente, segundo Rorty, das considerações de Descartes e Locke – toma a filosofia como ‘tribunal da razão pura’, o que, genericamente, significa tomá-la como instância que nega ou sustenta as assertivas da cultura, do saber. Ao ser concebida deste modo, Rorty conclui, a filosofia, por excelência, possuiria função epistemológica. Novamente, a idéia de fundamento vem à tona e percebemos que as filosofias se reforçam: em último grau, é a metafísica do cogito-fundamento que legitima, epistemologicamente, a da filosofia-fundamento.<sup>29</sup> Porém o que se observa na prática é que, com o progressivo processo de especialização entre as várias áreas da cultura, essa função passa a sofrer desgaste. A conseqüente angústia da filosofia contemporânea pode ser considerada alvo do trabalho ‘terapêutico’ de Rorty, que busca fazer com que ela encontre sua (verdadeira?) identidade, ou razão de ser.

Apoiando-se, segundo ele mesmo, sobre os trabalhos do segundo Wittgenstein, Dewey e Heidegger, Rorty tenta mostrar como a filosofia analítica do século XX possui potencial de auto-superação e de conseqüente abandono dos seus vínculos com o quadro conceitual pintado por Descartes-Locke-Kant. Ela teria dado o passo inicial, mas sua ênfase na ‘linguagem ao invés da mente’, estaria ainda comprometida com a noção de representação e, atrelada a isso, com a construção de “um quadro permanente e neutro para a inquirição, e portanto para toda a cultura.” (Rorty, 1979/1994, p.24). Por trás deste compromisso, estaria o anseio comum a todas as Filosofias de agirem como ‘vanguardas intelectuais’ e de perpetuarem determinados conjuntos de conceitos a despeito de particularidades históricas. Os três autores em que Rorty se apóia se distinguem porque, apesar de terem iniciado suas investigações sob as diretrizes deste desejo, no seio da filosofia analítica, teriam-no abandonado e progredido para outras problemáticas. Por isso Rorty considera que, ao criticar o quadro conceitual referido, eles não possuam ‘teorias do conhecimento’ ou ‘filosofias da mente’ alternativas. Teriam ‘colocado de lado’ a epistemologia e a metafísica como disciplinas possíveis. (*Ibid.*).

Essa última assertiva levanta a hipótese de que o projeto neopragmatista culmine numa atitude de indiferença em relação a determinadas práticas, tidas por ele como defasadas. Em *Consequences of Pragmatism* (1982), Rorty reforça esta suspeita. O pano de fundo para seus ensaios é tecido de modo um tanto diferenciado: em vez do eixo ‘Descartes-Locke-Kant’ a discussão pragmatista é localizada em meio à contenda entre positivistas e Platonistas (o autor

---

<sup>29</sup> Não é de proveito entrar em maiores detalhes desta discussão aqui, mas vale à pena perceber que a leitura rortyana destes três filósofos (Descartes, Locke, Kant) é somente uma entre muitas outras e pode, inclusive, subestimar diferenças entre os mesmos.

denota por maiúscula conceitos e posturas ideais ou metafísicas). A partir do século XIX, os primeiros poderiam ser identificados como os defensores de que o máximo de conhecimento possível estaria em cláusulas científicas, conformes a exigências lógicas e confrontação empírica – ‘o mundo’ é o mundo dado pela ciência e não há o que buscar além disso. Os Platonistas, por seu turno, podem ser identificados como defensores de que existiria uma realidade a ser representada ‘para além do universo que se nos apresenta’, ou seja, que construtos metafísicos têm sua razão de ser para além dos propósitos limitados da ciência. A oposição pode ser também identificada, tendo em vista suas características, como uma disputa entre defensores da ‘filosofia empírica’ *versus* defensores da ‘filosofia transcendental’. Rorty localiza, então, os pragmatistas em meio aos dois grupos :

[...] pragmatists see the Platonic tradition as having outlived its usefulness. This does not mean that they have a new, non-Platonic set of answers to Platonic questions to offer, but rather that they do not think we should ask those questions anymore. (Rorty, 1982, p.xiv; grifos nossos).

O pragmatista disputa, portanto, o título ‘anti-Platônico’ com o positivista. Todavia, segundo Rorty, ele o faz de modo mais radical no sentido de que não propõe reconstruir nada no terreno em que foi feita a demolição – mesmo porque para o pragmatista ‘convicto’ (ironia inescapável...) não existe tal terreno. O positivista, à bem da verdade, estaria operando ainda no reino da Filosofia, tomada por disciplina ideal a ser perseguida: o fato dele se ocupar com ‘verdade’, ‘bondade’ etc. enquanto meras propriedades de sentenças, em vez de persegui-las (‘V’erdade, ‘B’ondade) como objetos ideais, não deixa de fazer parte de um esforço de diferenciação de outras áreas da cultura - a ciência substitui a fé transcendental e, no final das contas, o resultado é o mesmo: demarcação. O pragmatista, ao contrário, estaria no máximo interessado em arregimentar um ‘quadro de indiferença’, agora em duplo sentido: não diferenciação (demarcação) entre áreas do saber; silêncio em relação a controvérsias vistas como desgastadas e infrutíferas.

As semelhanças entre McCloskey e Rorty, a essa altura, são bastantes presentes e merecem ser examinadas. As afinidades se iniciam pelo uso de maiúsculas para denotar práticas e conceitos ideais (característicos da ‘M’etodologia, para McCloskey), passam pela crítica a projetos com suposta origem em Descartes e culminam em uma postura similar quanto a tópicos como a questão da verdade, realismo, e o próprio papel da metodologia. Convenhamos que o ataque desfechado por McCloskey apresenta como alvo o ‘modernismo’, baluarte de práticas positivistas, ao passo que Rorty (1982) volta sua artilharia contra o Platonismo. Mas apesar da ênfase neste último, vimos que em Rorty o positivismo acaba por cometer o mesmo pecado Platonista e que, com isso, o (neo)pragmatismo se consolida como

terceira via. Paralelamente, já observamos em McCloskey a esquiva quanto ao tratamento de questões relacionadas ao realismo e ao tópico da verdade. Vimos que, mesmo tendo respondido a Mäki (McCloskey, 1988a) concordando em ser realista, nosso autor não desenvolve os termos de sua concordância. Isso reforça nossas suspeitas de que a esquiva de McCloskey, em desenvolver a discussão sobre determinados pontos, seja coerente com uma legítima ‘contra-reação’ neopragmática, calcada na tentativa de mudar os rumos da discussão ou, num nível mais radical, no silêncio em relação a temas indesejáveis...

(Pausa. Registremos uma dúvida indiscreta que incomoda nossos ouvidos: seria a atitude neopragmática, deliberadamente interessada em enterrar determinadas discussões, compatível com uma perspectiva retórica? Mais do que isso: não é um pouco ‘mal educada’ para os padrões da *Sprachethik*?)

Gostariamos, (porém), de avançar sobre outros aspectos de sintonia entre Rorty e McCloskey; adentremos, então, novamente no *The Rhetoric of Economics* (1985). Vimos que nele McCloskey ataca as máximas modernistas com base na negação de pressupostos ontológicos e epistemológicos. O primeiro grupo é basicamente caracterizado pela possibilidade de legitimar proposições teóricas em base empírica – crença que estaria por trás, por exemplo, do critério modernista de previsão à *la* Friedman. Essa possibilidade não existiria na prática ou seria no mínimo problemática, já que o positivismo teria que supor uma espécie de representação privilegiada, garantidora da correspondência entre proposições e dados, ao mesmo tempo em que, no entanto, recusa a metafísica. Isso colocaria um impasse intransponível, na interpretação de McCloskey: “*Modernism itself is impossible, and not adhered to*” (McCloskey, 1985, p.16).

Influências neopragmatistas se fazem sentir nessa interpretação. A partir de sua crítica à concepção cartesiana de mente e à noção de processos mentais de Locke, Rorty desqualifica a concepção de ‘Verdade’ como espelhamento, representação mental. Ora, de saída, tal ceticismo corrói a postura Platônica e, retrospectivamente (porque partilha do mesmo pecado original), o dilema positivista já nasce sem resposta. Daí que, usando as lentes de Rorty, McCloskey se defronte de fato com um impasse, questão de vida ou morte.

Esta desqualificação inicial progride em Rorty (1979/1994) para o tratamento de questões relativas à epistemologia e às tentativas de suplantá-la, bem como à concepção de Filosofia enquanto tribunal da razão ‘objetiva’, associada ao trabalho de Kant. Tendo em vista nossos propósitos comparativos, a idéia de progressão é importante: o ceticismo ontológico (referente à possibilidade de representação da Verdade) evolui em Rorty para o ceticismo epistemológico e, em última instância, para a exigência de outro papel para a filosofia.

Analogicamente, em McCloskey, a recusa da noção de ‘Verdade’ progride para recusa da Metodologia, tomada na condição de departamento epistemológico: “*Any-Rule bound Methodology is objectionable*” (1985, p.20).

Ainda no tocante à Metodologia, McCloskey enriquece seu argumento por meio da identificação de conseqüências nefastas desta, em especial aquelas derivadas de seu corolário, o ‘problema da demarcação’, que propõe a necessidade de separar as zonas do saber entre o científico e o não científico. O autor afirma que as regras estipuladas pela Metodologia restringem a ‘conversação’ entre os seres humanos: “*Constraints, after all constrain*” (1985, p.23). Chama em seu auxílio os trabalhos de Dewey (talvez sob as lentes de Rorty), Feyerabend (idem)<sup>30</sup> e Rorty, sublinhando o caráter destrutivo da obra dos dois últimos. De fato, algumas considerações suplementares sobre a crítica da epistemologia em Rorty prometem ser frutíferas para nossa análise. Percebemos que tal crítica avança no sentido de substituição da epistemologia pela hermenêutica e, neste sentido, ganha proeminência o tópico da ‘conversação’.

Vale observar, inicialmente, a semelhança entre a rejeição rortyana da noção de ‘teoria do conhecimento’ e aquela de McCloskey. Segundo Rorty (1979/1994, p. 312), a busca de uma teoria do conhecimento traz um desejo de impor restrições ou encontrar ‘fundamentos’, estruturas além das quais a mente não deveria aventurar-se. Tal desejo de restrição estaria fundamentado na premissa de que todas as contribuições novas a um discurso (filosófico, científico) poderiam ser articuladas conforme um conjunto de regras prévio, capaz de garantir a possibilidade de concordância racional – ‘racional’, aqui, grosso modo definido como ‘intersubjetivo’. Em outras palavras, a epistemologia operaria sob o pressuposto da possibilidade de acordo racional, ainda que possam haver discordâncias verbais ou temporárias. ‘Epistemologia’, ‘racionalidade’, ‘possibilidade prévia de concordância’ e ‘comensurabilidade’ são portanto noções intimamente conectadas a serem atacadas em bloco. Salientemos que se a noção de verdade como correspondência ou representação é desde início atacada, a concepção alternativa de verdade conforme coerência ou concordância não fica imune ao ataque neopragmatista caso suponha, *a priori*, a mera possibilidade de tal acordo. Concebido dentro destes matizes, Rorty afirma (1979/1994, p.313): o neopragmatismo é relativista..

---

<sup>30</sup> A ironia se justifica pela presença constante das idéias de Dewey e Feyerabend em Rorty (1979/1994). Devemos observar ainda que este livro não conta com índice bibliográfico, por isso os autores são citados sem referência às obras específicas.

Não esqueçamos que o autor tem como um de seus objetivos sanar a crise existencial do filósofo. Em meio aos destroços epistemológicos, segundo Rorty, o papel que caberia ao filósofo seria:

o de diletante informado, o intermediário polipragmático, socrático entre vários discursos. Em seu salão, por assim dizer, os pensadores herméticos são desencantados de suas práticas fechadas em si mesmas. (Rorty, 1979/1994, p.313; grifo nosso).

Ou seja, caberia-lhe o papel de intermediador da conversação, de uma conversação fluida. Associada a esta postura teríamos, ao invés da epistemologia, a hermenêutica, caracterizada como perspectiva que concebe uma conversação possível entre discursos variados, sem, no entanto, supor um terreno comum de concordância para os mesmos. A conversação avança na medida em que as partes envolvidas esperam entrar em acordo: mas isso não passa de uma esperança, nada garante sua concretização.

Em linha com o pensamento rortiano, observamos que a defesa da retórica por McCloskey vem na esteira de suas considerações acerca da noção de ‘conversação’. Isso é ilustrado em McCloskey (1985) em que a retomada afirmativa da retórica como alternativa à metodologia modernista (após longo intervalo de crítica a esta se faz na seguinte seqüência de seções: (1) “*Good Science is Good Conversation*”; (2) “*Rhetoric is a better way to understand science*”. Vale ponderar que em nenhum momento, nos trabalhos que examinamos, Rorty defende explicitamente um projeto ‘retórico’: as referências são somente à ‘linguagem’ e ‘conversação’. É, portanto, McCloskey quem ‘casa’ a discussão específica sobre retórica na economia com aquela referente à conversação neopragmatista, em seu artigo.

É importante salientar que ao tratar da idéia de linguagem, Rorty ressalta o seu caráter ‘ubíquo’, ‘constitutivo’ do comportamento humano, o que, como já afirmamos, constitui forte apelo à ordem natural:

For it lets us see language not as a *tertium quid* between Subject and Object, nor as a medium in which we try to form pictures of reality, but as part of the behaviour of human beings. On this view, the activity of uttering sentences is one of the people do in order to cope with their environment. The Deweyan notion of language as tool rather than picture is right as far as it goes. But we must be careful not to phrase this analogy so as to suggest that one can separate the tool.[...] One can use language to criticize and enlarge itself, as one can exercise one’s body to develop and strengthen and enlarge it [...] (Rorty, 1982, p.xix; grifos nossos).

Quando tomamos uma dentre as muitas definições de retórica com as quais McCloskey opera, ‘*the study of how people persuade*’, percebemos que sua articulação à concepção de linguagem vista acima não é livre de problemas. Se, por um lado, até podemos tomar o ato de persuadir como apenas um dentre outros atos que visam a simples

sobrevivência da espécie (numa ótica naturalista), por outro é difícil desacoplar da idéia de persuasão seu caráter intencional, elaborado e com relação a valores ou objetivos. Em outras palavras, de nosso ponto de vista, a persuasão não é ubíqua, e se tem um elemento, digamos 'instintivo', não nos parece que fique somente nesse nível. Se a linguagem é apenas um fluido, como explicar que alguns discursos sejam aceitos e outros não?

Neste mesmo sentido, a hermenêutica rortyana, com sua ênfase na ausência de 'terreno comum', de regras que orientem ou sirvam de substrato à dita 'conversação' humana, vai de encontro a qualquer sistematização da retórica enquanto programa de estudos. Em nossa opinião, Prado (2002, p.113) está certo quando duvida que seja possível uma 'ampla consensualidade' em torno de um conjunto de regras retóricas (com referência ao texto de Arida, 1983). Por outro lado, sentimo-nos desconfortáveis em defender a retórica como mero mapeamento intermitente de atos lingüísticos. É preciso que haja um terreno (mínimo) comum para estruturação de argumentos, que os integrantes da dita conversação tenham objetivos associados a seu desenvolvimento. A necessidade de articular o programa retórico com outras disciplinas, igualmente parece exigir que exista algum solo em comum e limites bem estabelecidos para conversação entre as partes.

Ironicamente, atentando um pouco mais para a leitura de Rorty (1982), ficamos com a impressão de que parte dos problemas apontados no programa de McCloskey se deve a uma indevida extensão de escopo. Ao tratar da questão do relativismo de que é acusada a filosofia pragmatista, Rorty parece sugerir que algumas fronteiras devem ser respeitadas. Ele reconhece a existência de dois níveis de relativismo, um relativo à escolha entre filosofias, outro à escolha de teorias. O autor deixa claro que o pragmatismo é, sim, relativista no primeiro nível citado. O problema é atribuir-lhe o segundo nível. Rorty afirma: "*We do care about alternative, concrete, detailed cosmologies or alternative concrete, detailed proposals for political change*" (Rorty, 1982, p. 168).

Esta diferenciação entre 'relativismo metafilosófico' e 'relativismo teórico' nos remete de volta à polêmica acerca do realismo do projeto retórico. A transposição do relativismo para o recinto 'hermético' da economia não parece ter respaldo no neopragmatismo. Uma coisa é dizer que a seleção entre filosofias é arbitrária, ou mesmo desnecessária, dentro de uma perspectiva que concebe a epistemologia apenas como elucubração a partir dos resultados alcançados pelos profissionais – e, assim, reserva ao filósofo o papel de mero facilitador da comunicação. Outra coisa é dizer que dentro do ambiente da economia a seleção entre diferentes arcabouços, entre diferentes técnicas, a disputa entre escolas de pensamento (incluindo metodologias que constituam parte do seu próprio construto teórico) se resumam,



analogicamente, a reverberações da grande conversação – e concluir que, neste sentido, o papel do metodólogo seja de apenas harmonizar reiteradamente estes discursos.

Acreditamos que o laxismo neopragmatista de McCloskey, aparentemente superior ao de Rorty, compromete a avaliação mais sensata dos benefícios que a retórica pode trazer para a economia. Como bem observam Cass e Prado Jr (1986), localizando o projeto mccloskeyniano dentro das ambições hermenêuticas de Rorty: "Um corolário pernicioso da definição demasiadamente estreita que McCloskey nos oferece da epistemologia, é uma demarcação da retórica que é ampla e vaga demais."(Cass e Prado Jr., 1986, p. 120).

A análise que fizemos aqui acerca da relação entre o programa de McCloskey e o neopragmatismo rortiano não é exaustiva, mas nos parece suficiente para insinuarmos que, no mínimo, traz a retórica envolvida em um *imbroglio* filosófico. Isso dificulta a operacionalização da retórica e sua articulação com outras disciplinas, sem falar que dificilmente convencerá a mente de economistas que, apesar de acostumados à cartilha de Friedman, dificilmente adotariam uma postura tão relativista. Sorte que, no entanto, retórica e (neo)pragmatismo não são inexoravelmente ligados, como bem sugerem Prado Jr. e Cass:

[...] pode-se perguntar se nosso Autor [McCloskey], levado pelo justo impulso de sua polêmica, não foi um pouco longe demais. [...] Minha (sic) pergunta é: estamos nós condenados a seguir os passos de Dewey pelo simples fato de recusar a megalomania do fundacionalismo? Ou, em outras palavras, será necessário deitar fora toda reflexão epistemológica ao reconhecer, como devemos fazê-lo, a dimensão retórica das ciências humanas?[...] <sup>31</sup>. Estamos convencidos de que é perfeitamente possível – e desejável – preservar os aspectos positivos e negativos da polêmica antipositivista de McCloskey, uma vez separados de seu *background* rortiano. (Prado Jr. e Cass, 1996, p.119).

De nossa parte, não vamos tão longe em defender, terminantemente, a anulação do vínculo entre McCloskey e o neopragmatismo, mas apenas avançamos em propor uma abordagem alternativa, baseada em um *background* alternativo: a ‘nova retórica’ de Perelman. De todo modo, suspenderemos o juízo acerca do referido vínculo. Tal atitude não deixa de se assemelhar, à primeira vista, ao ‘auge na indiferença’ perseguido pelo próprio (neo)pragmatismo. Trata-se porém de uma tentativa de salvar a discussão sobre retórica deste mesmo silêncio, localizando-a num outro terreno mais propício.

---

<sup>31</sup> Este parêntesis refere-se à frase: “*Mais ainda, será que a descrição da epistemologia apresentada em ‘Philosophy and the Mirror of Nature’ é razoável?*” (Prado Jr., 1996, p.119). Omitimo-la por sugerir uma discussão que ultrapassa os limites de uma dissertação de economia; mas sua possibilidade merece ser mencionada...

## Capítulo 2 – Porto seguro

### 2.1 - A ‘nova retórica’

A edição de número 127-128 da *Revue Internationale de Philosophie* concentra vários artigos que homenageiam Chaïm Perelman (1912-1984), identificado como um dos pioneiros (senão ‘o pioneiro’) da retomada dos estudos acerca da retórica. Estes artigos colocam, em primeiro plano, a fortíssima conexão de seu pensamento com o arcabouço aristotélico, conexão localizada dentro de um esforço interno à filosofia do direito para superação da metodologia positivista. É unânime, porém, entre os interlocutores estudados, que este esforço resultou na revitalização do *status* da retórica dentro da filosofia como um todo – ainda que este objetivo já se apresentasse, em algum grau, explícito no seu trabalho, como veremos. Seja como for, a retomada do pensamento aristotélico é feita de um modo muito peculiar, a partir não só de interpretações específicas, como também da ênfase e rearticulação deliberada de certos conceitos – a ‘nova retórica’ perelmaniana é, em grande medida, ‘nova’. Tais peculiaridades, de nosso ponto de vista, resultam em possíveis respostas às preocupações de alguns críticos do programa de McCloskey, tanto no que concerne a questões que, praticamente, nasceram junto com a retórica grega, quanto no que concerne a preocupações resultantes da conexão entre retórica e neopragmatismo, vistas acima.

Começemos, mais uma vez, pelos alvos atacados. Na introdução de seu *Tratado da Argumentação* (1958/2002), Perelman&Olbrechts-Tyteca não deixam dúvida:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.02; grifo nosso; ênfase dos autores).<sup>32</sup>

Os autores destacam os aspectos principais desta concepção: o método hipotético dedutivo e, especialmente, a noção de evidência. Em outras palavras, tendo em vista o que já salientamos acerca da filosofia cartesiana, a idéia em jogo nesta é de que, procedendo a um encadeamento dedutivo de proposições, chega-se à certeza da conclusão resultante. Essa noção de certeza liga instantaneamente os planos lógico e psicológico, como atestam Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.04), cabendo lhe acrescentar o plano ontológico, uma vez garantida a existência das coisas exteriores. Mas, mesmo “os partidários das ciências experimentais e indutivas” (2002, p.02), que não se subscrevem aos cânones hipotético-

<sup>32</sup> As citações desta obra omitirão a data de publicação original, daqui em diante.

dedutivos, associam a sensibilidade à evidência, tal como mostram os autores: se em Descartes temos a evidência como ‘intuição racional’, para os indutivistas a “intuição é sensível”. Como resultado, o processo de conhecimento independe de relações sociais e é totalmente coercitivo, já que aqueles que não alcançam a evidência é porque não seguiram o método e/ou não podem ser tomados como racionais. Não há o que discutir.

Preocupados, de início, com uma questão referente à aplicação do direito, qual seja, em como estabelecer uma lógica dos juízos de valor, (isto é, como se hierarquizam os valores e, a partir dessa hierarquia, decide-se a reputação relativa dos fatos) – limite a que chega a aplicação do direito positivista, como mostra Coelho (2002) – os autores se deparam com duas alternativas: abandonar a aplicação do direito ao campo do irracional (paixões, poder) ou estendê-los ao campo do racional. Como acreditam que a primeira saída conduziria a um relativismo extremo que, por seu turno, possibilitaria a instauração da violência, decidem-se pela segunda. Para isso, advogam uma concepção mais ampla do racional, da ‘razão’, que dê conta de estabelecer as diretrizes para decisões, num contexto em que não há certeza sobre as premissas. Identificam tal procedimento justamente na noção de ‘dialética’, tal qual descrita nos “Tópicos”, pertencentes ao *Organon* aristotélico. ‘Demonstração’ e ‘dialética’ são os dois modos básicos de se conhecer, segundo Aristóteles; a primeira operando sobre premissas que se sabem verdadeiras, a segunda sobre opiniões: a demonstração seria capaz de alcançar conclusões verdadeiras enquanto que à dialética competiriam apenas conclusões plausíveis.

Disso não se segue, entretanto, a defesa de uma ‘nova dialética’. Preferiram a aproximação da retórica, em primeiro lugar, porque o termo ‘dialética’, tal como usado contemporaneamente, ganhou novos contornos a partir de Hegel, bastante distintos do sentido original. Além disso, querem enfatizar a idéia de adesão pertencente às concepções de Aristóteles em sua *Retórica*: a retórica se caracterizaria como defesa ou exposição de uma tese perante um público, com o propósito de fazer com que este aderisse às mesmas. Já a dialética aristotélica tem como estrutura básica o diálogo, tecido pelo mecanismo de perguntas e respostas, normalmente articulado entre dois indivíduos comprometidos de antemão com a busca sincera de uma conclusão plausível. De certa forma, no caso da dialética, o próprio mecanismo seria responsável, em última instância, pela adesão dos espíritos às teses (e, de certo modo, o próprio termo ‘adesão’ cairia em desuso). No caso da retórica, ao contrário, a idéia de ‘contato entre espíritos’, para usar os termos de Perelman, é crucial. O orador precisa investigar as premissas compartilhadas por seus auditórios para, então, dar ensejo a seu discurso. A imagem de ‘comunhão de mentes’, utilizada pelos autores, traduz bem essa etapa inicial. Ao longo do processo argumentativo, o orador necessita

preservar e fazer mais intensa a adesão conquistada, tanto no caso em que o conteúdo de seu discurso vise 'construir' novas teses em cima das premissas antigas, quanto no caso em que deseja superar as últimas. Observamos que a necessidade de conhecer os auditórios traduz um interesse renovado na práxis jurídica, o que denota um componente pragmático da nova retórica, a despeito de qualquer filiação ao pragmatismo.

A relação entre retórica e dialética é um problema até hoje discutido entre os estudiosos de filosofia antiga, como observaremos na seção final; saliente-se, ainda, que a noção de demonstração também não é concebida consensualmente em todos os seus detalhes (Smith, 1995). Cumpre, neste estágio, apenas perceber que Perelman&Olbrechts-Tyteca se posicionam a respeito destes termos e, mais do que isso, propõem a inclusão do formato clássico da dialética dentro de um cenário argumentativo geral; até mesmo a deliberação íntima, normalmente associada aos cânones cartesianos, é incluída pelos autores dentro da 'nova retórica'. Atrelada à idéia de adesão, a noção de 'auditório', já explorada em algum grau nos antigos, será retomada com força total: a divisão entre 'auditório particular' e 'auditório universal' se torna uma das pedras de toque da proposta perelmaniana. Será importante, igualmente, para nossos propósitos: nossa exposição sugerirá que ambas as noções conduzem a considerações sociológicas e que a segunda delas, em especial, fornece subsídios interessantes para questões filosóficas, tais como as apontadas por Mäki (1988a; 1993). Por último, vale notar que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.06) se isentam de examinar técnicas de persuasão que não estejam relacionadas ao discurso, tais como flexão de voz, manejo de imagem, mesmo reconhecendo sua importância. Em grande medida, isso se justifica pelo fato de proporem ênfase na comunicação escrita.<sup>33</sup>

Perelman (1979) localiza seu projeto retórico, associado às preocupações com juízos de valor, no interior de um escopo maior de preocupações. Parte da identificação de espécies de 'monismo' filosófico. Em primeiro lugar, considera o 'monismo ontológico', que pregaria a existência de um único Deus criador, modelo da razão e garantia de verdade – como vimos, o Deus que emerge das *Meditações* cartesianas é desta natureza. Em segundo, associado a este, emergiria o 'monismo axiológico', concebendo todos os valores e princípios morais sob a tutela divina – os desentendimentos acerca destas questões só poderiam se originar de um desvio da reta razão divina, quando os homens se deixam influenciar por paixões e imaginação. A estes monismos associar-se-ia um terceiro, 'o metodológico', com a defesa de

---

<sup>33</sup> E, quanto a isso, os autores observam: “quando utilizarmos os termos ‘discurso’, ‘orador’ e ‘auditório’, entenderemos com isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra (falada) ou pela escrita”. Seguimos, ao longo da dissertação, o mesmo procedimento. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.07).

que todos os domínios do conhecimento deveriam estar submetidos ao modelo de escrutínio da matemática, para que fosse possível alcançar o mesmo nível de certeza. Por último, o autor menciona o ‘monismo sociológico’ que, associado aos outros, conceberia a relação entre o indivíduo e a sociedade à imagem da relação do indivíduo com Deus. Associa todas estas perspectivas monistas ao propósito de se vislumbrar, em todos os domínios, uma solução única e verdadeira que dirimisse todos os conflitos.

No entanto, esses monismos seriam responsáveis, segundo Perelman, pela intolerância de pensamento, religiosa e política; associados ao uso da força, resultaram nos totalitarismos de direita e esquerda. Ora, não podemos nos esquecer de que McCloskey (1988c), algumas seções atrás, também reiterava os propósitos democráticos da retórica dentro de uma perspectiva neopragmatista. A democracia, curiosamente, é um valor que parece reunir todos, mesmo os que não aparentam se preocupar, exatamente, com valores... Aqui, ela também é uma das donas da história, mas sua defesa, desde o início, apresenta-se sob matizes diferenciados. Perelman situa a ‘nova retórica’ dentro de uma perspectiva ‘pluralista’ cara ao trabalho de seu mestre Eugène Dupréel (1879-1967), mais precisamente ao seu trabalho *Le pluralisme sociologique* (1948). De saída, portanto, o projeto perelmaniano apresenta sua interface com a sociologia – uma das exigências de boa parte dos críticos da proposta de McCloskey.

Não é necessário entrarmos em pormenores da obra de Dupréel, bastando-nos localizar os pontos que o próprio Perelman destaca e que, como veremos, influenciaram alguns aspectos de seu *Tratado*. Ele observa que Dupréel (1948), ao contrário de outros sociólogos, concebe sociedade e indivíduo como entidades que se influenciam reciprocamente, de modo atual ou virtual (ou seja, enquanto possibilidade). Essa interação pode se dar de três maneiras: via coerção, via persuasão, via troca de vantagens - quanto mais vias um agente dispuser, mais ‘força social’ ele tem. Além disso, elas se encadeiam: Perelman dá o exemplo do juiz que influencia um militar e este o acusado. A partir dessa complementaridade, Dupréel define a noção de ‘grupo social’ como reunião de indivíduos unidos entre si e distinguidos de outros por sua interação positiva (interações que se reforçam). Os diversos grupos (familiares, religiosos, esportivos etc.) passam, também eles, a interagir entre si. O pluralismo sociológico resulta de que: "[...] *des individus font simultanément partie de plusieurs groupes qui tantôt collaborent et tantôt s'opposent, dont chacun cherche à marquer son existence et, dans la mesure du possible, son autonomie.*" (Perelman, 1979, p.08).

As noções de responsabilidade e liberdade individual se definem dentro deste pluralismo sociológico: um indivíduo que pertença a ou simplesmente interaja com grupos

diferentes, tende a se deparar com situações de incompatibilidade; para sair delas, ele é, por vezes, obrigado a extrair-se “*en se plaçant au point de vue d’une valeur qui transcende les convenances de tel ou tel groupe*” (Perelman, 1979, p.09; grifo nosso). Os valores referidos se definem, portanto, a partir de uma transcendência situada.

Notamos de imediato a presença destes elementos na primeira parte do *Tratado*, dedicada ao estabelecimento dos âmbitos da argumentação. O elemento mais básico para que se dê início a esta é, evidentemente, a presença de uma linguagem comum; mas são precisos muitos outros, a maior parte deles ligados a considerações de ordem sociológica. O primeiro destes elementos, é “o apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental” (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.18), o que além de remeter à psicologia, exige que sejam delimitadas as condições do meio que garantam este reconhecimento. No meio científico, salientam Perelman&Olbrechts-Tyteca, o vínculo básico entre orador e auditório é garantido por instituições – comunidade científica, revistas especializadas –, mas o autor tem de contribuir para a manutenção do mesmo. Em havendo menores garantias institucionais, são determinados tipos de funções (ou atributos, como ‘ser adulto’) que autorizam tomar a palavra. De todo modo, a comunicação se dá com um auditório – “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (2002, p.22), cujos contornos devem ser explicitados ao máximo.

Os autores defendem que tal caracterização deve atentar para os elementos concretos, o mais próximo possível da realidade. A heterogeneidade de um auditório, formado por pessoas de vínculos, caráter e funções distintos é um dos itens principais a ser avaliado; uma mesma pessoa, pode integrar pontos de vista diversos, justificados por sua participação em grupos múltiplos. As influências das concepções de Dupréel (1948) se fazem bastante presentes: “Perguntar-se-á se o auditório está incluído por inteiro num único grupo social ou se deve repartir seus ouvintes em grupos múltiplos ou, mesmo, opostos” (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.25). Considera-se, outrossim, a possibilidade de localizar subgrupos de indivíduos que tenham transcendido seus grupos e se aglutinado em torno de determinados valores.

A persuasão dos auditórios depende, portanto, de que o orador se adapte a eles. A idéia de ‘adaptação’, todavia, não deve remeter à passividade, pois em momento algum os autores descuram do caráter intencional da nova retórica: “o condicionamento através do próprio discurso [...] só pode ser realizado pela adaptação contínua do orador ao auditório” – ou seja, trata-se de uma relação de mão-dupla. De todo modo, pode-se afirmar, aos que se questionam acerca dos qualificantes da ‘boa persuasão’, que a qualidade da argumentação (e o

comportamento dos oradores) depende em grande escala da ‘qualidade’ dos auditórios. Perelman se opõe, porém, a algumas interpretações (dos antigos) que restringem a retórica ao discurso ‘apressado’ dirigido a uma platéia de ignorantes, ao passo que à dialética caberia a argumentação excelente.<sup>34</sup> Ao fundirem ambas no conceito de ‘nova retórica’, Perelman&Olbrechts-Tyteca sugerem, como contrapartida, que se ‘estudem’ os auditórios. Há, sim, no trabalho destes autores, uma dimensão pragmática e relativista que se traduz na própria idéia de pluralismo a que se subscrevem; ela não implica, novamente, que se resvale no relativismo e pragmatismo *strictu sensu*. Eles procuram delinear a todo tempo os nuances das relações e dos elementos que as compõem.

Até este momento, a preocupação predominante foi com o estatuto dos ‘auditórios particulares’; em que a consideração de “seu aspecto concreto, particular, multiforme” (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.29) dá, segundo os autores, a fecundidade de seus estudos e os leva, em nome desta, ao contato com disciplinas adjacentes, como a psicologia e a sociologia. Na seqüência, porém, eles reorientam suas atenções para “as características de alguns auditórios, cuja importância é inegável para todos, especialmente para o filósofo” (*Ibid.*). Fazem-no por estarem cientes do velho debate entre filósofos ‘partidários da verdade’, do absoluto, e retores ‘partidários da opinião’, da ação.

Isso nos recorda a distinção que Mäki (1993) realiza entre ‘teoria correspondentista’ e ‘teoria coerentista’ da verdade, defensoras, respectivamente, da prospecção desta no nível semântico e no nível sintático/pragmático - a primeira defendida pela postura realista, a segunda, pela postura não-realista. Vimos que ele separa esta tarefa ‘prospectiva’ da tarefa da justificação da verdade, esta sim, segundo um autor realista, concernente ao nível semântico/pragmático: sentenças se justificam por sua relação entre si (sintática), qualificada em termos de coerência perante um auditório (pragmática), que atribui plausibilidade a cada um dos pressupostos conforme suas crenças (a serem examinadas pela tarefa de prospecção). Vimos, ainda, que Mäki admite que McCloskey teria esposado uma teoria coerentista de verdade (mesmo restando o problema de saber a versão desta).

Acreditamos que Perelman&Olbrechts-Tyteca, ao passarem para discussão mais filosófica, ofereçam elementos importantes para a combinação entre realismo e o projeto

---

<sup>34</sup> Quanto ao caráter do orador, os autores destacam a preocupação de Quintiliano\* em “conciliar os escrúpulos do homem de bem com a persuasão do auditório” (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 28). Eles mesmos, porém, ao raciocinarem com a idéia de ‘contato dos espíritos’ tendem a apresentar as virtudes morais do orador como contrapartida simétrica do caráter dos auditórios. Em outras palavras, um ‘bom’ auditório só admitiria travar discussão com um ‘bom’ orador. Sobre isso ver Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, pp.17-20; p.28.

\*A referência dos autores é: Quintiliano *Institution oratoire (De institutione oratoria)*, texto revisto e traduzido por Henri Bornecque, Paris, Garnier, 1933-34, vol.4.

retórico. Segundo os autores, a clássica preocupação em distinguir entre ‘persuadir’ e ‘convencer’ traduz boa parte do embate entre partidários da verdade e partidários da opinião. A primeira noção estaria mais preocupada com os resultados da argumentação, com as ações que o auditório realiza a partir do que lhe foi proposto – poderíamos associar-lhe, de acordo com o que lemos em Mäki (1988a;1993), um grau máximo de pragmatismo, com a contrapartida de uma preocupação ‘mínima’ acerca da justificação dos argumentos (‘por algum motivo’, o público julgou os argumentos coerentes e agiu em conformidade). A segunda noção questionaria o caráter ‘racional’ da adesão – e, aí, talvez pudéssemos localizar a preocupação de Mäki em discernir entre teoria correspondentista e coerentista da verdade. De fato, Perelman&Olbrechts-Tyteca observam: “ora essa característica racional da convicção depende dos meios utilizados, ora das faculdades às quais o orador se dirige” (2002, p.30) – sendo possível associar ‘meios’ a uma perspectiva pragmática/sintática e ‘faculdades’ a uma perspectiva correspondentista; a referência à ‘convicção’ sugerindo que se trata de um nível além do da mera justificação. Na seqüência, afirmam:

Embora se possa recusar, como fazemos nós, a (sic) adotar essas distinções dentro de um pensamento vivo, cumpre não obstante reconhecer que nossa linguagem utiliza duas noções - convencer e persuadir – entre as quais considera-se geralmente um matiz apreensível. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.31).

Com isso, apesar de não parecerem se enquadrar fielmente no esquema proposto por Mäki, os autores procedem à consideração de elementos concernentes ao caráter cognitivo da argumentação – podemos insinuar que não abandonam de antemão as preocupações deste último acerca do realismo, mesmo que não se manifestem neste termos. Mais propriamente, observamos que se a noção de auditório particular parece responder às demandas sociológicas dos críticos da retórica, a noção de auditório universal é promissora do ponto de vista da relação problemática entre retórica e verdade. Os autores consideram que a concepção de qualquer discurso se faz mediante um conjunto de crenças que o orador, *a priori*, possui acerca do que seriam interlocutores racionais. Ou seja, qualquer argumentação é elaborada com base na concepção prévia, pelo orador, dos elementos que constituiriam um ‘auditório universal’. Nas palavras dos autores, o auditório universal funciona “enquanto norma da argumentação objetiva.” (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.34; grifo nosso).

A transcendência operada pelo orador, no entanto, assenta-se em grande parte, na percepção que este tenha dos auditórios particulares - impossível não recordar a idéia de transcendência (que denominamos) ‘situada’ da obra de Dupréel (1948), o que sugere níveis sociológico e filosófico fortemente articulados. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.34) legitimam a recorrência ao auditório universal justamente no inconveniente oferecido pela



heterogeneidade entre os indivíduos e grupos de um mesmo auditório particular, uma vez considerados os propósitos do orador. Se este não tem intenções disruptivas, deve elaborar o discurso que julgue o mais racional, consensual, possível. Via de regra, o orador deve raciocinar tendo em vista o limite definido pela adesão do auditório universal (o que implica, inclusive, na rejeição antecipada de determinados interlocutores). Finalmente, os autores concluem, de forma lapidar:

Acreditamos, pois, que os auditórios não são independentes; que são auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual a legitimidade desse critério. Pode-se dizer que os auditórios judgam-se uns aos outros. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.39; grifos nossos).

Podemos de certa forma afirmar, por meio da terminologia utilizada em Mäki (1988a; 1993) que o ‘auditório universal’, construído na mente do orador, garante a dimensão semântica da nova retórica, enquanto que a dimensão sintático-pragmática seria capturada pelo auditório particular – muito embora, num ‘pensamento vivo’, para usar as palavras de Perelman, as duas dimensões estejam imbrincadas. Em Perelman (1979), o autor é explícito a respeito do que seriam suas concepções pluralistas de verdade e razão. A primeira é admitida como norma para opiniões, a ser utilizada de uma forma sensata: ela é fundamental por evitar que se caia no relativismo total; entretanto, deve-se atentar, a todo instante, para o risco totalitarista de se tentar impor ‘uma’ concepção de verdade – não podemos esquecer que relativismo e totalitarismo conduzem, ambos, segundo Perelman, à violência...Já a noção de razão, também deve ser concebida sob seu caráter normativo; ainda que seu conteúdo varie, porém, entre as várias filosofias, não se restringindo ao modelo inerente ao método hipotético-dedutivo:

Quant à l’idée de raison, le pluralisme [...] la concevra comme un idéal d’universalité propre à la philosophie occidentale. L’appel à la raison, qui est celui de la tradition philosophique depuis les Grecs, devrait être conçu comme un appel à l’adhésion de tous les hommes qui ne sont pas, pour l’une ou l’autre raison, disqualifiés comme membres de cet auditoire universel. [...] Mais [...] chaque philosophie élabore cet idéal de rationalité à sa façon, conformément à l’idée qu’il se forme de ce qui est acceptable par l’auditoire universel. (Perelman, 1979, p.16; grifo nosso).

Acreditamos que o que vimos até aqui seja suficiente, por si só, para denotar a diferença entre a nova retórica e a proposta mccloskeyniana a *là* Rorty; com isso, salientaremos apenas alguns pontos que julgamos mais relevantes. Além de se preocupar em propor respostas para várias das questões relativas à retórica em si mesma, (como as referentes à sua relação com a verdade, à avaliação do que seja ‘boa persuasão’ etc.), a proposta de Perelman&Olbrechts-Tyteca - talvez por ter se iniciado a partir de questões

internas à prática jurídica - enfatiza principalmente ‘as diferenças’ entre o domínio das matemáticas e o domínio, digamos, ‘social’: enquanto o primeiro estaria assentado no terreno das ‘relações necessárias’, o segundo teria como base o terreno das contingências, em que a verdade é sempre um ideal, mas nunca certeza. Ainda que, em última instância, concebam o primeiro terreno como caso particular do segundo e, neste sentido, proponham a teoria da argumentação como complemento (necessário) à lógica formal, há, no mínimo, diferença de grau – o que distingue sua postura do desejo (neo)pragmatista de apagar todos os limites entre áreas do conhecimento. Destaque-se também que, apesar de tomarem, tal como Rorty, por alvo ‘concepções extraídas a partir da filosofia cartesiana’ e de discordarem de alguns aspectos da filosofia kantiana, não pregam o extermínio da epistemologia, empenhando-se, ao contrário, na estruturação de uma nova metodologia, de uma metodologia pluralista.

Com relação à linguagem, observamos que apesar da referência aos auditórios revelar um componente pragmático muito forte, a linguagem, em Perelman, deixa de se assemelhar a ‘fluido’, ou ‘mecanismo adaptativo’, tal como nos ficou sugerido na leitura dos trabalhos de Rorty (1979/1994;1982) e McCloskey (1985 e outros). A preocupação, tanto em examinar os aspectos sociológicos, quanto em delimitar as normas (de razão e verdade) com que se opera num determinado cenário argumentativo, levam-nos a afirmar que a concepção de linguagem subjacente à nova retórica comporta algum grau de ‘referenciabilidade’ a um mundo discernível de palavras. A menção a ‘normas’ relembra a *Sprachethik* que vimos permear - de forma mal definida - a retórica de McCloskey; entretanto, aqui, seus matizes dependem tanto das crenças específicas acerca do conteúdo destas normas, quanto da situação argumentativa com que efetivamente nos deparamos. Mais do que isso, observamos que a idéia de ‘conversação’ – termo caro ao neopragmatismo e a McCloskey - comporta certo teor de placidez, ou pelo menos de mecanicidade, que na nova retórica tende a ser visto somente como um caso especial, menos tenso, do ‘*appel à l’adhésion*’ (cf. passagem acima).

Por fim, devemos enfatizar que a idéia de ‘ação’, a qual vimos ser um dos núcleos da filosofia (neo)pragmatista, é eleita por Perelman&Olbrechts-Tyteca como o qualificante essencial de uma ‘boa’ argumentação:

O objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para ação, que se manifestará no momento oportuno. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.50; grifo nosso).

Contudo essa ação tanto se dá dentro de uma matriz social definida - que substancia as premissas partilhadas pelo auditório e dá a base para a persuasão - quanto se orienta para

valores normativos - que transcendem esta matriz, criando espaço para mudança. Observemos também que o orador, na elaboração de seu discurso, tem como parâmetro o ‘auditório universal’: quanto mais aquém o auditório concreto estiver deste, pior a qualidade do argumento. Há condicionantes por todos os lados.

Ainda quanto ao tópico da ação, o artigo de Zyskind (1979, p.31) tece comparações interessantes entre o pensamento de Perelman e Dewey (que vimos influenciar Rorty) – observando, dentre outros pontos, que:

[...] while Dewey and Perelman alike oppose the quest for certainty, Dewey’s alternative quest is simply for the sharing of joint activity, as against Perelman’s quest for its rationality as well. (Zyskind, H. 1979, p.23; grifos nossos).

This difference in language from Dewey [...] reflect the pervasive difference between the actional empiricism of the one and the actional rationalism of the other. (*Ibid.*, p.31).

Para além da interpretação específica que Zyskind faz do pragmatismo de Dewey – possivelmente, diferindo em alguns pontos de Rorty (1979/1994) – interessa-nos sublinhar que as distinções entre a nova retórica e a retórica do programa de McCloskey parecerem subsistir, fundamentalmente, no fato de Perelman ter como *background* alternativo o pensamento aristotélico. Zyskind (1979), em particular, observa que a ênfase de Perelman no aspecto da ação e na idéia de plausibilidade está em linha com a noção de ‘razão prática’, que se encontra no legado aristotélico e não tem contrapartida, (a despeito do termo ‘prática’), na filosofia pragmatista. Grosso modo, define-se em oposição à idéia de ‘razão contemplativa’, à que Aristóteles atribuía o conhecimento de relações necessárias: a ‘razão prática’ tem como campo de investigação relações de caráter contingente.

Para os propósitos deste trabalho, não é preciso que discorramos em minúcias a respeito destes tipos de razão. Entretanto, a idéia mesma de que ‘o contingente’ (seja com respeito a relações, seja no que tange ao conteúdo mesmo de premissas) possa ser submetido ao escrutínio da razão, parece ser a motivação básica para que Perelman tenha se empenhado no estudo de juízos de valor e, conseqüentemente, na estruturação da nova retórica. A seguir, examinaremos, de modo sucinto, os traços mais salientes das noções clássicas de retórica e dialética, em contraposição ao raciocínio demonstrativo. Nosso objetivo é apontar: em primeiro lugar, como várias das questões referentes a estes conceitos já aparecem desde sua origem; em segundo lugar, a significância da sistematização fornecida por Aristóteles, com o intuito de delimitar o domínio destes conceitos; e, em terceiro, como o trabalho de Perelman&Olbrechts-Tyteca, além de constituir, como já sugerido, ‘uma’ linha de

interpretação do legado aristotélico, parece imitar, ele mesmo, a postura aristotélica ao configurar uma espécie de meio termo entre os positivismo e o pragmatismo *avant la lettre*.

## 2.2 - Sobre as noções aristotélicas que influenciaram a nova retórica

Aristóteles (384-322ac.) é considerado, pela maior parte dos intérpretes como o ‘pai’ da lógica - lógica que, como afirma Smith (1993, p.27), só viria sofrer alterações substantivas nos séculos XIX e XX, rumo a maior formalismo matemático.<sup>35</sup> Começamos, portanto, com um argumento de autoridade. O elemento mais conhecido do legado aristotélico é o formato silogístico de raciocínio, composto de uma listagem de premissas, cujo encadeamento leva a uma conclusão. Via de regra é o que caracteriza o formato do método hipotético-dedutivo, séculos depois sistematizado por Descartes.<sup>36</sup> No entanto, a lógica desenvolvida por Aristóteles vai muito além do silogismo, e não é de se estranhar que Perelman&Olbrechts-Tyteca tenham recorrido ao seu legado com o intuito de amplificar o campo do racional, para além dos prelados positivistas.

Como mostra Smith (1993), a lógica aristotélica se compõe de dois modos básicos de raciocínio, a ‘dedução’ e a ‘indução’. Esta última, grosso modo, se traduz na generalização a partir de exemplos particulares; os limites e a forma correta de fazer tais generalizações é um ponto ainda discutido pelos intérpretes, dispensando maiores considerações (Smith,1993, p.33). A dedução, por seu turno, é uma relação de implicação ou consequência, necessária, a partir de certas premissas. Como curiosidade, vale notar que os gregos se referiam ao termo <sullogismos> como um dos formatos da dedução; e essa pluralidade acabou se perdendo na acepção moderna de silogismo como ‘idêntico’ a ela.

Dados estes formatos básicos, ‘o conhecimento’ se dividiria em dois tipos, estudados, respectivamente, nos *Analíticos Posteriores* e nos *Tópicos*. O primeiro é o conhecimento referente à noção de <epistêmê><sup>37</sup>, que explora o âmbito das relações necessárias e, através de provas e demonstrações, tenta desvendar a causa ou razão porque algo “deve ser como é e não é outra coisa” (*Analíticos Posteriores*, I.2). O propósito de explicação causal é a essência do raciocínio demonstrativo. Este raciocínio é, sim, uma espécie de dedução a partir de premissas verdadeiras (tal como enfatizam Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002). Podemos, entretanto, perguntar: como saber *a priori* se um campo é de relações necessárias ou, como saber se as premissas são verdadeiras? Smith (1993, p.48) atenta para a controvérsia que existe com

---

<sup>35</sup> Esse ponto também é salientado por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002, p.16).

<sup>36</sup> Descartes, R. *Discurso do método* São Paulo: Abril Cultural, 1973.

<sup>37</sup> Segundo Smith (1995, p.47), <epistêmê> teria conotação próxima a que temos, hoje, de ‘ciência’.

relação a este ponto; alguns autores interpretam que elas seriam, para Aristóteles, ‘qualidades sensoriais inatas’ estimuladas pela experiência; outros que elas seriam apreensíveis via alguma espécie de dialética entre interlocutores esclarecidos.<sup>38</sup> Para nossos propósitos, basta observar que Perelman&Olbrechts-Tyteca, ao conceberem o âmbito das relações necessárias como um caso ‘limite’ do cenário argumentativo, parecem se referir a esta discussão. O segundo tipo de conhecimento é o que se dá não por raciocínio demonstrativo, mas via raciocínio dialético. Conforme já mencionado, ele atua, por excelência, no campo das relações contingentes e, afirma Smith (1993, p.29), “*is found in debates and exchanges between persons*” – valendo aqui a referência ao ‘contato dos espíritos’, proposto por Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002). A contingência estaria traduzida, como estes mesmos notam, no fato das premissas utilizadas serem tomadas como opiniões, não como verdades.

A concepção de dialética proposta nos *Tópicos*, porém, tenta apenas especificar melhor uma prática e uma noção que já estavam presentes de longa data no mundo grego. Além disso, é fundamental observar que a história da dialética se confunde com a história da retórica; daí que a obra *Retórica*, de Aristóteles, esteja intimamente relacionada com o raciocínio dialético. Já na origem os dois conceitos estão imbricados: Reboul (2000, p.27) aponta, como primeira dialética na história, a dialética sofista que, basicamente, se caracterizava como uma espécie de disputa verbal (entre duas pessoas) com o objetivo de fazer ‘calar’ o adversário; mas identifica também a retórica sofista que teria tido, como principal marca, a associação do verdadeiro ao belo (discurso). Kennedy (1987), por sua vez, atribuía esta última, mais de perto, à necessidade de enfrentar contendas de caráter jurídico, que pululavam na democracia grega – via de regra, talvez possamos pensar na dialética como um treinamento para a retórica, tal como atestado pela existência de ‘escolas’ sofistas (Kennedy, 1987, p.25). Seja como for, importa salientar que muito do mal-estar que ainda hoje envolve o termo ‘retórica’, em que se lhe atribui o caráter de demagogia, engodo, tem a ver com o fato dos sofistas, normalmente, não terem se preocupado nem com considerações morais (mentir, por exemplo é apenas um dentre outros artifícios) nem com a integridade lógica de seus raciocínios (falácia), contanto que o desajuste passasse despercebido.<sup>39</sup> Seus representantes mais ilustres foram Górgias (480-375ac.), Isócrates (436-338ac) e Protágoras

---

<sup>38</sup> Apesar da proximidade com a noção de ‘evidência’ cartesiana, devemos lembrar que Decartes ‘prova’ a existência de um Deus garantidor da evidência; o que não ocorre em Aristóteles.

<sup>39</sup> Uma característica importante da retórica sofista, apontada por Kennedy (1987), é sua tendência à ‘literaturalização’ que significa mudar o foco da persuasão para narração, do discurso para literatura, com a contrapartida de maior ênfase sobre aspectos estilísticos. Vale à pena recordar que esta é uma das críticas sofridas pelo programa de McCloskey.

(c.486-410ac.); cabendo notar que seus trabalhos, todavia, apresentam elementos de maior sofisticação de que apresentava a prática sofista em geral.

Sócrates (469-399 ac.) e Platão (c. 429-347 ac) se posicionaram contra essa ‘prática’ sofista e lhe propuseram, no lugar, a ‘dialética’ como método por excelência. Os diálogos de Platão são o modelo deste modo de raciocínio: um interrogador, a princípio sem opinião definida, dialoga com um ouvinte e constrói toda sua argumentação com base nas respostas deste; de fato, exige-se dos interlocutores uma pré-disposição ao reconhecimento da verdade que ‘emerge’ da interlocução. Notamos que para estes filósofos, “a dialética proporciona um conhecimento das coisas éticas e políticas tão seguro quanto as ciências da natureza, e até mais seguro” (Reboul, 2000, p.18), parecendo, portanto, subsumir até mesmo o papel que caberia à demonstração em Aristóteles. Em *Fedro*, à reboque da dialética, Platão concebe o que seria para ele uma verdadeira retórica: aquela promovida por um orador capaz de examinar a alma de todos os interlocutores presentes; uma retórica capaz de convencer, até mesmo, ‘os deuses’, como diz Reboul (2000, p.19). Mas embora de difícil implementação, essa proposta foi um primeiro passo na reabilitação da retórica como algo útil e desacoplado da sofística – reabilitação esta efetuada por Aristóteles, em sua “Retórica”.

De volta a Aristóteles, notamos que seu sistema se configura, principalmente, por meio da delimitação de escopo das noções, já correntes, e pela consideração de elementos pertencentes ao senso comum. Nele, a dialética, tal como em Platão, deveria ser desenvolvida em forma dialógica engendrada por questões; entretanto, ao contrário daquele, visa não ao conhecimento do ‘verdadeiro’, mas do verossímil – justamente por se assentar, como vimos, em premissas apenas plausíveis. Dos sofistas, a dialética guardará seu componente erístico - Smith (1995, p.62) observa: “*Dialectic is a competitive activity, and Aristotle gives due emphasis to the importance of strategy*”. Contudo, não resvala em falácias na medida em que o encadeamento das proposições deve obedecer ao formato dedutivo (Smith, 1995, p.62).

Do mesmo modo, Aristóteles delimita o escopo da retórica. Como em seus predecessores, o elemento básico que a diferencia da dialética é o fato de configurar um discurso dirigido a uma platéia, não um diálogo ou discussão orientada por poucos interlocutores. Conforme observa Reboul (2000, p.27), Aristóteles a reconhece na condição de instrumento ‘benéfico’, mas que, como quase todos os bens, pode ser desvirtuada para objetivos escusos; justamente por isso, todavia, aqueles que têm uma causa justa devem saber manejar a retórica, sob pena de perder a mencionada causa para um litigante desonesto, conquanto hábil. A retórica também teria papel na transmissão do conhecimento demonstrativo para públicos leigos - percebemos que estes papéis lhe denotam,

especialmente, o caráter ‘útil’. Entretanto, como salienta Smith (1995, p.63), a retórica se caracterizaria, sobretudo, por combinar os procedimentos argumentativos da dialética com um estudo dos tipos de audiência que podem ser encontrados e das premissas que, a cada uma, parecerão persuasivas. Ao contrário da dialética, o orador não conta com as respostas do ouvinte para construir seus argumentos; por isso deve averiguar, previamente, o que cada caso ‘comporta’ de persuasivo. Para tanto, faz-se necessário o exame das ‘noções comuns’ (lugares) partilhadas pelos auditórios. Estruturalmente, além da parte argumentativa, a retórica se ocuparia do estudo de elementos afetivos, mais ligados à sua parte oratória: o *ethos*, relativo a sentimentos despertados pela figura do orador e o *pathos*, referente a manipulação dos sentimentos do auditório.

Com isso, a retórica parece encontrar o seu lugar, entre exageros platônicos e sofistas. Ainda assim, vários críticos observam que a presença de um público de ignorantes, tenderia a reduzir a qualidade do discurso, no limite permitindo até mesmo que fosse completamente falso. De fato, esta é uma possibilidade, mas não podemos nos esquecer de que a obra aristotélica conta, igualmente, com vários estudos sobre ética e moral e, como mostra Reboul (2000), na medida em que a retórica, para os gregos, revestia-se de caráter público, (referente às decisões da pólis), deveria estar ‘balizada’ por considerações provenientes destes estudos.

Por último, vale notar que os intérpretes têm se questionado acerca da natureza exata da conexão entre retórica e dialética . Como observa Reboul :

[...] ele [Aristóteles] escreve que a retórica é o ‘rebento’ da dialética, isto é, sua aplicação, mais ou menos como a medicina é a aplicação da biologia. Mas depois ele a qualifica como uma ‘parte’ da dialética. Diz também que ela lhe é ‘semelhante’ (*omoion*), portanto que a relação entre as duas seria de analogia (Reboul, 2000, p.34).

De nossa parte, observamos que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002), ao limitarem a nova retórica ao campo da argumentação *strictu sensu* – preocupando-se menos com os elementos ‘afetivos’ da oratória - tendem, praticamente, a identificá-las. A idéia de ‘adesão’ dos auditórios, atribuí, a estes, papel tão ativo quanto aquele de um interlocutor único, no esquema dialético. Como em Aristóteles, cumpre delinear as premissas partilhadas pelo ‘senso comum’, os ‘lugares’ que podem ser utilizados na argumentação. Todavia, em nossos autores, o estudo dos auditórios reconhece, igualmente, o potencial que estes têm de alterar determinados esquemas argumentativos. Em particular, a interação entre elementos concretos - traduzidos nos auditórios particulares - e normas abstraídas a partir desta concretude - que se traduzem em auditórios universais - compõem uma verdadeira dinâmica argumentativa; para que tal dinâmica seja devidamente contemplada, a combinação da retórica com elementos da sociologia, filosofia e outras áreas afins, faz-se premente.

À guisa de conclusão, cumpre registrar a diferença em relação à saída neopragmatista, que, no dizer de seu formulador, pretende estar antes da invenção do pensamento filosófico:

Assim, não devemos ver uma diferença de tipo entre verdades 'necessárias' e 'contingentes' [...] Devemos, resumindo, estar onde os sofistas estavam antes que Platão fizesse valer o seu princípio e inventasse o 'pensamento filosófico'. (Rorty, 1979/1994, p. 163).

A partir do que vimos, podemos afirmar que Perelman&Olbrechts-Tyteca, tal como Aristóteles, preferem 'estar' um pouco depois.

### **2.3 - Balanço final**

Esta parte de nosso trabalho foi basicamente dedicada à legitimação teórica da proposta de Perelman (e sua co-autora) no terreno da economia.

Nosso percurso começou, assim, pela avaliação de aparelhagem. Neste sentido, o título da primeira parte traduz tanto o escopo amplo de nossa investigação - 'contribuições ao exame teórico da retórica em economia' - como denota a crença de que a mesma tenha sido frutífera - há 'contribuição'. Antes da contribuição, fez-se mister o exame. O capítulo 1 explorou o 'estado das artes' do programa de pesquisas retórico em economia - etapa necessária, para avaliação do instrumento analítico que iremos utilizar. Destacamos a proposta de McCloskey como pioneira e principal propagandista da promessa retórica (seção 1.1). A constatação, a partir das críticas orientadas a ela (seção 1.2), de que sua procedência não se encontra consolidada conduziu-nos à busca de explicações para a dificuldade.

Ao longo do exame, algumas pequenas (pretensas) contribuições. Logo no início de nosso texto (capítulo 1), sentimos a necessidade de justificar a tomada de McCloskey como ponto de partida, diante da proposta contemporânea de Arida (1983). A partir do contraste das propostas, destacamos dois elementos que julgamos nem sempre serem bem delimitados na literatura. Um é a natureza distinta da preocupação de cada um dos autores: Arida recorre à retórica no âmbito da história do pensamento econômico; McCloskey, no da metodologia. O outro, relacionado ao anterior, é o vínculo da proposta de Arida com os trabalhos acerca da história intelectual, ligados ao nome de Quentin Skinner, que se debruçam, eles mesmos, sobre questões referentes à retórica, no campo da filosofia política.

Em seguida, a leitura do artigo pioneiro de McCloskey (1983/1985), colocou em primeiro plano suas conexões com o neopragmatismo. Mais do que simplesmente afirmarmos a presença ou não das mesmas com base na literatura secundária - aliás bastante abundante - preferimos o desafio de 'pescá-las' ao longo da argumentação de McCloskey. Decifra-me ou devoro-te: nossa leitura constatou que o artigo reproduz um 'drama' que caracteriza o



neopragmatismo. De um lado, ele caracteriza a linguagem como algo ubíquo e espontâneo, propondo que seja tomada, ou simplesmente reconhecida, como único instrumento no combate à metodologia prescritiva; de outro, entretanto, precisa justificar (ainda que não queira) sua concepção de linguagem e sua aversão à metodologia, e, para isso, recorre, justamente, à autoridade da filosofia.

No exame das críticas dirigidas a McCloskey (seção 1.2), também acreditamos que nossa análise foi frutífera. A divisão entre críticas de ordem filosófica (seção 1.2.1) e críticas de ordem sociológica (seção 1.2.2) mostrou ser um esquema pertinente para a organização do 'fogo cruzado' em que se envolveu a proposta do autor. No âmbito das primeiras, exploramos, com certo grau de minúcia, as críticas de Mäki (1988a, 1988b, 1993) referentes aos vínculos entre retórica e realismo. Acreditamos que a atenção que dedicamos ao mesmo seja merecida, posto ter sido o principal interlocutor de McCloskey. Ademais, Mäki explora as águas profundas da relação entre discurso e verdade, problema que praticamente apareceu junto com a retórica antiga e está longe de ser um assunto encerrado em filosofia. No âmbito das críticas sociológicas, destacamos a necessidade de examinar as circunstâncias que fazem determinados discursos persuasivos e outros não, o que cobra do programa retórico sua articulação com estudos da sociologia. Constatamos, porém, que as ordens são articuladas. Os artigos que examinam o papel da 'metáfora' no discurso econômico (Bicchieri, 1988; Mirowski, 1988) ilustram este caráter confocal que, igualmente, é sinalizado pela própria argumentação de Mäki. Se é que a verdade possui componente valorativo, julgamos que a convergência dos planos reproduza os elementos em jogo no ideal da 'boa' persuasão: formulação de um discurso que, para conquistar seu(s) auditório(s), diga bem 'o bem'.

Navegar é preciso. Após percorrermos o texto de McCloskey e as críticas que lhe foram dirigidas, ficamos com a impressão - respaldada pelos críticos - de que as dificuldades de seu programa retórico residiam na mescla de problemas concernentes ao caráter da retórica desde a antiguidade com as questões, nem tão atuais, do neopragmatismo. Decidimos seguir a pista, investigando aspectos dos trabalhos de Rorty (1979/1994; 1982) e nosso esforço se mostrou recompensado (seção 1.3). Tesouro? Com base nestes trabalhos, constatamos que é McCloskey quem 'casa' a discussão da retórica com o neopragmatismo e, de certa forma, parece desrespeitar até mesmo os limites (sim, eles existem) sugeridos por Rorty. Seja como for, observamos que a filosofia neopragmatista opera com concepções de linguagem extremamente peculiares, absorvidas na idéia de 'conversação', as quais agravam problemáticas que acompanham a retórica desde seus primórdios. É ao conceber a busca de conhecimento como uma aventura despida de eixos, que o neopragmatismo ergue a bandeira

da hermenêutica e contesta critérios de avaliação epistemológica, propondo que se encerrem as discussões a respeito dos mesmos. (Morte na praia?). Dificulta, com isso, a determinação dos contornos da 'boa' retórica, posto que as questões envolvidas neste desenho - relação entre retórica e verdade, persuasão e auditórios - exigem pesquisas conjuntas com a filosofia e sociologia, que, cumpre notar, costumam estar sujeitas a limites, metodologias próprias.

Toda a discussão desenvolvida no primeiro capítulo nos mostrou que o programa de McCloskey adiciona mais polêmica em torno de um conceito complexo. Cumprido este percurso, de cunho negativo - cuja extensão fez jus ao tamanho do *imbroglio* e à necessidade de esquematizá-lo - sentimo-nos em posição confortável para mudarmos o 'leme' na direção da nova retórica (capítulo 2). Porto seguro. A proposta de Perelman&Olbrechts-Tyteca (seção 2.1) emergiu a partir de sua preocupação com a lógica dos juízos de valor, no intuito de afastar os valores tanto de posturas relativistas como totalitárias. Os autores partem de dois pressupostos: primeiro, de que estes valores possuem caráter 'contingente'; segundo, de que, apesar deste caráter, são passíveis de tratamento racional. Em vista disso, posicionam-se contra a concepção de racionalidade cartesiana, segundo a qual só é possível raciocinar com base em premissas evidentes, de caráter necessário: não há porque argumentar quando todos podemos alcançar a certeza sozinhos.

Muito embora Descartes seja alvo totalitário comum a McCloskey e Perelman, este último não resvala nos mesmos excessos laxistas da conversação. Para usar os termos de Mäki (1993), podemos afirmar que sua proposta constituiria um programa retórico mais 'denso' que o de McCloskey. Da tríade 'orador-discurso-auditório', a nova retórica toma, sim, o último elemento como chave para compreensão do cenário argumentativo. Entretanto, os 'auditórios particulares', concretos, precisam ser compreendidos, o que demanda, dentre outras coisas, a articulação com estudos sociológicos. Deste modo, a nova retórica se mostra, ao nosso ver, mais aberta à consideração das críticas de ordem sociológica, vistas anteriormente: o estudo da estrutura do texto, das figuras de linguagem, deve ser minimamente situado no contexto histórico-social em que tem lugar.

Por outro lado, vimos que Perelman e sua co-autora estão cientes de toda a discussão filosófica acerca da relação entre verdade e retórica, desenvolvendo o conceito de 'auditório universal' para tratamento desta questão: cada orador, ao formular seu discurso, imagina um conjunto de interlocutores especialmente qualificados para compreendê-lo, a partir das concepções que possua sobre razão, universalidade etc. . Há um limite normativo que impede que qualquer coisa possa ser dita. Isso abre espaço para combinação entre realismo e retórica, ainda que Perelman&Olbrechts-Tyteca não se pronunciem nesses termos. Podemos afirmar a

presença de algum alinhamento em relação a teorias de verdade por correspondência, já que o reconhecimento de existência de uma norma aponta para certo grau de adequação semântica, de compromisso entre 'o que se diz' e a crença em um determinado mundo. Em especial, tal auditório se compõe a partir do que o orador concebe como o conteúdo pertinente a conceitos como o que é 'racional', 'verdadeiro', 'real', 'objetivamente válido' – conceitos estes que, por seu turno, decidem a natureza convincente ou não de determinado texto.<sup>40</sup> Enfim: a proposta de Perelman&Olbrechts-Tyteca também se mostra mais aberta às questões de ordem filosófica.

Observamos que os auditórios, contudo, são conectados. Se, por um lado o auditório universal controla a persuasão bacante, é a partir de suas experiências com auditórios particulares que o orador abstrai as normas que delimitarão os contornos do mesmo - via de regra, durante momentos em que há controvérsia entre as partes dos auditórios concretos. Perelman&Olbrechts-Tyteca tomam, aqui, a noção de transcendência situada, desenvolvida no trabalho de Dupréel (1948). Os auditórios particulares também condicionam positiva ou negativamente a argumentação, conforme se aproximem mais ou menos do auditório universal concebido; a partir desta dinâmica é que se avalia a persuasão como 'boa' ou 'má'. Ademais, conquanto postulem a estabilidade genérica das normas, os autores não descartam a possibilidade de que determinadas experiências impactem nas mesmas. A adesão se desenvolve dentro de uma matriz social, em que os auditórios particulares e universal julgam-se uns aos outros. A natureza confocal das críticas de ordem sociológica e filosófica se reproduz aqui.

Finalmente, se encontramos nos vínculos de McCloskey com o neopragmatismo o motivo para as dificuldades de seu programa, observamos que o *background* filosófico de Perelman fornece um substrato mais firme para a revitalização da retórica. Ao debruçar-se sobre o universo do contingente, a nova retórica foi buscar na filosofia de Aristóteles sua inspiração, fundindo as noções aristotélicas de dialética e retórica. A primeira explora a dinâmica de raciocínios fundados em premissas de caráter não apodítico. A segunda trata, mais propriamente, de como o orador deve preparar seu discurso para conquistar a adesão dos auditórios. São noções, entretanto, intimamente associadas e a natureza desta associação ainda é discutida em filosofia. O último passo (seção 2.2) foi percorrer pontos básicos da filosofia

---

<sup>40</sup> Recordamos que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) distinguem entre persuasão e convencimento. A primeira teria como objetivo alcançar a adesão de um auditório particular, estando mais relacionada ao plano da ação. O convencimento teria, por seu turno, a pretensão de conquistar a adesão do auditório universal, e estaria, assim, associado ao plano do reconhecimento da 'verdade'. Os autores salientam, contudo, que na prática tal distinção nem sempre é facilmente discernível.

aristotélica, com o intuito de mostrar como ela, ao contrário do neopragmatismo, está preocupada, de saída, com o estatuto epistemológico da retórica.

Após o exame, a contribuição. Em primeiro lugar, nossa exposição indica como o vínculo com arcabouços filosóficos diferenciados repercute na natureza dos programas de pesquisa retóricos em economia. Deixamos a sugestão no caso da proposta de Arida e exploramos com afinco a questão no caso de McCloskey e Perelman. Acreditamos que este ponto seja relevante por caracterizar bem os desafios da metodologia econômica enquanto matéria interdisciplinar. Em segundo lugar, esperamos ter mostrado que o risco que cerca a retórica é, em grande medida, contrapartida do risco que cerca a busca do conhecimento como um todo. E isso não é diferente no caso da economia. A retórica tem, de fato, papel fundamental na 'apresentação' de conclusões, mesmo porque o formato do discurso interfere na adesão dos auditórios às mesmas. Contudo, não é aí que reside toda a beleza do discurso. Tomada nos termos da proposta de Perelman, a retórica tem papel metodológico em esferas do conhecimento onde as premissas não são evidentes. Reconhecer sua aplicabilidade significa reconhecer o caráter contingente de determinadas áreas do conhecimento sem, contudo, abrir mão da possibilidade de investigá-las. Ao utilizarmos a nova retórica para compreensão de textos econômicos, partimos da premissa de que alguns dos pressupostos em economia são, simplesmente, 'discutíveis'.

## PARTE II – ANÁLISE RETÓRICA DE *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

### Preâmbulo - Auditórios e interpretação

A discussão teórica desenvolvida na primeira parte deste trabalho convergiu para apresentação da proposta retórica de Perelman como alternativa metodológica promissora, do ponto de vista das críticas deflagradas ao programa de pesquisas de McCloskey. No que tange às críticas de ordem sociológica, destacamos que o conceito de ‘auditório particular’ conduz à investigação do contexto histórico em que determinados públicos se inserem, dos grupos sociais especificamente contemplados. No que se refere às críticas de ordem filosófica, vimos que o conceito de ‘auditório universal’ se mostra promissor, posto que o conteúdo do discurso é controlado por normas que transcendem a situação imediata orador-público. Finalmente, salientamos que os dois planos são conectados, definidos e avaliados mutuamente.

Desenvolvido o exame teórico, passaremos à aplicação ‘prática’ da nova retórica às obras que selecionamos, *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (TDE) e *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (CSD), escritas respectivamente em 1911 e 1942.<sup>41</sup> Para esta análise, teremos como referência fundamental a interpretação de Swedberg (1991). O autor adota uma periodização que divide as obras schumpeterianas em dois períodos: o primeiro é o período europeu, que vai de 1906 - ano em que Schumpeter publica seu primeiro artigo<sup>42</sup> - a 1932, quando parte para lecionar em Harvard; o segundo, americano, inicia-se em 1932 e termina no ano de seu falecimento, em 1950.

O período europeu compreende a formação acadêmica de Schumpeter, efetuada entre 1901 e 1906, na Faculdade de Direito da Universidade de Viena, e sua passagem, como docente, pelas universidades de Czernowitz (1909-1911), Graz (1911-1914) e Bonn (1925-1926). Compreende, além disso, um ano de exercício de advocacia no Cairo (1907-1908) e um intervalo (1914-1925) marcado por incursões (frustradas) na vida política e de negócios: participação na comissão germânica de socialização (1918-1919), ministério das finanças no governo austríaco (1919), presidência do Biedermann Bank (1921-1924). No que tange ao contexto histórico mais amplo, temos uma Viena de *fin-de-siècle*, imersa em grande

---

<sup>41</sup> A primeira edição saiu com o ano de publicação de 1912 ; no prefácio, porém, Schumpeter se refere a 1911 como ano correto.

<sup>42</sup> "Ueber die mathematisch Methode in der theoretischen Nationalökonomie". Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung, Vol. 15.

efervescência cultural e também em tensões político-econômicas que culminariam com a Primeira Guerra.

No período americano, Schumpeter se dedica principalmente à carreira de professor em Harvard. É contratado durante um quadro de reestruturação do departamento de economia, que passa de um caráter eminentemente histórico, sociológico, para um perfil mais teórico, matematizado. A crise dos anos 1930, a política econômica de Roosevelt e a Segunda Guerra – com o progressivo envolvimento norte-americano – figuram como destaques históricos principais.

Esses traços gerais - distância temporal e elaboração em países diversos – foram as constatações básicas que conduziram nossas atenções para uma análise comparativa das duas obras. A isso se somou a percepção de que TDE se encontra difundida no grupo mais circunscrito de economistas, enquanto que CSD atinge um conjunto mais amplo de cientistas sociais. Estes são fatores que sugerem o direcionamento das mesmas para auditórios particulares distintos.

Observamos porém que Schumpeter, ao contrário, por exemplo, de Keynes (ver Anuatti, 1994) apresenta-se oficialmente interessado somente na adesão do público acadêmico (ver, dentre outros, Smithies, 1950). No caso de TDE, nossa investigação sugeriu como auditórios particulares mais relevantes os membros da escola austríaca e da escola histórica, os quais lideravam o debate econômico nos países de língua alemã. A sugestão desses auditórios como 'particulares' se justifica, em nível mais elementar, a partir da intenção de nosso economista em se 'firmar' na academia - um propósito concreto e direcionado. Destacamos o auditório austríaco como alvo mais imediato, por julgarmos razoável que Schumpeter tome como primeiros interlocutores seus mestres. As biografias escritas por Allen (2004a) e Swedberg (1991) legitimam nossa proposição e mostram que Schumpeter pretendia ser reconhecido, sobretudo, como teorista. O auditório composto pela escola histórica, todavia, apresenta-se como interlocutor direto dos austríacos. Tal reciprocidade, somada à participação de Schumpeter no cenário acadêmico germânico, seja como estudante em seminários, seja como professor, justifica identificar nos alemães um segundo auditório relevante. Cumpre observar que autores como Shionoya (1997, 2001) sugerem este auditório como o 'mais' relevante, o que mostra que a identificação das influências e interlocutores principais de Schumpeter envolve uma decisão entre interpretações variadas.

O público acadêmico também figura como interlocutor oficial de CSD. Os eventos ocorridos após a publicação de TDE demonstram ter reforçado a antipatia de Schumpeter em relação, por exemplo, à prescrição de política. A trajetória biográfica de nosso economista

dentro do departamento de Harvard, imerso em um cenário histórico marcado pela primeira guerra, um cenário intelectual marcado pela proeminência do trabalho de Keynes, e a frustração com o impacto de *Business Cycles* (1939) fornecem elementos para delimitação do auditório particular da obra. De saída, este público aparenta ser mais amplo, possivelmente não circunscrito à academia.

O esquema proposto por Swedberg (1991) corrobora a percepção de que TDE teria sido destinada a um auditório de economistas *strictu sensu*, enquanto que CSD teria sido redigida para um público mais amplo. Todavia, a distinção mencionada não seria devida a um perfil meramente interdisciplinar de nosso autor, nem apenas a objetivos persuasivos imediatos, mas, também, ao fato de as obras serem resultantes do trabalho em ramais diferenciados de uma mesma concepção complexa de análise econômica, a *Sozialökonomik*, concepção que visava articular a economia com outras ciências sociais. Neste sentido, haveria um plano unificador para TDE e CSD o que, do ponto de vista da análise retórica que propomos, limita a relativização das obras de acordo com seus auditórios particulares. Esse plano traduziria uma concepção abrangente e ideal de 'ciência econômica', nutrida no seio do discurso e controvérsias de uma época. Nas palavras de Swedberg:

Schumpeter spent considerable time analyzing the relationship between economics and the other social sciences, and he was constantly trying to work out different ways of integrating them in his concrete analyses. It is also very important to note that he did this within a very specific economic discourse [...]. Schumpeter struggled to express his 'vision' within a distinct body of German-Austrian economics which was called *Sozialökonomik*. (Swedberg, 1991, p.31; grifo nosso).

A idéia de *Sozialökonomik*<sup>43</sup> foi elaborada nos trabalhos de Max Weber (1864-1920), tendo sido inicialmente concebida como um tipo mais abrangente de análise, reunindo teoria e história econômica.<sup>44</sup> Weber era membro da novíssima escola histórica que emergira como postura conciliatória entre a proposta historicista de Gustav von Schmöller (1838-1917) e a defesa da perspectiva mais deducionista de Carl Menger (1840-1921), as duas frentes em oposição no famoso *Methodenstreit*, ou 'batalha dos métodos'. Schumpeter se aproxima da novíssima escola ainda no período europeu; seu terceiro livro do período, "Epochen der Dogmen - und Methodengeschichte" (1914), aparece inicialmente como parte dos *Grundriss der Sozialökonomik* (1914), enciclopédia comissionada por Weber, representando, de certa forma, não uma história convencional de economia, mas uma história da *Sozialökonomik*

---

<sup>43</sup> A tradução mais próxima é 'economia social'. De acordo com Swedberg (1991), outra possibilidade - que o próprio Schumpeter utiliza em *História da Análise Econômica* - seria 'economia científica', ou mesmo, em algumas passagens, simplesmente, 'economia'.

<sup>44</sup> Weber, segundo Swedberg, tomou o termo de Heirich Dietzel, economista da Universidade de Bonn. Vale atentar que em 1925 Schumpeter sucede Dietzel nesta universidade.

(Swedberg, 1991, p. 36). Outro sinal de que nosso economista estaria orientado por tal concepção teria sido a adição de mais um ramal a esta análise complexa, a estatística.

No momento, interessa-nos enfatizar que a *Sozialökonomik* pertence a um 'discurso' compartilhado por parte dos intelectuais de uma época, atuando, contudo, como elemento de coesão do trabalho de Schumpeter ao longo de toda a sua carreira, inclusive - e até de modo mais intenso - na fase americana, em que haveria um esforço de 'acabamento' das obras da fase européia. Novamente: a partir de um discurso específico, uma perspectiva normativa abstrata é extraída. Aproximamo-nos, com isso, da noção de auditório universal, sendo oportuno recordar as palavras de Perelman&Olbrechts-Tyteca, acerca do mesmo:

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal [...]. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.37).

A interpretação de Swedberg permite que vislumbremos um auditório universal para TDE e CSD, composto por um conjunto de acadêmicos ('ideais') que partilhassem desta perspectiva mais abrangente de análise econômica. Schumpeter teria composto seu discurso de modo a fazê-lo convincente a esta 'platéia' - não foram somente auditórios e circunstâncias concretas imediatas que definiram a temática de cada qual das obras. Dentro deste esquema normativo, a orientação de TDE para o público de economistas traduziria a preocupação com o ramal da 'teoria econômica' da *Sozialökonomik*, enquanto que CSD teria atingido um público composto por outros cientistas sociais, além dos economistas, por ser uma obra deliberadamente preocupada com o ramal da 'sociologia econômica'. No que tange ao enquadramento de TDE, nossa leitura tende a corroborar a orientação 'teórica' tanto no plano concreto quanto normativo - conquanto ele não seja tão simples e desimpedido. No que tange a CSD, veremos que o conteúdo sociológico é patente, mas o auditório particular mais amplo não parece circunscrito a sociólogos.

Tal interpretação é uma entre muitas outras tentativas de buscar uma perspectiva privilegiada para apreciação do conjunto da obra de Schumpeter, contra (ou apesar da) presença dos elementos paradoxais apontados por seus críticos. Merecem destaque as propostas alternativas de Andersen (1991a, 1991b) e Shionoya (1990, 1997), que em alguma medida também serão consideradas neste trabalho. A existência de um plano unificador é sugerida pelo próprio Schumpeter na introdução à *História da Análise Econômica* (1954), onde discorre acerca de sua postura quanto ao método e à concepção de ciência, em especial ciência econômica, remetendo-nos à metáfora da 'visão' pré-analítica, momento em que o especialista vislumbra aquilo que será seu objeto de esforços analíticos (Schumpeter, 1954, p.



41). Juntamente com os fatores apontados mais abaixo, argumentamos que a noção de *Sozialökonomik* figura como elemento constituinte da visão schumpeteriana acerca do processo social e, dentro deste, do universo econômico. Visão e auditório universal são, em nosso entender, noções que podem ser aproximadas, posto que ambas se consolidam a partir de normas extraídas de contextos específicos - a partir desta aproximação, a *Sozialökonomik* figura no âmbito do auditório universal. A constatação, por intermédio da leitura das obras, de que a orientação com base na *Sozialökonomik* é realmente plausível e, além disso, da ênfase schumpeteriana na metáfora da visão, especialmente na segunda fase, são fatores que nos permitem afirmar que Schumpeter se revelou um autor particularmente aberto à análise retórica.

A noção de auditório universal comporta, no entanto, variantes, uma das quais pode ser de utilidade no caso de Schumpeter. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.34) advertem que existe a possibilidade de que o indivíduo *per se*, deliberando consigo mesmo, encarne o papel de auditório universal, adquirindo "o privilégio confiado à razão" de fornecer o crivo para a configuração de um discurso. Não entraremos nos detalhes desta variante, bastando observar que ela funciona como um caso limite do processo argumentativo, no qual ele se aproxima de processos dedutivos puros (demonstração). A serventia desta observação está em que a maioria das biografias de Schumpeter a que tivemos acesso o descrevem como uma figura imperativa e com altíssimas ambições intelectuais - Harbeler (1950, p.343) chegaria a afirmar "*He was nobody pupil*". É bastante provável, portanto, que o auditório-norma de Schumpeter carregasse um elemento pessoal muito forte - ainda que não caiamos no limite solipicista ilustrado no *Tratado*. A ênfase schumpeteriana na metáfora da 'visão' pré-analítica sugere também, entre outras coisas, um elemento idiossincrático prévio a qualquer investigação científica. No caso de nosso economista, teríamos a conjugação desse elemento com o discurso permeado pela noção de '*Sozialökonomik*', já examinada, bem como por aspectos mais amplos e completamente *sui generis* da cultura e sociedade vienenses, esboçados adiante.

Para que concluamos este preâmbulo, é crucial que fique claro que o eixo da leitura que se segue, centrada como está no aspecto dos auditórios, depende da interpretação bastante precisa do trabalho de Schumpeter, balizada pelo trabalho de Swedberg (1991).<sup>45</sup> Nossa leitura, tanto de TDE e CSD, encontra-se sob as luzes da mesma; em contrapartida, cremos

---

<sup>45</sup> Muito embora tenhamos recorrido abundantemente a biografias e, além disso, considerado elementos de outras interpretações como as de Shionoya e Andersen, mencionadas acima.

que o exame retórico indicará a procedência ou não de algumas das proposições deste intérprete.

Isso posto, a análise das características do contexto prévio à redação de *Teoria do Desenvolvimento Econômico* é necessária para que delineemos tanto os contornos do(s) auditório(s) a que a obra se dirige como as influências recebidas por nosso economista. Igualmente importante é a consideração dos anos subseqüentes à sua publicação e anteriores à consecução de terceiro grande livro de Schumpeter, para que colhamos informações acerca da recepção de TDE. Nossas atenções estarão, portanto, voltadas para parte do período europeu, compreendida entre 1883 e 1914. Iniciaremos pela consideração de alguns aspectos anteriores à periodização de Swedberg (que se inicia em 1906) levando em conta dados da vida pessoal de Schumpeter e elementos do quadro cultural mais amplo da sociedade vienense da virada do século. Feito este mapeamento, passaremos à consideração das discussões econômicas - teóricas e metodológicas - em que TDE viria a se inserir.

## Capítulo 3 - Vida e contexto intelectual relevantes para TDE

### 3.1 - Elementos biográficos de Schumpeter: vida e produção acadêmica de 1883 a 1914

*"Paradox, failure, disaster, and disappointment were the keynotes of Schumpeter's life and work. He lived a paradoxical life and had a paradoxical career. He thought paradoxical ideas and wrote paradoxical books."*(Allen, 1994a, p.4)

Josef Aloisius Julius Schumpeter<sup>46</sup> nasce em Triesch, vilarejo pertencente ao Império Austro-Húngaro, no dia 8 de fevereiro de 1883 - ano em que também nasce Keynes e morre Marx. Filho de Josef Alois Karl Schumpeter, então dono de uma tecelagem na própria Triesch, e de Johanna Marguerite Gruener, neta e filha de médicos da cidade vizinha de Iglau, Schumpeter pertencia a uma família um tanto privilegiada para os padrões da cidade: para se ter uma idéia, a fábrica de tecidos já pertencera a seu avô e bisavô; estes dois, além de proprietários, foram prefeitos de Triesch. Allen (1994a) mostra que boa parte da linhagem de Schumpeter era de origem tcheca; no entanto, nosso economista via a si mesmo como autêntico alemão, em grande medida devido à postura aristocrática de sua mãe - a despeito desta não possuir qualquer título. Os alemães compunham a elite do lugar, sendo donos de terras, fábricas etc. Parte do prestígio da família Schumpeter derivava também de seu forte catolicismo, a religião predominante na monarquia austro-húngara. Tais características permitem situar a família Schumpeter no interior da alta burguesia austríaca, classe chave para a compreensão dos eventos políticos e da atmosfera intelectual do império.

Quando nosso economista contava com apenas quatro anos de idade, seu pai morre. No ano seguinte, Johanna e o garoto se mudam para a cidade de Graz, com o intuito de que este estudasse em escolas mais conceituadas. Quando Schumpeter completa dez anos, sua mãe se casa com Sigmund von Kéler, ex-combatente do exército austro-húngaro. A titulação de Kéler não era das mais altas, mas permite que Schumpeter obtenha acesso ao

---

<sup>46</sup> Ao publicar seu primeiro livro, Schumpeter decide utilizar a grafia inglesa de seu nome, 'Joseph'. Allen (1994a) interpreta essa mudança como ilustrativa da postura elitista de Schumpeter: após passar um ano na Inglaterra (1906-1907) ele passaria a admirar os modos conservadores ingleses. O biógrafo salienta, ainda, que o imperador austro-húngaro, Franz Joseph, também tinha o nome grafado como tal...Já o 'Aloisius' teria sido abreviado para 'Alois' por hábito; enquanto 'Julius' (nome do seu avô materno) foi simplesmente omitido ao longo do tempo.

'Theresianum'<sup>47</sup>, a escola mais seleta de Viena, para a qual a aristocracia costumava enviar seus filhos. Com isso, mãe e filho se mudam novamente.

Schumpeter é um dos melhores alunos do colégio. Passa longas tardes na biblioteca, exibe imensa facilidade com idiomas (grego, latim, francês, inglês, alemão) e grande interesse nos estudos de sociologia, filosofia, arquitetura. A relevância e o perfil extremamente aristocrático da instituição fez com que depois da instauração da monarquia dual, em 1867, o estabelecimento de uma cota fixa para filhos de famílias húngaras abastadas se tornasse sério objeto de negociação entre os governos austríaco e húngaro. (Schorske,1961).<sup>48</sup> Haberler (1950) foi um dos primeiros a identificar a influência que esta atmosfera elitista, somada aos esforços de Johanna, exerceu sobre a personalidade de Schumpeter:

The milieu at the Theresianum in conjunction with what must have been a highly cultured atmosphere in the home of his mother left a permanent imprint upon his personality. It was there that he acquired the agreeable, sometimes quaintly overpolite oldworld manner, which, together with his natural charm, friendliness, and vitality, produced the man Schumpeter as we knew him. (Haberler, 1950, p. 335).

Em 1901 ingressa na Faculdade de Direito da Universidade de Viena. Por esta época, alguns dos privilégios haviam sido dirimidos, mas a universidade permanecia, de modo geral, acessível apenas à nobreza e aos economicamente bem sucedidos, sendo vista, pelo restante da população, como uma instituição classista e autárquica. Os professores tinham bastante prestígio social e comumente se tornavam figuras-chave na administração do império; compunham o estrato social logo abaixo da aristocracia hereditária, podendo ser tomados como membros efetivos da alta burguesia. O ensino de economia era articulado à faculdade de direito; mesmo com esta fusão, a universidade se firmara como um dos principais centros de excelência no assunto - sucesso devido aos avanços teóricos de Menger, o fundador da denominada escola austríaca (que passaria a predominar no departamento entre 1890 e 1930), e de seus sucessores Böhm-Bawerk e von Wieser. Os últimos foram professores de Schumpeter e, via de regra, considera-se que Böhm-Bawerk foi quem teve maior influência sobre seu pensamento. Os seminários que conduziu entre 1905 e 1906 eram bastante famosos, constituindo elemento importante na formação de nosso economista.

Nesta época, Schumpeter passa a frequentar os cafés vienenses, as 'Kaffeehaus', a maioria situada nos arredores da universidade. Estes estabelecimentos funcionavam como ponto de encontro de intelectuais; segundo Johnston (1972), juntamente com teatros e

<sup>47</sup> Fundado em 1746. Vale notar que Schumpeter frequentou o colégio na condição de 'externo', já que o internato era restrito aos membros da aristocracia.

<sup>48</sup> Johnston (1972) comenta que os ex-alunos do Theresianum costumavam usar o pronome 'du' para dirigirem-se uns aos outros e que isso era mantido pelo resto da vida, a despeito da posição econômica ou cargo que cada aluno obtivesse ao se tornar adulto.

concertos, estes cafés constituíam eixo na circulação de idéias. Neles, afirma Allen (1994a), Schumpeter consolida sua fama de *enfant terrible*, misturando ares (pseudo)aristocráticos - resultantes tanto dos ambientes que percorreu como da educação materna - e a irreverência que lhe era peculiar. As conversações respeitavam um elaborado ritual de boas maneiras, mas, mesmo fiel ao decoro, o economista encarava as discussões como, digamos, verdadeiros 'jogos dialéticos': "*Schumpeter made himself unique and memorable, the center of attention. His forte was l'art pour l'art, and his attitude imparted an air of scientific detachment, or perhaps indifference, and no clear belief in anything.*" (Allen, 1994a, p.40).

É importante destacar que ao longo de todo este período Schumpeter desenvolve aquilo a que viria chamar de 'visão' pré-analítica, traduzida, conforme mencionamos acima, na seleção do objeto de interesse científico e na interpretação de seus contornos fundamentais - etapas necessariamente anteriores ao procedimento de análise. Schumpeter, posteriormente, costumava se referir ao terceiro decênio dos estudiosos como período sagrado de 'fertilidade do cientista'.<sup>49</sup> Este movimento criativo, entretanto, coincide e interage com a formação da visão que, uma vez consolidada, permeará todo o trabalho subsequente. Em seu caso, este período de formação se estenderia até 1914, ano em que publica sua última grande obra desta fase. Os desenvolvimentos intelectuais e sócio-econômicos ocorridos na Viena da virada do século, ainda que condicionados à criatividade e personalidade de Schumpeter, seriam para sempre absorvidos por sua visão: "*No matter where he went or what he did, the aura of Franz Joseph's Vienna was always with him.*" (Allen, 1994a, p. 31).

Ao concluir sua graduação, em 1906<sup>50</sup>, Schumpeter publica seu primeiro artigo de fôlego que, em inglês, pode ser traduzido para "Concerning the Mathematical Method in Theoretical Economics."<sup>51</sup> Tratava-se de uma revisão das maiores contribuições em termos de métodos matemáticos para economia. Vale ressaltar desde já que, apesar de defender a utilização e de compreender suficientemente os avanços neste ramo, Schumpeter nunca fez, ele mesmo, uso de formalização matemática em suas teorias.<sup>52</sup> No mesmo ano, nosso autor

---

<sup>49</sup> Expressão cunhada pelo próprio Schumpeter (1914) no memorial que escreveu para Böhm-Bawerk, referindo-se à produção acadêmica do homenageado, cujas bases teriam sido formuladas antes que ele completasse 30 anos.

<sup>50</sup> Neste ano sua mãe se separa de von Kéler, permitindo sustentar a hipótese de que a união com este foi condicionada pela educação de Schumpeter.

<sup>51</sup> "Über die mathematische Methode der theoretischen Ökonomie", *Zietschrift fuer Volkswirtschaft* 15 (1906), p. 30-39. A tradução do título para o inglês encontra-se em Allen (1994a, p.56); o artigo completo não foi traduzido.

<sup>52</sup> É curioso que os artigos de Haberler (1950), Leontief (1950) e Frisch (1951) - escritos em memória de Schumpeter, falecido em 1950 - façam questão de ponderar esse desalinhamento entre defesa e uso da matemática.

redige um artigo em que aprecia o trabalho de John Bates Clark (1847-1938), economista da Universidade de Columbia, visando apresentar as idéias do mesmo ao público austríaco e germânico. Apesar de discordar de algumas destas - discordância que seria retomada na TDE - o tom geral do artigo é positivo, como seria a maior parte de sua avaliação dos trabalhos norte-americanos (Schneider, 1951).

Com base nestes artigos iniciais, notamos dois pontos relativos à inserção e postura de Schumpeter na academia. Em primeiro lugar, traduzindo as palavras de Spiethoff (1950), ele 'nunca foi um iniciante' ou, ao menos, não se apresentou como tal, na medida em que seus dois primeiros artigos constituem apreciação crítica e não uma modesta contribuição a algum ramo consolidado como seria de se esperar de um novato. Em segundo lugar, todavia, Allen (1994a) salienta o modo delicado com que dirige suas críticas a Clark: "*he chose words that he thought would be helpful and constructive, not damaging or hurtful*" - polidez que caracterizaria a maior parte de seus escritos posteriores e contrastaria com seus arroubos elitistas em meio aos pares.

Ainda em 1906, participa de seminários de economia política na Universidade de Berlim, entrando em contato direto com a oposição da escola histórica alemã aos métodos arrolados pelos austríacos. No segundo semestre, permanece um pequeno intervalo na França e, finalmente, desembarca na Inglaterra, país ao qual retornaria muitas vezes. Permanece um período na London School of Economics, na condição de pesquisador visitante, percorrendo também outras universidades inglesas. Em Oxford trava amizade com Edgeworth; em Cambridge, conhece Marshall pessoalmente. É recebido por este último em sua casa e discutem questões relativas aos fundamentos da economia.

Ao observar que Schumpeter não estava interessado na utilização desta para fins práticos, ou seja, para política econômica - posição que, salvo o período entre 1915-1925, Schumpeter reforçaria ao longo de sua carreira - Marshall o aconselha a seguir outra profissão. Coincidência ou não, o fato é que no final de 1907 Schumpeter contrairia matrimônio com Gladys Ricarde Seaver, filha de um alto dignatário da igreja anglicana, e partiria para Cairo, onde exerceria a função de advogado perante a Corte Mista Internacional (estabelecida por um acordo entre Inglaterra e Egito, com vistas à preservação dos interesses dos ingleses na região, que também era disputada pelos turcos). Além disso, passa a cuidar das finanças pessoais da filha do vice-rei turco Khedive, o qual exercia a jurisdição do Egito.

Não obstante suas atividades, em 1908, Schumpeter finaliza seu primeiro livro, *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie* (daqui por diante, *Das Wesen*), cuja concepção ter-se-ia iniciado ao longo dos seminários em Berlim: por intermédio

dele, visaria dentre outras coisas, 'explicar' a análise teórica para os membros da escola germânica e fazê-los menos resistentes a esta. O livro trata da análise estática de uma economia estacionária, combinando tanto influências walrasianas como da escola austríaca; no prefácio, Schumpeter cita como suas maiores influências von Wieser e Walras - nas obras seguintes, a influência de Walras é reiterada; já o legado de Wieser passa a receber menor destaque (Andersen, 1991b).

Sem entrarmos em detalhes, é importante destacar que a combinação proposta em *Das Wesen* possui originalidade, tal como observa Perroux (1935): o modelo de equilíbrio geral é apresentado sem formalização matemática, ainda que a esquematização do fluxo circular - comparação entre número de variáveis e equações funcionais - obedeça à lógica da análise walrasiana. De um lado, a não formalização matemática, em Schumpeter, talvez possa ser explicada, em parte, por sua herança austríaca (além do interesse no público alemão); de outro, no entanto, a própria 'proposta' de combinar a análise marginalista austríaca com o arcabouço walrasiano ia na contramão de algumas das premissas compartilhadas pela maioria de seus pares austríacos.

No que tange à recepção de *Das Wesen*, apesar de algumas revisões positivas, ela obteve pequena repercussão não só na Alemanha, como também na Áustria (Allen, 1994a, p.83).<sup>53</sup> Juntamente com outros critérios, no entanto, o prestígio do livro foi suficiente para que obtivesse, em 1909, sua habilitação para lecionar (com que se torna *Dozent* ou *Privatdozent*) na Universidade de Viena ou em qualquer outra universidade do império; o processo de seleção tendo sido dirigido por Böhm-Bawerk e von Wieser. Em setembro do mesmo ano, vai como professor associado para a Universidade de Czernowitz, sob indicação do primeiro.

Segundo Haberler (1950), a maioria dos jovens professores austríacos iniciava sua carreira em Czernowitz. Havia um ambiente intelectual satisfatoriamente estimulante, ilustrado por exemplo pela presença de figuras como Eugen Ehrlich (1862-1922).<sup>54</sup> Allen (1994a) reconhece a relevância destas figuras, mas afirma que a universidade era reconhecida como reduto de professores problemáticos: "*Schumpeter's brashness and arrogance as student, young scholar, world traveler, and new 'Privatdozent' were becoming well know*"

---

<sup>53</sup> Ver, por exemplo, Clark (1909) e Wicker (1911). Allen (1994a) se refere a uma revisão de Wieser (1911), disponível apenas em alemão, em que este critica a obra por rejeitar a análise psicológica dos agentes. O artigo se encontra em *Schmöllers Jarbusch* 35 (1911), p. 909-31.

<sup>54</sup> Ehrlich é considerado fundador da teoria sociológica da jurisprudência.

(Allen, 1994a, p. 91) - e, podemos adiantar, Schumpeter nunca conseguiria um posto na Universidade de Viena. Allen ressalta, além disso, a ausência de outros economistas e o desinteresse dos alunos como deficiências da Universidade de Czernowitz. O ambiente social da cidade, entretanto, era agradável e, nele, Schumpeter encontraria espaço para aprimorar suas maneiras excêntricas.<sup>55</sup>

É nesta universidade que Schumpeter termina seu segundo livro, *Die Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung* (1911), a TDE. No que tange à cronologia das idéias presentes na obra, o próprio autor afirma, no prefácio, que algumas delas se tornaram presentes em 1907; algumas deixando-se entrever ao longo da redação de *Das Wesen*. Além disso, em 1910, havia publicado "Concerning the Nature of Economic Crisis"<sup>56</sup>, artigo em que, pela primeira vez, sugeriu a inovação como causa do desenvolvimento.

Assim como *Das Wesen*, veremos que a TDE é apresentada como livro "francamente teórico, tanto por seu objetivo como por seu método" (Schumpeter, 1982, p.6). A relação entre as duas primeiras obras de Schumpeter, entretanto, não é trivial. O primeiro capítulo de TDE retoma o fluxo circular como ponto de partida para inovação, recordando as principais teses de *Das Wesen*, e, neste sentido os trabalhos são complementares. Além do que, analiticamente, após o processo de mudança, a economia atinge um novo estado de equilíbrio: intérpretes como Andersen (1991) destacam a sintonia entre estática e dinâmica, criticando a ênfase unilateral que se costuma dirigir a esta última.

Porém, ao mesmo tempo, os 'fenômenos fundamentais da economia capitalista' - juros, capital, crédito, lucro, ciclos - só são explicados pela ação do empresário inovador, ausente no estado de equilíbrio: o fluxo circular fica relegado ao *status* de mera ficção conveniente, esboço de economias pré-capitalistas. Em seu prefácio à edição inglesa, o próprio Schumpeter parece enfatizar os aspectos inovadores de sua teoria do desenvolvimento, na contramão da suposta complementariedade:

A conclusão [explicação dos fenômenos da sociedade capitalista]<sup>57</sup>, por si mesma, sugeria que esse corpo teórico poderia ser contrastado de modo proveitoso com a teoria do equilíbrio, que, explícita ou implicitamente sempre foi e ainda é o centro da teoria tradicional. (Schumpeter, 1982 p.6; grifo nosso).

<sup>55</sup> Alguns episódios conhecidos são a apresentação de Schumpeter em trajes de hipismo em sua primeira reunião de docentes e, contrastando com este, os jantares promovidos em sua casa, nos quais ele e sua esposa vestiam-se a rigor - o que, não pertencendo ao protocolo da região, fazia com que os convidados fossem pegos de surpresa. Além destes, mais corriqueiros, vale citar a vez em que duelou com um bibliotecário por este não permitir que seus alunos retirassem livros. Apesar de ter sido ferido por Schumpeter, o bibliotecário se tornaria seu amigo.

<sup>56</sup> "Ueber das Wesen der Wirtschaftskrisen", *Zeitschrift fuer Volkswirtschaft*, 1910, pp. 913-63.

<sup>57</sup> Todos os conteúdos entre colchetes no interior das citações são de nossa autoria.



A relevância da discussão sobre a continuidade ou ruptura entre as duas obras, de nosso ponto de vista, reside na compreensão daquilo que Schumpeter entende por análise ou teoria econômica. Os que dão destaque aos elementos de ruptura entre *Das Wesen* e TDE enfatizarão que a 'natureza teórica' de ambas não é homogênea: houve ruptura de premissas. Portanto, teríamos uma subdivisão do ramal teórico da *Sozialökonomik*. A constatação de que em TDE considerações históricas e sociológicas se encontram combinadas à análise 'franca' e eminentemente teórica, é um dos pontos centrais do debate. Os comentadores se dividem quanto à natureza desta combinação. Autores como Allen (1994a) tendem a enfatizar o 'caráter teórico' de TDE, sem se ocupar com distinções. Os elementos históricos e sociológicos teriam sido arrolados simplesmente a título de ilustração: "*even though he illustrated it with facts and history to make it sound realistic, never confused facts or real life with theory*" (Allen, 1994a, p.109).<sup>58</sup> Ao contrário, outros, como Swedberg (1991) identificam na presença dos mesmos um tipo de teorização diferenciada - tais elementos (história e sociologia) teriam papel relevante para o próprio raciocínio teórico, ao afetarem o rompimento de premissas. Essa discussão reaparecerá ao longo da análise retórica dos dois primeiros capítulos de TDE.

Pouco tempo depois de publicar seu segundo livro, Schumpeter é designado para lecionar na Universidade de Graz, sul da Áustria, agora na condição de professor em tempo integral. Sua fama de arrogante, bem como suas preferências teóricas (o departamento era predominantemente historicista) fizeram com que a contratação fosse bastante conturbada. Após longo trâmite, uma decisão imperial, influenciada por Böhm-Bawerk, impôs o nome de Schumpeter - nome que sequer constava na lista sugerida pelo comitê da universidade.

Segundo Haberler (1950), Schumpeter era o professor mais jovem da faculdade, tendo recebido uma carga didática bastante 'pesada', que compreendia, praticamente, todos os tópicos de economia, inclusive finanças públicas. Mesmo assim, encontra tempo para fornecer cursos extras a respeito da questão das classes sociais e democracia - interesses que seriam retomados em trabalhos posteriores. Além disso, mostra-se mais rigoroso que o professor que antes ocupava sua cadeira, Dr. Richard Hildebrand, o que, juntamente com sua atitude arrogante, incitaria um boicote de seus alunos. Schumpeter não atende às reivindicações dos alunos quanto ao conteúdo e rigor de seu curso; entretanto, a partir de então, sua postura

---

<sup>58</sup> Veremos, em nossa análise retórica, que as referências a fatos e outros elementos da vida real é recorrente em TDE. Serão tomadas por nós como argumentos referentes à estrutura do real, dentro da classificação de Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) .

enquanto professor passa a contrastar nitidamente com sua personalidade elitista. Sua cordialidade e atenção para com os alunos se tornariam marcas registradas de seu trabalho, a ponto de Samuelson (1951) destacá-las como principais atributos de nosso economista.<sup>59</sup>

O ambiente social de Graz não agrada Schumpeter, fazendo com que, sempre que possível, ele se desloque para Viena. Entre 1913 e 1914 permanece como professor visitante da Universidade de Columbia (EUA), onde lhe é conferido o grau honorífico de *Litterarum Doctor*.<sup>60</sup> Aproveita o período para visitar outras universidades (entre elas Princeton) e se encontrar com economistas de destaque como Frank Taussig, Irving Fisher e Clair Mitchell. Estes se tornariam colegas bastante próximos de Schumpeter, favorecendo seu retorno aos Estados Unidos ao longo dos anos 1920 e, anos mais tarde, sua mudança definitiva para Harvard.

Pouco antes do estouro da Primeira Guerra, retorna para Áustria.<sup>61</sup> Ainda em 1914, publica "Epochen der Dogmen - und Methodengeschichte" (traduzido para o português como *Fundamentos do Pensamento Econômico*; daqui em diante *Epochen*) que, como vimos acima, fora inicialmente comissionado por Weber (1914) como parte de sua enciclopédia sobre *Sozialökonomik*. Em linhas gerais, o livro, dividido em quatro partes, trata da história econômica entre 1750 e 1900. Na primeira parte, tece considerações a respeito do caráter da economia enquanto ciência; na segunda, delinea as contribuições desde os fisiocratas a Adam Smith; a terceira, a mais extensa, centra as atenções sobre os clássicos e os ingleses, passando também por economistas de outras nacionalidades; finalmente, a última parte contempla a escola histórica alemã e o desenvolvimento da abordagem marginalista tanto pela escola austríaca como por Jevons e Walras.

Sem entrarmos nos detalhes da obra, é importante salientar que ela é o protótipo do que, anos depois, viria a constituir seu último trabalho, *History of Economic Analysis* (1954). Também cresce, nesse período, o interesse de Schumpeter na evolução e relacionamento das ciências sociais como um todo - tanto que vimos que Swedberg (1991, p.38) aponta *Epochen* como melhor panorama do que Schumpeter entendia por *Sozialökonomik*. O interesse é

---

<sup>59</sup> Entretanto, em Czernowitz, seu relacionamento com os alunos fora satisfatório (Allen, 1994), não obstante sua postura aristocrática.

<sup>60</sup> Pode ser traduzido por 'doutor em letras' (Doctor of Letters). Vale notar que boa parte do prestígio de Schumpeter se deveu à recepção favorável de TDE, muito embora esta só tenha sido traduzida para o inglês em 1926.

<sup>61</sup> Gladys, que ao invés de acompanhá-lo aos EUA preferira permanecer esse tempo em Londres, não retorna com ele à Áustria. Com isso, passam a viver informalmente separados; o divórcio é reconhecido somente em 1920.

ilustrado, outrossim, por um livreto acerca do desenvolvimento das ciências sociais<sup>62</sup> e uma série de outros artigos que ainda escreveria em sua fase européia.

Os anos imediatamente seguintes seriam marcados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Apesar de finda a década de 'fertilidade sagrada' - Schumpeter já passara dos 30 anos - o período de guerra ainda é produtivo: além do livro sobre classes sociais, publica artigos na área monetária, de finanças públicas e histórica econômica. Entretanto, os eventos fizeram com que nosso autor se envolvesse progressivamente na política. No período subsequente (1916-1925), presenciamos o envolvimento de Schumpeter na esfera pública e de negócios. Julgamos que estas publicações e experiências são relevantes para a produção intelectual de seu período americano e, por isso, serão avaliadas posteriormente.

Durante os anos de guerra, Haberler (1950) afirma que Schumpeter foi favorável aos aliados, sendo esta postura justificada por seu patriotismo austríaco e pelo temor de uma possível união alfandegária entre Alemanha e Áustria - a qual contribuiria para os propósitos expansionistas da primeira. Schumpeter escreve e envia ao imperador alguns memorandos políticos, os quais circulam em alguns círculos conservadores de Viena. Nestes escritos deixa transparecer, segundo Swedberg (1991), a forma de governo que mais lhe agradaria:

What Schumpeter essentially wanted was a form of tory democracy or a mixture of aristocratic elitism and bourgeois democracy. The monarchy should remain and a government be formed of the 'historical families' of the Empire, that is, of members from the highest aristocratic circles. The parliament should be loyal to the monarch, and the liberty of the press minimal. (Swedberg, 1991, p.13)

A postura de nosso economista defende, essencialmente, o desenho político que se havia consolidado na Áustria ao longo do século XIX e que agora, com a guerra, estava no auge de sua crise...

Veremos na seção seguinte que, no início de sua carreira, Schumpeter está imerso não só em um contexto político-econômico bastante peculiar como também em um momento de efervescência cultural ímpar. Em certa medida, acreditamos que parte dos paradoxos que tanto Allen (1994a;1994b) quanto outros intérpretes apontam na vida e obra de Schumpeter encontrem eco na sociedade vienense em que nosso autor se desenvolve e que, agora, estava desaparecendo. Esvaía-se no tempo o universo em que havia consolidado parte dos pilares de sua 'visão'; mesmo sem base, contudo, os pilares perdurariam até o final de sua vida, permanecendo cruciais para a compreensão de sua obra enquanto todo. Tendo essa conexão

---

<sup>62</sup> *Vergangenheit und Zukunft der Sozialwissenschaften* (The History and Future of the Social Sciences), Munich: Duncker & Humblot, 1915.

em mente, retornaremos mais uma vez no tempo, para identificar os principais elementos dessa sociedade. Apropriando-nos de um termo que Schumpeter (1954) mesmo utiliza, estamos em busca de algo como o 'espírito desta época', sua *Zeitgeist* e, nesta empreitada, almejamos conferir o máximo de coerência a uma Viena aparentemente dispersa entre tendências conflitantes. Vale advertir, entretanto, que não pretendemos reduzir seu pensamento a uma fórmula simples, mas apenas conjugar os fatores que interagem com sua criatividade e erudição. Afinal de contas, como o próprio Schumpeter observa: "*this Zeitgeist is never a structural unit. It is always an imperfect synthesis of warring elements*"(Schumpeter, 1954, p.393).

### 3.2 - A Viena de fim-de-século

A atmosfera intelectual que caracterizaria Viena a partir de 1848 possui origem intimamente relacionada à atitude dos Habsburgo frente às guerras napoleônicas.<sup>63</sup> Ao longo destas, observamos dois momentos fundamentais na relação entre Áustria e França; cada um destes momentos resulta, por seu turno, em posturas que marcariam todo o período subsequente, fundindo-se no que viria a ser designado cultura 'Biedermeier'.

No primeiro momento, identificamos o avanço de Napoleão sobre os territórios germânicos e a possibilidade de que este fosse eleito 'Sagrado Imperador Romano'<sup>64</sup>, título que cabia aos austríacos. Para impedi-lo, o imperador Franz II (1792-1835) lança mão de dois recursos: adota um novo título hereditário, tornando-se "Franz I da Áustria" e extingue, em 1806, o título de Sagrado Imperador Romano. Mas esses esforços são insuficientes para conter os avanços franceses; Franz nomeia, então, Clemens von Metternich (1773-1859) como ministro do exterior, no intuito de promover uma reconciliação com a França. Metternich propõe então que a filha do imperador, Marie Louise, case-se com Napoleão. O casamento acontece, mas a Áustria, novamente, não obtém os benefícios que almejava. Do ponto de vista do impacto político-cultural, Johnston (1972) identifica nas manobras frustradas do governo austríaco o início de uma postura de resignação política.

---

<sup>63</sup> Os Habsburgo, família de origem alemã, tornam-se regentes do Sacro Império Romano-Germânico ao longo do século XV, tendo a Áustria como centro político-econômico. O Império se expande até o século XVIII; depois perde territórios e se dilui durante a Revolução Francesa. Após a política de restauração a referida linhagem se mantém como líder da então designada Confederação Germânica; todavia esta também viria a se extinguir ao longo do domínio de Franz Joseph. Em 1867, como visto abaixo, a Áustria se une à Hungria em uma monarquia dual que dura até o final da Primeira Guerra quando, enfim, termina o domínio dos Habsburgo. (ver Bled, 1993).

<sup>64</sup> Imperador do Sacro Império Romano. Título que remontava aos tempos de Carlos Magno, cujo império foi conquistado pelos Habsburgo em 1440.

No segundo momento, deparamo-nos, ao contrário, com um exército francês enfraquecido, especialmente devido ao fracasso da invasão russa (1812). A Áustria quebra sua aliança e declara guerra à França, emergindo vitoriosa, apesar dos elevados prejuízos financeiros. Segue-se o Congresso de Viena (1814-1815), encabeçado por Metternich, dando início a um longo período contra-revolucionário - período que não apenas redesenha o mapa europeu e restitui aos respectivos governos os territórios conquistados pelos franceses, como também instaura forte repressão intelectual e política no interior da Áustria. O objetivo é sufocar quaisquer focos de ameaça ao poder monárquico, sejam eles liberais ou nacionalistas. Há imenso avanço na burocratização do Estado e intensificação da censura, inclusive com o fechamento das *Kaffeehaus* e outros salões. Deste ambiente resulta um movimento de interiorização, de culto ao lar, com forte componente esteticista. A resignação já mencionada se intensifica em vários setores da sociedade vienense, traduzindo-se principalmente na arquitetura e artes plásticas. O termo 'Biedermeier', tomado de uma personagem do escritor Ludwig Eichrodt (1827-1892), é utilizado para caracterizar o espírito cultural do período 1815-1848:

This epithet derives from the satiric figure of Gottlieb Biedermeier [...]. This pious village schoolmaster, law-abiding and serene, came to personify the apolitical bourgeois culture of the pre-March period (1815-1848), both in Germany and the Austrian empire. [...] No other term [Biedermeier] conveys so well Austria's enduring combination of political resignation with aesthetic delectation and Catholic piety. (Johnston, 1972, p. 21).

Entretanto, ao longo dos anos 1830, cresce a tensão tanto nas possessões hereditárias do império, quanto nas zonas de influência que Metternich conquistara na Alemanha e Itália após 1815. Revoltas nacionalistas pululam, culminando, por exemplo, na declaração de independência da Hungria em março de 1848 (duramente derrubada e punida por uma coalizão entre austríacos e russos). Além disso, intensificam-se os movimentos liberais tanto fora - o mesmo movimento húngaro representa estes interesses - como dentro da Áustria, tal como nos mostra Bled (1998):

Des indices d'un changement apparaissent à partir des années 1830. Jusqu'alors satisfaite ou resignée, la bourgeoisie commence à donner des signes d'impatience. [...] Au fil de années, les idées libérales gagnent du terrain dans une partie de la noblesse et parmi les notables, hauts fonctionnaires, médecins, avocats, professeurs, savants, écrivains. [...] (Bled, 1998, p.121).

Não há espaço para discorrer, aqui, acerca dos desdobramentos das revoluções. Importa constatar que o cenário político-econômico da segunda metade do XIX, delimitado pelos eventos de 1848, tem como marca principal o liberalismo, apesar do reestabelecimento do poder monárquico nas mãos de Franz Joseph I (1848-1914). Em 1860 é estabelecida uma monarquia constitucional; várias instituições do Estado passam a receber influência dos

valores da cultura moral e científica da alta burguesia vienense que, de modo geral, não se diferenciam dos valores típicos de toda classe média européia: virtuosismo moral, racionalismo, progresso através da ciência etc. (Shorske, 1961, p.26).

No entanto, o influxo de valores não segue mão única. A burguesia vienense se distingue de suas congêneres francesa e inglesa, na medida em que não destrói a aristocracia (muito da sua ascensão se deve a dificuldades externas que os Habsburgo enfrentam no controle de outros territórios) nem é totalmente assimilada a ela. A figura do imperador continua a despertar-lhe lealdade e dependência. Com base neste traço distintivo, é possível identificar, ao lado dos valores culturais tipicamente burgueses, uma cultura estética tomada de empréstimo à nobreza.

Johnston (1972) identifica na cultura Biedermeier, desenvolvida no período anterior, sob a repressão de Metternich, as raízes desta emulação artística. Shorske (1961) prefere associá-la a um esforço deliberado de assimilação aos círculos nobres - o único canal disponível, já que, diferentemente da aristocracia inglesa, por exemplo, a concessão de um título de nobreza não garantia o acesso à vida da corte. Seja como for, a combinação entre a cultura burguesa típica e os fatores aristocratizantes resulta em um 'composto altamente instável', para usar os termos de Shorske:

A cultura tradicional da aristocracia austríaca distanciava-se muito da cultura legalista e puritana de burgueses e judeus<sup>65</sup>. Profundamente católica, era uma cultura plástica, sensual. [...] A cultura artística tradicional, ao contrário da alemã, não era moral, filosófica ou científica, mas basicamente estética. Suas maiores realizações estavam nas artes aplicadas e de espetáculo: arquitetura, teatro e música. A burguesia austríaca, radicada na cultura liberal da razão e do direito, assim se confrontou com uma cultura aristocrática anterior elegante e sensual. (Schorske, 1961, p.29).

Nosso esforço de delinear a postura cultural da burguesia vienense se justifica pelo significado que ela assume nos últimos decênios do século XIX - período de formação intelectual de nosso economista. Visto ser o movimento de expansão e refluxo do liberalismo o que dá a base para este significado, vale à pena dedicar-lhe breves linhas. Podemos fazê-lo com o auxílio do próprio Schumpeter (1954) que, em *History of Economic Analysis* (daqui em diante *History*), traça o panorama geral do avanço do liberalismo em todo o ocidente ao longo do período compreendido entre 1790 e 1870.

---

<sup>65</sup> Johnston (1972) destaca a influência judaica na maior parte das conquistas intelectuais de Viena. Aqui, os judeus se destacam enquanto grupo coeso, de classe média. Muitas hipóteses buscam compreender sua proeminência científica e cultural, baseando-se em elementos como religião, idioma e insegurança social. Não investigaremos os detalhes desta discussão. Vale sublinhar, todavia, que Schumpeter não possuía ascendência judaica, como alguns de seus comentadores chegaram a propor. Era de família católica, tal como Carl Menger e Ernest Mach. (ver Allen, 1994a).

Por 'liberalismo econômico' Schumpeter toma as prerrogativas do *laissez-faire*, a defesa de que o progresso da economia se faz pelo desimpedimento das ações dos empreendimentos privados. A este se associa, com mais ou menos força, o 'liberalismo político', caracterizado pela promoção de governos parlamentares, liberdade e expansão do direito de voto, separação entre Igreja e Estado etc. (1954, p. 394). Como Schumpeter nota, porém, tanto a natureza dos liberalismos político e econômico quanto a combinação entre eles, varia bastante entre países e períodos. As condições entre diferentes países são suficientes para que os mesmos princípios orientadores produzam políticas e atitudes econômicas heterogêneas. Se a Inglaterra se apresenta como o país mais próximo do paradigma liberal, podemos tomar os governos germânico e austro-húngaro como variantes menos destiladas; em particular, a burocracia destes Estados apresenta-se especialmente ativa nas determinações econômicas. Além do que - é preciso destacar - com uma monarquia constitucional estabelecida somente em 1860, a Áustria é um dos países que mais demora para entrar na vaga liberal.

Apesar do atraso, o governo constitucional austríaco seria um dos primeiros a terminar; não duraria mais do que quatro décadas. "Mal comemorou-se a vitória e vieram os recuos e derrotas." (Schorske, 1961, p.21). Em parte, o ocaso do liberalismo na Áustria acompanha o quadro maior de instabilidade que caracteriza a Europa após 1870. Neste plano amplo, de um lado, são colhidos os frutos do avanço liberal da fase anterior: a Alemanha e os Estados Unidos adquirem o *status* de potências industriais; e o aumento da taxa de industrialização de países como Itália, Japão e a própria Áustria não são menos dignos de nota. De outro, designa-se o período entre 1873 e 1898 como 'Grande Depressão': a expansão do produto se dá em meio a queda de preços, desemprego e outros tipos de perda. Porém, segundo Schumpeter:

This particular edition of the 'paradox of poverty in plenty' is not difficult to explain. All the observable phenomena can be satisfactorily accounted for by the impact of the products pouring forth from a productive apparatus that the two previous decades had greatly expanded. [...] such periods might be hailed as periods of harvest. [...] But this aspect is entirely lost in the fears, sufferings, and resentments generated by the dislocation of existing industrial structures that is the first consequence of technological or commercial progress. (Schumpeter, 1954, p.760; ênfase do autor).

Trata-se, portanto, de um quadro típico do ciclo de desenvolvimento econômico, com sua contrapartida no desbalanceamento de estruturas. Não obstante o diagnóstico, a reação que se observa é de progressiva oposição ao discurso liberal; tanto por parte das massas, incitadas principalmente pelo avanço do socialismo, como entre setores da própria burguesia. Esta se mantém como líder no cenário econômico ao menos até a Primeira Guerra, mas "its

*serene confidence in the virtues of laissez-faire was gone.*" (Schumpeter 1954, p.761). O liberalismo econômico passa a ser qualificado em diversos de seus aspectos, a ponto de ser descaracterizado. No âmbito político ele também perde força; ainda que na Inglaterra ele possua algum fôlego, em países onde esta tradição política era mais fraca, como na Áustria e Alemanha, Schumpeter mesmo observa, os partidos liberais enfrentam derrota total nas urnas.

À parte sua inserção neste contexto amplo, a Áustria, e em especial Viena, apresenta peculiaridades que aceleram esse processo de derrocada do liberalismo. Em primeiro lugar, conforme visto, a ascensão burguesa fora moderada em comparação à de outras burguesias européias, com a manutenção do prestígio monárquico e expansão da burocracia. Como nos mostra Shorske (1961), a base social dos liberais, ao longo de seus anos de governo, manteve-se frágil, reduzida a alemães e judeus-alemães de classe média. As práticas de manutenção da influência político-econômica com base em manobras não democráticas eram comuns: apesar de constitucional, a monarquia dual só permitia o voto das classes mais altas. Em segundo lugar, além das revoltas deflagradas pelos grupos excluídos das *benesses* liberais, tal como apresentado por Schumpeter, a pressão de grupos nacionalistas se apresenta como foco permanente de instabilidade adicional; exemplo disso é a nomeação, após alguma resistência do imperador Franz Joseph, do anti-semita Karl Lueger para o cargo de prefeito de Viena.

Isso posto, assiste-se, no final do século, à instauração de uma atmosfera de impotência. A cultura Biedermeier é retomada com força; desta vez, todavia, a classe média não busca mais na assimilação dos valores estéticos da aristocracia o acesso à corte. O templo da arte se torna refúgio contra as vicissitudes políticas: esse é seu novo significado. Tal clima se instaura, em especial, entre os intelectuais; ironia ou não, boa parte deles havia obtido acesso à erudição por meio dos ganhos auferidos por suas famílias, burguesas, na esteira do liberalismo. Mas, é preciso salientar, a apropriação da burguesia imprime conteúdos novos na sensibilidade aristocrática. Esta, via de regra, é secularizada - o componente católico tende a dirimir-se - e se deixa distorcer por tendências individualizantes - diferindo de uma nobreza que prezava a noção de 'casta'. Nas palavras de Shorske:

A arte se transformou de ornamento em essência, de expressão em fonte de valor. A catástrofe da ruína do liberalismo metamorfoseou ainda mais a herança estética [...]. E, acrescentando-se ao quadro já complexo, a *intelligentsia* liberal austríaca não deixou totalmente de lado o fio anterior de sua tradição, a saber, a cultura moralista-científica da lei. (Shorske, 1961, p.31; grifo nosso).

É bastante provável que os fatores com que buscamos compreender o panorama da Viena de Schumpeter sejam parciais e incapazes de dar conta de todos os determinantes intelectuais. A mistura de ingredientes aristocráticos e burgueses, bem como sua fundamentação em circunstâncias históricas específicas, apesar de fornecer uma explicação



plausível e frutífera, deixa de levar em conta diversos aspectos como, por exemplo, a influência da presença judaica, ou os desenvolvimentos inerentes à práxis científica e artística - não totalmente vinculados a determinantes políticos e econômicos. Como vimos a *Zeitgeist* não é redutível a poucos princípios. Entretanto, retomada a advertência, as explicações arroladas são suficientes, tendo em vista o escopo de nosso trabalho, para identificar minimamente vetores que influenciaram o pensamento de Schumpeter.

Sobressai-se, de imediato, sua dupla posição social: conforme visto, ele pertencia ao que se pode designar alta burguesia do império, herdeiro de proprietários e funcionários liberais; vimos, também, os esforços de Johanna para fazer de seu filho um típico, ou mais do que isso, 'o melhor' os aristocratas. Esforços que são coroados por dez anos no Theresianum (1891-1901). Cumpre notar que é ao longo deste período que Allen (1994a) identifica um dos primeiros (dentre os muitos) paradoxos que, para ele, caracterizariam a vida e o legado de Schumpeter:

His interest in architecture, history, and an emerging concern with legal, social, and economic matters suggest his belief that man and his environment are subject to scientific analysis because society is an ordered system and therefore governed by laws. But, he began to note in himself and in historical figures, man was also a romantic and sometimes irrational creature. (Allen, 1994a, p.24).

De certo modo, portanto, ele parece traduzir a mistura de cultura moral-científica e estética-sensível que vimos caracterizar o pensamento da burguesia austríaca. Não parece descabido aventar a hipótese de que as 'contradições' apontadas tanto por Allen como por outros intérpretes de Schumpeter reflitam, em alguma medida, um ambiente que mescla, em si mesmo, tendências conflitantes. É preciso recordar, aliás, que a preocupação em explicar o dinamismo dos sistemas econômicos, caminharia *pari passu* com o interesse em compreender o desenvolvimento dos sistemas de pensamento (o processo de 'filiação das idéias'), e que, provavelmente, Schumpeter encontra-se, já por esta época, bastante atento aos avanços e conflitos de âmbito intelectual.

Há outros elementos que também sinalizam a influência do contexto mais amplo sobre nosso autor. A defesa do não-intervencionismo econômico, que caracterizaria, via de regra, sua postura nos anos seguintes, encontra raízes no discurso liberal ainda presente no final do século XIX. Data da mesma época a preferência por um sistema monárquico constitucionalista, porém com forte presença da figura real. Esta defesa da monarquia e a admiração pelo soberano são particularmente intrigantes (paradoxais) à luz do destaque que seria concedido à presença do empresário inovador em seus escritos posteriores, posto que o próprio imperador Franz Joseph se destacava, dentre outras coisas, por sua aversão a todos os

tipos de inovações. "*The Emperor distrusted telephones, trains, and specially automobiles, while electric lights irritated his eyes.*" (Johnston, 1972, p.34). A resistência, no entanto, não se limitava a um capricho pessoal do rei. Ela era em menor ou maior grau partilhada por boa parte da nobreza e se tornava 'efetiva' pela ação da burocracia: muitas inovações não vieram à tona devido à atitude dos próprios inovadores potenciais.

Parece contra-senso, mas Johnston (1972) destaca que muitos inventores perderam a oportunidade de revolucionar suas áreas por aderirem à postura do 'pequeno homem' resignado, complacente. A lista de inventores que tiveram de enfrentar dificuldades devido à ingerência da burocracia ou que, por resignação, desistiram de publicar oportunamente seus resultados reúne diversos nomes: Josef Ressel, inventor do propulsor de hélice para embarcações; Josef Madersperger, inventor da máquina de costura; Jew Siegfried Marcus, que teria inventado o automóvel; valendo mencionar, ainda, Gregor Mendel que, ao não enfrentar a oposição às suas teses, estabelecidas em 1860, só é reconhecido a partir de 1900. Segundo Johnston, a atitude deste último teria despertado nova onda de cientistas resignados, subservientes à postura Bierdermeier. Deste ponto de vista, a proeminência do empresário inovador em TDE soa como reação a tendências hostis ao desenvolvimento econômico e intelectual - ainda que Schumpeter não se manifeste nestes termos. É possível imaginar que, dada sua formação e apreço pela aristocracia, nosso autor esperasse uma postura mais sensata por parte do governo austríaco: que o imperador fosse um demiurgo no campo da política como o empresário inovador no campo da economia.

Mesmo além do âmbito circunscrito das invenções - é bom recordarmos que elas constituem apenas 'uma' das possibilidades de inovação-, a burguesia austríaca, mais que as outras burguesias européias, perde o potencial inovador e, progressivamente, passa a prezar mais a estabilidade, o conforto e a segurança burocrática, ao invés da instabilidade do desenvolvimento. Com isso, a depressão de 1873 tende a converter-se em verdadeira estagnação. O fato é que após 1900 o discurso liberal, que a esta altura não passava de fachada, torna-se completamente desacreditado. Ao mesmo tempo, as parcas intervenções do Estado se mostram incapazes de mudar o rumo dos acontecimentos, o que, de certo modo, pode ter contribuído para a opinião negativa de Schumpeter acerca do intervencionismo.

Vimos acima que esta sucessão de eventos promove um clima de niilismo político. Uma das contrapartidas deste afastamento, entretanto é positiva. Schorske (1961) observa que tal situação canaliza forças e se torna fonte de criatividade em outros segmentos: ao lado de Schumpeter, temos o aparecimento de figuras como Edmund Husserl, Sigmund Freud, Ludwig Wittgenstein, dentre muitas outras. Os intelectuais, que outrora haviam sido

'literalmente' nutridos pelo *glamour* burguês, reorientam suas atenções para outras temáticas. Em meio à poeira do absenteísmo na política, da resignação de alguns inventores e da intransigência da burocracia, irrompiam novas idéias em diversos campos artísticos e científicos. Esta efervescência atingiria proporções tais que, às vésperas da Primeira Guerra dissimularia aos olhos dos contemporâneos as dificuldades de fato enfrentadas. Schumpeter também receberia influências destes elementos.

Entre as correntes de pensamento que circulam neste meio em efervescência, Andersen (1991) destaca a teoria elitista, relacionada aos nomes de Bergson<sup>66</sup>, Nietzsche, Pareto e outros. Essa corrente possui diversas variantes sobre as quais não nos estenderemos, mas, grosso modo, defende que existe na sociedade uma minoria privilegiada, particularmente criativa e capaz de liderança. No cenário político, via de regra, emerge como bandeira de setores reacionários frente ao avanço dos movimentos separatistas e do socialismo. Em certa medida, contrasta com a postura niilista, posto que cobra uma postura ativa da minoria seleta; coincide com ela, porém, no descrédito tanto em relação aos movimentos de massa quanto ao liberalismo, que se mostrava incapaz de contê-los. Suas prerrogativas se estendem não só sobre o âmbito da ação política, mas também sobre o campo das atividades intelectuais. Ela se opõe ao racionalismo que tipicamente caracteriza o pensamento burguês, prezando elementos como a visão e processos subjetivos. Em todos esses casos:

[...] the elitists focused in the problem of change: on resistance to change (mainly described as mass behaviour) and the 'energetic' breaking with old routines in the creative period of the individual genius or the individual elite group. But there was also an element of critique against the ruling classes: they tended to become administrators of a given society which would, however, sooner or later become obsolete. (Andersen, 1991b, p.38; grifo nosso).

Podemos notar que a citação nos remete tanto a aspectos da TDE - o empresário inovador que se destaca da massa e rompe com a rotina - como de CSD - rotinização da própria liderança. Andersen (1991b) endossa a tese de que estas idéias teriam influenciado Schumpeter principalmente por meio do trabalho de von Wieser (1907/1929; dentre outros), que vimos ter sido seu professor na Universidade de Viena. Streissler (1981) chega mesmo a afirmar que a concepção de empresário com que nosso autor opera em TDE teria sido tomada, sem reconhecimento, de seu professor: "*When one reads Wieser one cannot help feeling one ought to speak rather of Wieser's entrepreneur than of Schumpeter's*" (Streissler, 1981, p.66). Importa porém, de acordo com Andersen, reconhecer que Schumpeter imprimiu sua marca própria sobre tais idéias, articulando-as em seu arcabouço teórico. Segundo este intérprete,

---

<sup>66</sup> Schumpeter (1954), ao tratar do *background* intelectual do período de 1870 a 1914 dedica algumas linhas ao trabalho de Bergson (1907), *La Evolution Creatrice*.

Wieser teria sido incapaz de desenvolver boa parte dos elementos avançados por nosso autor, dada sua crença no caráter ordenado do desenvolvimento (social e econômico). Nota-se, inclusive, que o peso que Schumpeter confere ao caráter radical da inovação, no limite, poderia ser até visto como subversivo, a despeito de suas intenções: mais do que defender a reação dos setores aristocráticos frente a um quadro de apatia, poderia ser interpretado como defensor da desordem política. Andersen toma em seu auxílio as próprias palavras de Streissler, que julgamos oportuno reproduzir:

If it was already bad taste in Schumpeter's Vienna to speak of mere entrepreneurs, it was absolutely shocking in a conservative civil service state to praise anyone for creating disorder and worst of all to suggest that the creation of unrest could have a useful social function, could further material development. (Streissler, 1981, p.67).

Ademais, os elementos elististas encontram-se entremeados, em Schumpeter, com a defesa de um método científico rigoroso. A bem da verdade, tal mistura reflete a oposição, no pensamento austríaco, entre elementos românticos, típicos do elitismo, e o racionalismo burguês que ainda mantém sua força. No final do século, este último se converteria, em especial nos setores científicos, no descrédito em relação a preocupações de ordem metafísica. Esse movimento de descrença seria particularmente forte, como é de se esperar, no campo de estudos da física. Ironicamente, o esforço de dirimir discussões de ordem metafísica faria com que vários cientistas enveredassem em discussões de caráter filosófico com o objetivo de silenciá-las, permitindo a Johnston (1972) designá-los pela alcunha 'físicos-tornados-filósofos' (*physicists-turned-philosophers*).

Destes, o mais famoso foi Ernst Mach (1838-1916), reconhecido por Johnston como um dos pensadores mais influentes da Áustria. Mach obteve seu doutorado e 'habilitação' na Universidade de Viena, tendo, entretanto, lecionado durante a maior parte de sua vida (1867-1895) na Universidade de Praga, da qual foi, inclusive, reitor. Em 1895 aceita uma cadeira de história e teoria das ciências indutivas em Viena, na qual permaneceria por apenas três anos, devido a um acidente que o tornaria parcialmente paralítico. Abandona oficialmente a cadeira em 1901, no mesmo ano em que Schumpeter entra na universidade.

Mach era adepto do princípio de economia, segundo o qual a melhor teoria é aquela que emprega um mínimo de variáveis e princípios.<sup>67</sup> O físico repudiava, por exemplo, a teoria atômica que, com suas hipóteses, multiplicaria desnecessariamente os entes da realidade empírica. Em linha com tal postura, postulava que a consciência consistia numa coleta

---

<sup>67</sup> Este princípio foi formulado pela primeira vez pelo filósofo medieval Guilherme de Ockham, tendo por isso recebido a alcunha 'navalha de Ockham'. Ockham foi precursor do nominalismo, postura que, grosso modo, opunha-se ao realismo platônico. Sobre isso ver Ghisalberti (1997).

ordenada de sensações que, por sua vez, são arquivadas na memória (Johnston, 1972, p.184). Isso posto, defendia que a ciência deveria se preocupar com a descrição e não com a explicação causal de fenômenos, dado que a pretensão de detectar causas estaria associada à crença numa realidade geradora de princípios, isto é, estaria apoiada numa construção metafísica. Esses e outros elementos, que não temos espaço para apresentar aqui, permitiriam caracterizar Mach como instrumentalista, na medida em que para ele as teorias não teriam preocupação com a busca da 'verdade', consistindo apenas em instrumentos para nossa apreensão da experiência.

Importa, para nossos propósitos, destacar que autores como Shionoya (1990/1997) e Silva (1993) propõem que a teoria econômica de Schumpeter é instrumentalista e que tal perspectiva seria devida, principalmente, às influências que nosso autor teria sofrido da epistemologia de Mach. O impacto desta no pensamento de Schumpeter seria identificável, principalmente, nas teses que ele defende em *Das Wesen*, a respeito da metodologia da economia teórica. Segundo Shionoya, Schumpeter estaria, nesta obra, interessado em esclarecer os elementos metodológicos do equilíbrio geral walrasiano por intermédio do arcabouço de Mach - um esforço que não teria sido feito pelo próprio Walras, que, diferentemente dos membros da escola austríaca, estava menos interessado em discussões metodológicas.

Alguns dos elementos que caracterizariam a postura instrumentalista de Schumpeter nessa obra seriam a crítica a discussões de natureza metafísica e a ênfase na teorização como procedimento descritivo, não explanatório. De acordo com Silva, o instrumentalismo schumpeteriano teria sido mantido até o final de sua vida, sendo possível identificá-lo em ação até mesmo em *History*. De certa forma, tal assertiva implica que Schumpeter teria mantido, durante toda a sua obra, uma perspectiva unitária a respeito de teoria econômica; tanto a análise estática quanto a dinâmica deveriam ser submetidas aos mesmos procedimentos de investigação, sob uma perspectiva instrumentalista. Vimos acima que nem todos os comentadores concordam com essa postura, entre eles o próprio Swedberg (1991), que, aliás, julga que a ênfase dada à influência walrasiana no pensamento de Schumpeter seja um exagero com origens na leitura de *Das Wesen*.

Não entraremos, em nosso trabalho, a fundo nesta discussão, visto que ela exigiria, entre outras coisas, uma leitura atenta da primeira obra de nosso economista. De qualquer maneira, constatamos, por meio de nossa análise retórica, a presença de elementos que tanto favorecem quanto se opõem à tese do instrumentalismo. Julgamos que a influência de Mach, de fato, tenha sido muito relevante; no caso de TDE, podemos inferi-la a partir dos

comentários críticos que Schumpeter tece em relação a polêmicas metodológicas e, em especial no início do capítulo II, a especulações metafísicas. Além disso, como Silva (1991) salienta, a física era a 'rainha' das ciências na virada do século e seria improvável que Schumpeter não estivesse atento a seus desenvolvimentos, dado seu interesse pela história intelectual. Por outro lado, nossa análise também mostra que Schumpeter utiliza, em seu discurso, termos de conotação metafísica - 'causa', 'explicação' etc. - que vão de encontro, por exemplo, à tese de que a teoria deveria ter propósitos descritivos e não de explicação. A presença de considerações sociológicas e psicológicas entremeadas à teorização, especialmente no capítulo II, funciona outrossim como contrapeso para a tese instrumentalista.<sup>68</sup>

Em uma primeira aproximação, nossa análise retórica procederá muito mais na direção de constatar, por meio dos modelos argumentativos utilizados, possíveis elementos que contribuam para o debate acerca tanto do instrumentalismo como de outros pontos relativos à teorização de Schumpeter. O mesmo é válido no que tange aos impactos de outros elementos do contexto intelectual de Viena.

### **3.3 - Auditórios particulares de TDE**

Conforme argumentamos anteriormente, os aspectos relativos à biografia de Schumpeter e ao contexto de Viena são importantes para o entendimento do que viria a se tornar sua 'visão'. Grosso modo, explicitam tanto os componentes 'personalíssimos' da estrutura de raciocínio de nosso economista, quanto a *Zeitgeist* em meio à qual tal estrutura teria sido arregimentada. Tais fatores normativos balizam o trabalho de Schumpeter ao longo de ambas as suas fases, européia e americana, sendo relativamente fixos. A noção de *Sozialökonomik*, esboçada em linhas gerais, figura como outro aspecto desta instância normativa. Como afirmamos, auditório universal e visão se apresentam, ao nosso ver, como noções aproximadas. Os três elementos apontados são, assim, considerados normas deste auditório, no caso de Schumpeter.

Nessa seção, delinearemos alguns dos principais aspectos dos auditórios particulares de TDE, as escolas austríaca e alemã (seção 3.3.1). Tal investigação nos conduzirá a considerações sobre a própria proposta weberiana - espécie de terceira via na disputa entre as duas escolas - com o que destacaremos as possíveis afinidades entre Weber e Schumpeter

---

<sup>68</sup> Vale observar que segundo Shionoya (1997) o instrumentalismo de Schumpeter não seria o mesmo instrumentalismo que autores como Boland (1979) identificam em Friedman (1953), ainda que tenham alguns pontos em comum.

(seção 3.3.2). Entre estas afinidades, observaremos como a própria noção de *Sozialökonomik* resulta de debates específicos entre as escolas austríaca e alemã, o que nos remete à interpenetração entre os pontos de vista de auditórios particulares e normas do auditório universal, defendida por Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) - daí a inclusão da subseção sobre Weber no item 3.3. Ademais, inevitavelmente, essa trajetória se deparará com outras influências teóricas e metodológicas relevantes: o marxismo, os clássicos, o positivismo e o historicismo; elas, contudo, não serão tomadas como alvo de persuasão.

Trata-se de um esboço bastante genérico, com vistas à visualização dos debates teóricos e metodológicos em que TDE vem se inserir. No capítulo seguinte, procedemos, finalmente, à leitura dos dois primeiros capítulos de TDE em função dos auditórios particulares sugeridos e do auditório universal. Concluiremos com um pequeno levantamento acerca da recepção da obra, com base em algumas revisões da mesma.

### **3.3.1 - A escola austríaca, a escola alemã e o *Methodenstreit***

Carl Menger (1841-1921) é considerado o fundador do que viria a ser designado 'escola austríaca', a partir da publicação de seu *Principles of Economics* (1871/1950) (daqui em diante *Principles*). Neste trabalho pioneiro, Menger afirma estar interessado em prover fundamento teórico e científico para a economia a partir do reconhecimento de princípios invariáveis, leis, responsáveis pelo comportamento econômico. Mesmo não sendo caracterizado pelo formalismo matemático, o raciocínio é marcadamente hipotético-dedutivo. Menger toma por princípio elementar da atividade econômica o confronto entre as necessidades das pessoas e os bens (escassos) capazes de satisfazê-las. A economia é analisada nos termos do individualismo metodológico e da ação orientada para determinados propósitos: disso resulta uma preocupação preferencial pela análise dos processos de mercado, diferentemente da ênfase no estado de equilíbrio que caracteriza a análise walrasiana (Oakley, 1997). O forte elemento apriorístico presente nas decisões dos indivíduos contrastaria, por seu turno, com as prerrogativas da escola histórica alemã.

Caldwell (2004) destaca outros itens e questões referentes ao trabalho de Menger que, do nosso ponto de vista, são importantes por terem se mantido nos desenvolvimentos posteriores da escola austríaca e estarem, em alguma medida, presentes nos trabalhos de Schumpeter. O primeiro deles se refere à metodologia com que são analisados os referidos processos de mercado: tratar-se-ia de uma análise explicativa, dedicada à localização de causas e efeitos ou, alternativamente, da análise de relações meio-fim? Conquanto tenha

argumentado em termos de causas e efeitos, Menger teria admitido a maior propriedade da segunda abordagem para compreender a relação entre necessidades e coisas, após críticas de um revisor, afirma Caldwell.

O impasse não teria sido resolvido de forma cabal, mas, aos nossos propósitos, interessa apenas observar que a argumentação de Schumpeter, nos dois primeiros capítulos de TDE, faz menção reiterada à busca de 'causas' dos fenômenos econômicos, dentro de um 'processo' social - processo que ele mesmo não define. Apesar disso, são conhecidos seus comentários negativos acerca da ingerência da metafísica no seio da teorização, o que abriu espaço para que nosso economista fosse interpretado como proponente do instrumentalismo do ponto de vista da teoria econômica (Silva, 1993; Shionoya, 1997). Como afirmamos ao longo da exposição, não temos interesse em resolver essa controvérsia aqui, mas, sim, em sinalizar que o exame das concepções dos interlocutores de TDE pode fornecer subsídios para iluminar a questão: a tensão entre uma abordagem que prioriza a análise de causas e efeitos *versus* a localização de meios e fins mostra-se presente no discurso econômico austríaco. Do ponto de vista retórico, Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) afirmam que o valor dos termos de uma relação varia conforme esta seja concebida num ou noutro binômio; vale adiantar que tal procedimento se revela recorrente na estratégia retórica de CSD - o que aponta para preservação de características deste discurso na segunda fase de nosso economista.

Um segundo tema importante é a identificação dos benefícios não intencionais gerados pela ação econômica individual. As ações estratégicas dos indivíduos, frente às diversas instituições sociais, uma vez 'coordenadas' pelos mecanismos de mercado competitivo e pelo sistema de preços, via sinalização, seriam capazes de gerar vantagens que, não raro, estender-se-iam para outros setores da sociedade, principalmente na forma de uma maior e melhor quantidade de bens produzidos. Implícita está a hipótese de que a própria percepção humana a respeito de suas necessidades e das maneiras (bens) de satisfazê-las progrediria no tempo - o que se insere em um questionamento acerca da evolução da própria sociedade, compartilhado também pelos membros da escola histórica e, como não poderia deixar de ser, pelos trabalhos de Schumpeter. Trata-se de um aspecto importante dos auditórios a que nosso economista se dirige, aspecto que qualifica a afirmação de que seu interesse na conexão entre economia e sociedade estaria fundamentado em sua filiação à *Sozialökonomik* weberiana: a própria escola austríaca não era limitada a considerações sobre teoria econômica e, além disso, o trabalho weberiano, ainda que descenda de modo mais direto do legado da escola histórica, parece ter sofrido, como veremos, influências consideráveis dos austríacos.



Em terceiro lugar, devemos mencionar a ênfase no caráter subjetivo das decisões dos agentes. Esta ênfase conduz a uma teoria marginalista subjetiva do valor que se diferencia tanto das outras abordagens marginalistas quanto, principalmente, da teoria clássica do valor, assentada na realidade objetiva dos custos de produção. Veremos que, no primeiro capítulo de TDE, Schumpeter coloca a idéia de necessidades sob holofotes, tomando-as como verdadeiros fatos geradores da atividade econômica, seja no âmbito do consumo, seja no âmbito da produção, (ainda que posteriormente tente compatibilizar essa apresentação com o modelo walrasiano). O 'valor' será definido a partir do confronto entre necessidades e escassez, sujeito às deliberações individuais. Posto isto, os custos de produção serão apresentados como 'fenômeno do valor' - apresentação bastante simpática às disposições do auditório austríaco, muito embora o empresário seja primordial justamente por agir devido a motivações alheias às necessidades. Como salienta Caldwell (2004), a teoria clássica do valor pode ser tomada como um dos principais alvos dos *Principles*, visto que, segundo seu autor, impedia a fundamentação científica da economia.

O pensamento austríaco começaria a se consolidar como escola após o *Methodenstreit*, principalmente a partir dos trabalhos de Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) e Friedrich von Wieser (1851-1926), posteriormente identificados como principais representantes da 'segunda geração' da economia austríaca. Esta adquire progressiva reputação internacional, sendo particularmente bem recebida nos Estados Unidos.<sup>69</sup> Somente a partir da batalha dos métodos é que o conceito de utilidade marginal é refinado, passando a se firmar como conceito unificador de seus membros a despeito de divergências internas (Henri-Simon, 1950).<sup>70</sup> Os austríacos também se tornam conhecidos pela crítica de Böhm-Bawerk à teoria do capital, por sua preocupação com os fatores tempo, erro e incerteza, e pelas críticas à teoria do valor adotada pelos socialistas, com o que se tornam pioneiros na crítica ao marxismo - nesta esteira, os debates acerca do cálculo socialista ganhariam proeminência, em especial com os trabalhos de Wieser.

Além desses elementos, cumpre destacar que a abordagem subjetivista das ações humanas e o interesse na compreensão do complexo social conduziu ao interesse nas ações inovadoras dos agentes econômicos. Autores como Arena e Gloria-Palermo (1999) mostram a influência dos trabalhos de Menger e Wieser nas concepções de Schumpeter sobre inovação.

---

<sup>69</sup> O pensamento econômico americano, em especial após o *Methodenstreit*, também seria fortemente influenciado pela escola histórica alemã, influência que pode ser entrevista, por exemplo, na perspectiva dos institucionalistas. O interesse de Schumpeter nos avanços dos economistas americanos, apontado por vários de seus comentadores, é bastante plausível dado esse pano de fundo.

<sup>70</sup> É conhecida, por exemplo, a divergência entre Wieser e Böhm-Bawerk no tocante à teoria do valor e da imputação, valendo apenas observar que Schumpeter não entra nos méritos das mesmas.

Vimos, outrossim, que Andersen (1991b) e Streissler (1981) ligam o tópico da inovação à temática elitista da virada do século, destacando igualmente o alinhamento de Schumpeter e Wieser. Segundo esses intérpretes, os austríacos teriam centrado suas atenções no binômio inovação-imitação com o intuito de compreender a dinâmica das instituições sociais. Já Schumpeter, por seu turno, teria se destacado por ter feito deste binômio a chave para compreensão da (r)evolução 'econômica', opondo empresários líderes a imitadores que conduzem a economia novamente ao fluxo circular, no qual volta a prevalecer o comportamento hedonista maximizador. Julgamos que a diferenciação seja acertada, mas que talvez seja necessária maior ênfase no papel do caráter das ações na análise schumpeteriana das instituições sociais: afinal, a racionalização destas últimas figura como um dos principais fatores de auto-superação do capitalismo em CSD.

Este esboço das características da escola austríaca está longe de ser exaustivo e visa apenas indicar alguns dos aspectos relevantes para argumentação de TDE; ao longo da análise retórica da mesma, outros elementos serão destacados conforme necessário. Com o mesmo propósito, examinaremos a seguir algumas das concepções da escola histórica. A partir deste exame, identificaremos os pontos de tensão que conduziriam as duas escolas ao *Methodenstreit*, que viemos apontando desde o início como episódio determinante para a delimitação tanto dos trabalhos de Weber como de Schumpeter. Ao mesmo tempo, entretanto, nossa leitura aponta para a necessidade de cautela quanto à oposição simplista entre as duas escolas, dadas evidências recentes de que compartilhavam alguns pontos de vista.

A 'escola histórica alemã', só passa a ser designada enquanto tal após a batalha dos métodos, apesar de constituir corpo mais consolidado que os austríacos antes mesmo do embate. Costuma ser dividida em três seqüências: a 'velha', ligada ao nome de Wilhelm Roscher (1817-1894), a 'nova', associada ao nome de Schmöller e a 'novíssima', da qual, como mencionado, participou Weber.<sup>71</sup> Desde seu início, a escola histórica enfatiza o papel da ética no comportamento humano e em todas as normas e instituições sociais, o que, a partir do reconhecimento do Estado como instituição ética, resulta na defesa do mesmo como garantidor de liberdades.

Assim como os austríacos, os alemães interessam-se pela evolução das instituições, porém sob uma ótica completamente diferente, ilustrada desde os trabalhos de Roscher. Para que estas fossem compreendidas, o contexto social, político e legal deveria ser igualmente

---

<sup>71</sup> À 'velha' escola ligavam-se ainda os nomes de Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); à 'nova', Etienne Laspeyres (1834-1913), Karl Bücher (1847-1930). A 'novíssima' tinha como principal líder Werner Sombart (1863-1941), contando também com a participação de Arthur Spiethoff (1873-1957), um dos melhores amigos de Schumpeter (Allen, 1994a, p.202).

avaliado; além disso, os estudos deveriam estar concentrados não na análise presente das mesmas, mas na avaliação de seu desempenho ao longo do tempo e, se possível, na comparação destas instituições em diferentes nações. Procedimentos que apontam, de saída, para uma metodologia de caráter indutivo e complexo (Smelser e Swedberg, 1994).

Roscher foi pioneiro no que viria a ser designado 'teoria do desenvolvimento por estágios' que, em grandes linhas, afirma que todas as nações se desenvolvem sob um mesmo padrão evolucionário linear: juventude, maturidade e declínio. A evolução de um país qualquer estaria condicionada à sua posição nesse encadeamento, à dos países vizinhos e à sua identidade cultural e institucional. Logo no início do segundo capítulo de TDE, Schumpeter menciona a abordagem de Roscher, qualificando-a como vinculada ao preconceito metafísico associado à idéia de 'sentido da história'. Vale salientar mais uma vez que, tal como no caso de outras noções, o conceito de 'desenvolvimento' constituía tópico do discurso de membros do auditório. Além disso, a observação de Smelser (1991) é bastante pertinente: a escola histórica, especialmente em seus primórdios, era bastante influenciada pela tradição idealista alemã, em que, de fato, a análise da história concreta era conjugada, dialeticamente, com a prerrogativa metafísica de que a história possua um sentido abstrato. Uma das implicações desta postura era a desconfiança em relação a instituições racionalmente construídas, dada a interferência distorciva na organicidade do curso histórico. Caldwell (2004) destaca, como exemplo, a reticência em relação a instituições democráticas como modelo de governo atemporal, válido para quaisquer países.

Alinhada à tal perspectiva estava a rejeição da doutrina clássica, em especial de suas conclusões favoráveis ao livre comércio. Para os alemães, tratava-se de generalização descabida, para o resto do mundo, do caso britânico. É importantíssimo observar que os clássicos figuravam como contraponto comum tanto daqueles que viriam a compor a escola austríaca como a escola histórica. Tanto que Menger havia dedicado seus *Principles* a Roscher. Os alemães também discordavam da teoria clássica do valor e, como aponta Streissler (1990), os primórdios da literatura germânica continham um certo número de idéias subjetivistas e estrutura de pensamento - esta herdada do cameralismo - associada ao binômio 'meio-fim'.<sup>72</sup>

Com a nova escola, ganha proeminência o papel normativo da economia, justificado pela participação de Schmöller na condução econômica do novo *Reich*, encabeçado pelo

---

<sup>72</sup> O cameralismo era uma espécie de 'economia administrativa' do estado, preocupada em fornecer instruções para ação econômica da burocracia, que caracterizou o discurso germânico antes do século XIX. É considerada também a variante alemã do mercantilismo.

imperador William I e pelo chanceler Otto von Bismarck. Schmöller comporia, com outros acadêmicos, o *Verein für Sozialpolitik*, organização que concentrava estudos e esforços para garantia da boa condução dos assuntos do Estado. Uma das principais preocupações era que o clima de instabilidade econômica e social gerado pelos insucessos econômicos de 1873 fomentassem os movimentos socialistas. Vemos portanto que, além dos clássicos, o socialismo, especialmente em sua vertente marxista, figurava como ameaça comum para austríacos e a nova escola.

A despeito dos alvos compartilhados, a postura de Schmöller em relação aos seus próprios antecessores sinalizava a piora dos ânimos com a escola austríaca. Em sua opinião, os trabalhos de Roscher possuíam o mérito de ter reconhecido o caráter inadequado das abstrações clássicas, segundo ele influenciadas pelos propósitos universalizantes do iluminismo e do direito natural. Entretanto, a teoria do desenvolvimento por estágios teria partilhado do mesmo pecado da generalização prematura; além disso, o objetivo da velha escola de estudar o organismo social como um todo seria também descabido. A nova escola defendia a reorientação da economia no sentido da descrição e classificação dos fenômenos sociais. Em última instância, tal procedimento visava a compreensão do complexo social como um todo: mas, para Schmöller, tal compreensão pertencia a um futuro distante. Diante desse posicionamento, sua oposição aos austríacos era previsível.

Schmöller é apontado como responsável por uma das revisões dos *Principles*, em que o autor se identifica por 'G. Sch' - suspeita advinda não só das iniciais, mas do tom e conteúdo da crítica. A resenha, escrita em 1873, encontra-se traduzida em Caldwell (2004) e destaca o ponto de vista independente de Menger, apesar de inegável familiaridade com a literatura alemã. Contudo, nem a erudição, nem o objetivo (louvável) de trazer mais 'lucidez' para a teorização abstrata dos clássicos teriam sido bem sucedidos. Segundo Schmöller, a detalhada e cansativa listagem de exemplos com que Menger sustentara suas afirmações estariam associadas muito mais a 'robisonadas' do que à preocupação com problemas reais. No final das contas, Menger estaria apenas reelaborando a idéia 'capenga' de que a vida econômica poderia ser derivada das disposições de um homem abstrato. Péssima avaliação para um economista que tinha como um dos principais alvos a economia clássica.

Em resposta a tais considerações, Menger escreve *Investigations into the method of the social sciences with special reference to economics* (1883/1985) (daqui em diante *Investigations*) em que, fundamentalmente, visa demonstrar que uma abordagem teórica das ciências sociais é possível. Ele define três possíveis esferas de investigação dentro da economia: uma concreta, representada por estudos estatísticos e históricos; uma orientada

para prescrição de política e finanças; e, por fim, a esfera teórica, alvo de seu interesse. Dentro desta, distingue duas orientações: a 'realístico-empírica', baseada no uso de tipos reais e de leis empíricas, ambos identificáveis no mundo real e passíveis de exceções; e, em segundo lugar, a 'exata', em que figuram 'tipos exatos' e leis exatas da natureza, ambos de caráter necessário. Seu objetivo se resumia a mostrar a viabilidade das últimas na análise social. Os tipos exatos caracterizariam os elementos mais simples do real; as leis exatas, de sua parte, vigorariam em mundos econômicos abstratamente concebidos não sendo, aliás, passíveis de teste empírico.<sup>73</sup>

No início de *Investigations* Menger afirma que seu interesse em metodologia teria apenas o objetivo de clarear alguns princípios que estariam bloqueando o avanço da ciência econômica. Discussões de cunho estritamente metodológico, segundo ele, seriam infrutíferas. Seus esforços em convencer o público alemão seriam, porém, praticamente sem sucesso. Pior que isso, gerariam o intenso debate metodológico que o próprio Menger via com maus olhos: o *Methodenstreit* estava lançado. Schmöller revisa as *Investigations*, mantendo a mesma postura que tinha em relação aos *Principles*. Menger responde, em tom de crítica pessoal. Schmöller reage, então, publicando nota em que afirmava ter remetido de volta a réplica de seu oponente, sem publicá-la, simplesmente porque ela não merecia ser revista.

Mais de uma década assistiria ao embate entre proponentes da dedução *versus* proponentes da indução. Um dos aspectos mais negativos do debate foi tornar as visões de cada um dos lados estereotipadas. Schmöller não se opunha à teorização em si mesma, mas ao que considerava generalizações apressadas; Menger, por seu turno, não recusava completamente trabalhos de caráter empírico: sua defesa caminhava muito mais no sentido da referida 'separação' de esferas de estudos em economia. Além das duas escolas partilharem de alguns elementos em seus primórdios e da aversão ao marxismo, Caldwell menciona outros fatores de semelhança, que passaram a ser omitidos na literatura.

A concepção de agente econômico de ambas as escolas é um desses fatores. A despeito de recusar o individualismo metodológico, a escola histórica enfatizava a importância da ação humana e seu condicionamento a valores éticos. Os austríacos apesar de raciocinarem com base no individualismo auto-interessado, tornaram-se pouco a pouco afastados da concepção clássica de homem econômico e de agente-maximizador do que se tornaria o *mainstream* neoclássico - isso seria ilustrado pelas próprias considerações de

---

<sup>73</sup> Uma extensa literatura se dedica à compreensão da natureza e origem da proposta de Menger, parte dela, inclusive, apontando vínculos entre suas concepções e a filosofia aristotélica - o que indica que a escola histórica não era a única permeada por questões de cunho filosófico que tanto incomodariam Schumpeter.

Wieser e Menger acerca da ação inovadora. Em última instância, poderíamos mesmo tomar o agente concebido pela escola austríaca como tentativa de compromisso entre o homem movido por um complexo de valores, característico da escola histórica, e o autômato da análise marginalista padrão. Vale salientar que, em grande medida, o 'parentesco' entre os agentes econômicos de alemães e austríacos se liga à preocupação de ambas as escolas com a origem e evolução das instituições sociais, conquanto lançassem mão de abordagens diferentes. Os interesses de Schumpeter na ação de um agente *sui generis*, ao invés do indivíduo maximizador, e na compreensão do complexo social tornam-se, com tais constatações, progressivamente compreensíveis (muito embora, como veremos, o empresário também distingua-se do *homo economicus* austríaco).<sup>74</sup>

Em termos de contribuição positiva para a ciência econômica, o balanço do debate foi igualmente desfavorável e, de modo geral, os intérpretes subscrevem a avaliação de Schumpeter em *History*<sup>75</sup>: um embate marcado pela incompreensão de ambos os lados em disputa, marcada pela concorrência de 'egos' intelectuais. Do lado austríaco, a batalha dos métodos fomentou a aglutinação dos seguidores de Menger em uma verdadeira escola; valendo recordar que é somente com Böhm-Bawerk e Wieser - descontadas diferenças internas - que a utilidade marginal passa a ser apresentada como principal legado de Menger e conceito unificador da escola austríaca, às custas de uma menor ênfase em seu legado para compreensão das instituições sociais.

Em termos de prestígio acadêmico e obtenção de postos nas universidades, o período posterior favoreceu os alemães; entretanto, boa parte de sua ascendência seria devida aos vínculos de Schmöller com o ministério da educação. A partir da primeira década do século XX, entretanto, eles se deparariam com dificuldades que gradualmente corroeriam seu prestígio. Trata-se de um ocaso duplamente irônico, em parte causado pela incapacidade da escola história de prover prescrições objetivas de política para a Alemanha do pós-Primeira Guerra - dado o próprio caráter disperso de sua contribuição -, em parte resultante dos trabalhos de um de seus herdeiros, Weber.

A próxima seção será dedicada à compreensão do papel do trabalho de Weber no ambiente marcado pelo *Methodenstreit*. Evidentemente, nosso esboço será parcial e

---

<sup>74</sup> Outro fator que merece destaque é a desconfiança em relação a instituições democráticas, já mencionada no caso dos alemães. Se no caso destes a justificativa possuía vínculos com a própria doutrina defendida, curiosamente, no caso dos austríacos, a desconfiança se assentava em motivos eminentemente históricos: grande parte do declínio do império austro-húngaro se devia a rivalidades étnicas, com o que a extensão do direito de voto tenderia a tornar a distensão mais grave. Somente no século XX é que a democracia passaria a ser vista como instituição desejável. Seria vista, porém, como bem não em si mesma, mas enquanto instrumento - em linha com a ótica defendida por Schumpeter em CSD.

<sup>75</sup> Cumpre observar que um balanço do *Methodenstreit* encontrava-se já em *Epochen* (1914).

direcionado para os aspectos que tanto nossa leitura, quanto Swedberg, indicam ter influenciado o arcabouço schumpeteriano. No âmbito mais específico dos auditórios particulares contemplados por Schumpeter, austríaco e germânico, esse esboço torna patente o fato de que grande parcela do trabalho de Weber é fermentada a partir de elementos pertencentes a cada um deles. O que está em jogo é o estatuto epistemológico das ciências sociais como um todo e dos vínculos que suas diversas partes apresentam, com ênfase particular para a compreensão do estatuto da economia. A noção de *Sozialökonomik* emergiria desse esforço de transcender as dificuldades tornadas patentes pelo *Methodenstreit*. Ora, Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) afirmam que as concepções definidoras do auditório universal são justamente constituídas a partir da transcendência fundada sobre concepções de auditórios particulares, transcendência normalmente operada em momentos de tensão entre valores concorrentes. Notamos, progressivamente, que Weber e Schumpeter tanto compartilham influências comuns quanto opiniões a respeito das problemáticas em pauta.

### **3.3.2 - Weber: semelhanças com a visão e a análise schumpeteriana**

Max Weber (1864-1920) formou-se em direito na Universidade de Heidelberg, em 1882. Os cursos de economia eram parte obrigatória do currículo de direito e, tal como Schumpeter, é aí que Weber toma seu primeiro contato com a ciência. Foi aluno de Karl Knies (1821-1898), um dos fundadores da nova escola alemã, ao lado de Schmöller. Anos depois, participaria da já mencionada *Verein für Sozialpolitik*, trabalhando em uma pesquisa acerca de trabalhadores rurais que, posteriormente, garantiu-lhe uma cadeira de economia na Universidade de Freiburg. Lecionou cursos introdutórios e alguns cursos específicos tais como finanças e história do pensamento econômico. Essa trajetória, somada à contribuição para a novíssima escola, fez com que Weber sempre se auto-intitulasse economista, a despeito de hoje ser tomado, normalmente, como sociólogo (Swedberg, 1998). Vale notar que a recente tentativa de reconhecer no legado de Weber em economia muito mais que a simples contribuição de um sociólogo na área, isto é, de tomá-lo como economista, caminha lado a lado com o esforço de reconhecer em Schumpeter mais que um economista que, em CSD, teria manifestado interesse em sociologia...

A partir do manual que Weber (1898/1990) elaborou para usar em seu curso de economia, Swedberg constata que, apesar de pertencer à escola histórica, o autor estava inteirado acerca dos desenvolvimentos das outras escolas:

Weber, as we would expect, cites various writings from the German Historical School, which at the time totally dominated economic discourse in his native country. The overwhelming number of works are furthermore - again as one would expect - in German. But Weber also refers the student to the works of the opponents of the German Historical School, such as Carl Menger and Friedrich von Wieser. Since the Austrians wrote in German, it is perhaps not so surprising that Weber would include them among his references. That Weber had a good overview of contemporary economics, going well beyond the German contributions, is however also clear; and he cites, for example, the works of Walras, Marshall and Jevons. (Swedberg, 1999, p. 3).

A contribuição de Weber para o campo teórico da economia representa uma pequena parcela de seu trabalho, merecendo destaque o artigo "Marginal Utility Theory and The Fundamental Law of Psychophysics" (1908/1975), em que contesta a fundamentação psicológica da utilidade marginal, e o grande manual *Grundriss der Sozialökonomik*, do qual Schumpeter participaria com *Epochen*. Conquanto escassa, Swedberg argumenta que esta contribuição de Weber, bem como suas notas de aula, seriam suficientes para demonstrar que no que tange à economia teórica o autor era proponente da abordagem marginalista, apesar da crítica ao psicologismo: o ponto de partida da análise em economia teórica seria a idéia de *homo economicus*, desprovido de outras motivações. Defenderia, contudo, a perspectiva histórica quando estivesse em questão o estudo de uma economia real - defesa ilustrada na própria *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905/1983).

Não temos condições de avaliar a procedência ou não da leitura de Swedberg acerca da postura weberiana quanto à economia teórica. Observamos, porém, que essa possibilidade reforçaria algumas características da contribuição de Weber para a metodologia das ciências sociais. Segundo Caldwell (2004) o esforço weberiano de solucionar certas dificuldades epistemológicas da escola histórica não só o fez se aproximar de preceitos epistemológicos dos austríacos, como terminou por fornecer subsídios extras para a própria crítica austríaca aos alemães.

Weber questionou tanto os procedimentos indutivos apregoados por Schmöller como a concepção da escola alemã no que toca à natureza da relação entre pesquisa científica e valores. Em verdade, os dois problemas estavam entremeados: se a prescrição metodológica de coleta de dados, em si mesma, era considerada como único procedimento científico, devido à complexidade da história, como era possível à escola histórica emitir prescrições de política? Sendo a generalização a partir de base empírica um ideal longínquo, até mesmo as opiniões desta escola sobre a fragilidade das instituições liberais seriam carentes de justificação. No que tange ao socialismo, a objeção procederia ainda mais, posto que a história (até então) não havia oferecido aos olhos a experiência socialista. Postular um 'sentido da história', dadas as críticas de Schmöller a Roscher, também não era saída coerente e, além disso, possuía conotações marxistas.



A saída weberiana, se é que é possível caracterizá-la numa sentença, foi de colocar os 'valores em seu devido lugar', gerando impactos em termos de procedimento e de avaliação. Em "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política" (1904/2001) Weber questiona a autoridade da ciência, de modo geral, e das ciências sociais em particular, na prescrição ou avaliação de fins, indo de encontro ao espírito ético-normativo da escola histórica. Tais fins seriam designados por fatores culturais inerentes às sociedades, cumprindo aos cientistas apenas a determinação dos meios mais apropriados para o alcance dos mesmos. Dentro deste arcabouço, o 'significado' das ações humanas - que vimos ser tópico caro aos austríacos e a Schumpeter - seria, ele mesmo, melhor compreendido a partir da perspectiva de busca de meios para fins pré-determinados.<sup>76</sup>

Em contrapartida, Weber reconhece o condicionamento dos fatos observados às pré-concepções dos investigadores. A constatação de que a realidade é complexa não implica que a simples coleta de dados 'supostamente neutros' seja o procedimento científico legítimo - tal como propunha Schmöller. Pelo contrário: para Weber o único modo do analista lidar com o desafio da complexidade é por intermédio da escolha das parcelas do real que lhe interessam. Esse interesse resulta do 'ponto de vista' do investigador, determinado por suas predileções e pelos arcabouços teóricos com os quais costuma trabalhar. Um objeto de investigação só se consolida enquanto tal a partir do momento em que o pesquisador lhe reconhece significativo. Aqui Weber se aproxima de Menger (1883/1985) ao afirmar o papel de abstrações teóricas prévias e, nessa linha, seu conceito de 'tipo ideal' mostra ter recebido influências da concepção mengeriana de 'tipo exato', mencionada acima (Caldwell, 2004). Mas, enquanto os tipos exatos resultariam da generalização dos aspectos mais genéricos (ou patentes) de um fenômeno qualquer, os tipos ideais são definidos como protótipo elaborado pelo próprio pesquisador, com o objetivo de comparar tal protótipo ideal ao objeto real analisado. No final das contas, os valores, expulsos da esfera normativa, encontram-se presentes no seio mesmo das elaborações científicas, dado ser o cientista quem discrimina as características do fenômeno que lhe parecem interessantes.

O tratamento weberiano da relação entre pesquisa científica e valores é muito semelhante àquele exposto por Schumpeter em "Ciência e Ideologia" (1949/1981) e no quarto capítulo da primeira parte de *History*. Schumpeter afirma, em primeiro lugar, a independência dos juízos de valor em relação ao procedimento científico da economia em si mesma,

---

<sup>76</sup> A ênfase em 'meios e fins' aparece em Weber, contudo, articulada ao objetivo de 'explicar' os fenômenos, de imputar os mesmos às suas 'causas'. Creemos que reflete novamente um questionamento comum ao discurso científico da época, relacionado aos binômios causa-consequência/meio-fim.

especialmente no que concerne à prescrição de política. Para ele, trata-se de esferas diferentes, valendo ressaltar, de novo, seu desconforto com o vínculo entre economia e política. Para abordar a questão, apresenta inicialmente, como já mencionamos, diversas possíveis definições de economia científica dando, por fim, primazia para 'senso comum refinado' e 'conhecimento instrumental' (Schumpeter, 1954, p.7). É possível argumentar que elas se implicam mutuamente: o refinamento do senso comum implica o refinamento dos instrumentos de análise; em contrapartida, o progresso nas ciências econômicas estaria baseado na evolução de tais técnicas (veremos porém que talvez o ponto não seja tão simples). Tomando 'instrumentos' na acepção de 'meios' para prática científica, notamos o alinhamento com a postura de Weber quanto à avaliação de meios, e não de fins.

Uma das conseqüências da evolução dos instrumentos de análise seria, de acordo com Schumpeter, a diminuição do viés ideológico que permeia tanto a prática como a avaliação das ciências. Indica que seu conceito de ideologia tem como uma das fontes a idéia de 'interpretação econômica da história' extraída dos textos de Marx, sendo necessário, entretanto, expurgá-la de seus excessos 'economicistas': as ideologias são tomadas por 'superestruturas' erguidas sobre a realidade objetiva, mas que tendem a representá-la de modo viesado - entendendo por 'realidade objetiva', porém, algo mais que sistemas econômicos (*Id.* 1954; 1949/1981). Schumpeter parece, a princípio, menos cético que Weber quanto ao que tange à existência de objetividade no real, posto que os instrumentos progrediriam no sentido de preservá-la.

Todavia, Schumpeter encontra um limite para essa 'decantação' na própria base dos procedimentos científicos: as ideologias teriam como principal porta de entrada a 'visão' dos cientistas, tantas vezes já referida neste trabalho, formulada no estágio pré-científico. Nosso autor afirma estar convencido que "alguma ideologia estará sempre conosco" visto que nenhuma "nova incursão em qualquer ciência é possível" sem a visão (Schumpeter, 1949/1981, p.143). Importa constatar que o conteúdo do conceito de 'visão' nos remete à formulação weberiana de objeto de pesquisa, enquanto algo determinado pelos pontos de vista do pesquisador. Se, por um lado, a superação do senso comum envolve o progresso dos instrumentos de análise, a aplicação dos mesmos sempre envolve um componente interpretativo, canal de influência de elementos valorativos que, aliás, nem sempre são totalmente indesejáveis. A visão é importante: veremos que quando Schumpeter avalia a contribuição de Marx para teoria econômica, ele sugere seu peso na própria teorização; na própria elaboração da *Sozialökonomik*. Vale à pena reproduzir aqui, finalmente, a passagem em que Schumpeter define 'visão', na qual destacamos os termos que remetem a Weber:

[...] in order to be able to posit ourselves any problems at all, we should first have to visualize a distinct set of coherent phenomena as a worth-while object of our analytic efforts. In other words, analytic effort is of necessity preceded by a preanalytic cognitive act that supplies the raw material for the analytic effort. In this book, this preanalytic cognitive act will be called Vision. (Schumpeter, 1954, p. 41).<sup>77</sup>

Segundo Shionoya, as afinidades metodológicas entre Schumpeter e Weber traduzem reações a uma tensão entre duas filosofias que marcavam o cenário alemão, na qual o próprio *Methodenstreit* estava inserido: o positivismo e o historicismo. Esta tensão impregnou, sobretudo, o desenvolvimento da sociologia alemã, interessada em reintegrar as ciências sociais, que se haviam tornado especializadas e separadas - a própria reintegração tinha por passagem obrigatória o posicionamento acerca do problema filosófico. De acordo com o intérprete, "[...] *a methodological bridge was needed between historicism and positivism, and Weber and Schumpeter contributed to this effort.*" (Shionoya, 1997, p. 29). Vale constatar que o legado weberiano referente ao vínculo entre ciência e valores pareceu contribuir para idéia de separação entre contexto da descoberta e da justificação, cara aos trabalhos do ciclo de Viena. Como observa Caldwell (2004), os desenvolvimentos posteriores da economia seriam marcados pela presença do positivismo. Não temos espaço para discutir essa evolução aqui, mas julgamos frutífera a hipótese de que possíveis influências positivistas tenham penetrado no trabalho de Schumpeter especialmente por sua veia metodológica, preocupada com a sociologia do conhecimento.<sup>78</sup> Interessa, aos nossos propósitos, constatar o impacto positivista nas concepções científicas de Schumpeter, especialmente em sua primeira fase.<sup>79</sup>

O pólo do historicismo fornece, de sua parte, subsídios extras para comparação entre os trabalhos de Weber e Schumpeter. Cremos que a semelhança na orientação da obra de ambos para os membros da escola histórica já tenha sido suficientemente explicitada. É nesse pólo, entretanto, que identificamos igualmente tanto a influência quanto a reação ao marxismo como fator de alinhamento entre eles. A percepção do capitalismo como processo histórico-social 'dinâmico' deve uma de suas principais formulações ao legado marxista. Trata-se de uma visão compartilhada por Weber e Schumpeter que, no entanto, discordam da leitura que o marxismo faz deste processo.

---

<sup>77</sup> Schumpeter (1949/1981) observa ainda que esse ato pré-científico não consiste na mera percepção dos fatos - algo em linha com a coleta de dados da escola histórica - mas envolve, sim, uma espécie de esforço analítico prévio de nosso 'senso comum'. (*Ibid.*, p.143).

<sup>78</sup> Sendo possível argumentar ser por esse canal que Schumpeter teria sofrido as influências do pensamento de Ernest Mach, destacadas pelo próprio Shionoya (1997) e Silva (1993; 2002).

<sup>79</sup> Ainda no que tange a essa discussão, cumpre observar que Shionoya justifica o interesse de Schumpeter pela abordagem walrasiana por suas afinidades com o positivismo.

De imediato, tal discordância se deixa revelar no afastamento de ambos os autores (ao menos oficialmente) da dialética, em favor de uma abordagem analítica, esboçada acima.<sup>80</sup> A interpretação materialista (ou econômica) da história figura como um dos principais alvos de Weber, na medida em que este defende algum grau de autonomia das idéias enquanto fatores componentes do significado das ações. Da mesma forma, vimos que ao tratar da questão da ideologia, Schumpeter critica os excessos materialistas desta interpretação. Em CSD, vale adiantar, ele a reconhece como grande contribuição de Marx o 'sociólogo': uma mistura de paixão e impulso analítico capaz de tratar da lógica dos fatos econômicos (Schumpeter, 1942, p.10). Mas a mensagem de Marx teria sido deturpada por seus seguidores, que passaram a localizar na motivação econômica o único significado das ações. Schumpeter chega a afirmar, na seqüência, que "*The whole of Max Weber facts and arguments fits perfectly into Marx's system*" (Schumpeter 1942, p.11) - o que sinaliza sua reflexão sobre o trabalho de Weber. A interpretação econômica da história seria sobretudo um 'instrumento' valioso para compreensão dos condicionamentos econômicos das idéias e ações, o que não quer dizer que estes fossem as únicas causas das mesmas.<sup>81</sup> A relação, afirma Schumpeter em CSD, seria antes de reciprocidade, entre a esfera da produção e outras esferas da vida social.

Tanto na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* quanto em TDE um indivíduo (ou conjunto de indivíduos) cuja ação possui significados alheios aos tradicionais (sejam estes econômicos ou não) engendra os processos de mudança. Com isso, ambos os autores negam a total subserviência dos indivíduos ao processo capitalista. Carlin (1951) aponta as semelhanças entre o 'inovador' protestante e o empresário schumpeteriano, argumentando em favor de que o último fosse tomado como 'tipo ideal' de Schumpeter, tal como o primeiro o é em Weber. Além de possuírem motivações peculiares e agirem contra a rotina, ambos enfrentam resistências - como exemplos, temos a 'indignação moral', mencionada por Weber, a reação do 'ambiente social', em Schumpeter. Devem, por isso mesmo, portarem-se como líderes, evidenciando traços elitistas, ainda que Schumpeter enfatize os traços não carismáticos do empresário (Schumpeter, 1982, p.63).<sup>82</sup>

No que tange ao futuro do capitalismo, MacDonald (1965) observa que apesar de Weber não ter explorado a questão de modo sistemático, sugere como uma das possibilidades

<sup>80</sup> Perroux (1935) está entre os autores que defendem a tese de que a obra de Schumpeter teria caráter dialético.

<sup>81</sup> Cumpre recordar que em Schumpeter (1949/1981) o autor se refere às ideologias como superestruturas erguidas por sobre a realidade 'objetiva' (e não 'econômica'). Neste artigo, a interpretação econômica da história parece possuir algum respaldo ontológico: há uma superestrutura fundada sobre a realidade. Ao mesmo tempo, o adjetivo 'econômica' parece perder importância. Não encontramos, porém, nenhum trabalho que tratasse desta possível modificação na leitura de Schumpeter sobre a interpretação econômica da história.

<sup>82</sup> Segundo MacDonald (1965), Weber e Schumpeter possuiriam, outrossim, uma análise similar do papel da liderança na democracia.

o desenvolvimento de uma burocracia socialista, desencadeado fundamentalmente pela 'diminuição do carisma' enquanto elemento da ação. Esse processo seria semelhante ao processo de racionalização da vida econômica, de destruição da motivação não-hedonista, que, em CSD, figura como um dos principais fatores responsáveis pela passagem do capitalismo ao socialismo. De fato, já em TDE, Schumpeter menciona a racionalização engendrada pelo processo social, e, ao fazê-lo, diz que toma 'racionalizar' no sentido proposto por Weber.

Para concluir, observamos que os elementos apresentados nessa seção fornecem subsídios para leitura da obra de Schumpeter dentro do espírito da nova retórica. A partir do esboço dos auditórios particulares, pudemos observar como, em nível teórico e metodológico, diversos dos temas de TDE e CSD estavam presentes no discurso austríaco e alemão, alguns deles comuns a ambas as escolas. A consideração de elementos do legado weberiano, por seu turno, permitiu situá-la em meio aos dois auditórios particulares e a outros focos de influência do trabalho de Schumpeter. Ademais, as afinidades entre este e Weber parecem justificáveis por uma preocupação comum com a articulação das ciências sociais, tendo em vista a análise do capitalismo. Uma vez qualificada pela constatação de que tal vínculo traduza menos uma simples 'filiação' de Schumpeter ao pensamento weberiano, do que um discurso compartilhado, acreditamos que a hipótese de vínculo entre a visão de nosso economista e a *Sozialökonomik* ganhe em termos de plausibilidade.

## Capítulo 4 - A argumentação de TDE

Nosso exame se restringirá aos dois primeiros capítulos de TDE, além do prefácio. Do ponto de vista argumentativo, estes capítulos são fundamentais. O primeiro pode ser tomado como o espaço em que Schumpeter prepara o 'terreno' para arregimentar sua contribuição. Via de regra, temos, aqui, o 'contato inicial dos espíritos', em que o reconhecimento de Schumpeter como interlocutor razoável, por parte dos auditórios, depende de que ele perceba as e, se possível, mostre partilhar das premissas dos mesmos. No segundo capítulo, Schumpeter tem o desafio de persuadir tais auditórios acerca de suas teses, de conteúdo disruptivo, e, ao mesmo tempo, preservar a adesão auferida com base no capítulo I. Em ambas as etapas, destacamos como os argumentos se estruturam tendo em vista os auditórios austríaco e germânico. É o primeiro destes, porém, que se destaca como auditório fundamental, o que se traduz no formato geral 'dedutivo' dos capítulos em questão.

A leitura minuciosa de tais capítulos se revelou extremamente rica e suficiente para os propósitos de aplicação da nova retórica. Pudemos, a partir dela, examinar como as influências estudadas na seção 3.3 de nosso trabalho, fazem-se presentes em TDE. Observamos, outrossim, como diversos detalhes do texto fornecem subsídios para algumas das controvérsias metodológicas que cercam o trabalho de Schumpeter, principalmente no que concerne à natureza de sua teorização. Destacamos, dentre estas, o próprio questionamento de Swedberg sobre o impacto dos ramos histórico e sociológico não só no conteúdo da teoria do desenvolvimento, como no seu estatuto teórico.<sup>83</sup> Com isso, além de permitir contemplar como Schumpeter direciona seu discurso aos auditórios particulares, os capítulos são valiosos do ponto de vista da *Sozialökonomik*, enquanto instância normativa do auditório universal. Do mesmo modo, elementos pertencentes à *Zeitgeist* de Viena - outro vértice desta normatização - fazem-se presentes.

### 4.1 - Considerações sobre o prefácio

O prefácio escrito por Schumpeter para a primeira edição inglesa de TDE, em 1934, fornece subsídios importantes para a compreensão geral da obra.<sup>84</sup> No primeiro parágrafo, o autor se refere de imediato à cronologia de suas idéias; ao remeter parte delas a 1907,

---

<sup>83</sup> A questão acerca do caráter instrumentalista da teoria schumpeteriana (defendida por Shionoya (1990;1997) e Silva (1993,2002)) também é 'tangenciada' nestas páginas, sem que entremos em detalhes sobre a discussão, dado o escopo de nosso trabalho.

<sup>84</sup> Para as referências e citações, utilizaremos a edição em português, visto não havermos encontrado diferenças relevantes em relação à inglesa (mesmo no tocante aos termos grifados nas citações).

corroborar a conexão das mesmas à análise estática de *Das Wesen*. Em tom destacadamente franco, indica as alterações presentes na segunda edição alemã, na qual se baseia a referida edição em inglês:<sup>85</sup> omitiu o capítulo VII, reescreveu os capítulos II e VI.

Segundo Shionoya (1997) o capítulo VII resumia os capítulos anteriores e os localizava dentro do contexto mais amplo da vida social, numa tentativa de passar da explicação do desenvolvimento econômico para a compreensão do desenvolvimento da sociedade como um todo. Ocupava 86 das 548 páginas da edição alemã e teria sido omitido - de acordo com o prefácio de Schumpeter à segunda edição - por conter um 'fragmento acerca da sociologia da cultura', o qual teria chamado mais a atenção dos leitores do que seu conteúdo teórico. Sem entrarmos em detalhes acerca desta omissão, ela é importante por reforçar o propósito deliberadamente teórico de TDE tendo em vista um público que, à parte os membros da escola austríaca, ainda resistia à idéia de teorização:

Because he believed that what his discipline needed above all at that time was an 'analysis of the purely economic features of capitalist society' as an addition to static economic theory, it was more important for him to receive recognition for his theory of economic development than for his broad vision of social development. (Shionoya, 1997, p.32; grifo nosso).

A reelaboração dos capítulos II e VI merece menção especial na medida em que estes são peças-chave do legado de Schumpeter para as teorias do desenvolvimento: o segundo capítulo traz justamente a explanação deste 'fenômeno fundamental'; enquanto que o sexto trata da teoria do ciclo, contrapartida do desenvolvimento. Em relação ao sexto capítulo, Schumpeter afirma ter, no momento, outra opinião: seriam três os ciclos, não apenas o 'Juglar' - fazendo-se mister conhecer a relação entre eles. Não podemos nos esquecer de que cinco anos depois da edição inglesa escreveria *Business Cycles* (1939). De todo modo, na seqüência, afirma não ter se deparado com objeções 'essenciais' e que, por isso, não lhes forneceria réplica - atitude que o diferenciava, segundo ele mesmo, de seu mestre Böhm-Bawerk. Diga-se de passagem que a comparação é curiosa, posto que o próprio Böhm-Bawerk apresentaria objeções relevantes à teoria do juro avançada em TDE (apresentada preliminarmente já em *Das Wesen*).

Feitas as considerações iniciais, nosso autor enfatiza que TDE tem caráter "francamente" teórico, tanto por seu objetivo como por seu método." (TDE, p.6; grifo nosso)<sup>86</sup> Afirma entender por teoria 'senso comum refinado', fornecedor de ferramentas para abordar fatos e problemas práticos. Na medida em que este refinamento e elaboração instrumental

<sup>85</sup> Traduzida a partir da terceira edição alemã que, todavia, era apenas uma reimpressão da segunda.

<sup>86</sup> As referências abreviadas - (TDE, p.#) - serão utilizadas neste capítulo e no próximo para citações de Schumpeter (1911/1982).

seriam duas de suas possíveis definições de ciência em *History*, julgamos que atribua cientificidade à TDE (teoria e ciência são cognatos). Tal afirmação favorece seu enquadramento dentro do ramal da teoria econômica, na *Sozialökonomik*, muito embora, como já foi destacado, considerações de caráter histórico e sociológico apareçam entremeadas à teorização propriamente dita - tornando discutível seu caráter 'puramente' econômico, mesmo no que tange à metodologia que de fato é desenvolvida. Oficialmente, porém, a caracterização do livro enquanto peça científica é reiterada por meio do seguinte parágrafo:

O tema do livro forma um todo interligado. Isso não se deve a nenhum plano preconcebido. Quando comecei a trabalhar sobre as teorias do juro e do ciclo, quase há um quarto de século, não suspeitava que esses assuntos se ligariam um ao outro e provariam estar intimamente relacionados aos lucros empresariais, ao dinheiro, ao crédito e semelhantes, da maneira precisa a que me conduziu o desenrolar do raciocínio. (TDE, p.6; grifos nossos).

Percebe-se que Schumpeter atribui natureza **hipotético-dedutiva** ao (desenrolar de) seu raciocínio - ele é seqüencial e interligado - além de caracterizar o conteúdo do mesmo como 'todo' fechado. Essa técnica de argumentação se enquadra naquilo que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) designam como 'modelo quase-lógico'. Os argumentos deste modelo visam certa força de convicção por serem comparáveis a raciocínios formais; a comparação, contudo, só é possível exatamente por um esforço, em boa medida deliberado, de redução ou de precisão dos termos do argumento.<sup>87</sup> Este esforço tem caráter não-formal e, portanto, preserva o caráter não demonstrativo do discurso. Amiúde, a redução envolve o delineamento preciso de definições; veremos, ao longo do exame dos capítulos, que estas constituem eixos fundamentais da argumentação de Schumpeter.

Note-se, ainda, que os argumentos quase-lógicos se subdividem em dois grupos gerais: os que se baseiam na natureza das 'relações' lógicas *strictu sensu* e os que se apóiam em elementos matemáticos (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.220). O primeiro grupo, grosso modo, configura-se a partir da consecução das mencionadas definições. Avalia o conteúdo destas e suas relações: identifica tautologias, analisa a complementaridade entre os termos, busca evitar 'incompatibilidades' - equivalentes da 'contradição' lógica, num contexto em que as premissas não são evidentes - e situações 'ridículas' - equivalentes do 'absurdo'. O segundo grupo se compõe de argumentos que apelam para estruturas matemáticas como: relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de freqüência. Tais subdivisões envolvem maior detalhamento, mas, por ora, o que temos é suficiente. Com base no que foi exposto, podemos avaliar que o trecho supracitado envolve tanto uma consideração pertencente ao

<sup>87</sup> Entendemos que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) tomam 'redução' como simplificação dos elementos articulados num argumento qualquer, visando, em linhas gerais, apreender o que se considera essencial nos mesmos.



primeiro grupo, pois as ligações entre os conceitos econômicos são encadeadas e precisas; como ao segundo, porque os conceitos compõem um 'todo' econômico.

Mas não é somente o padrão quase-lógico que se deixa entrever no prefácio. A seqüência do texto aponta para a utilização combinada de um outro modelo. Trata-se do seguinte trecho:

Mas logo se tornou claro que todos esses fenômenos - e muitos outros secundários - eram somente manifestações de um processo distinto e que certos princípios simples que o explicariam, explicariam também todo o processo. (TDE, p.6; grifos nossos).

Os termos grifados sugerem que a análise empreendida por Schumpeter possui respaldo numa realidade possível. Este tipo de discurso pode ser enquadrado no que Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) denominam de 'argumentação baseada na estrutura do real'. Enquanto os argumentos quase-lógicos procuram persuadir por intermédio de seu aspecto 'racional', baseado em formas lógico-matemáticas, o presente modelo se vale de juízos supostamente admitidos pelo auditório para estabelecimento (positivo) de outros juízos, ou seja, para o estabelecimento de ligações de sucessão. Em outras palavras, visam articular novas concepções, de maneira plausível, a uma realidade que se julga partilhada entre os ouvintes.

Notamos que esse modelo possui vínculos com a discussão filosófica acerca do realismo, empreendida na primeira parte de nosso trabalho. Poderíamos perguntar: em que se baseia essa estrutura?; como é fundamentada a crença em sua existência?; o autor está tentando modificar as concepções do auditório? etc. Perelman&Olbrechts-Tyteca, no entanto, notam que o sucesso da argumentação é tanto maior quanto menos se polemiza a respeito das crenças admitidas, quanto menos essas questões são explicitamente formuladas. No que tange a este ponto, é interessante observar que Schumpeter, tanto no prefácio como no primeiro capítulo, afirma se esquivar de discussões metodológicas no corpo de TDE, visto tratar-se este de um trabalho teórico.

Na prática, sabemos que tal esquiva se justifica, em grande medida, por sua postura em relação ao *Methodenstreit*. Contudo, talvez inconscientemente, Schumpeter combina o uso de argumentos baseados na estrutura do real (ligações de sucessão) com comentários anti-filosóficos, o que confere maior objetividade aos vínculos que propõe. Isto é, sem que seja necessário recorrer a um conjunto de postulados filosóficos, Schumpeter simplesmente afirma que 'há' um conjunto de fenômenos, que estes fenômenos são passíveis de um ordenamento (pois, de acordo com o trecho, alguns são secundários), detectáveis como manifestações de um processo distinto e que, finalmente, podem ser explicados pelos mesmos princípios que

explicam o processo. A despeito de sua antipatia em relação à metafísica, Schumpeter se refere inúmeras vezes ao termo 'essência', além de afirmar seu interesse na explicação de 'vínculos causais'. Ora, Perelman e sua co-autora salientam que relacionar dois efeitos sucessivos, descobrir a existência de uma causa e evidenciar seus efeitos são os traços mais destacados da argumentação baseada na estrutura do real. Note-se que não temos interesse em discutir se ela traduz um posicionamento metafísico subjacente à teorização de nosso autor ou se, longe disso, apenas contribui com hipóteses úteis para a mesma. Pretendemos somente observar o uso que Schumpeter faz de tal argumentação diante de seu auditório, que, vale lembrar, estava envolvido em discussões metodológicas a respeito dos pares causa-consequência, meio-fim.

No final do prefácio, nosso economista propõe, adicionalmente, que tal estrutura seria expansível para "além das fronteiras da economia, pelo que pode ser chamado de teoria da evolução cultural" (TDE, p.6), a qual possuiria analogias importantes com a teoria econômica examinada. A omissão do sétimo capítulo inviabiliza um exame mais aprofundado desta conexão com base em TDE - embora tenhamos visto ser possibilitada por outros trabalhos. Mas o importante é que ela reforça a utilização de ligações de sucessão: a estrutura pode ser expandida. A menção a 'analogias', sinaliza outro aspecto importantíssimo do discurso de Schumpeter, sendo reiterada no final do prefácio:

[...] é realmente artificial ou contrário à vida real manter separados os fenômenos implicados na administração de uma empresa dos implicados na criação de uma nova? E isso tem necessariamente algo a ver com uma 'analogia mecânica'? Os que tiverem pendor para aprofundar-se na história dos termos deveriam, se assim se sentissem inclinados, falar antes em uma analogia zoológica. (TDE, p.6).

A nova retórica preconiza que o raciocínio analógico visa fundamentar, ele mesmo, uma estrutura. Ou seja, mais do que utilizar concepções compartilhadas para articular (encaixar) novas concepções, propõe-se, com a analogia, uma reestruturação das próprias relações entre os conceitos em jogo. Via de regra, afirma-se que a relação entre C e D assemelha-se à relação entre A e B. Esta última, normalmente, é mais familiar, baseando-se, por exemplo, em observações extraídas do mundo circundante, corriqueiras, sendo denominada 'foro' da analogia. A relação entre C e D, por seu turno, é denominada 'tema'. Nota-se que a estrutura analógica recorda a proporção matemática, que tem por base a comparação de duas frações. Porém, em um quadro dialético, em que as premissas não são evidentes e os termos não são neutros, Perelman&Olbrechts-Tyteca salientam que são as diferenças entre as estruturas assemelhadas o ponto mais importante da analogia. Tanto que a

própria definição desta exige que as áreas comparadas sejam distintas; do contrário, teríamos um raciocínio por exemplo ou ilustração.

Devemos notar que as analogias às quais Schumpeter se refere mesclam aspectos de outras técnicas, como a da própria argumentação por simples exemplo e, além disso, os elementos do foro não estão tão bem definidos como exige a analogia pura analisada por Perelman. É difícil detectar e estipular vínculos um a um entre os pares do foro e do tema: via de regra, as relações são múltiplas e nem sempre muito explícitas. Não esperamos que se enquadrem de modo perfeito no esquema proposto; o mais importante a respeito das mesmas é que, no mais das vezes, estão relacionadas à mencionada fundamentação de estruturas do real; Schumpeter as utiliza de forma abundante, tanto no primeiro quanto, especialmente, no segundo capítulo de TDE.

#### **4.2 - Análise retórica do capítulo I - De um mundo fechado e estático...**

##### **Plano geral do capítulo**

O primeiro capítulo é dedicado à análise teórica de uma economia em equilíbrio geral, descrita como 'fluxo circular'. Os instrumentos analíticos utilizados são típicos da teoria marginalista, principalmente em sua versão austríaca, ainda que Schumpeter tente articulá-los à proposta walrasiana.<sup>88</sup> Eles se adequam a um estado de relações estáveis e encadeadas, onde o único tipo de mudança possível é a mudança gradual nos dados. A ação econômica visa unicamente à satisfação de necessidades, condicionada pela limitação física de recursos. A racionalidade, que pode ser descrita como maximizadora, fundamenta-se, na prática, no concurso da experiência.

Schumpeter desenvolve sua discussão de modo a demonstrar que vários dos fenômenos fundamentais do capitalismo - lucros, juros, crédito, capital etc. - estão ausentes neste estado harmônico. Nossa análise identificou como principais estruturas argumentativas, dentre outras: a) do modelo de argumentação quase-lógica: o uso de definições, divisão do todo em partes, argumentação pelo sacrifício; b) do modelo baseado na estrutura do real: reconhecimento de fatos, exploração de causas - cumprindo salientar que (a) e (b) se encontram intimamente articulados. Merece também destaque a analogia entre o fluxo circular e um curso fluvial, que proporciona conotação 'natural' às relações examinadas.

---

<sup>88</sup> Vimos acima que autores como Perroux (1935) defendem a originalidade desta síntese.

## Leitura

O início do capítulo reporta-nos à unidade do todo social de cujo curso o pesquisador seleciona os fatos econômicos e promove, desse modo, a primeira das abstrações 'impostas' pela realidade que é copiada mentalmente. Estamos, aqui, no âmbito do 'acordo' entre orador e auditório particular, prévio à argumentação propriamente dita. Temos, nestes parágrafos iniciais, a escolha das premissas e a formulação dos arranjos que estas comportam. Tal escolha está evidentemente condicionada às disposições do público que se intenciona persuadir: a comunicação exige um conjunto mínimo de premissas compartilhadas entre orador e auditório, uma 'comunhão de mentes', para usar os termos de Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002).

Tomamos como interlocutor imediato da TDE um auditório dividido entre a escola austríaca, com sua postura hipotético-dedutiva fundada na subjetividade dos agentes, e a escola histórica alemã, apoiada na observação e generalização indutiva. De acordo com nossa análise, é a escola austríaca o auditório fundamental. Isso é reforçado nas primeiras linhas de TDE, que explicitam, de saída, a natureza 'teórica' do livro, em linha com as prerrogativas essenciais dos austríacos, estabelecendo um terreno bastante propício para argumentação subsequente. A ênfase, vale notar, está de acordo com a intenção de Schumpeter de ser reconhecido como teorista. Conforme avançarmos, veremos que, neste capítulo, as principais premissas acerca do que seria o conteúdo de uma teoria econômica se coadunam com as prerrogativas dos mesmos.

Ao mesmo tempo, entretanto, o cuidado em, sempre que possível, compatibilizar os resultados teóricos com observações factuais, parece visar a um terreno minimamente plausível para a persuasão dos economistas alemães. Tal como ocorre com *Das Wesen*, em que Schumpeter explicitamente se diz interessado em 'ensinar' teoria aos alemães (Allen, 1994a), é bastante razoável que nosso autor continuasse pretendendo fazer da teoria econômica algo mais 'palatável' a estes. Além disso, como já observado, Schumpeter participava e mantinha algumas ambições no cenário intelectual alemão.

Por fim, ao redor do núcleo austríaco, teremos neste capítulo, além das concessões referentes à escola histórica, a já mencionada tentativa de conciliar elementos da análise walrasiana - cujo marginalismo se distingue do marginalismo austríaco. Esta tentativa, no entanto, de nosso ponto de vista, não implica em um terceiro (sub)auditório ou algo similar, traduzindo-se, sim, em uma peculiaridade da perspectiva teórica de Schumpeter, de influências que recebeu ou foi, por si mesmo, ao encontro. Algo similar é a influência

marxista: ela funciona mais como um adversário, mesmo que se lhe reconheçam úteis algumas das teses.

Voltemos à leitura. Schumpeter circunscreve progressivamente o escopo de sua análise, baseando-se em uma suposta configuração da realidade e das possibilidades de apreensão da mesma por nosso raciocínio. O 'todo' social é desintegrado em partes: tal organização permitirá o uso de argumentos de natureza quase-lógica, de caráter eminentemente teórico. A menção a um 'curso', do qual a 'mão classificatória' do cientista extrairia fatos econômicos, reporta-nos, de saída, à analogia fluvial que será utilizada ao longo do capítulo. Mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento de 'fatos' supõe um conjunto de crenças mais ou menos compartilhado entre ele e seu público com relação àquilo que se 'vê'.

Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.75) sublinham o papel dos fatos na definição do acordo entre orador e público. Estes traduzem uma determinada concepção a respeito do real e, portanto, fornecem a base para a argumentação fundada na estrutura deste. Não se questiona o estatuto dos fatos enquanto tais: a heterogeneidade do auditório particular não pode estar assentada em um desacordo acerca deles. No caso em questão, o reconhecimento de 'fatos' sociais e econômicos aproxima austríacos e alemães, a despeito de outras diferenças que possuam entre si.

Se, na prática, os interlocutores concordam com tal aproximação é uma pergunta que fica em aberto, visto que é sempre possível questionar o estatuto não controverso dos fatos. Muitas vezes, dentro de um cenário argumentativo preciso, esse estatuto se degenera e até mesmo se metamorfoseia: o que antes era fato vira conclusão. Portanto, conferir tal estatuto a um determinado conjunto de experiências envolve sempre, em alguma medida, um componente discricionário na postura do orador - de certa forma, Schumpeter parecia estar atento a isso quando nos reporta à visão pré-analítica dos cientistas. Esse viés tende a se acentuar na medida em que estes conceitos têm seus conteúdos e vínculos delimitados.

Em TDE, a possibilidade de desvincular analiticamente os fatos econômicos dos outros fatos sociais é legitimada, em princípio, com base no senso comum e na comparação com outra área:

[...] falamos de fatos econômicos na ciência exatamente como na vida comum e com o mesmo direito; com o mesmo direito também com que podemos escrever uma história da literatura, mesmo apesar da literatura de um povo estar inseparavelmente ligada a todos os outros elementos de sua existência. (TDE, p.9).

Notamos que os aspectos arrolados conferem certa naturalidade ao procedimento analítico, pois ainda que envolva aspectos valorativos, nisso não difeririam de outros âmbitos

do conhecimento. Schumpeter afirma que as "condições técnicas da cópia mental da realidade" (*Ibid.*) impõem um limite cognitivo à apreensão do todo. O procedimento teórico parece ser mesmo (o único) compatível com a própria natureza humana.

Em seguida, os fatos mencionados adquirem um contorno gradativamente mais preciso: da mesma forma que fatos sociais derivam do comportamento humano, os fatos econômicos resultariam, de modo analógico, do comportamento econômico. Schumpeter define, então, este último: "comportamento dirigido para aquisição de bens por troca ou produção."<sup>89</sup> (TDE, p.9). Vimos acima que o uso de definições é uma característica recorrente da argumentação quase-lógica. A definição mencionada, porém, não é apenas útil para construção analítica: na seqüência, nosso autor argumenta em favor de sua plausibilidade. De acordo com ele, a progressiva especialização dos grupos econômicos teria feito com que se tornasse possível distinguir "classes de pessoas cuja atividade principal é o comportamento econômico [...]" (*Ibid.*), fazendo com que o conceito exposto deixasse de ser simples abstração. Procedimento analítico e concepção do real são compatibilizados, com vistas a ambos os auditórios.

Explicita então seu objetivo: explicar o desenvolvimento econômico. Dentro deste esforço, o papel do primeiro capítulo seria de familiarizar o leitor com os instrumentos analíticos a serem utilizados nessa explicação. Adicionalmente, engrenaria a teoria do desenvolvimento com os 'dentes' da teoria estática aceita (por pelo menos uma parcela de seu auditório) (TDE, p.10). A princípio, portanto, ela é apresentada como complementar à teoria estática a ser exposta no capítulo I. Esta relação é, contudo, qualificada, já que somente uns poucos resultados desta última seriam, segundo Schumpeter, necessários.

Apesar de Schumpeter dizer que renunciará à "armadura dos comentários metodológicos" (TDE, p.10) - o que vimos condizer com o interesse em tornar seu discurso objetivo - tece, na seqüência, alguns comentários desta natureza. Atribui aos fatos econômicos uma lógica interna que seria conhecida por qualquer homem 'prático' e que precisaria, apenas, ser precisa e conscientemente formulada. Mais uma vez, o objeto de acordo (fatos) é definido de modo a permitir argumentações de natureza quase-lógica e referentes à estrutura do real. Dentro desta lógica, cabe ao pesquisador, segundo Schumpeter, descrever os vínculos causais entre os fenômenos até que se detecte um fator causal de ordem não-econômica. Para fazê-lo, nosso autor propõe que se considere uma comunidade isolada; deste modo, poder-se-ia "**ver bem a essência das coisas, que é o único interesse deste livro [...]**" (TDE, p.10; grifo nosso)

---

<sup>89</sup> Menciona outros dois conceitos - 'motivo econômico' e 'força econômica' - os quais reserva à aquisição de bens que não seja realizada desta forma. Seriam, segundo ele, utilizáveis em um campo mais abrangente.

e, finalmente, delinear "as características principais de uma imagem mental do mecanismo econômico."(*Ibid.*).

Termos como 'explicação', 'essência', 'causa', 'imagem mental' são bastante carregados do ponto de vista filosófico. A utilização destes em TDE é muito curiosa, dada a reiterada antipatia de Schumpeter pela ingerência da filosofia em matéria de teorização econômica. Esta antipatia é justificável por seu interesse em conciliar as partes envolvidas no *Methodenstreit*; além do que, não podemos descuidar da influência do raciocínio dialético no pensamento alemão, seja à *la* Hegel, seja, mais frequentemente, por intermédio da dialética marxista - influência que nosso autor não via com bons olhos.

Neste primeiro capítulo, em especial, encontramos diversas referências a *Das Wesen*, no qual vimos que ele tanto faz uma apresentação mais detalhada da 'estática' econômica, quanto discute, a fundo, questões relativas à metodologia. Vimos também que este trabalho permitiu que comentadores como Shionoya (1997) e Silva (1993) identificassem a metodologia schumpeteriana, no tocante à teoria, como instrumentalista. Tal postura significaria, dentre outras coisas, a irrelevância do realismo dos pressupostos com que Schumpeter opera e, associada a esta, a despreocupação com esquemas explicativos: bastaria a 'descrição' dos fenômenos observados.<sup>90</sup> Nesta perspectiva, a ênfase de nosso autor, em *History*, no papel de regras de procedimento ideologicamente neutras, que estariam condensadas no uso de instrumentos de análise (*tools*), pode ser tomada como indício favorável de seu instrumentalismo filosófico - que, sob as lentes desta interpretação, teria sido mantido até o final de sua obra.<sup>91</sup>

Reafirmamos que não é de nosso interesse entrar a fundo neste debate, mas devemos observar que em *History* Schumpeter reconhece que, a todo instante, a neutralidade das 'regras de procedimento' é sujeita à interferência da visão pré-analítica, que também é, ainda que minimamente, condensada na formulação dos instrumentos de análise (Schumpeter, 1954, p.43). Conquanto fosse possível afirmar, apesar desta interferência, que Schumpeter pudesse ser tomado como instrumentalista do ponto de vista normativo (apesar de na 'prática' não tê-lo observado), temos ainda que a presença de discussões de caráter sociológico, envolvidas no progresso destes instrumentos, é outro fator que pesa de modo desfavorável para este suposto desinteresse no realismo dos pressupostos. Swedberg (1991) observa que a 'teoria econômica'

---

<sup>90</sup> Recordamos que esta postura seria justificada pelas influências da proposta epistemológica de Ernest Mach, que conforme visto, exercia impacto relevante no pensamento de Viena no final do século.

<sup>91</sup> Recordamos que no prefácio de TDE, Schumpeter também se refere à teoria como fornecedora de ferramentas de análise.

em Schumpeter, enquanto ramal da *Sozialökonomik*, é original justamente por seus laços com a história e a sociologia econômica.

A questão se complica um pouco mais conforme consideremos a teoria dinâmica como complementar à ou subversora da teoria estática. Tomando a hipótese de ruptura, é possível afirmar, por exemplo, que se a teoria estática apresentada em *Das Wesen* estava de acordo com o instrumentalismo (o que já não é ponto pacífico) o mesmo não poderia ser dito da teoria dinâmica, em que peculiaridades sociológicas - e mesmo psicológicas - caracterizam o empresário e o processo de inovação.

Isso posto, a presença dos termos destacados acima ('causa', essência etc.) será tomada neste trabalho somente como indício do modelo de argumentação baseada na estrutura do real (ligações de sucessão). Como já foi dito, faremos isso sem afirmar que tal argumentação traduza de fato as concepções, digamos, 'metafísicas' de Schumpeter: o 'uso' deste modelo argumentativo, ele mesmo, não afirma nem nega a possibilidade de uma postura instrumentalista. Interessa-nos observar que o terreno descrito no capítulo primeiro, baseado em uma estrutura acabada, fornece subsídios para uma reestruturação da realidade no segundo capítulo: o uso de analogias, em si mesmo, figura como um dos elementos-chave para argumentação que funda a estrutura do real, como vimos acima.

Retomemos, então, o curso do texto. Schumpeter toma o exemplo de um agricultor que produz para o consumo de indivíduos de uma cidade distante. A 'experiência' emerge como elemento que garante a precisão e harmonia de suas relações econômicas, dado que agricultor e consumidores não se conhecem pessoalmente. O termo experiência se repete várias vezes, em um espaço de treze linhas:<sup>92</sup> "longa experiência, em parte herdada, ensinou-lhe quanto produzir para alcançar maior vantagem; a experiência ensinou-lhe a conhecer a extensão e intensidade da demanda [...]"; no parágrafo subsequente continua: "Em geral, conhece, dentro de certos limites, os preços das coisas que deve comprar [...] - tudo através de longa experiência. Também por experiência, todas as pessoas de quem compra conhecem a extensão e intensidade de sua demanda." (TDE, p.11).

Perelman&Olbrechts-Tyteca destacam a repetição como recurso que promove a 'presença' dos dados que o orador pretende enfatizar, no interior de um conjunto de objetos admitidos pelo auditório. O recurso à repetição ilustra bem o caráter não evidente dos argumentos utilizados no raciocínio dialético, posto que não tem papel algum no raciocínio

---

<sup>92</sup> Reiteramos que identificação dos recursos de linguagem é confirmada na versão inglesa de TDE.



puramente formal (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.198). Determinados elementos são tomados como particularmente relevantes para análise; além disso, a escolha visa atrair empatia por parte do auditório. A ênfase na experiência constitui um dos aspectos fundamentais do pensamento da escola austríaca, dada sua preocupação com os processos decisórios de indivíduos em ambientes de incerteza (Bilo, 2004; Caldwell, 2004). De fato, assim que menciona o termo pela primeira vez, Schumpeter o remete a um trabalho de von Wieser<sup>93</sup> e, com isso, podemos tomar o recurso à repetição como interessado na adesão do auditório austríaco. O verbo 'ensinar' também é repetido várias vezes ao longo destes parágrafos.

O 'fluxo circular', segundo ele o mais notável dos ritmos econômicos, obtém sua primeira menção em TDE. É caracterizado como seqüência de relações automatizadas pela experiência, dirigida pela atividade econômica passada, que tanto ensina aos indivíduos as ações adequadas quanto os torna dependentes dos frutos das produções anteriores. Schumpeter propõe, então, que o caso do agricultor seja "generalizado e um tanto depurado" (TDE, p.11). Considera que a produção de qualquer indivíduo seja totalmente vendida, que ele mesmo seja considerado como consumidor de seu produto e que este consumo atua sobre o preço de mercado - Schumpeter prescinde, momentaneamente, do mecanismo de trocas. De acordo com este raciocínio, toda a produção (no agregado) é exaurida, visto que tudo é produzido conforme "condições de mercado empiricamente conhecidas". (TDE, p.12).

O parágrafo imediatamente posterior propõe que se insista a respeito das relações verificadas no fluxo. A retomada e depuração das relações em jogo é outro traço que caracteriza a tônica geral da argumentação schumpeteriana, chegando mesmo a se assemelhar a um procedimento didático. Destaca-se sobretudo no primeiro capítulo, parecendo imitar a própria repetitividade do fluxo descrito. Schumpeter concatena em série as necessidades e as limitações do poder de compra de diversos profissionais - açougueiro, alfaiate, sapateiro etc. - de modo que o último profissional considerado venda sua produção ao primeiro da lista - o açougueiro. O fluxo, portanto, é fechado (apesar de Schumpeter ainda não denominá-lo assim): "deve-se sempre voltar ao ponto de partida, talvez após um número de passos bem grande, embora finito". (TDE, p.12). Novamente, temos caracterizada a estrutura de uma realidade: ela é finita. A ênfase na localização de causas também reaparece: "A análise nem chega a um ponto final natural, nem esbarra com uma causa, ou seja, um elemento que faça mais para determinar outros elementos do que ser por eles determinado." (TDE, p.12) -

---

<sup>93</sup> *Der natürliche Wert*. Tradução americana: Wieser, F. (1956) *Natural Value* New York: Kelley and Millman.

observe-se que Schumpeter, inclusive, abre e conceitua sua noção de 'causa', a partir da cláusula 'ou seja'.

Depois de ter depurado o caso do agricultor e insistido na compreensão das relações do fluxo, Schumpeter propõe que se represente o ato de consumir de forma diferente da costumeira, pois assim "nosso quadro será mais completo" (TDE, p.12): sugere que as fontes de capacidade produtiva - serviços da mão-de-obra, terra e outros elementos naturais - sejam considerados como objeto de consumo, obedientes, da mesma maneira, ao fluxo circular.<sup>94</sup> Nada muda, pois sempre haverá uma demanda à espera dos fatores produtivos; mesmo que, na prática, fatores e bens nem sempre realizem o mesmo percurso, tal hipótese não promove, de acordo com Schumpeter, "nenhuma alteração essencial" (*Ibid.*; grifo nosso). E então enfatiza: "segue-se novamente que o fluxo circular da vida econômica é fechado" (TDE, p.12; grifo nosso). Posto que famílias e empresas agem de forma empiricamente dada, não há modificação do sistema econômico por iniciativa própria. O único tipo de mudança observada é a possível alteração dos dados, à qual os agentes se adaptam assim que a percebem. Mesmo esta adaptação, todavia, é orientada pelos métodos econômicos que estejam acostumados a usar.<sup>95</sup> Sendo assim, observa que não se estará "desprezando nada de essencial" caso o fluxo seja considerado estacionário: trata-se apenas de expressar "um fato com sua precisão ideal", de expor a "essência do que efetivamente ocorre." (TDE, p.13). Mais uma vez, 'fato' e 'essência' reportam-nos ao modelo de argumentação baseado em ligações de sucessão.

Mas, "Pode-se chegar ao mesmo resultado por outra via" (TDE, p.13). Schumpeter denomina 'produto social' o conjunto de mercadorias produzidas e comercializadas, num dado período, por uma comunidade; supõe, então, que no final de cada período o agregado seja disposto em uma pilha posteriormente distribuída conforme quaisquer princípios. Esse esquema explicativo "não acarreta nenhuma mudança essencial" (TDE, p.13) nos fatos, podendo ser alternativamente utilizado.

Finalmente, há mais uma possibilidade explicativa, que, aliás, é apresentada como familiar: "Pode-se aperfeiçoar o quadro, [...] por meio de um artifício bem conhecido" (*Ibid.*). Trata-se da reconstrução walrasiana, com base em hipóteses relativas ao estado produtivo, preferências e dotação de fatores. Na medida em que todos estão sujeitos às mesmas hipóteses, agem de tal forma a estabelecer o equilíbrio econômico. Isso é feito mediante um esforço 'consciente e racional' que prescinde da experiência, até então fundamental para os outros modelos; prescinde também de hipóteses particulares a respeito da psique dos agentes:

---

<sup>95</sup> Designa por 'princípio de continuidade de Wieser' o mecanismo para ação conforme os dados.

não é necessário supor, por exemplo, que os indivíduos sejam realmente hedonistas e racionais. O exemplo walrasiano dá o mote para que Schumpeter explicita sua preocupação em separar a análise de considerações acerca da história econômica e da psicologia dos agentes - este interesse em separar os ramos da *Sozialökonomik* é salientado por Swedberg (1991), que, no entanto, acredita que na prática Schumpeter não os tenha perfeitamente separado.

Seja qual for a psicologia dos agentes, nosso economista observa que o significado da atividade econômica está na 'satisfação de necessidades' - apresentadas como verdadeiros 'fatos' da vida econômica. É a partir deste significado, afirma, que são derivados os conceitos de utilidade e utilidade marginal (ou coeficiente de escolha):

A atividade econômica pode ter qualquer motivo, até mesmo espiritual, mas seu significado é sempre a satisfação de necessidades. Daí a importância fundamental desses conceitos e proposições que derivamos do fato das necessidades, sendo o primeiro deles o conceito de utilidade e seu derivado, o de utilidade marginal, ou [...] 'coeficiente de escolha'. (TDE, p.14; grifo nosso).

Temos aqui, explicitada pela primeira vez, no livro, a influência do marginalismo em sua análise. Curioso é que, apresentado imediatamente após a referência a Walras, o marginalismo emerge em roupagem austríaca: a determinação de valores subjetivos com base na estrutura de necessidades é a pedra de toque da proposta marginalista de Menger<sup>96</sup> - é principalmente por meio de tal estrutura que o trabalho deste último se distingue das contribuições contemporâneas de Walras e Jevons.<sup>97</sup> Sem que entremos nos detalhes acerca destas diferenças, cumpre notar que a exposição de Schumpeter visa, evidentemente, aproximar a teorização austríaca da teorização walrasiana. Tal aproximação não é trivial posto que o próprio conteúdo dos *Elementos de Economia Política Pura* de Walras (1874), por exemplo, não era tão difundido entre austríacos e membros da escola histórica, como faz crer a expressão 'artifício bem conhecido' (Perroux, 1935). Outro ponto que merece destaque é a ênfase no 'significado' da atividade econômica, ênfase também presente nos trabalhos austríacos, mas, principalmente, nos trabalhos de Weber (cf. seção 3.2.3).

Schumpeter passa, no parágrafo seguinte, para a análise da produção. De um lado, esta é condicionada por fatos físicos, como a lei do produto marginal decrescente, e por fatos da organização social (Schumpeter não cita exemplos). Adverte que a relevância de tais fatos para o bem-estar da humanidade não se relaciona à importância dos mesmos para a teorização - antecipando o afastamento em relação aos clássicos, compartilhado por ambos auditórios.

<sup>96</sup> Ver Feijó (1999) e Caldwell (2004).

<sup>97</sup> A referência de Schumpeter às necessidades como 'significado' mescla também elementos do pensamento weberiano, centrado na busca do significado de ações.

De outro lado, é condicionada pelo propósito concreto do produtor - com o que nos remete novamente ao papel das necessidades:

Obviamente não se requer nenhum argumento para provar que [este propósito] deva ser determinante para o 'quê' e o 'porque' da produção dentro do quadro dos meios dados e das necessidades objetivas.[...] Numa economia que não seja de trocas [...] todo indivíduo produz diretamente para o consumo, ou seja, para satisfazer suas necessidades. É claro que a natureza e a intensidade das necessidades desse produto são decisivas, dentro das possibilidades práticas. As condições externas dadas e as necessidades do indivíduo aparecem como dois fatores decisivos [...]. A produção segue as necessidades. (TDE, p.15; grifos nossos).

É a satisfação de necessidades que faz da produção um problema econômico e Schumpeter a distingue especialmente do seu aspecto tecnológico. Tanto engenheiros como homens de negócio pretendem conduzir adequadamente os negócios em que estão envolvidos, diferindo, porém, no que entendem por 'adequação'. O homem de negócios tem em vista a satisfação de necessidades e avalia qualquer emprego dos recursos pelo que perde deixando de empregá-los em outra produção; o engenheiro, ao contrário, seria movido por um impulso quase artístico de melhorar o aparato técnico. Entretanto, mais do que distinguir estes dois aspectos, nosso autor confere primazia ao primeiro - primazia que teria respaldo na vida real: "Efetivamente, na vida prática, observamos que o elemento técnico deve submeter-se quando colide com o econômico" (TDE, p.15).

O raciocínio subjacente a esta postura se aproxima da argumentação pelo sacrifício, pertencente ao modelo quase-lógico. Segundo Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.284) este tipo de argumentação pressupõe constante o valor dos termos comparados, revelando por intermédio de uma escolha aquela a que se confere maior importância. A semelhança com procedimentos formais, todavia, é reduzida pelas variações que de fato ocorrem com a comparação efetiva: no caso em questão o próprio valor da inventividade técnica é reduzido após a comparação. Schumpeter parece atento a isso, pois linhas adiante, pondera a assertiva anterior afirmando que na ausência de impedimentos econômicos "é bem razoável aclarar a lógica interna dos métodos" (TDE, p.15). Mas nem aqui as medidas de melhora tecnológica são totalmente independentes, posto que seriam úteis na medida em que "já estarão elaboradas para o momento em que se tornarem vantajosas" (*Ibid.*) e porque "é sempre útil pôr o ideal ao lado do real, de modo que as possibilidades sejam deixadas de lado, não por ignorância, mas por razões econômicas bem ponderadas."(*Ibid.*).

Por meio de uma analogia com a idéia de adequação, Schumpeter passa a considerar um conceito crucial para o capítulo seguinte: da mesma forma que produção econômica e tecnológica coincidem por visarem ambas à adequação, mas diferem quanto ao conteúdo da mesma (necessidades *versus* arte), elas coincidem por promoverem ambas este novo conceito,

mas diferem quanto às especificidades de seu conteúdo. Nosso autor afirma que tanto produção econômica quanto tecnológica não criam nada, mas influenciam ou utilizam 'forças'<sup>98</sup> e coisas que estiverem ao nosso alcance, para modificação de um estado qualquer de necessidades. "Ora, para o que se segue necessitamos de um conceito que abarque esse 'utilizar' e esse 'influenciar'." (TDE, p.16): o conceito 'combinação' aparece, assim, pela primeira vez. Destaca-se a evidente preocupação com o estabelecimento de definições e o vínculo da nova definição com o pressuposto da satisfação de necessidades. O termo 'combinação' será repetido diversas vezes na seqüência.<sup>99</sup>

Da mesma forma que não coincidem quanto às adequações, a produção tecnológica e econômica diferem no que diz respeito ao conteúdo da idéia de combinação. Ainda que resultem na alteração de um estado de necessidades, as primeiras não a perseguem (a alteração) como objetivo. Pretendem, antes, à própria reorganização da técnica, ao rearranjo dos fatores envolvidos. A produção econômica, de sua parte, tem interesse no próprio estado de necessidades e se liga à avaliação dos meios existentes para alteração do mesmo.<sup>100</sup> Schumpeter defende mais uma vez que a "lógica econômica prevalece sobre a tecnológica" (TDE, p.16), apoiando-se em observações da 'vida real.' Por fim, exige que se 'defina' com precisão o que deve ser combinado: no tocante a isso, considera possível combinar todos os tipos possíveis de objetos e 'forças', incluindo o trabalho, tomado como meio de produção.

Nosso autor passa, em seguida, a considerar a ordenação dos bens conforme sua distância do consumo final. Esta hierarquização é austríaca, encontrando-se já no trabalho de Menger - a quem Schumpeter presta o devido crédito (TDE, p.17). A ordem de um bem aumenta conforme nos aproximamos dos fatores produtivos originais: trabalho e terra - considerados os bens de ordem mais alta. A semelhança do fluxo fechado a um curso fluvial é explicitada, visando à compreensão da hierarquia de ordens por meio de uma analogia. Os bens se consolidam para consumo pelo acréscimo de bens de ordens mais altas:

[...] com o auxílio de tais adições [o bem] abre seu caminho para o consumidor tal como um ribeirão, que auxiliado pelo influxo de riachos, rompe seu curso através das pedras, penetrando sempre mais profundamente na terra. (TDE, p.17).

<sup>98</sup> O próprio Schumpeter usa aspas (TDE, p.16).

<sup>99</sup> Segue-se: "Todos os métodos de produção significam algumas dessas combinações técnicas. Métodos de produção diferentes só podem ser diferenciados pela maneira com que se dão essas combinações [...]. Todo ato concreto de produção incorpora a nosso ver, é a nosso ver, certa combinação. [...]. Também consideraremos como 'combinação' uma empresa como tal, e mesmo as condições produtivas de todo o sistema econômico."(TDE, p. 16; grifos nossos)

<sup>100</sup> Remetemos o leitor à seção 3.3.1 para recordar a discussão da estrutura meio-fim na escola austríaca. Ver Caldwell (2004) bem como Feijó (1999).

Por meio desta analogia, os bens inferiores parecem absorver, em sua concretude, as ordens que entram em sua composição. Ao contrário, quando nos movemos em direção ao topo da hierarquia, Schumpeter assinala que os bens diminuem em número e se tornam gradativamente amorfos, com usos potenciais cada vez mais amplos. "A árvore genealógica dos bens torna-se progressivamente mais fina; [...] o parentesco produtivo dos bens aumenta com sua ordem." (TDE, p.18). Na ordem mais alta encontramos o primeiro 'par' ancestral: terra e trabalho. Eles são suficientes para a geração de todo o resto: mesmo os bens de produção intermediários são "apenas a encarnação dos dois bens de produção originais" (*Ibid.*) e "não têm existência em separado" (*Ibid.*).<sup>101</sup> A analogia fluvial se mistura a uma analogia de relações genealógicas, com o que Schumpeter confere imensa naturalidade às conexões econômicas que examina; por instantes, podemos nos esquecer de que se trata de uma analogia....

O autor questiona se um dos fatores tem primazia sobre o outro e se ambos têm papéis diferentes. Descarta tanto a postura dos fisiocratas - que haviam conferido primazia à terra - quanto de Adam Smith - que conferira primazia ao trabalho. Ao criticar os fisiocratas, que justificavam sua postura no fato de que o trabalho em si mesmo não gera matéria física nova, Schumpeter afirma que "É apenas uma questão de quanto é fecunda [frutífera]<sup>102</sup> essa concepção no campo econômico." (TDE, p.18) - remetendo-nos novamente a uma ontologia de relações físicas e cenários naturais. Além disso, considera que no que tange a relações econômicas, ambos têm o mesmo papel, sendo avaliados conforme os mesmos critérios. São colocados, portanto, em pé de igualdade e Schumpeter faz questão de afirmar que nisso concorda com os "outros teóricos da utilidade marginal." (TDE, p.19).

Detém-se, em seguida, no exame do fator trabalho. Prossegue na localização de distinções entre tipos de trabalho (procedimento de conotação quase-lógica) e localiza dois pares básicos: trabalho dirigente/dirigido e autônomo/assalariado; sendo que o segundo par apenas caracteriza a forma concreta que o primeiro assume numa economia de trocas - as relações internas aos pares são idênticas. Em si, a função de superintendência, segundo Schumpeter, não constitui "nenhuma distinção econômica essencial." (TDE, p.20). É, sim, a função de tomar decisões que se coloca como "traço distintivo essencial" (*Ibid.*) entre os elementos dos pares e, por isso, prossegue em direção a um exame mais atento do conceito de decisão.

<sup>101</sup> Antecipa assim a inexistência do capital enquanto valor à parte, explorada mais adiante.

<sup>102</sup> Em inglês consta o termo '*fruitful*'.

De certa forma, Schumpeter nota que qualquer trabalho envolve algum grau decisório: ainda que o 'que' e o 'como' sejam ensinados ao trabalhador, este, no dia a dia, encontra imprevistos acerca dos quais deve posicionar-se. Esse tipo de decisão também se dá no trabalho dirigente, sendo pautada pelas exigências da demanda. É esta que, no fundo, lidera o processo econômico e prescreve o contorno fundamental do 'que' e 'como' o diretor deve fazer - este só garante da melhor forma o atendimento de suas necessidades, tomando decisões relativas a procedimentos menores. É este o significado das ações. Caso os dados com que lida se alterem, tais decisões se adaptam rapidamente: em geral, já age prestando atenção não às condições normais que se lhe apresentam, mas a tendências.

Todavia, na medida em que todos os agentes tiram conclusões a partir de circunstâncias conhecidas, Schumpeter nota, não faz diferença se executam trabalho dirigente ou dirigido: "qualquer papel criativo fica ausente do sistema econômico" (TDE, p.21). A referência à criatividade nos faz suspeitar que o conceito de decisão e liderança 'relevante' defina-se com base nela. E, de fato, "Se o indivíduo age diferentemente, então aparecem fenômenos essencialmente novos" (TDE, p.21). Contudo, Schumpeter corta a discussão exatamente no que parecia ser seu ponto alto: "Mas aqui só estamos interessados em expor a lógica inerente aos fatos econômicos." (*Ibid.*) - e passa para a questão dos determinantes da oferta de trabalho. De nosso ponto de vista, ao postergar a análise do vínculo entre função diretiva e criatividade, Schumpeter confere presença a este, na medida em que faz o interlocutor questionar-se acerca da omissão.

A oferta de trabalho é determinada conforme o princípio de (des)utilidade marginal do mesmo, supondo-se informação perfeita acerca de todas as possibilidades disponíveis. Cumpre destacar que Schumpeter recorre a observações da realidade - "expressões da vida cotidiana nos lembram que o trabalho para a obtenção do pão nosso de cada dia é um fardo pesado" (TDE, p.21) - para afirmar que "daí se torna inequivocamente evidente" (expressão que é praticamente uma redundância) que o trabalhador se deixará guiar pela comparação entre os ganhos marginais auferidos e o esforço despendido para tanto. Mas na medida em que terra e trabalho amiúde figuram juntos, Schumpeter observa que a determinação do valor de cada qual, necessária para que um produtor qualquer decida que combinação de fatores usar, fica mais complicada.

Encontra a solução na 'teoria da imputação', que se preocupa fundamentalmente acerca de como os bens de ordem superior, ou fatores de produção, são valorados e, no caso de uma economia de trocas, têm seus preços estabelecidos. Vale destacar que esta teoria possui raízes antigas, ainda nos trabalhos de Aristóteles, como nos mostram, dentre outros, Mayer (1994) e

Feijó (1999). Mas associada à teoria do valor subjetivo só emerge com o trabalho de Menger; desenvolveu-se em linhas diferentes, tendo sido inclusive objeto de disputa entre von Wieser e Böhm-Bawerk. Schumpeter, entretanto, não entra nos detalhes de sua origem e variantes, apresentando-a como bloco coeso; utiliza o recurso estilístico de ênfase para conceder presença à sua serventia:

O que o indivíduo deseja medir é o valor relativo das quantidades de seus meios de produção. Precisa de um padrão que o auxilie a regular seu comportamento econômico; precisa de catálogos aos quais possa adaptar-se. Em suma, precisa de um padrão de valor. (TDE, p.22; grifo nosso).

Schumpeter termina o parágrafo referindo-se à ausência, em primeira instância, de um tal padrão de valor (vide passagem acima), mas inicia o seguinte afirmando estar claro que esses bens devem sua importância "ao fato de [...] satisfazer necessidades" (TDE, p.22), por confluírem para a elaboração de bens de consumo e, "Portanto, recebem seu valor desses últimos." (*Ibid.*). O choque causado pela expressão 'estar claro' faz com que a evidência da premissa ('satisfazem necessidades') seja realçada e conduza à conclusão quase-lógica subsumida na cláusula "Portanto[...]". Com isso, Schumpeter chega à idéia de produtividade marginal dos fatores. Resolve, em seguida, prescindir da hipótese de que os indivíduos possuem familiaridade com o valor dos bens de consumo, com o objetivo de tentar reconstruir racionalmente o processo de imputação e realçar seu vínculo com a hierarquização de necessidades. A título de brevidade, não nos estenderemos acerca dos detalhes desta reconstrução. Gostaríamos apenas de destacar o caráter dedutivo da argumentação, que se deixa transparecer no intenso uso da palavra 'então' ao longo deste parágrafo:

[...] devemos começar pelo ponto em que o indivíduo ainda não está certo quanto à escolha entre as possibilidades existentes de emprego. Então, antes de tudo, empregará seus meios de produção na produção dos bens que satisfazem suas necessidades mais prementes [...]. A cada possibilidade de emprego considerada corresponderá um valor particular de cada incremento. Então só pode ficar claro qual desses valores estará definitivamente associado com qualquer incremento, depois da escolha ter sido feita e resistido ao teste da experiência. [...] todos os bens devem se dividir [...] de forma que a utilidade marginal de cada bem seja igual em todos os seus usos. Então com esse arranjo o indivíduo encontrou a melhor solução possível [...]. Se agir assim, então pode dizer que, a seu ver, tirou o máximo proveito dessas circunstâncias. [...] Se não houver nenhuma experiência disponível, então deve tentar o seu caminho passo a passo [...] E se mudarem as condições que se expressam nessa experiência, então submeter-se-á à pressão das novas condições e a elas adaptará sua conduta e avaliações. (TDE, p.24; grifos nossos).

O economista procede em seguida à análise dos custos, identificados, em primeiro lugar, como o valor dos produtos que deixam de ser produzidos em nome das escolhas levadas adiante; deste modo, "os custos são um fenômeno do valor" (TDE, p.24) - apresentação condizente com a antipatia dos austríacos aos clássicos. Conforme aumenta a produção de um bem qualquer, mais fatores deixam de ser utilizados para a produção de outros itens e, com isso, o ganho de valor por meio de sua produção tende a desaparecer - com



o que o bem em questão deixa de ser produzido. De modo geral, os custos podem ser tomados como itens "de passivo na folha de balanço social" (TDE, p.25), e isto denotaria "seu significado mais profundo" (*Ibid.*). Na margem, o valor dos bens de produção é igualado a seu custo. Chega, finalmente, à posição de equilíbrio econômico.

Schumpeter passa, então, a esmiuçar as características deste estado de equilíbrio. No caso de uma economia de trocas, os custos são considerados como somas monetárias necessárias à obtenção dos meios produtivos ('despesa'), incluindo os esforços do homem de negócios. Desta maneira, "os custos são em sua essência os totais de preços dos serviços do trabalho ou da terra" (TDE, p.26): a produção flui sem lucro. Ao leitor insatisfeito, Schumpeter propõe que se suponha que o produtor recebe um tal lucro e, em seguida, argumenta por contraposição - por excelência um argumento quase-lógico (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002) - chegando, novamente, à inexistência de lucro.

Resta-lhe ainda o confronto com teorias alternativas, referentes à perturbação do estado de equilíbrio, que ele associa principalmente ao nome de Böhm-Bawerk. Em primeiro lugar, reconhece o impacto de fricções como o erro, o contratempo, a indolência como fonte de lucros temporários, muito embora não sejam fenômenos 'essenciais'. Em segundo, analisa a possibilidade, defendida por Böhm-Bawerk, de que o elemento tempo altere o processo de imputação e impeça que uma parte do valor do produto retorne aos serviços do trabalho e da terra; os meios de produção seriam bens de consumo futuros e por isso valeriam menos que os bens de consumo (presentes). Enuncia duas questões concernentes a essa possibilidade; para nossos propósitos basta a consideração da primeira delas, que parafraseamos aqui:<sup>103</sup> é possível que as satisfações futuras sejam subvalorizadas "sistemática e generalizadamente" em relação às satisfações iguais atuais?

A evolução da argumentação é particularmente interessante. Antes de tudo, em nota, Schumpeter faz questão de enfatizar que Böhm-Bawerk é "a autoridade mais importante" (TDE, p.28) quanto ao tópico do tempo em economia. Depois afirma que uma resposta afirmativa à questão mencionada seria bastante plausível: a entrega imediata de um presente é mais agradável que uma promessa futura. Entretanto, observa, é preciso atentar corretamente para a pergunta: ela considera a valorização de um fluxo regular de renda. Schumpeter ilustra a questão com um indivíduo que receba uma renda vitalícia, tenha necessidades constantes

---

<sup>103</sup> A segunda questão é: "deixando-se à parte a influência do *próprio transcurso do tempo* sobre as valorizações, o que acontece no correr do tempo pode estabelecer essas diferenças de valor?" (TDE, p.28) Aqui ele considera, especialmente, se a introdução de um método mais fértil de produção, mas que demandasse mais tempo, não afetaria o valor dos bens presentes. A resposta negativa se apóia no fato de que a introdução de novos métodos não é um tópico a ser analisado no fluxo circular. Uma vez inseridos neste, entretanto, métodos mais frutíferos estão sujeitos às mesmas considerações arroladas para resposta à primeira questão.

por toda a vida e não esteja sujeito a vicissitudes. A partir daí, a resposta que antes parecia plausível é completamente desqualificada: faria sentido um tal indivíduo desistir das parcelas futuras com mais facilidade que das presentes? "Obviamente que não, pois se o fizesse [...] descobriria, no momento devido, que teria obtido uma satisfação total menor [...]." (TDE, p.28). Quanto à observação de que isso ocorre na prática, ele afirma: "frequentemente ocorrem transgressões das regras da razão econômica. Mas não é essencial [...]" (*Ibid.*). Em alguns casos, é preciso reconhecer que, na verdade, não temos transgressões, mas sim fatos que não se adequam às hipóteses arroladas. Ele cita, então, o caso de crianças e selvagens, os quais prezam muito os prazeres presentes simplesmente por não verem necessidades futuras...Adiante, Schumpeter observa que o argumento exposto também se aplica, por exemplo, à abstinência (de consumo), remetendo o leitor ao trabalho de Böhm-Bawerk.<sup>104</sup> Na seqüência, afirma, porém:

Esse fenômeno [abstinência] não pode [...] simplesmente ser negado, como não existente. Mas é muito mais complicado do que aparenta ser e é digno de nota que sua natureza e suas manifestações ainda não encontraram nenhuma análise profunda. (TDE, p.30; grifo nosso).

Afirmção com a qual nos sentimos autorizados a desconfiar até mesmo da mencionada autoridade de seu mestre. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) exploram o papel da interrogação no cenário argumentativo (vimos que o argumento de Schumpeter se desenrola a partir de uma pergunta) e alguns pontos dessa análise merecem ser destacados. Primeiramente, observam que o formato interrogativo visa explicitar uma adesão inconsciente do auditório, dado que o ato de responder a uma determinada interrogação pressupõe, ele mesmo, um certo nível de adesão: é preciso que a pergunta 'faça sentido' para ser respondida. Nos diálogos socráticos, em geral, os questionamentos encadeiam adesões dos interlocutores e os conduzem ao reconhecimento da verdade. Via de regra, no entanto,

com muita freqüência, a interrogação [...] não visa tanto a esclarecer quem interroga como a compelir o adversário a incompatibilidades. As perguntas são, em geral, apenas uma forma hábil de encetar raciocínios [...] com a cumplicidade, por assim dizer, do interlocutor [...]" (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.180)

Recorde-se que a incompatibilidade (cf. passagem acima) é o equivalente dialético da contradição lógica - esta viável somente em sistemas formais. Observamos que a desqualificação da resposta afirmativa à pergunta proposta por Schumpeter só procede se se considerarem válidas e inequívocas todas as considerações precedentes acerca do fluxo circular. De certo modo, a argumentação prévia, fundamentada em modelos quase-lógicos e da estrutura do real, confere o estatuto de evidência a tais considerações - de forma que

<sup>104</sup> O 'argumento exposto' compreende também a resposta à segunda questão, que descrevemos na nota anterior.

Schumpeter não sente a necessidade de explicitar a natureza circunscrita de seu raciocínio, desenvolvendo-o de maneira peremptória. A expressão 'obviamente' e as referências a 'transgressão de regras da razão' e a 'crianças e selvagens', tendem a aproximar a postura que se lhe contrapõe do ridículo - o equivalente quase-lógico do absurdo.<sup>105</sup> Cumpre salientar que Schumpeter reitera aqui sua posição a respeito da ausência de juros, que já havia sido apresentada em *Das Wesen*, é melhor desenvolvida no capítulo V de TDE, e, como veremos, foi um dos principais focos de discussão após TDE ser publicada.<sup>106</sup> Trata-se de uma ruptura importante com as disposições de membros de seu auditório austríaco, cuja presença já no capítulo I, possivelmente supõe a eficácia da argumentação de *Das Wesen*.

Na seqüência Schumpeter discorre a respeito do sistema de valores formado pela interação dos valores dos bens individuais (explicados pela teoria da imputação), uma vez em que estes se relacionam enquanto complementares, substitutos etc. Tal sistema é tomado como expressão de toda a "economia de uma pessoa, [de] todas as relações de sua vida [...]" (TDE, p.31). O autor reforça aqui o papel da experiência, cuja estrutura se encontra subsumida no sistema de valores, para a ação econômica dos agentes que, segundo Schumpeter, permanecem normalmente "abaixo do limiar de sua consciência" (TDE, p.32). Considera, finalmente, a maneira de agir baseada na experiência como racional na medida em que ela conduz à posição de equilíbrio, cujas partes constituintes não podem ser alteradas sem que o indivíduo se depare com uma situação pior. Enfatiza novamente o papel das necessidades frente a condições objetivas: a 'geologia' desta 'montanha de experiências' as revelaria como causa do sistema de valores (as analogias com a natureza tornam-se mais proeminentes, como veremos, na reta final do capítulo). Importa que, em suma, a regra é "agir de acordo com as necessidades objetivas do sistema econômico sem desejar modificá-las" (TDE, p.32).

Cabe aqui considerar dois pontos. Em primeiro lugar, apesar de estar descrevendo a noção geral de equilíbrio, podemos observar que Schumpeter mescla comentários de ordem psicológica às prerrogativas analíticas, a despeito de seu já mencionado interesse em separar estes elementos. Em segundo, a forma com que se refere ao agente racional - indivíduo inconsciente imerso em um sistema de necessidades objetivas - é carregada em suas cores de modo a ser contrastada agudamente com a postura do empresário inovador. Somando-se passagens anteriores, como aquela em que suspende as considerações acerca do conceito de decisão, observamos que a temática do capítulo dois é trazida sorrateiramente à consciência.

---

<sup>105</sup> Para detalhes acerca do papel do ridículo na argumentação ver Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 233.

<sup>106</sup> Curiosamente, Schumpeter não se engajaria na discussão, como nota Naymier (1913).

Schumpeter observa que o sistema de trocas interfere neste sistema de valores, dado que um produto qualquer deixa de ser diretamente avaliado por seus produtores conforme seu 'valor de uso', passando a ser considerado conforme o que os austríacos denominavam 'valor subjetivo de troca', baseado na utilidade das mercadorias que os produtores podem auferir com a troca do referido produto. A condição de equilíbrio, em essência não muda: os recursos continuam sendo distribuídos de modo a renderem satisfações marginais iguais. Mas a condição ganha novo formato, assentado em preços: para as famílias, as utilidades marginais serão igualadas aos preços dos bens de consumo; as empresas, por seu turno, compararão preços dos fatores de produção a produtividades marginais. As trocas observadas em qualquer economia constituem, assim, "em sua totalidade, a forma externa do fluxo circular"(TDE, p.33). A atribuição de 'formas' estruturas descritas em sua essência classifica-se, dentro do arcabouço da nova retórica, como argumentação fundada numa suposta estrutura do real.

Schumpeter destrincha a noção de 'trocas', circunscrevendo seu interesse àquelas que são realizadas entre serviços do trabalho e da terra e bens de consumo. Supondo que a) em todo período só sejam consumidos produtos concretizados no período anterior, e b) sejam produzidos somente bens para o período seguinte, o economista chega à conclusão de que trabalhadores e proprietários de terra trocam seus serviços apenas por bens de consumo presentes. Novamente o elemento tempo não possui nenhum papel. Com isso, descarta a necessidade de formação de um fundo de bens de consumo para manutenção dos trabalhadores (não há crédito); do mesmo modo, não se observa em nenhuma parte do sistema, a formação de estoques de meios de produção (não há capital).<sup>107</sup> As trocas são imediatas e coordenam o curso da realidade econômica em função das necessidades e dos meios para sua satisfação. Outrossim, "não há nenhuma classe cuja característica é a de possuir meios de produção produzidos ou bens de consumo" (TDE, p.35). Não há capitalistas nem empresários, a não ser 'empresários que não auferem benefícios nem perdas' segundo a formulação de Walras.

Cabe observar que o tom destas passagens é particularmente incisivo. Por não considerar em detalhe as características do fluxo circular, a teoria teria deixado de perceber que o dividendo nacional é completamente compartilhado por trabalho e terra:

---

<sup>107</sup> Conforme destacamos, as analogias naturais se tornam mais presentes. Ao tratar da questão dos estoques, lança mão da seguinte analogia: "Os estoques nesse sentido são mais comparáveis ao leito de um rio, do que à água que nele corre. A corrente é alimentada pelo fluir contínuo de mananciais de força de trabalho e terra e corre em cada período econômico para os reservatórios que chamamos renda [...]" (TDE, p.36)

Isso foi mutilado pela teoria e daí um grande número de ficções e falsos problemas foram artificialmente criados - inclusive o problema do que é o 'fundo', pelo qual são remunerados os serviços do trabalho e da terra. (TDE, p.35; grifos nossos).

Em seguida, o autor prossegue afirmando que "a idéia de que em algum lugar há um estoque acumulado de tais bens [consumo e produção] é absolutamente falsa."(*Ibid.*). A referência a 'fundo de manutenção', 'acumulação de estoques', ausência de 'capitalistas' e, adiante, à 'mercadoria dinheiro', remetem-nos aos termos do marxismo. Curiosamente, Schumpeter, que até aqui amiúde menciona os representantes das posturas que defende ou ataca, não faz qualquer menção a Marx, ou aos marxistas em geral, nessas páginas. Uma forma de interpretar tal omissão é supor que ela se dê em função de seu auditório, especialmente em seu núcleo austríaco: tal auditório estaria predisposto a reconhecer rapidamente e negar a existência dos elementos destacados por Schumpeter do legado marxista, sem que houvesse necessidade de maiores esclarecimentos. Posicionando-se sem concessões, no capítulo de abertura, nosso economista estaria em linha com as disposições de sua audiência.<sup>108</sup>

Tendo explicado a ausência de lucro, de capital e crédito, Schumpeter passa à consideração da 'mercadoria dinheiro'. Uma vez em que "a experiência mostra que todo indivíduo avalia seu estoque de dinheiro" (TDE, p.36), cumpre analisar os determinantes do valor. Recorrendo ao trabalho de Wieser, nota que o dinheiro possui um valor histórico, relacionado ao valor de uso de seu próprio material - por exemplo, o ouro - inicialmente contraposto a outras mercadorias. Entretanto, é seu valor enquanto meio de troca (valor do dinheiro, enquanto dinheiro) que é considerado mais relevante por Schumpeter:

[...] podemos desprezar o valor do material ao explicar o processo concreto do valor do dinheiro, exatamente como podemos desprezar, ao considerar o baixo curso de um grande rio, a contribuição ao seu volume dada por sua fonte. (TDE, p.37).

É possível, assim, localizar um valor de troca pessoal do dinheiro: seu valor é estipulado de acordo com o valor dos bens de consumo por que é trocado. Portanto, a relação relevante para determinação do valor do dinheiro é a relação entre renda real e renda monetária; "o dinheiro só tem a função de instrumento técnico, mas não acrescenta nada de novo aos fenômenos."(TDE, p.39) Schumpeter está atento ao fato de que, na prática, encontram-se quantidades de dinheiro não-circulantes, cujo valor cumpriria explicar; nota, porém, que tal análise não tem lugar ali, devendo ser desenvolvida adiante - o capítulo segundo se torna cada vez mais premente. Na mesma esteira, observa que transferências de

---

<sup>108</sup> Essa observação vale para o âmbito restrito deste capítulo.

poder de compra são observadas na economia real, mas não constituem processos necessários ao fluxo circular e, por conseguinte, o crédito permanece irrelevante.

Por fim, argumenta explicitamente, em poucas linhas, em favor da ausência do juro no fluxo circular: seria possível substituir o dinheiro monetário por instrumentos de crédito, por exemplo as letras de câmbio; todavia tal como o valor do dinheiro, o preço destas espelharia os bens de consumo, ou seja, seriam negociadas sempre ao par. Não haveria desconto e, portanto, leia-se: a lógica das coisas econômicas não explica o juro. O quadro que fica, portanto, é o de uma corrente de dinheiro fluindo na contramão da corrente de bens, cujos movimentos são apenas reflexos dos movimentos dos bens - um quadro harmônico que equivale à ausência de ciclos.

O movimento final do capítulo ilustra bem a tônica dos argumentos quase-lógicos (parte-todo) e dos argumentos fundados na estrutura do real ('parte-todo' como fatos) que o constituíram. Vimos que o autor iniciou o capítulo pela consideração do processo social como 'todo' indivisível, do qual analiticamente, entretanto, seria possível extrair os 'fatos' econômicos. Agora, após ter esmiuçado tais fatos econômicos, retoma o fato social com base na idéia de valor: "O fato social [...] está na circunstância de que os valores individuais são inter-relacionados e não são independentes um do outro." (TDE, p.41). Tal assertiva destaca o individualismo metodológico - condizente com a postura austríaca - que esteve presente ao longo de todo raciocínio deste capítulo.

Mais do que isso, porém, nossas atenções são chamadas para a via de mão-dupla que liga as partes individuais ao todo: os procedimentos de análise e síntese são perfeitamente compatíveis e intercambiáveis - o que traduz o caráter quase-lógico do raciocínio. A comparação de duas formulações, retiradas respectivamente do início e do final do capítulo, reforça nossa constatação. Por um lado, vimos que: "Os fatos sociais resultam, ao menos de modo imediato, do comportamento humano. Os fatos econômicos resultam do comportamento econômico." (TDE, p.9) - tais premissas legitimam a dissociação dos fatos com base em uma dissociação de comportamentos; premissas que, aliás, vimos posteriormente possuírem respaldo empírico com a divisão do trabalho (TDE, p.9). Mas, uma vez compreendidos todos os 'fragmentos' econômicos e avaliados seus vínculos, temos que: "A totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade." (TDE, p.41). Além da simetria lógica, observamos, novamente, certo respaldo do argumento na estrutura da realidade. Como visto acima, as relações sociais se apresentam, fundamentalmente, enquanto valorações (sociais) compostas pelos valores dos indivíduos; estas valorações, por seu turno: "refletem todas as

condições de vida de um país, neles são expressas em particular todas as 'combinações'. " (TDE, p.42, ênfase do autor). Mais uma vez, Schumpeter articula lógica e realidade de modo positivo. Agora, porém, não mais no âmbito do 'contato inicial dos espíritos', mas já em um movimento argumentativo que converge, progressivamente, para a análise dinâmica do segundo capítulo.

Passaremos, em seguida, para a análise do capítulo dois. Nele, Schumpeter expõe aquilo que viria a ser considerado sua principal contribuição à economia, a teoria do desenvolvimento econômico. O próprio autor se mostra bastante empenhado em destacar o caráter original de sua proposta e utiliza as primeiras páginas do capítulo para esclarecer o seu conceito de desenvolvimento, destacando-o das contribuições de outros autores. Mas se empenha também em defender a natureza teórica de sua proposta e em afastá-la de elementos metafísicos.

Em vista de tais objetivos, veremos que Schumpeter recorre à utilização do modelo quase-lógico - particularmente adequado à persuasão de seu auditório austríaco. Nossa análise revela que, mais uma vez, este modelo aparece vinculado a argumentos baseados na estrutura do real, apesar da crítica que nosso autor dirige à metafísica. Cumpre destacar, outrossim, que à medida em que o capítulo prossegue, considerações tanto de caráter psicológico como social e histórico se tornam mais proeminentes. Isso faz com que aumente o uso de analogias - que, via de regra, visam fundar a estrutura do real - e, além disso, a apresentação do texto se torne menos linear (inclusive com a redução do uso do modelo quase-lógico). Seria a própria natureza da teorização alterada pelo caráter *sui generis* da dinâmica econômica?

### **4.3 - Análise retórica do capítulo II - ...a um universo aberto e em expansão**

#### **Plano geral do capítulo**

O capítulo II é subdividido em três seções, nas quais Schumpeter analisa os aspectos principais do desenvolvimento econômico. A primeira é dedicada à sua identificação e definição: Schumpeter o destaca do conceito mais amplo de desenvolvimento social e o toma como conceito teórico, distinto das determinações que lhe são impostas pela história econômica ou por concepções metafísicas. O desenvolvimento econômico é assim concebido, basicamente, como mudança econômica espontânea e descontínua nos canais do fluxo

circular - ainda que Schumpeter reconsidere o conceito sob diversas facetas (algumas delas emergindo a partir das considerações das seções seguintes).

A segunda seção caracteriza o desenvolvimento econômico como a promoção de 'novas combinações' (inovação). Examina os tipos possíveis de inovação e mostra como elas dependem do deslocamento de fatores produtivos que estejam em uso em outros setores do fluxo. O fenômeno do crédito e do capital - bem como o capitalista - emerge em função da necessidade de promover esse desvio de fatores.

A terceira seção, finalmente, trata do agente chave no processo de desenvolvimento: o empresário. Ele é definido pela função de realizar novas combinações, podendo ser originário de qualquer classe social. Distingue-se do *homo economicus* da teoria marginalista: é líder destemido e sonhador.

## Leitura

Vimos que Schumpeter inicia o primeiro capítulo identificando o 'processo social' enquanto todo indivisível. Da mesma forma, a primeira seção do capítulo segundo começa se referindo ao 'processo social' que, agora, destaca-se como sujeito de ações: "O processo social, que racionaliza nossa vida e nosso pensamento, afastou-nos do tratamento metafísico do desenvolvimento social e nos ensinou a ver a possibilidade de um tratamento empírico." (TDE, p.43).

Em nota, Schumpeter diz entender por 'metafísico' aquilo que "implica em ir além do alcance tanto da 'razão' quanto dos 'fatos'." (*Ibid.*). Propõe que se entenda 'racionalização' conforme o sentido proposto por Max Weber, apesar de não entrar em detalhes acerca de sua interpretação do mesmo. Afirma, porém, que 'racional' e 'empírico' devem ser tomados como coisas no mínimo cognatas. Malgrado suas considerações, gostaríamos de observar o caráter um tanto intrigante de uma afirmação que combate o tratamento metafísico do desenvolvimento social com base na ação de um 'processo', o qual, diga-se de passagem, não é conceituado nem aqui nem no primeiro capítulo. Mais do que isso, de um processo que "[...] fez seu trabalho de maneira tão imperfeita que devemos ser cuidadosos ao tratar do próprio fenômeno, mais ainda do conceito com o qual o compreendemos e, mais do que todos, da palavra com a qual designamos o conceito [...]" (TDE, p.43; grifos nossos). Processo que, além do mais, dada a concepção schumpeteriana de 'metafísica', deveria ser tomado como 'empírico', pois, caso contrário, cairíamos em paradoxo.



De um lado, o esforço schumpeteriano de afastar a metafísica pretende atribuir cientificidade à sua noção de desenvolvimento, exposta adiante. Schumpeter enfatiza o caráter teórico de seu tratamento, com o que parece posicionar-se em linha com seu auditório austríaco, reforçando a adesão perseguida pelo capítulo I. Ademais, a própria escola austríaca, como expusemos, prefere a análise de processos ao exame do equilíbrio e, ao menos no caso de Menger, vimos que autores como Caldwell (2004) defendem o caráter 'social' dos processos analisados. Por outro lado, desconsiderando a hipótese de que ele mesmo creia na 'existência' de algum processo social além do plano empírico, a atribuição de realidade a este confere-lhe um caráter histórico, com o que poderia estar visando reforçar a adesão do público germânico.

Notamos, adicionalmente, que tal atribuição abre espaço para contrapor sua perspectiva a premissas do marxismo: apesar de reconhecer a operação de um processo social, esforça-se em purgar dele qualquer conotação teleológico-metafísica. A seqüência do texto, de fato, remete-nos a tal ponto, ao referir-se à busca de um 'sentido' da história como algo vinculado a pré-concepções metafísicas. Posturas que professam a existência de 'desenvolvimento linear' ou que assumem perspectivas darwinistas incorreriam, segundo Schumpeter, no mesmo erro.<sup>109</sup> Note-se, ainda, o procedimento de gradação que Schumpeter utiliza no trecho destacado acima, visando chamar a atenção do leitor para as deficiências na ação do processo social - procedimento que proporciona o efeito de 'presença'.

Schumpeter afirma, então, que o 'desenvolvimento social' é definido por meio de dois fatos: pelo 'fato' da mudança histórica e pelo 'fato' de que a impossibilidade de explicar um estado de coisas com base no estado histórico precedente não constitui um problema insolúvel. Sua argumentação, aqui, é bastante hermética, talvez por acreditar estar se referindo a constatações realmente evidentes. No tocante à mudança histórica, diz apenas que por meio dela as "condições sociais se tornam 'indivíduos' históricos no tempo histórico" (TDE, p.44; ênfase do autor), com o que nos remete à discussão que arrolamos no parágrafo anterior quanto à 'natureza' do processo social. Cabe notar, neste ponto, o estatuto contingente da individualização das condições sociais, dada pelo adjetivo 'histórico(s)'.

O segundo fato destacado recebe menos explicação por parte do autor e, por isso, não temos condições de examinar a fundo seu papel na argumentação. Acreditamos que a 'não insolubilidade' do problema queira referir-se à possibilidade de tratamento teórico, não

---

<sup>109</sup> Cita Roscher, defensor da teoria do desenvolvimento por estágios ('primeira geração' da escola histórica) como representante da primeira postura. Quanto a isso, cabe recordar que Roscher sofreu influências do pensamento hegeliano, que apresenta, em algum grau, um componente evolucionário.

obstante a ausência de explicação histórica. Essa constatação, entretanto, só adquire o estatuto de fato se submetida ao auditório austríaco, pois é improvável que o auditório germânico a reconhecesse como tal.

Cumpramos enfatizar, porém, a semelhança com a estrutura de apresentação do capítulo I: além de se apoiar novamente na existência de fatos irrevogáveis - que vimos ser central na argumentação baseada na estrutura da realidade - principia pela compreensão do desenvolvimento social para, agora, passar para a análise do desenvolvimento econômico, tal como extraiu, no capítulo precedente, os fatos econômicos dos fatos sociais. De nosso ponto de vista, ao manter a estrutura principal da argumentação anterior - de caráter hipotético-dedutivo, baseada em premissas 'reais' - Schumpeter preserva o formato teórico de sua contribuição, a despeito das rupturas em termos de conteúdo.

Segundo nosso autor, o desenvolvimento econômico vinha sendo tratado apenas como objeto da história econômica, que por seu turno, fazia parte da história universal. Isso posto, ele observa que:

Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança *econômica* somente pelas condições *econômicas* prévias. Pois o estado de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente. (TDE, p.44; grifo nosso).

Schumpeter recorre outra vez à mistura de argumentos quase-lógicos, traduzidos nos vínculos entre parte econômica e todo social e argumentos baseados na estrutura do real, visto que tal dependência é fundamental; que existe uma situação precedente.

O procedimento analítico é idêntico ao efetuado no primeiro capítulo. Vimos que lá Schumpeter postula a existência de um 'comportamento econômico', orientado para aquisição de bens, a partir do qual é possível conceber fatos econômicos separáveis analiticamente do 'todo social'. Aqui postula, outrossim, a autonomia do mundo econômico com base nos "fatos que formam a base da interpretação econômica da história" (TDE, p.44). A autonomia analítica tem, mais uma vez, respaldo empírico, visto que o mundo econômico "[...] abrange uma parte tão grande da vida de uma nação [...] pelo que escrever a história econômica por si mesma é obviamente uma coisa diferente do que escrever, digamos, a história militar."(TDE, p. 44; grifo nosso).

O que parecia ser um problema complicadíssimo passa, de repente, a ter solução praticamente óbvia. Schumpeter soma, na seqüência, mais um 'fato' que garante a separabilidade: os vários setores da 'vida social' são compostos por coleções distintas de pessoas. Ele não se aprofunda a respeito deste fato, mas, tendo em vista o primeiro capítulo, podemos inicialmente separar o setor econômico como aquele definido pelo comportamento

orientado para aquisição de bens. 'Inicialmente', pois, como veremos, o comportamento do empresário não se ajusta completamente ao comportamento econômico tradicional - o significado de sua ação relevante (inovar) é outro. Importa, para nosso autor, destacar que 'os elementos heterônomos' que afetam o processo social não o fazem de maneira direta, mas são filtrados por seus dados - cujo estatuto Schumpeter ainda não define - e por meio do comportamento dos 'habitantes' de cada setor social. Sem entrar no mérito do que o economista precisamente quer dizer com 'elementos heterônomos', limitamo-nos a observar que o processo social é descrito de uma maneira cosmológica, não obstante o repúdio à metafísica. Dentro deste mundo, o 'setor econômico' é delimitado por intermédio do comportamento de seus 'membros' e se destaca por engendrar fatos que condicionam grande parte das relações dos setores adjacentes. Trata-se de um setor aberto, segundo nosso autor, a uma série de possibilidades de 'ponto de vista' e tratamento.

Schumpeter passa, então, a distinguir dentre as possíveis abordagens deste setor aquelas que poderiam ser qualificadas como teorias econômicas. Para tanto, necessita precisar mais aquilo que entende por 'teoria econômica'. Genericamente, explicações de caráter histórico poderiam ser tomadas como teoria, dado que buscam 'causas' para uma determinada situação em estados históricos precedentes - e aqui ele menciona como exemplo o legado de Sombart. Entretanto, "não é teoria econômica no sentido em que o conteúdo do primeiro capítulo deste livro é teoria econômica." (TDE, p.44; grifo nosso). Schumpeter a delimita por intermédio de um papel que, note-se, é subordinado às limitações da historização. Ela (teoria) seria útil quando a "conexão entre os fatos históricos é bastante complicada a ponto de necessitar de métodos de interpretação que vão além dos poderes analíticos do homem comum" (TDE, p.44; grifos nossos). Tal como observamos no prefácio de TDE (seção 4.1), 'teoria' é basicamente compreendida como refinamento do senso comum que provê instrumentos analíticos, valendo destacar, entretanto, o caráter pouco objetivo traduzido no termo 'interpretação'. Afirma, em seguida, que pretende desenvolver sua teoria do desenvolvimento econômico com base nesta segunda acepção: "a teoria econômica, cuja natureza foi suficientemente exposta ao leitor no capítulo I, simplesmente será aperfeiçoada para seus próprios fins, constituindo-se a partir dela mesma". (TDE, p.45; grifo nosso).

A princípio, portanto, o segundo capítulo 'é apresentado' como complementar ao primeiro, na medida em que compartilham da mesma natureza teórica. Tomando o primeiro capítulo como espécie de sumário da análise elaborada em *Das Wesen*, temos reproduzida a mesma discussão acerca da ruptura entre esta e TDE. Conforme visto, entretanto, este ainda é

um ponto debatido entre interlocutores de Schumpeter e, não raro, considera-se que a teoria do segundo capítulo rompe com as diretrizes mais importantes da teorização estática, muito embora parta dela. Swedberg (1991), repetimos, é um dos defensores desta última tese:

For one thing, Schumpeter's theory might originally have been intended as a *complement* to Walras and the idea of the circular flow. But as the analysis progresses in *The Theory of Economic Development*, it is clear that it increasingly came to replace it. (Swedberg, 1991, p.40).

O intérprete destaca, em primeiro lugar, que muitos dos fenômenos mais importantes da sociedade capitalista só serão explicáveis com base no segundo arcabouço.<sup>110</sup> Além disso, pressupostos chave da teoria convencional são quebrados: o empresário, veremos, não é visto como '*homo economicus*'; os consumidores têm seu papel subvertido. Swedberg destaca também a presença de conteúdos históricos e sociológicos entremeados à teorização 'pura' como outro fator distintivo. De certa forma, a presença de tais elementos seria indesejada pelo próprio Schumpeter, posto que ele aspiraria manter bem separados os três ramos da *Sozialökonomik*. Mas na prática isso não teria sido observado: o processo de difusão das inovações e a discussão acerca das alterações na estratificação social geradas pela ação dos empresários são tomados, por Swedberg, como os exemplos mais óbvios desta 'contaminação' da teoria pela história e sociologia.

Em termos de auditório particular, levando em conta tais observações, é permitido suspeitarmos que, ao enfatizar o caráter teórico de sua contribuição, Schumpeter pretenda, em grande medida, preservar a adesão de seu público principal - os membros da escola austríaca - tendo em vista seu objetivo de ser reconhecido como teorista. Vimos que a apresentação do primeiro capítulo se adequa, em linhas gerais, às principais prerrogativas deste auditório. Agora, no segundo capítulo, nosso autor se esforçaria para manter a adesão alcançada, muito embora rompa com pressupostos centrais da teoria austríaca (e estática, de modo geral). Percebemos que, além da ênfase do próprio autor, a argumentação propriamente dita do capítulo II preserva o formato dedutivo: as rupturas de premissas são engendradas dentro do mesmo.

Em termos de auditório universal, se a presença de conteúdo sociológico também interfere na natureza da 'teoria econômica' enquanto ramal teórico da *Sozialökonomik*, como sugere Swedberg, é uma questão difícil de ser respondida. Schumpeter, como ficou atestado acima, sugere que a teoria do capítulo I vai ser apenas aperfeiçoada 'constituindo-se a partir dela mesma' e o formato mais geral de seu discurso dá respaldo à sua afirmação. A presença

---

<sup>110</sup> Swedberg cita os juros, o capital, os lucros, o mercado monetário, a poupança, o empreendedorismo e os ciclos. Cabe observar que o próprio Schumpeter se refere a essa fecundidade ainda no início do capítulo II.

do termo 'interpretação', quando Schumpeter explana o que entende por teoria, constitui, porém, uma sombra no caráter positivo da definição desta enquanto 'instrumento' (*tool*) de análise. A propósito disso, é importante destacar que a própria definição (alternativa ou) associada de teoria como 'raciocínio que supera a apreensão do senso comum' é suficientemente ampla para garantir a compatibilização 'teórica' entre os dois terrenos, estático e dinâmico.<sup>111</sup> Vale observar que, aos nossos propósitos, interessa muito mais constatar o próprio questionamento suscitado a respeito da natureza da teoria econômica - que se permite entrever por meio da análise retórica - do que identificar qualquer solução clara para o mesmo, em alguma entrelinha.

Em seguida, todavia, Schumpeter interrompe tais considerações de modo categórico: "Nosso problema é o seguinte" (TDE, p.45). Apresenta as limitações da teoria descrita no capítulo I, concebida, desta vez, por meio de uma analogia com a circulação de sangue. Note-se que, anteriormente, a analogia utilizada referia-se ao curso de um rio na natureza. O novo foro permite, contudo, que Schumpeter enfatize o fato de que existe mudança na constituição dos canais do fluxo, em função do ciclo de vida do animal. Todavia, ela é contínua, por etapas concretizadas marginalmente. O autor reconhece a existência de tais mudanças na 'vida' econômica, que, de certa forma, ganha mais vigor com a analogia utilizada. Mas a vida econômica não é completamente idêntica ao fluxo sanguíneo porque experimenta mudanças "outras que não aparecem continuamente e que mudam o limite o próprio curso tradicional." (TDE, p.46). O apelo à noção de limite tem conotação matemática, fazendo com que imaginemos o cenário descrito no capítulo I como um 'mundo fechado' a ser contraposto a um 'universo infinito', sempre em expansão.<sup>112</sup> Conquanto as mudanças sejam de natureza diferenciada, Schumpeter faz questão de reafirmar que a explicação delas está no escopo da teoria pura e, deste modo, são seu objeto de investigação.

Schumpeter propõe, em seguida, que "a mesma coisa pode ser colocada de maneira um tanto diferente" (TDE, p.46), recordando aqui o procedimento de retomada de explicações que vimos utilizar no capítulo primeiro. De fato, ele praticamente explica e qualifica a

---

<sup>111</sup> Recordamos que em Schumpeter (1954) são apresentadas outras definições possíveis de ciência.

<sup>112</sup> Evidentemente, recordamos aqui o título da obra de Alexandre Koyré, *Do mundo fechado ao universo infinito* Trad. Donaldson M. Garschagen, 2 Ed. RJ. FV :São Paulo. Edusp. 1986. Em linhas gerais, ela trata do impacto da revolução copernicana que fundamentou a nova cosmologia heliocêntrica. A cosmologia anterior, fundada no pensamento aristotélico baseava-se em elementos como a 'unidade da verdade', a 'circularidade dos eventos' e a 'bela totalidade do cosmos', elementos que recordam o cenário descrito por nosso autor no primeiro capítulo. Não pretendemos depreender disso qualquer filiação de Schumpeter às idéias de Copérnico (!), mas é interessante notar que Feijó (1999) destaca as fortes influências recebidas por Menger do pensamento aristotélico.

analogia utilizada no parágrafo precedente. Segundo o autor, a teoria descrita no capítulo I tratara o sistema econômico do ponto de vista de sua tendência para posição de equilíbrio, com a conseqüente determinação de preços e quantidades de bens. Reconhece, agora, que a posição de equilíbrio para a qual o sistema tende (talvez sem atingi-la) não necessariamente é sempre a mesma: os dados podem mudar e alterá-la; a teoria estática não estaria desarmada para explicar tal mudança.<sup>113</sup> Esta teoria falharia, entretanto, quando "a vida econômica em si mesma modifica seus próprios dados de tempos em tempos."(TDE, p.46)...

Dada tal incapacidade, Schumpeter reitera seu objetivo: "Essa ocorrência da mudança 'revolucionária' é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal."(TDE, p.46; grifos nossos). Vale recordar que a necessidade de redução e precisão dos termos em jogo na argumentação é característica da argumentação quase-lógica.

O desenvolvimento é definido, nesta passagem, como mudança radical. Schumpeter afirma que a identificação de mudanças radicais não se deve, apenas, a uma constatação histórica, mas a motivos teóricos. Não reside "no fato de que as mudanças econômicas, especialmente, se não unicamente, na época capitalista, ocorreram efetivamente assim [...] mas reside no fato de serem fecundas" (TDE, p.46; grifo nosso). Ora, notamos que apesar do motivo histórico não ser 'o motivo que justifica a identificação da mudança revolucionária', ele é discretamente sublinhado pelos advérbios 'especialmente' e 'unicamente', reforçando a justificação teórica, frente ao auditório particular duplo. Além disso, percebemos que o 'fato' da fecundidade é apenas postulado no parágrafo, de modo a fazer com que o próprio leitor se interrogue acerca de sua natureza. Ao impelir tal questionamento, julgamos que a estrutura argumentativa promova a presença do fato mencionado no espírito do interlocutor.<sup>114</sup> Mas eis que a fecundidade está desvendada ali mesmo, em nota de rodapé: "Os problemas do capital, crédito, lucro empresarial, juro sobre o capital e crises (ou ciclos econômicos) são questões pelas quais será aqui demonstrado que elas são fecundas."(TDE, p.46). Se recordarmos que o subtítulo de TDE faz menção justamente a estes elementos, temos mais motivos para julgarmos que a primeira aparição destes em nota de rodapé, no corpo da obra, seja um recurso retórico.

Schumpeter reproduz então as observações anteriores, acerca da capacidade que a teoria estática tem para tratar as mudanças nos dados. Além disso, reforça a definição de

---

<sup>113</sup> Finalmente, Schumpeter especifica a natureza dos dados referidos: podem ser dados não-sociais (natureza) ou dados sociais não-econômicos (guerra, mudança nos gostos dos consumidores etc.).

<sup>114</sup> Detectamos um procedimento similar acima.

desenvolvimento, enfatizando seu caráter endógeno: "Entenderemos por 'desenvolvimento', portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa." (TDE, p. 47). O adjetivo 'revolucionária', por enquanto, refere-se à iniciativa interna de mudar o rumo do fluxo; tal ruptura, porém, adquire conotação progressivamente mais forte ao longo do texto. Isso posto, Schumpeter postula que o 'mero crescimento da economia' deve ser tomado como algo "da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais" (*Ibid.*), visto tratar-se de mudanças pequenas que não proporcionam nenhuma alteração qualitativa. Por conseguinte, a mudança revolucionária, além de endógena, envolve um componente qualitativo.

Schumpeter propõe, em seguida, que se suponha que o desenvolvimento econômico não está assentado num desenvolvimento<sup>115</sup> precedente, muito embora, na prática, haja tal dependência. Tal abstração permitiria o acesso à essência do 'fenômeno' e, além disso, evitaria um raciocínio circular - a explicação do desenvolvimento com base no desenvolvimento. A associação entre argumentos quase-lógicos, ilustrados pelo temor da circularidade e argumentos baseados na estrutura do real, referentes à 'essência' permite que Schumpeter construa um arcabouço teórico coerente a partir de um alicerce que presume compartilhado. O autor salienta, todavia, que ao expurgar os elementos concretos da noção de desenvolvimento cria uma "aparente discrepância entre o fato e a teoria, o que pode constituir uma grande dificuldade para o leitor." (TDE, p.47). Schumpeter se mostra ciente de que a preocupação com a essência do fenômeno pode ter um efeito adverso, na medida em que os cortes selecionados podem apresentar ao auditório não uma realidade meramente simplificada, mas caricata e avessa às concepções do mesmo.<sup>116</sup> A própria advertência, no entanto, tenta dirimir essa rejeição - previsível no auditório germânico - posto que o orador se mostra sincero e precavido a respeito de tal possibilidade (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.28).

O autor conclui a primeira seção destacando, novamente, a originalidade de sua análise em relação à teoria marginalista e reafirmando, pela terceira vez, o conteúdo daquilo que toma por desenvolvimento econômico:<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> 'Desenvolvimento', daqui em diante, sempre significará desenvolvimento econômico, salvo advertência em contrário.

<sup>116</sup> Concepções próprias do auditório.

<sup>117</sup> Na mesma página repete em nota de rodapé, pela quarta vez, elementos da sua concepção: "[...] o que estamos prestes a considerar é o tipo de mudança que emerge de dentro do sistema que desloca de *tal modo o seu equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais.*" (TDE, p.47).

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (TDE, p.47; grifos nossos).

O recurso à reiteração do conceito de desenvolvimento visa, de modo geral, em nossa opinião, ao efeito de presença, muito embora Schumpeter afirme, também, estar preocupado em dirimir mal-entendidos deflagrados pela primeira edição de TDE.<sup>118</sup> Não cita os autores que não o teriam compreendido, de modo que, por enquanto, não podemos entrar a fundo neste ponto.<sup>119</sup> Importa constatar que o desenvolvimento, que vimos ser endógeno e disruptivo, é um fenômeno não contemplado pela teoria tradicional, comporta 'processos' (é dinâmico), e perturba a própria tendência para o equilíbrio. É um conteúdo 'novo'. Cumpre salientar as imagens utilizadas aqui por Schumpeter, que, novamente, remetem-nos a um universo em expansão.

Schumpeter principia a seção II referindo-se à alteração de foco ocasionada pela teoria do desenvolvimento, em relação à estática: as mudanças radicais se dão no âmbito da vida comercial e industrial, "não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais" (TDE, p.48). Consideramos que tal alteração seja, em termos de conteúdo, uma quebra de pressuposto fundamental, dada a relevância da noção de necessidades, apresentada no capítulo I. Vimos que a noção de necessidades é importantíssima para a teorização da escola austríaca, remontando aos trabalhos de Menger; contrastadas à disponibilidade de recursos, fundamentam a própria idéia de 'margem'. Vimos, outrossim, que Schumpeter reconhece sua relevância no interior do fluxo circular, tomando-as como o próprio significado da atividade econômica, argumentando em favor de sua superioridade em relação às ambições tecnológicas. A produção só possuía sentido econômico por direcionar-se à satisfação de necessidades; o consumidor figurava como líder do processo e o produtor era 'ensinado', por meio da experiência, a satisfazer os anseios da demanda.

Agora, ainda que a mudança das preferências dos consumidores seja tomada como um dos possíveis incentivos para a promoção do desenvolvimento, não é condição suficiente, nem sequer necessária. As inovações, que têm aqui (TDE, p.48) sua primeira menção, não são

---

<sup>118</sup> Segundo Schumpeter, a utilização do termo 'dinâmica' para referir-se à mudança, na primeira edição, foi o principal mote para tal mal-entendido. No prefácio, afirma ter abandonado o uso dos termos 'estática' e 'dinâmica' "em deferência ao professor Frisch", o que nos fornece uma pista.. Precisaríamos, todavia, de informações mais precisas a respeito da contribuição deste último.

<sup>119</sup> Necessitaríamos do acesso à primeira edição para avaliarmos em que grau o recurso à ênfase foi posteriormente adicionado em função da recepção da mesma.



deflagradas por tais mudanças. Concluímos, de pronto, que o desenvolvimento não é guiado pelo próprio 'significado da atividade econômica!' É possível, assim, tomar as preferências como 'dados' constantes, posto não terem relevância, em si mesmos, para a teorização do processo de mudança radical. Schumpeter afirma, adicionalmente, que "a espontaneidade das necessidades dos consumidores é em geral pequena" (TDE, p.48). Isso é explicitamente afirmado como 'fato' e fornece respaldo empírico para sua abstração (quase-lógica); permite, entretanto, que o autor vá um pouco mais além: "é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas." (TDE, p.48). Note-se que Schumpeter utiliza, de novo, o verbo 'ensinar', invertendo, entretanto, a posição dos personagens; ademais, a expressão 'via de regra' apela para plausibilidade real de sua afirmação. Schumpeter mantém que as necessidades sejam o fim de toda produção num estado econômico dado, mas descarta sua relevância enquanto fator causal da mudança.

O autor prossegue, em linha com o modelo quase-lógico, na elaboração de definições. Retoma o conceito de 'produzir', apresentado no capítulo I, e o estende para dar conta do fenômeno do desenvolvimento: "Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. (cf. capítulo I). Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com método diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças." (TDE, p.28). Note-se que a segunda definição é quase tautológica, visto que apenas qualifica, pela 'diferença', a definição original: produzir algo diferente ou algo de um jeito diferente é combinar diferentemente.

Perelman&Olbrechts-Tyteca salientam que o recurso a tautologias, especialmente com propósito de definição, é típico da argumentação quase-lógica, visando denotar analiticidade aos raciocínios apresentados. Posto isso, a noção de 'novas combinações<sup>120</sup>' é apresentada pela primeira vez. Schumpeter, todavia, descarta dentre estas aquelas que se originam gradualmente de combinações antigas; 'novas combinações', para ele, serão somente aquelas que aparecerem descontinuamente, dado que somente estas são capazes de engendrar o fenômeno que lhe interessa. Com isso, 'desenvolvimento' ganha mais uma alternativa de definição: "O desenvolvimento, no sentido que lhe damos é definido então pela realização de novas combinações."(TDE, p.48).

---

<sup>120</sup> Schumpeter utiliza, adiante, a palavra 'inovação' como sinônimo de novas combinações, sem fazer qualquer consideração especial. Vimos na página anterior que o termo já havia aparecido antes.

Em seguida, Schumpeter destrincha, de forma exaustiva, os casos abrangidos por tal conceito. No que tange às quatro primeiras possibilidades, notamos que o autor cita e descreve cada uma delas, bastando tomar as duas primeiras como exemplo:

1) Introdução de um novo bem - ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estejam familiarizados - ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova [...] . (TDE, p.48; grifos nossos).

O termo 'ou seja' abre a para a explicação do que Schumpeter entende por 'novo bem' e 'novo método de produção'; valendo destacar que, de saída, ele afasta a identificação entre 'novo método de produção' e invenção. Os outros três casos se referem à abertura de um novo mercado, à conquista de uma nova fonte de matérias-primas e ao estabelecimento de uma nova organização produtiva. A ênfase, aqui, é no adjetivo 'novo', mas, assim como a invenção não é necessária no segundo dos casos apresentados, em todos os outros Schumpeter mostra como a novidade costuma residir, simplesmente, numa percepção diferenciada das possibilidades disponíveis.

Em seguida, Schumpeter observa dois pontos que julga essenciais "para os fenômenos inerentes à realização destas combinações novas." (TDE, p.49). Em primeiro lugar, observa que elas são realizadas não por aqueles que lideram o processo produtivo, mas por "empresas novas que geralmente não surgem das antigas, mas começam a produzir a seu lado." (*Ibid.*). Compara tal observação ao fato de que não são os donos de diligências que costumam construir estradas de ferro. O exemplo utilizado se refere a um dos setores que mais traduziu a consolidação do capitalismo; de fato, o avanço da exposição tende a apresentar a teoria proposta pelo capítulo II como a mais adequada para explicar a dinâmica deste modo de produção; o exemplo arrolado parece visar à escola alemã. A ênfase, nesse momento, é no potencial que as novas combinações têm para explicar fenômenos tais como a oscilação dos indivíduos entre classes: em uma economia concorrencial, as inovações tendem a eliminar as estruturas antigas, ao lado das quais haviam surgido, com o que os empresários pioneiros ascendem socialmente e os produtores que não os acompanham tendem a 'descer' de patamar. Vale ressaltar que tal fenômeno é tipicamente sociológico, tendo sido apontado por Swedberg como uma das características que diferenciam a teorização de Schumpeter da teoria estática.<sup>121</sup>

O segundo ponto essencial, segundo o autor, é que as 'novas combinações' dependem do deslocamento de meios de produção que estejam sendo utilizados em outras atividades.

---

<sup>121</sup> Vale destacar que, aqui, Schumpeter também antecipa uma das idéias principais de CSD, referente à internalização e sistematização, pelo sistema econômico, do processo gerador de novas combinações.

Ainda que na vida real tais combinações novas possam utilizar trabalhadores desempregados e recursos advindos de poupança, esses fatores não são essenciais do ponto de vista teórico. Não há capacidade ociosa nem poupança no fluxo circular; além do que, para o autor, na prática, a relação de causalidade costuma ser inversa: é o desenvolvimento que, em geral, produz desemprego e promove a formação de poupança. Vimos acima que Schumpeter já havia invertido uma relação causal, típica do fluxo circular, no âmbito da teoria dinâmica, ao postular que as necessidades são geradas pela produção. Notamos que a argumentação de natureza quase-lógica, afeita às predisposições do auditório austríaco, tende, ela mesma, a inverter a ordenação dos termos em jogo. A própria inversão acentua, progressivamente, o caráter disruptivo do desenvolvimento.

A partir do ponto destacado acima, Schumpeter identifica "no emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico" (TDE, p.50) uma outra possibilidade de definição de desenvolvimento, em linha com as anteriormente propostas. Linhas abaixo, reforça tal definição: "[...] o desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não." (TDE, p. 50).

Na seqüência, o autor considera o problema da aquisição de tais meios produtivos - passo do raciocínio que, para ele, seria 'evidente por si só'. Segundo Schumpeter, tal problema não existe no fluxo circular, dado que neste não há hiato entre produção e consumo: o produtor simplesmente vende sua produção e, com os recursos auferidos, contrata os meios produtivos necessários. O caso 'fundamentalmente interessante', para Schumpeter, é aquele em que o possuidor da riqueza não possa dispor dela, tendo de recorrer ao 'crédito'. Identifica no fornecimento de crédito a função específica "daquela categoria de indivíduos que chamamos de 'capitalistas' " (TDE, p.51; ênfase do autor). Apela, em seguida, para a estrutura do real: "É óbvio que esse é o método característico do tipo capitalista de sociedade." (TDE, p.51). Notamos, novamente, que apresenta sua teoria como a mais adequada para explicar a dinâmica do capitalismo, para captar, inclusive, seu caráter agressivo. É tal método que permite "forçar o sistema econômico a seguir por novos canais" e "colocar seus meios a serviço de novos fins" (*Ibid.*). Crédito e capitalistas, antes inexistentes no fluxo circular, ganham agora seu lugar no universo econômico. O capitalismo é dinâmico.

Schumpeter afirma, de modo peremptório, que não considera "possível contestar de modo algum a afirmação precedente" (TDE, p.51) relativa à centralidade do crédito em economias capitalistas. Essa seria uma constatação histórica e, além disso, estaria presente em qualquer livro texto - Schumpeter recorre não apenas às disposições da escola histórica, mas

ao senso comum (seriam próximos?), apesar da teoria estar, por definição, destinada a superá-lo. O vínculo entre crédito e inovação, da mesma maneira, seria irrevogável tanto *a priori* - pelo fato daquele inexistir no fluxo circular - quanto historicamente. Schumpeter tece algumas considerações históricas a respeito da evolução do crédito, as quais não nos interessa reproduzir aqui. Importa destacar que, mais uma vez, a história aparece em meio ao emaranhado de elementos teóricos e, de nosso ponto de vista, supera o estatuto de mero exemplo, na medida em que confere plausibilidade às premissas arroladas e às conclusões obtidas pelo raciocínio quase-lógico.

O crédito, todavia, não pode ser descrito apenas na esfera dos bens. Estaríamos passando "por cima de algo essencial que acontece na esfera do dinheiro e do crédito e do que depende a explicação de fenômenos importantes na forma capitalista de organização" (TDE, p. 52) Schumpeter investiga, então, a origem das somas necessárias à consecução dos meios de produção necessários para as novas combinações. Desacredita a resposta tradicional que, segundo ele, identificaria tal fonte no crescimento da poupança social. Vimos que no fluxo circular não existe motivo para parcimônia e, portanto, um desenvolvimento qualquer não poderia contar com financiamento via poupança. Schumpeter afirma que mesmo na realidade concreta - fora das abstrações teóricas envolvidas no fluxo circular - os recursos da poupança não adviriam da parcimônia, mas seriam, sim, "eles próprios, resultado de inovação bem sucedida". (TDE, p.52). Mais uma vez, portanto, apresenta a poupança como resultado do desenvolvimento econômico, sendo a resposta tradicional vista como vítima de um raciocínio circular e implausível. O trecho seguinte corrobora nossa observação, muito embora amenize o caráter absurdo da circularidade, visando talvez dirimir o mal-estar entre parcela de um auditório zeloso por raciocínios bem construídos:

Ainda que a resposta convencional à nossa questão não seja certamente absurda, há no entanto um outro método de obter dinheiro para esse propósito, que chama nossa atenção, porque, diferentemente do referido, não pressupõe a existência de resultados acumulados do desenvolvimento anterior, e por isso pode ser considerado como o único disponível dentro de uma lógica estrita. (TDE, p.52; grifos nossos).

O método ao qual o trecho faz referência é a criação de poder de compra pelos bancos. Segundo Schumpeter, esse seria o método mais freqüentemente utilizado para geração de novas combinações (plausibilidade empírica) e, na ausência de desenvolvimento anterior, o único possível (coerência lógica). Destaca que o referido poder de compra é criado 'a partir do nada' e que assume 'forma imaterial' - enfatizando, por conseguinte, características da 'realidade' do produto da ação bancária.

Os meios de pagamento criados podem ser convertidos imediatamente para pagamentos de pequena monta, em especial aos assalariados. Deste modo, "os que realizam combinações novas podem obter acesso aos estoques existentes de meios produtivos" (TDE, p.53) - note-se que Schumpeter não faz ainda uso do termo 'empresário', reservado para o estudo desenvolvido na terceira seção. Tais meios de pagamento diferem daqueles que foram vislumbrados na economia em equilíbrio. Da mesma forma que estes, os referidos meios podem ser vistos como um comando sobre parcela do produto social gerado, por outro lado, não constituem, tal como o dinheiro do fluxo, um certificado "de que a produção foi completada e de que foi efetuado um aumento no produto social por meio dela" (*Ibid.*). Esta contrapartida em termos de bens só é observada quando a nova combinação se concretiza. Com isso, há um intervalo de elevação do nível de preços.

O final da seção é dedicado a considerações acerca da figura e do papel do 'banqueiro', tomado como 'produtor' da mercadoria dinheiro. A descrição de Schumpeter traz à mente a imagem de um agente que expande progressivamente seu círculo de ação no sistema econômico capitalista. Como ele mesmo afirma, o banqueiro se torna o capitalista por excelência. Para tanto, faz uso do recurso à repetição do pronome 'ele', que sublinhamos no trecho abaixo.<sup>122</sup> Conforme já vimos, o procedimento de repetição confere presença ao elemento reiterado; no caso em questão, funciona no sentido de conferir centralidade para figura considerada.<sup>123</sup> Além disso, o banqueiro é descrito sob suas diversas facetas que, articuladas, apontam para sua pervasividade por todo o sistema:

[...] toda poupança e fundos de reserva hoje em dia afluem geralmente para ele e nele se concentra a demanda de poder livre de compra [...] ele substitui os capitalistas privados [...] tornou-se ele mesmo o capitalista *par excellence*. Ele se coloca entre os que desejam formar combinações novas e os possuidores dos meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento [...] Ele torna possível a realização de novas combinações [...]. É o éforo da economia de trocas. (TDE, p.53; grifos nossos).

Na seção III, Schumpeter passa a tratar do terceiro elemento de sua análise: o empresário. O autor observa que tal elemento compõe um todo, juntamente com o crédito e a nova combinação de meios produtivos; todavia, reconhece-o como o 'fenômeno fundamental do desenvolvimento' - os argumentos quase-lógicos (relação parte todo) e baseados na estrutura do real (fenômeno fundamental) dominam a cena. Prossegue, na seqüência, a um exame do conceito de 'empresário', comparando sua definição com o uso comum e várias definições precedentes.

<sup>122</sup> Há a possibilidade de que a repetição do pronome pessoal reflita a ausência, em inglês, do pronome oculto correspondente. De qualquer forma, é sintomático que o banqueiro seja o sujeito de tantas frases seguidas.

<sup>123</sup> Cf. Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.198.

De um lado, Schumpeter afirma que seu conceito é mais amplo que o uso comum porque não se apóia numa hierarquia social definida: um indivíduo não precisa dirigir um negócio independente, para ser tomado como empresário. Basta que exerça a função de realizar novas combinações. De outro, afirma que o conceito é mais restrito pois exclui aqueles dirigentes que simplesmente operam seus negócios, sem promover novas combinações. Seja como for, seu conceito se desmembra do senso comum - e, nesse sentido, é teórico.

Apesar disso, Schumpeter nos diz, em tom conciliatório, que tal definição apenas formula de maneira mais precisa o que a 'doutrina tradicional' sempre quis transmitir. Concorda com ela, por exemplo, no sentido de separar capitalistas de empresários, e também na caracterização destes últimos por expressões como 'iniciativa', 'autoridade' e 'previsão'. No tocante a doutrinas específicas, bastaria reespecificá-las nos termos da análise que propõe. A definição de Say, a qual reconhece o empresário como aquele que combina fatores produtivos, é aceita por Schumpeter contanto que pondere que o ato de combinar caracteriza a função empresarial apenas quando realizada pela primeira vez. Já aqueles autores que definem o empresário como aquele que recebe lucro, teriam apenas de reconhecer a ausência de lucro no fluxo circular. Por último, concorda também com a 'teoria tradicional': o conceito de empresário walrasiano, que atua sem obter benefícios nem perdas estaria de acordo com a ausência de lucro no fluxo circular - tal agente, de fato, existe na situação de equilíbrio. Nosso autor propõe apenas que tal figura não seja designada com o nome 'empresário' para evitar confusão com o agente típico da economia em processo de mudança.

Schumpeter, de certa maneira, reinventa a tradição do conceito, na medida em que o reconhecimento do mesmo em outras doutrinas depende de sua interpretação específica, dentro do arcabouço que nosso autor propõe.<sup>124</sup> De qualquer forma, acreditamos que, em si mesma, a postura conciliatória contrabalanceie a ênfase na originalidade da teoria do desenvolvimento, que até agora havia sido a tônica principal da exposição. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) nos mostram que ainda que as teses defendidas por um discurso qualquer rompam com os pressupostos normalmente admitidos, via de regra, a apresentação das mesmas não reproduz seu caráter disruptivo, dado o propósito de zelar pela adesão do público. Essa dosagem entre forma e conteúdo, parece-nos especialmente importante quando o orador se defronta com um auditório misto, como no caso de Schumpeter. Além disso, a postura conciliatória recorda ao leitor que a análise desenvolvida

---

<sup>124</sup> O recurso à reinvenção da tradição é apontado especialmente por Arida (1983).

tem natureza teórica, o que é fundamental para persuasão do público austríaco. Julgamos ser em vista desse que, na passagem seguinte, o texto reafirma a necessidade de se separar os diferentes ramais da *Sozialökonomik*:

É um preconceito acreditar que o conhecimento da origem histórica de uma instituição ou de um tipo nos mostra imediatamente sua natureza sociológica ou econômica. Tal conhecimento freqüentemente nos leva à sua compreensão, mas não produz diretamente uma teoria a seu respeito. (TDE, p.55).

A discussão, todavia, não prossegue defendendo a total independência entre tais tipos de conhecimento, mas avança, sim, em prol de sua compatibilização! O economista argumenta contra a opinião comum que costuma asseverar que "as formas 'primitivas' de um tipo também são *ipso facto* as 'mais simples' ou as 'mais originais' " (TDE, p.55; ênfase do autor) no sentido de expor sua natureza de maneira mais pura e descomplicada que as posteriores. Defende que, no mais das vezes, ocorre o contrário e a especialização progressiva de certas atividades e indivíduos tende a revelar seus atributos mais essenciais. Examina, então, alguns aspectos históricos da progressiva especialização do empresário, que tendem a confirmar sua assertiva: a história teria se encarregado de depurar o empresário de atividades acessórias e de pôr em relevo sua função inovadora, teoricamente relevante. Ademais, o erro teórico de Mill, que funde empresário e capitalista numa mesma figura, seria justificado porque a história de seu tempo ainda não teria evidenciado a função distinta do empresário. Na mesma linha, considera que a ênfase de Marshall na 'administração' como tarefa peculiar do empresário, estaria assentada numa má percepção do empresário, posto que a função essencial se encontra ainda misturada com outras. Apesar de distintas, teoria e história se encontram emaranhadas...Tentativa de aproximar os dois auditórios e manter a separabilidade dos ramais da *Sozialökonomik*?

Conexão similar ocorre entre economia e sociologia. Após as considerações acima, Schumpeter retoma o impacto da função empresarial na estrutura de classes, que vimos ser um dos pontos destacados por Swedberg (1991), para defender a diferença entre a natureza teórica da teoria do desenvolvimento e da análise estática. Schumpeter salienta que 'ser empresário' não é uma condição duradoura nem uma profissão. Entretanto o empresário oscila entre classes sociais devido à sua função inovadora. E não se trata de um simples movimento de entrada e saída, visto que o empresário "pode pôr o seu selo numa época da história social, pode formar um estilo de vida, ou sistemas de valores morais e estéticos" (TDE, p.55) - o que, inclusive, recorda a discussão que apresentamos acerca da *Zeitgeist* de Viena.

Discussões de natureza sociológica reaparecerão ao longo do capítulo, mas são agora interrompidas para que Schumpeter enuncie o que considera ser a questão decisiva: "por que

[...] a realização de combinações novas é um processo especial e o objeto de um tipo especial de função?"(TDE, p.56). A resposta imediata reside no fato de que a experiência fornece um terreno muito mais seguro para a ação, mesmo quando novas possibilidades estão visivelmente disponíveis. O problema, entretanto, não é só a indisponibilidade de parâmetros - tanto para orientar a concretização de inovações como para orientar a ação de todos os indivíduos após a emergência destas - mas também o fato de que os parâmetros anteriores fornecem resistência à inovação. O contraste entre a rotina do fluxo circular e a imprevisibilidade da inovação, bem como o caráter agonístico da ruptura com o fluxo, é realçado pela retomada da analogia com um riacho:

Enquanto nos canais habituais é suficiente a própria aptidão e experiência do indivíduo normal, quando se defronta com inovações, precisa de orientação. Enquanto ele nada a favor da corrente no fluxo circular que lhe é familiar, se quiser mudar o seu canal, ele nada contra a corrente. O que anteriormente era um auxílio, torna-se um obstáculo. O que era um dado familiar torna-se uma incógnita. Quando terminam as fronteiras da rotina, muitas pessoas não podem ir além [...]. (TDE, p.57).

Segundo Schumpeter, é a experiência que confere plausibilidade à hipótese de comportamento racional, legitimando seu uso. O autor considera, no entanto, que fora do reino da experiência ela perde sua força e se distancia da realidade.<sup>125</sup> É importante destacarmos, que, na passagem seguinte, Schumpeter enfatiza tanto a relevância teórica deste distanciamento como sua correspondência com a estrutura do real:

Apegar-se também a isso [pressuposto de racionalidade] como faz a teoria tradicional, é encobrir uma coisa essencial e ignorar um fato que, contrastando com outros desvios de nossas suposições em relação à realidade, é teoricamente importante e fonte de explicação de fenômenos que não existiriam sem esse fato. (TDE, p.57).

Em nota, Schumpeter reforça a relevância teórica do desvio do inovador em relação ao comportamento de rotina, afirmando ser algo que necessita de 'explicação especial'. Isso posto, reconhece no empresário um 'tipo especial'<sup>126</sup> e raro, cuja conduta difere em qualidade e "não apenas em grau, daquelas do mero comportamento econômico racional" (TDE, p.58; nota 19). A relevância é tanta que, com base na diferença de comportamento, Schumpeter reconhece o par 'meros administradores/empresários' como uma das três oposições fundamentais para seu sistema, ao lado de 'mudança gradual/mudança revolucionária' e dos aparatos teóricos 'estático/dinâmico'.

<sup>125</sup> A preocupação com o realismo deste pressuposto sugere que, em pelo menos um caso, a teoria schumpeteriana não seria instrumentalista.

<sup>126</sup> A menção de 'tipo' remete-nos a Weber que, todavia, não é citado nesta passagem. Sobre isso ver Carlin (1956).



Schumpeter propõe, então, que se formulem as características da "conduta e do tipo em questão" (TDE, p.59). Desta vez, entretanto, não parte diretamente para definições bem acabadas: primeiro, estende-se mais uma vez sobre as características da ação no fluxo circular, como que para pintar em cores fortes as diferenças da ação inovadora (1); em seguida, expõe as dificuldades que o empresário deve enfrentar para promover suas inovações (2); para somente daí, então, mencionar o 'problema específico' da liderança (conduta) e do líder (tipo empresarial) (3). Sua exposição torna-se menos linear e pausada: por um momento, a forma da mesma parece acompanhar o caráter idiossincrático do conteúdo considerado...As discussões de caráter social e psicológico se tornam proeminentes, contrastando com as preocupações teorizantes do início do capítulo. Outra constatação notável é que o número de referências bibliográficas diminui, o que, de certa forma, pode denotar a originalidade pretendida pelo autor quanto aos tópicos analisados nestas páginas.<sup>127</sup>

Seguindo a seqüência mencionada acima, Schumpeter (1) retoma a caracterização do comportamento reativo que se observa no fluxo circular. Novamente, legitima a necessidade de se recorrer à experiência na limitação cognitiva que os indivíduos possuem na prática. (Como visto, a hipótese teórica de racionalidade só é plausível, aqui, por causa do fato da experiência). Dentro da rotina, Schumpeter salienta, não é preciso haver liderança; a função de dirigir não possui nenhum significado especial, tal como havia sido discutido no capítulo I. Todo hábito, todo conhecimento não precisa ser reiteradamente renovado e, no mais das vezes, a ação se desenrola de modo inconsciente. A experiência atua de maneira favorável, mas controladora: Schumpeter fala mesmo em 'economia de força'.

Caso um indivíduo resolva agir de modo diverso à rotina (2), irá se deparar com as já referidas dificuldades envolvidas no 'nado' contra a corrente do fluxo. Elas são separadas em três possibilidades; cada uma delas caracteriza a ação inovadora não só no plano econômico, mas em outras esferas da vida. De fato, Schumpeter começa por um caso geral ou extraído de outra esfera, para, então, referir-se ao caso congênere na economia. A argumentação se pauta principalmente pelos modelos baseados na estrutura do real e, em algumas partes, por aqueles que visam fundar tal estrutura.

Em primeiro lugar, Schumpeter observa que, fora dos canais habituais, qualquer indivíduo se encontra desprovido de dados e regras para sua conduta. Em algum grau, tal indivíduo ainda julga e age com base na experiência, mas os resultados de sua ação se tornarão mais incertos. Tem de planejar conscientemente boa parte da ação que antes o

---

<sup>127</sup> Recordamos, em particular, que não faz nenhuma referência a von Wieser, apesar da semelhança que Andersen (1991) e Streissler (1981) identificam entre o empresário schumpeteriano e o 'líder' de Wieser.

concurso da experiência garantia. "Haverá muito mais racionalidade<sup>128</sup> consciente nisso"(TDE, p. 60) mas, ao mesmo tempo, o agente em questão estará mais suscetível a erros. No caso da economia, isso não é diferente: é impossível avaliar todos os "efeitos e contra-efeitos do empreendimento projetado"(*Ibid.*). Podemos dizer que, se de um lado a 'racionalidade consciente aumenta', de outro a complexidade do ambiente se eleva muito mais, de modo que a ação tende a apoiar-se principalmente em fatores subjetivos. A referência à subjetividade e erros nos remete ao auditório austríaco. Schumpeter se utiliza de uma analogia com a estratégia militar, para fazer compreender esse ponto:

Como a ação militar deve ser decidida numa dada posição estratégica, mesmo que todos os dados potencialmente obtíveis não estejam disponíveis, assim também na vida econômica a ação deve ser decidida sem a elaboração de todos os detalhes do que deve ser feito. (TDE, p.60).

Em nossa opinião, é possível que a escolha desse foro realce a tensão envolvida na consecução das novas combinações - o empresário não deixa de ser um agressor da ordem em que está inserido. O uso de analogias, já dissemos, está relacionado à fundação de novas estruturas do real e, no ponto em questão, parece ser justamente este o caso, na medida em que Schumpeter pretende apresentar as características de um universo ainda desconhecido.

Ainda com relação às regras de conduta, nosso autor frisa os mencionados aspectos subjetivos da ação: 'intuição', 'capacidade de ver as coisas', 'captação do fato essencial'; observando que, em geral, não é possível prestar contas dos princípios mediante os quais estes aspectos vem à tona. Observa, ainda, que o aumento da racionalização do 'mundo natural e social' tenderia a enfraquecer a função inovadora, uma das principais teses presentes em CSD.

A segunda dificuldade repousa na 'psique' do empresário. De modo geral, além dos problemas objetivos, o indivíduo precisa enfrentar sua própria relutância em modificar o curso de sua ação (ainda que as circunstâncias sejam favoráveis). Schumpeter recorre a uma analogia com a história da ciência, em que pontos de vista novos geralmente têm dificuldade de deslocar pensamentos arraigados - é possível supor que o autor dirija discretamente, com esta alusão, uma crítica à própria teoria econômica tradicional. O autor reconhece que os hábitos de pensamento têm uma função poupadora de energia intelectual e que, normalmente, automatizam no subconsciente fórmulas que se mostraram adequadas e não contraditórias. "Mas, precisamente por causa disso, tornam-se grilhões quando sobrevivem à sua utilidade."(TDE, p. 61).

---

<sup>128</sup> É interessante observar que a referência à racionalidade no contexto da inovação contrasta, de certa forma, com a idéia de 'racional' como 'empírico', que Schumpeter diz endossar no início do capítulo. Isso porque aquele que inova age, exatamente, de modo não empírico.

E o mesmo se aplica à economia. Se, por um lado, vimos que a atividade inovadora é subversiva, por outro, a resistência do sistema econômico é forte e encontra-se enraizada no próprio indivíduo. A ação inovadora exige uma espécie de 'liberdade mental'. No final do capítulo, Schumpeter examinará com maior precisão as peculiaridades psicológicas do empresário - fazendo-o, ele compartilha das preocupações dos austríacos acerca da psicologia dos agentes, conquanto os atributos psíquicos do empresário destoem dos do *homo economicus* austríaco, descrito no capítulo I.

Por último, Schumpeter destaca a reação social contra qualquer indivíduo que deseje fazer algo novo. O autor, como havíamos adiantado, reapresenta considerações de caráter eminentemente sociológico, o que mais uma vez reforça o caráter *sui generis* de sua 'teorização' econômica. Várias possibilidades de reação são apresentadas, desde impedimentos legais à simples reprovação dos pares. Isso ocorre em qualquer setor da vida social, mesmo diante do desvio mais irrisório, como o relativo a uma vestimenta. Segundo Schumpeter, em "questões econômicas, essa resistência se manifesta antes de tudo nos grupos ameaçados pela inovação"(TDE, p.61), seguindo-se a dificuldade em encontrar a cooperação necessária para levar adiante as novas combinações e a resistência dos próprios consumidores às mesmas.

Na contramão de tais dificuldades, surge a função da liderança (finalmente (3) ): os "fatos aludidos criam uma fronteira além da qual as pessoas em sua maioria não agem prontamente por si mesmas e requerem a ajuda de uma minoria."(TDE, p.62). Notamos neste ponto elementos da filosofia elitista, não só na identificação de 'líderes', como no fato destes líderes compreenderem a uma minoria - a massa não inova. Schumpeter faz questão de reafirmar, entretanto, que a função não se encontra circunscrita a uma classe qualquer. Reitera, outrossim, que não é a 'criação' de novas possibilidades que caracteriza necessariamente tal função, mas a identificação e aproveitamento das mesmas. É no 'assumir as coisas', sem o qual as possibilidades estão mortas, que consiste a função do líder". (*Ibid.*) - a maioria das pessoas carece de alguém que as lidere e organize ainda que não tenham consciência disso.<sup>129</sup>

Finalmente, observa que a noção de líder não coincide com aquela que a maioria das pessoas imagina. Para conduzir os meios de produção conforme os fins que almeja, não tenta, como o líder político, convencer tais pessoas por meio da palavra: faz isso "comprando-as ou comprando os seus serviços e então usando-os como achar adequado" (TDE, p.63). Disso podemos depreender que, provavelmente, também não se trata de uma das figuras mais

---

<sup>129</sup> Neste ponto Schumpeter reitera a diferença entre inovações e invenções, a qual não julgamos necessário reproduzir mais uma vez.

carismáticas.<sup>130</sup> Além disso, se, como qualquer outro líder, arrasta com sua liderança uma multidão, tal atitude não costuma ser-lhe favorável: os produtores que o seguem são seus concorrentes e, por conseguinte, agem no sentido de aniquilar os lucros alcançados com a inovação.

O restante do capítulo é dedicado à análise dos 'motivos característicos' da conduta do empresário, de seus traços psicológicos. Curiosamente, porém, o autor afirma que aqueles que forem desfavoráveis a qualquer incursão da psicologia numa discussão econômica podem pular a discussão subsequente sem maiores prejuízos: "[...] nenhum dos resultados a que pretendemos conduzir com nossa análise se mantém de pé ou cai com a nossa 'psicologia do empresário', ou poderia estar viciado pelos erros desta." (TDE, p.63).

Essa afirmação diverge, de certa forma, do que Schumpeter havia sugerido, páginas antes, acerca da relevância teórica do desvio de conduta do empresário, em relação à racionalidade maximizadora. Além disso, observamos que desde que começou a análise da 'função essencial' do empresário, o autor vinculou diversas considerações de ordem social e psicológica, sem que fizesse qualquer concessão acerca de sua relevância. É possível que a presente ressalva aponte para a recondução da discussão posterior sobre trilhos 'proeminentemente' teóricos, caracterizados pela argumentação quase-lógica. Por um momento, a forma hipotético-dedutiva, linear, pareceu descarrilhar-se.

Mesmo assim, Schumpeter abre seu parêntesis e procede à caracterização psicológica do líder empresarial. Numa primeira aproximação deve ser considerado o agente "mais racional e egoísta de todos" (TDE, p.64): 'mais racional', porque, como vimos, não pode contar com o auxílio da experiência; 'mais egoísta', pois age em completo desacordo com a ordem estabelecida, tanto teórica como historicamente (observe-se, novamente, a aproximação entre teoria e história). Entretanto, não é racional em qualquer outro sentido; sua motivação não é de natureza hedonista. Isso implica que não age em função de suas próprias necessidades, muito embora produza para satisfação de necessidades alheias. O significado diferenciado de sua ação interage com o significado tradicional da ação dos outros agentes econômicos.

Schumpeter lista, enfim, as três motivações típicas do empresário. Repete a mesma estrutura gramatical para apresentá-las, cuja entonação, a nosso ver, confere força para cada

---

<sup>130</sup> Novamente, os termos com que raciocina recordam-nos o trabalho de Weber, que entretanto não é citado. Tal omissão (e muitas outras presentes neste capítulo) contrasta com o cuidado de citar as referências, principalmente da escola austríaca, no primeiro capítulo. Julgamos que o contraste se dê pelo fato de, por um lado, Schumpeter desejar ser reconhecido como teórico - não como sociólogo ou historiador - e, por outro, como afirmado anteriormente, de crer na originalidade de suas propostas no capítulo II.

uma delas. Em primeiro lugar, "há o sonho e o desejo de fundar um reino privado", em segundo "há então o desejo de conquistar" e, finalmente, "há a alegria de criar, de fazer as coisas, ou simplesmente exercitar a energia e a engenhosidade." (TDE, p.65). A segunda caracteriza o caráter agonístico da atividade empresarial, já suficientemente explorado ao longo do capítulo; a última, que Schumpeter observa ser algo ubíqua, serve, em especial, para caracterizar o caráter não hedonista da ação inovadora.

A primeira motivação, por seu turno, merece destaque à parte porque, segundo Schumpeter, consistiria na melhor maneira possível de o 'homem moderno' se aproximar da nobreza. Destaca-se, aqui, a postura elitista de nosso autor que, no entanto, inverte os termos da relação: a nobreza não necessariamente gera inovadores (eles, como visto, surgem em qualquer classe social), mas os inovadores buscam, no exercício de sua função, aproximar-se do *status* aristocrático:

Sua fascinação é especialmente forte para as pessoas que não têm nenhuma outra chance de atingir distinção social. A sensação de poder e independência nada perde pelo fato de ambos serem, em grande parte, ilusões. (TDE, p.65).

Schumpeter parece estar caracterizando, aqui, a burguesia que anos antes da redação de TDE, promoveu o auge do liberalismo austríaco - agora em crise - e nutriu a esperança de ser assimilada aos quadros aristocráticos - ainda que na verdade isso não passasse de uma 'grande ilusão'.<sup>131</sup>

#### **4.4 - Considerações finais sobre a análise de TDE**

##### **4.4.1 - Os outros capítulos**

Antes de fazermos um apanhado sobre os principais aspectos das duas últimas sessões, cumpre observar que a tônica dos capítulos subsequentes não muda: mesmo com algumas 'oscilações' a linha mestra da argumentação preserva o formato dedutivo, de pretensões 'teóricas': engrenar a teoria do desenvolvimento na roda da teoria 'aceita', arregimentar positivamente uma nova estrutura, utilizando-se, para isso, de argumentos de natureza quase-lógica e de ligações fundadas numa realidade 'compartilhada'. Ao mesmo tempo, a despeito de suas intenções, a tônica de Schumpeter, em alguns momentos, recorda o caráter não apodítico da economia. Elementos sociológicos e históricos também contrabalançam a pureza teórica.

---

<sup>131</sup> No último parágrafo do capítulo, Schumpeter observa que a propriedade privada, na condição de resultado da atividade empresarial, é essencial somente a este primeiro motivo, visto que o ganho pecuniário seria uma boa expressão de sucesso relativo. Para as outras motivações, poderia haver arranjos alternativos, sobre os quais, entretanto, ele não se estende.

Em termos de conteúdo, nestes capítulos Schumpeter lapida os principais fenômenos capitalistas que adquirem existência tão somente a partir do processo de desenvolvimento. Sem entrarmos nos detalhes destes capítulos, passaremos em revista suas temáticas, a título de completude, apontando argumentos que sugerem a preservação da estrutura dos capítulos I e II.

No capítulo III, Schumpeter examina a natureza e função do crédito (e capital): os meios de pagamento, necessários para que os empresários possam realizar as inovações, deixam de ser mero reflexo da corrente de bens. Não só a moeda propriamente dita, mas também outros meios de pagamento passam a ter papel ativo no sistema - uma heresia em relação ao fluxo. Os termos com que Schumpeter se refere a esta última, porém, aproximam ele mesmo, enquanto teorista, do empresário que inova por apenas 'perceber' diferentemente a realidade comum. Segundo o autor, esta heresia "repousa, em última análise, num fato que não só é simplesmente demonstrável, mas mesmo óbvio, e geralmente admitido." (TDE, p.68). Se ubíquo ou não, o fato do crédito caracteriza o método com que os fatores são desviados de seus cursos numa economia de propriedade privada e com divisão do trabalho. O crédito faz parte do próprio conceito schumpeteriano de 'capitalismo', condicionando a definição marxista que o circunscreveria apenas à posse ou não de propriedade privada (Schumpeter, 1939). Novamente, ele apela para o respaldo real de suas concepções: " [...] nossa concepção, longe de ser mais audaciosa e estranha à realidade do que as outras, está mais próxima da realidade e torna supérflua toda uma rede de ficções." (TDE, p.75).

O capítulo IV é dedicado à análise do lucro empresarial, a cuja explicação Schumpeter teria chegado de "modo fácil e natural" (TDE, p.87). Definido como excedente sobre os custos, o lucro é inexistente no fluxo circular, uma vez em que, neste, todos os fatores produtivos exaurem a receita advinda dos produtos. Ele resulta da atividade inovadora, contanto sejam observadas três condições, reproduzidas aqui em linhas gerais. No caso em que a inovação consiste em um novo método produtivo, devemos ter que: o preço do produto não deve cair quando a nova oferta surgir, os custos do método em questão devem ser inferiores aos do método anterior; e, por último, o potencial empresário deve estar atento à possibilidade de que, no caso em que a demanda por fatores produtivos for alta, haja elevação no preço destes. Schumpeter se estende acerca das várias possibilidades de inovação (além da de produto) e dos respectivos ajustes que devem ser observados nas condições. Concede ênfase ao significado diferenciado da ação do empresário, cuja liderança subverte o papel das necessidades: "Com o que os indivíduos em consideração contribuíram para isso [inovação]? Apenas com a vontade e a ação" (TDE, p.90). Quanto às necessidades: "Um tal bem deve

antes de tudo ser imposto aos consumidores, talvez até ser dado gratuitamente." (TDE, p.92). Schumpeter examina, também, o processo de reajustamento em direção ao equilíbrio, ocasionado pela entrada de 'seguidores'. Por fim, vale constatar que, curiosamente, ele encerra o capítulo com considerações de ordem sociológica a respeito da oscilação de famílias entre classes.<sup>132</sup>

O capítulo V trata do fenômeno do juro sobre empréstimos produtivos, que, ao contrário dos juros sobre consumo, constituem para Schumpeter um "grande fenômeno social que precisa de explicação." (TDE, p.107). Na edição presente, o autor reforça sua postura quanto ao tema, afirmando que as críticas recebidas teriam contribuído somente para que não 'encurtasse' o capítulo, o que, se realizado, favoreceria "a simplicidade e o poder de convencimento do argumento". (*Ibid.*) É digna de nota a consciência que Schumpeter às vezes manifesta acerca do processo de persuasão, a despeito de sua pretensão à cientificidade. Pretensão que, logo em seguida, é reiterada em afirmações como a concernente à ausência de juros produtivos no fluxo: "E isso não é quase evidente por si mesmo, a partir da análise passada?" (TDE, p. 108), muito embora o advérbio 'quase' nos remeta ao universo do não formal, 'quase'-lógico.

O grande interlocutor de Schumpeter, no presente capítulo, é Böhm-Bawerk, em cuja teoria nosso autor diz se basear "tanto quanto possível - por mais decididamente que este tenha recusado qualquer participação em comum." (TDE, p. 108). Não entraremos em detalhes acerca da oposição entre os dois economistas; o que vimos no capítulo I é suficiente para nossos propósitos. Importa que, no capítulo V, Schumpeter destaca, como fenômeno inexplicado, a permanência dos juros no fluxo circular, a qual justificaria o erro daqueles que julgam que os juros têm sua origem na economia estática. Sabemos que, para nosso autor, os juros são extraídos a partir dos lucros, para pagamento do crédito. Esta formulação, entretanto, só se consolida após Schumpeter apresentar seis proposições e examiná-las uma a uma. Sem entrarmos em detalhes acerca das mesmas, importa constatar o formato eminentemente cartesiano da argumentação, que, reconhecendo uma evidência, desautoriza proposições adversárias e encadeia ordenadamente proposições próprias para explicá-lo. A argumentação é tão longa, que a resposta ao problema da permanência dos juros no fluxo parece ter sido esquecida.

---

<sup>132</sup> Não temos condições de saber se o final do capítulo foi inserido nas edições seguintes ou se já estava na original. Caso seja observada a última hipótese, devemos recordar que Schumpeter só voltaria a tratar do tema em 1919. (Schumpeter, 1919/1961).

No final das contas, ela reside na própria formulação de Schumpeter: enquanto pagamento ao crédito, os juros são, em primeiro lugar, um fenômeno essencialmente monetário, sem contrapartida nos bens. Eles são gerados a partir da avaliação superior de somas presentes, em posse dos prestamistas, em relação às futuras. Não porque haja preferência intertemporal ou algo do gênero, mas pela circunstância de que as somas que estão nas mãos dos banqueiros são avaliadas conforme a perspectiva de lucros que podem ensejar. Posto que o preço dos fatores produtivos é determinado por usos anteriores, faz sentido que as somas presentes sejam 'lidas' como somas potencialmente maiores. E, novamente, muitos fatos corroborariam essa mecânica: "a conexão dos juros com as taxas de câmbio e os movimentos do ouro não falam suficientemente claro?" (TDE, p. 124) que, mesmo assim, não teria sido reconhecida por Böhm-Bawerk e outros. Grosso modo, a avaliação em termos potenciais explica a permanência do juro no fluxo mesmo após o curso do desenvolvimento. Cumpre notar que, além de realizada nos termos da teorização austríaca, a ruptura de conteúdo com membros deste auditório tem, em seguida, sua força algo refreada. Nosso autor mostra que os instrumentos da análise marginal podem ser utilizados para compreensão da dinâmica monetária, a despeito da concepção diferenciada de juro: "com isso nos aproximamos do método de expressão da teoria da abstinência." (TDE, p. 130). Isso nos mostra que ao contestar 'cartesianamente' as premissas (e teses) de seu auditório, Schumpeter revela exatamente tanto o caráter 'não evidente' destas quanto, com base neste caráter, o fato de que seu discurso é direcionado a 'interlocutores'.

Finalmente, as primeiras linhas do capítulo VI, concernente ao ciclo econômico, explicitam tanto a crença de que a economia é passível de tratamento 'puramente teórico' - que a aproxime dos cânones cientificistas - quanto, por outro lado, o fato de que suas premissas, pelo menos na ocasião em que Schumpeter escreve, possuem caráter 'discutível'. Assim como no caso dos juros, o autor reafirma o conteúdo original do capítulo, na nova edição, dentre outras coisas porque ele "coloca a essência da questão." (TDE, p. 141). Diz que: "O estudo das objeções que chegaram ao meu conhecimento ratificou minha convicção". (*Ibid.*). Convicção que, vale ressaltar, estaria firmemente estabelecida em seu tratamento objetivo e causal do problema: "explico o fenômeno das flutuações econômicas [...] somente por uma corrente de causação objetiva que percorre automaticamente o seu curso, [...] uma corrente de causação que decorre dos fatos explicados no capítulo II." (TDE, p. 142; grifos nossos).

Todavia, se o conteúdo do capítulo VI reafirma as intenções (e as crenças) teóricas de nosso autor e, mais do que isso, o próprio entendimento do mesmo do que seja 'teorizar', a tônica do início da exposição nos sugere que as coisas, na verdade, não sejam bem assim.



Schumpeter se apresenta como orador modesto, a despeito de suas convicções. Afirma que, em relação aos outros capítulos, sua teoria das flutuações tem "ainda menos pretensão a ser considerada uma representação satisfatória do assunto" (TDE, p. 141) - em grande medida, por não dar conta da explanação de novas estatísticas. Afirma, outrossim, estar "disposto a aceitar críticas com base neste capítulo." (*Ibid.*) - ora, recordamos que não há o que criticar diante da evidência. A presença do orador e o uso de argumento de autoridade (*a fortiori*) arrematam nossa constatação.<sup>133</sup> Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) observam que é justamente por estarmos em um cenário argumentativo (orador-discurso-auditório) que a figura do orador tem alguma relevância, mesmo diante de fatos:

[...] mesmo nesse caso, a atitude do orador pode manifestar sua estima pelo público: prudência, restrições, recusa de pronunciar-se sobre um ponto em que se é, contudo, competente, resumos na exposição, podem ser tantas outras homenagens ao auditório. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.365).

Tendo isso em mente, é curioso que Schumpeter explicita sua estrutura argumentativa:

Foi impossível manter concisa minha antiga exposição e ao mesmo tempo torná-la invulnerável. Não obstante, sintetizei-a mais ainda para que a idéia fundamental sobressaísse mais claramente. Pela mesma razão, enumerarei os passos da argumentação. (TDE, p. 143).

A seqüência do capítulo é subdividida, então, em seis pontos, sobre os quais não nos estenderemos com detalhes. Primeiro Schumpeter delimita, como nos outros capítulos, o escopo de sua teoria: ela somente se refere às 'crises' puramente econômicas que são " 'componentes' regulares, se não necessários, de um movimento em forma de onda que alterna períodos de prosperidade e depressão, que têm permeado a vida econômica desde o início da era capitalista." (TDE, p. 148; ênfase do autor). O procedimento de análise é similar ao dos outros capítulos e, novamente, busca respaldo na realidade. Para Schumpeter interessam apenas os fenômenos "inerentes ao processo econômico, no sentido de serem resultado de algum elemento ou fator 'essencial' a ele". (TDE, p.147; ênfase do autor). A questão de por que o desenvolvimento avança de modo espasmódico, é respondida, segundo ele mesmo, de forma 'curta e precisa': porque as inovações aparecem descontinuamente e em bandos. Estes '*booms*' por seu turno, resultam em processos de adaptação do sistema distintos dos que seriam verificados caso as inovações surgissem de forma contínua. Schumpeter examina com detalhes o processo de depressão, que leva o sistema em direção a um novo

---

<sup>133</sup> Schumpeter afirma que uma das críticas que lhe foram dirigidas foi elaborada "por uma autoridade da maior competência" e estima - o fato desta crítica não proceder, desautoriza de saída críticas de outras autoridades menos competentes e estimadas. Cumpre notar que a crítica em pauta se refere à contribuição de Schumpeter como uma 'psicologia' das crises. Ao negá-la, com base na objetividade de seu tratamento, Schumpeter nos remete a seu ideal de pureza teórica.

equilíbrio. Importa, finalmente, destacarmos que toda a teorização de Schumpeter se reafirma fundamentada na busca de nexos causais, de uma realidade pretensamente objetiva:

O *boom* (que está explicado agora) cria por si mesmo uma 'situação objetiva' que, mesmo deixando de lado todos os elementos acessórios e fortuitos, dá fim ao *boom*, facilmente conduz a uma crise, 'necessariamente' a uma depressão e assim a uma posição temporária de relativa fixidez e ausência de desenvolvimento. (TDE, p.156; ênfase do autor).

A seqüência do capítulo contrasta o resultado teórico com fatos relacionados ao ciclo, especialmente aqueles relativos à depressão.<sup>134</sup> Schumpeter reconhece os transtornos que costumam acompanhá-la, mas faz questão de ressaltar seus 'aspectos agradáveis' resultantes do reajustamento como uma corrente de bens enriquecida e custos reduzidos, dentre outros. Salienta, além disso, os impactos redistributivos favoráveis do desenvolvimento: aumento de salários nominais e reais<sup>135</sup> no *boom* e, após alguns transtornos que ocasionam queda de renda real (desemprego devido a liquidação de firmas, desemprego tecnológico etc.), observa-se, no novo equilíbrio um patamar mais alto em relação ao anterior. Por fim, termina o livro fazendo referência ao mesmo 'processo social' com o qual o havia iniciado. As flutuações cíclicas se fazem acompanhar necessariamente, conquanto possamos adiantar que não sejam suas únicas causas, de substituições de ideais, valores culturais, bem como da ascensão e queda de famílias. As considerações sociológicas que provavelmente continuariam no capítulo 7 terminam, porém, por aqui. Importa que Schumpeter, após toda análise, remete-nos de volta ao todo social.

#### 4.4.2 - Balanço final

Dentro da ótica da nova retórica, o capítulo I foi analisado, sobretudo, como espaço de comunhão de mentes, em que nosso autor explora premissas aceitas pelos seus auditórios. Observamos que, aos poucos, o conteúdo deste capítulo converge para o capítulo II - e se é que o próprio conteúdo facilita essa convergência, não podemos descurar da intenção de nosso orador de estabelecê-la. Exploramos com minúcias os modelos argumentativos utilizados, a interação entre estes e alguns dos conteúdos partilhados pelos auditórios particulares austríaco e germânico, e, com base nesta interconexão, caracterizamos a presença da *Sozialökonomik* e de outros elementos constituintes das normas do auditório universal.

A fatoração do processo social em partes - das quais o pesquisador seleciona o setor econômico - a recorrência a definições, a retomada e depuração tanto destas como das

<sup>134</sup> Esse é o termo genérico usado por Schumpeter em TDE. O termo recessão só foi observado em *Business Cycles*.

<sup>135</sup> Uma vez que as rendas dos proprietários de terra não necessariamente variam.

relações presentes no fluxo circular, a argumentação por contraposição e a desqualificação fundada no ridículo, são alguns dos esquemas argumentativos fundamentados no modelo quase-lógico, que vimos presentes neste capítulo. Por seu turno, a referência ao processo social como 'todo' composto por setores e a caracterização dos mesmos como 'fatos' legítima, no real, o procedimento analítico e também dá respaldo às definições.<sup>136</sup> A busca por explicações, a referência incrivelmente reiterada a termos como 'causa', 'vínculo causal', 'essência', 'fundamento', juntamente com a referência a 'fatos' se enquadram no modelo argumentativo fundado na estrutura do real. O misto realidade-lógica, pode ser designado, a nosso ver, como algo muito próximo a um modelo hipotético-dedutivo, de acordo com o qual são extraídas conclusões a partir do encadeamento de premissas (supostamente) 'evidentes'. Procedimento compatível com a intenção de TDE: "ver bem a essência das coisas". (TDE, p.10).

Mas Schumpeter não está falando de quaisquer coisas (para quaisquer pessoas). Vimos que o fluxo circular é condicionado, liderado, pelas necessidades dos indivíduos e que a obtenção de meios (bens) para satisfação destas depende do concurso da experiência. São, a propósito, as necessidades que dão o significado da própria ação econômica, no fluxo. Estes são pilares fundamentais do pensamento da escola austríaca. Observamos também que a teoria clássica do valor, que em TDE tem suas limitações apontadas, era um alvo comum tanto a austríacos como a alemães. Essas considerações dizem respeito a alguns elementos do conteúdo da economia, dos objetos em torno dos quais se definiram as preocupações de Schumpeter e seus auditórios - cujos principais matizes foram investigados na seção 3.3.1.

O tratamento destes objetos se faz dentro do mencionado formato hipotético-dedutivo que parece de acordo com as disposições do auditório austríaco - o auditório particular central - conquanto a busca de respaldo histórico, para boa parte dos resultados obtidos, seja conforme a preocupações com o público adjacente alemão. Importa que, no que tange ao primeiro público, a argumentação vai, aos poucos, desfigurando o próprio fluxo circular. Assim como Descartes contesta nas *Meditações* certezas para ele infundadas, os principais elementos do capitalismo vão sendo negados no fluxo. Na economia estática não há lucros, não há capital, não há crédito, não há ciclos e, para desconsolo de Böhm-Bawerk, não há juros (na ausência de desenvolvimento anterior).<sup>137</sup> O dinheiro é só um véu. Sobra muito pouco: os fatores, as necessidades, a experiência e o equilíbrio inevitável. Notamos, contudo, que o

---

<sup>136</sup> Por exemplo, quando Schumpeter propõe que o comportamento econômico seja suficiente para definir o 'setor econômico', afirma que a definição tenha respaldo na especialização dos grupos econômicos.

<sup>137</sup> Julgamos que a ressalva seja válida em função das considerações do capítulo V de TDE.

terreno para argumentação do capítulo subsequente está sendo preparado - Descartes busca certezas. Procedimentos que conferem presença aos elementos a serem examinados no capítulo II foram detectados no capítulo I: vimos que para qualificar inócua a distinção do fator trabalho como dirigente ou dirigido, Schumpeter observa que, no fluxo, o significado das ações se define em função das necessidades e que "qualquer papel criativo fica ausente do sistema econômico" (TDE, p. 21). A criatividade fica sugerida como fator distintivo da ação que lidera, mas só será examinada 33 (trinta e três) páginas depois. Vimos que deixar uma discussão pendente é um dos procedimentos apontados por Perelman&Olbrechts-Tyteca para conferir presença à mesma.

No capítulo II observamos que o esquema geral da argumentação é preservado: Schumpeter principia pela compreensão do desenvolvimento social para compreender o desenvolvimento econômico, sugerindo novamente uma realidade fracionável<sup>138</sup>; define 'novas combinações'; recorre a definições sucessivas e reiteradas de 'desenvolvimento econômico'; e, mais uma vez, busca respaldo em fatos. O modelo quase-lógico é mantido, bem como a argumentação fundada na estrutura do real. O formato hipotético-dedutivo é condizente com o propósito de engrenar a teoria do desenvolvimento com "as rodas da teoria aceita" (TDE, p.10) pelos austríacos. Isso nos permite afirmar que o interesse de Schumpeter no capítulo I era sobretudo de fornecer base para a construção do capítulo II; designamos este objetivo como 'positivo'. Schumpeter não contesta explicitamente a natureza da teorização dos austríacos. Nosso autor reconhece que tanto ele como estes estão em busca de 'causas' para explicar fenômenos compartilhados, ainda que a análise (e visão?) de Schumpeter seja mais profunda e dê conta de 'mais' fenômenos. Esse caráter positivo da argumentação, fundamentado no capítulo I, contrastará com o caráter negativo da argumentação da primeira parte de CSD, quando Schumpeter afronta a teoria marxista.

Observamos que, além dos modelos mencionados, a argumentação do capítulo II é arregimentada a partir de analogias, as quais, nos termos de Perelman&Olbrechts-Tyteca, servem exatamente para 'fundar' estruturas do real (modelos que fundamentam a estrutura do real). A analogia do fluxo circular permite o contraste entre a placidez da economia estática e a tensão da economia dinâmica; em alguns momentos, é substituída pela analogia com a circulação de sangue que permite tratar de mudanças graduais. Mas vimos que Schumpeter não quer explicar essas mudanças e, sim, aquelas que rompem os canais do fluxo alterando

---

<sup>138</sup> Devemos recordar que Schumpeter inicia o capítulo tecendo considerações sobre as (não) 'teorias' do desenvolvimento da escola histórica, mencionando explicitamente os nomes de Roscher e Sombart.

seus próprios limites, sempre em expansão. O desenvolvimento é um processo endógeno, disruptivo e dinâmico.

A própria ordem, salvo poucos momentos, é rompida ordenadamente. No cenário dinâmico, relações causais do fluxo circular (ou normalmente nele presumidas, como a poupança) são invertidas dentro do próprio formato dedutivo. Destacamos a inversão do vínculo entre oferta e demanda: no fluxo são as necessidades representadas na última que 'ensinam' o que deve ser produzido; já no contexto de desenvolvimento, o empresário pode mesmo 'gerar' necessidades. O significado da ação relevante muda: na economia dinâmica, por mais que 'necessidades' sejam satisfeitas, elas são um limite bastante frouxo; importa a ação do empresário, cujo significado difere daquele do *homo economicus* da teoria tradicional. Ademais, o empresário não conta com o concurso da experiência: Schumpeter o compara ao estrategista militar que precisa simplesmente agir, mesmo sem todos os dados que lhe permitam antever o resultado da ação - comparação que reforça o caráter tenso do desenvolvimento.

Em alguns momentos, porém, a exposição e mesmo o conteúdo parecem fugir às rédeas. A exposição ordenada sai um pouco dos trilhos quando nosso autor se propõe analisar as características da conduta e do tipo em questão, o empresário: não parte de definições, examina primeiro as dificuldades que o tipo enfrenta e, finalmente, examina a liderança, conduta em questão. Em termos de conteúdo, elementos de caráter sociológico se fazem bastante presentes, por exemplo, a resistência social à aceitação de inovações. Mas Schumpeter, cumpre observar mais uma vez, defende o caráter teórico de sua contribuição e, antes de caracterizar os traços psicológicos de seu empresário, adverte que o leitor desinteressado pode 'pular' a exposição e passar para o capítulo III. Conforme vimos, no restante dos capítulos, Schumpeter retoma as rédeas dedutivas, muito embora o trajeto, vez por outra, sofra sobressaltos.

Até aqui, examinamos a interação entre argumentos, auditórios particulares e os objetos do discurso. Contudo, no ambiente intelectual em que estava inserido, considerações de caráter metodológico estavam imbricadas no discurso econômico. O *Methodenstreit* estava no ar. A decisão por um formato cartesiano privilegia o auditório particular austríaco, mas não representa apenas uma forma de Schumpeter 'vender seu peixe', conquistar a adesão dos austríacos, em si mesma. Não esqueçamos das considerações filosóficas acerca do 'bom' discurso! Pensando do ponto de vista das normas da *Sozialökonomik*, que, conforme vimos (seção 3.3.2), emerge como proposta para dissolução da batalha dos métodos, a decisão não é arbitrária, parecendo condizer com uma postura de Schumpeter acerca da natureza da

economia e da teorização. Nosso autor parte da hipótese de que a economia seria passível de um tratamento teórico puro. O misto de argumentos quase-lógicos e fundados na estrutura do real tem um alcance além do cenário argumentativo concreto, remetendo-nos às concepções metodológicas de Schumpeter no início de sua carreira.

Além disso, a presença de alguns freios para dedução desimpedida (no que tange ao formato), a ruptura de premissas e mesmo a presença de conteúdos de cunho histórico-sociológico (ainda que relacionados às disposições do público germânico) sinalizam uma questão que não estava bem resolvida na *Sozialökonomik*: como seriam os vínculos de seus diferentes ramais? e, relacionado a isso, qual o estatuto da teorização econômica? A partir desta constatação, tangenciamos algumas discussões que ainda cercam o estatuto epistemológico do legado de Schumpeter. Dentre estas destacamos, primeiramente, a proposta de autores como Shionoya (1990;1997) e Silva (1993;2002) de que a teoria econômica de Schumpeter seria instrumentalista ou 'positivista', de modo mais geral.

Vimos, com base no contexto intelectual de Viena, que Mach, de fato, era um pensador relevante e que seria improvável que Schumpeter não sofresse influências dele. A leitura de TDE, ao mostrar a postura avessa de nosso autor em relação a discussões de ordem metafísica, contribui para esta tese. A própria referência de Schumpeter a instrumentos, métodos de análise (*tools*), presente no prefácio, ao longo de TDE e preservada, anos depois, em *History*, também contribui para a mesma. Por último, autores que subscrevem essa interpretação enfatizam a continuidade da teorização de TDE e *Das Wesen*, (ou entre capítulo I e o restante de TDE), posto que a caracterização positivo-instrumentalista da teoria econômica teria sido estabelecida nesta. Contudo, a referência a termos como 'essência', 'fundamento', a busca de 'explicações causais', de 'respaldo' histórico, e, por fim, os elementos de ordem sociológica, no seio da própria teorização vão de encontro ao enquadramento puro e simples de Schumpeter na vaga machiana, ainda que persiga em TDE a teorização 'pura'. Como afirmamos diversas vezes, ao longo do texto, não pretendemos resolver a questão aqui, mas acreditamos que a análise retórica contribua com pistas interessantes para a mesma. Ademais, devemos lembrar que, ao lado da definição de teoria (ciência) como sistema que provê instrumentos e pode ser avaliada de acordo com o progresso destes, tanto TDE como *History* se referem à definição relacionada, porém ao nosso ver não idêntica, de teoria como superação do senso comum. Aqui, parecem ganhar relevância aspectos como interpretação e visão que, a despeito das intenções e crenças de Schumpeter, parecem nem sempre ser expurgáveis da teorização pura.

Da mesma forma, a interpretação de Swedberg, não obstante nos conduza, é ao mesmo tempo posta em prova. Antes da leitura, os elementos que apontamos na seção 3.3, referentes aos auditórios particulares a aos vínculos entre Schumpeter e Weber, sugeriram que a tomada da *Sozialökonomik* como norma do auditório universal no que concerne à economia (somada aos elementos biográficos e de contexto) parecia bastante plausível. Os elementos em jogo em TDE reforçam, a nosso ver, essa plausibilidade que, não custa adiantar, também será reiterada em CSD. A constatação de Swedberg de que o vínculo entre os ramais da *Sozialökonomik* permaneceu não resolvida, parece respaldada pelo contraste entre o esforço de Schumpeter em apresentar uma 'teoria pura' e o cruzamento com outros ramais, sociológico e histórico. Em termos de conteúdo, vimos que a presença destes é razoável em TDE, interagindo com as teses da teoria pura.

Swedberg, todavia, vai além e sugere que a própria teorização econômica de Schumpeter diferiria da de seus pretensos pares<sup>139</sup> - contrariando, dentre outras coisas, a interpretação de 'continuidade instrumentalista' entre teoria estática e dinâmica. No que tange à forma, vimos que o 'curso geral', dedutivo, é semelhante. Contudo, as próprias inversões causais são possibilitadas pela operação de premissas distintas, como a de que empresário não é reles *homo economicus* (seja na acepção austríaca ou walrasiana), dando respaldo à interpretação de Swedberg. Em grande medida, novamente, elementos da visão, ou das normas do auditório universal, como o romantismo elitista da Viena de fim-de-século, fazem-se presentes. Ora, do ponto de vista de nosso estudo, é exatamente a possibilidade de **questionamento das premissas** que faz a economia aberta à análise retórica.

O contraste entre a intenção de fazer da teoria econômica uma 'teoria pura' - intenção, diga-se de passagem, sustentada numa percepção sincera do universo econômico - e a presença de elementos que apontam o caráter 'argumentativo' de TDE é preservado, a nosso ver, ao longo de toda a produção acadêmica de Schumpeter. O exame da biografia de sua segunda fase e de CSD, neste sentido, visará à apreciação do drama entre auditórios particulares e universal, entre persuasão e verdade, ao longo da segunda fase de nosso autor. Mais propriamente, ao invés de uma discussão exclusiva a respeito da teoria econômica, a leitura permite uma apreciação do questionamento acerca da *Sozialökonomik* como um todo. Quando Schumpeter afirma, no prefácio à presente edição de TDE, em 1934, que "Talvez eu pense agora de modo um pouco diferente do que pensava em 1911 sobre a relação entre a pesquisa 'factual' e 'teórica' " (TDE, p.6), indica que o questionamento acerca do estatuto

---

<sup>139</sup> Cf. seção 4.4.

metodológico da economia permaneceu vivo em seu pensamento. Acreditamos que a nova retórica forneça subsídios não só para discussão de pontos específicos de seu legado, mas para o reconhecimento de que resistência de Schumpeter a enquadramentos teóricos ou metateóricos simples, que visem além de (mais) uma perspectiva 'privilegiada', reside na mescla de seu espírito de *enfant terrible* com o progressivo reconhecimento da economia como campo controverso.

#### 4.5 - Recepção de TDE

*"He found it difficult to persuade. He could win every point but fail to win the argument. He could fail in persuasion where others far less brilliant could succeed."*(Smithies, 1950, p. 635).

John Bates Clark, autor sobre o qual Schumpeter escreveu um de seus primeiros artigos, 'retribuiu' com uma das primeiras apreciações de TDE, publicada pela *American Economic Review* (Clark, 1912). Nela, Schumpeter é apresentado como economista preocupado em estudar os fatos em sua 'conexão causal'. Sua teorização teria sido capaz de fornecer contribuições positivas para análise da 'economia dinâmica', conquanto, para Clark, apresentasse interesse apenas 'acidental' no tocante ao fenômeno das 'crises'.<sup>140</sup> O artigo destaca o caráter 'único' da concepção schumpeteriana de economia estática, independentemente de ser aceita como correta ou não... A ênfase, porém, é na contribuição concernente aos juros, que, como vimos, são nulos no fluxo circular:

Whatever of controversy will arise concerning these truths [sobre o fluxo circular] is merely dialectical; but a real question of fact may be asked in this connection, namely, What return would accrue to the capital which accomplishes the results described if industry were in a static state? [...] The argument in support of the thesis that no interest would exist in the static state constitutes one of the highly interesting parts of the work. (Clark, 1912, p.874; grifo nosso).

Apesar do tom elogioso, constatamos que o principal propósito de Clark é defender a existência de retorno positivo para o capital na economia estacionária. Linhas antes reconhecera a originalidade de Schumpeter justamente na redução dos elementos produtivos à terra e trabalho, ao longo do fluxo circular.<sup>141</sup> Mas, agora, afirma que Schumpeter estaria em condições de discutir, de maneira ampla, os papéis do tempo, enquanto elemento de produção, e do capital, enquanto 'antítese' do tempo e sincronizador do trabalho e consumo. *Mutatis mutandis*, a formulação de Schumpeter seria passível de compatibilização com aquela de

<sup>140</sup> Clark não menciona o termo 'ciclos'.

<sup>141</sup> Abordagem que vimos ser, na verdade, cara aos austríacos (seção 3.3.1).



Böhm-Bawerk, formulação esta que, aliás, não admitiria exceções. No fundo, sugere, "seria apenas uma questão de forma":

Such actual facts [tempo como elemento da produção e capital como antítese] as are at the basis of the brilliant studies of von Böhm-Bawerk by no means contradict other truths concerning the action of capital and organization in maintaining a constant flow of consumers' wealth and in obviating the necessity for allowing an interval to elapse after the collective labor is applied before the fruits of it become available. That work with capital produces *more* than it would do without it and that it gets an *immediate* return instead of a distant one are facts which do not admit of contradiction, though modes of stating them will continue to differ. (Clark, 1912, p.875; ênfase no original; grifos nossos).

Ora, vimos que Schumpeter nega a existência de capital no fluxo circular: "em nenhum lugar há um estoque de tais bens" (TDE, p.35) - e que, mesmo reconhecendo a 'autoridade' de Böhm-Bawerk no 'tópico do tempo', desqualifica explicações do juro fundadas em preferência intertemporal, por intermédio de argumentos que as aproximam do ridículo (TDE, p.28).

O ano de 1913 foi marcado por este 'educado' porém 'amplo' debate entre Böhm-Bawerk e Schumpeter (Allen, 1994a). Ele se centrava não só na natureza do juro, mas do próprio capital.<sup>142</sup> O artigo contemporâneo de Naymier (1913, p.106) também destacaria esta discussão. O início da Primeira Guerra fez com que ela arrefecesse, impacto estendido para recepção de TDE como um todo. As revisões da segunda edição (1926) e da tradução para o inglês (1934)<sup>143</sup>, contudo, ainda forneceria destaque à controvérsia sobre os juros. Morgenstern (1927), em particular, critica o fato de Schumpeter ter se esquivado de uma discussão mais profunda a respeito deste tema (bem como de outros) na segunda edição:

The author does not enter into any elaborate discussions with his critics as he believes he can render better service by fixing and securing his position, rather than by defending it against the various attacks, the most vehement of which came from Böhm-Bawerk. This procedure, while it indicates Schumpeter belief in the validity of his theory, does not entirely satisfy. He has improved the statement of his theories [na segunda edição]; but it would be desirable too that the author should discuss and analyze the objections made against him. (Morgenstern, 1927, p.281; grifos nossos).

Na opinião de Allen (1994a) não é possível afirmar quem teria vencido a controvérsia, dado o caráter distinto das concepções de capital e juros. Leontief (1950), todavia, observa que desde então até o momento em que escreve "*Schumpeter's theory of interest was mentioned in the literature often enough but nearly with the embarrassed condescension with which one refers to an admittedly inferior work of an otherwise excellent artist.*" (Leontief, 1950, p. 107). Discutir a problemática do juro em Schumpeter está fora de nosso escopo;

<sup>142</sup> Os artigos de Böhm-Bawerk e Schumpeter, envolvidos na controvérsia, estão em alemão. Para referências ver Allen, (1994b, p.137).

<sup>143</sup> Ver Hansen (1936) e Howey (1935). Uma apreciação detalhada da teoria dos juros de Schumpeter se encontra em Haberler (1951).

interessa-nos constatar, aqui, que esta foi a principal controvérsia teórica incitada por TDE, ainda que sua origem remontasse à publicação de *Das Wesen* (1908).

O fato é que, depois de 1913, a atitude costumeira de Schumpeter com relação às críticas seria de não fornecer-lhes réplica: "*His practice later was simply to ignore those who differed with him, including those who attacked him or his work.*" (Allen, 1994a, p. 129). Cumpre observar de antemão que, diante disso, é curioso que ele tenha dedicado algumas linhas da segunda edição de CSD para se "referir a certas críticas, ou melhor, tipos de crítica, que foram tecidas em torno de nosso trabalho" (Schumpeter, 1942/1961) - o que aponta para um tratamento diferenciado dos interlocutores da obra.

Ainda no tocante às revisões, cumpre destacar que nenhuma das que tivemos acesso contesta o caráter inovador da teorização da dinâmica econômica - a própria apreciação de Clark é exemplo disso - ainda que, como Allen (1994a, p. 110) observa, poucos tenham concordado integralmente com ela. Somando-se essa recepção positiva com a própria natureza teórica da controvérsia sobre juros, sentimo-nos em posição de afirmar que, em termos dos canais da *Sozialökonomik*, Schumpeter conseguiu, com TDE, consagrar-se como economista teórico diante dos austríacos. Que Schumpeter, principalmente no início da carreira, pretendia ser reconhecido como economista teórico, pode ser corroborado pela retirada do sétimo capítulo, sociológico, na segunda edição, e pelas considerações escritas no prefácio da obra.

A argumentação fundada no modelo quase-lógico, o formato hipotético-dedutivo, a intenção explicitada nas linhas iniciais de engrenar seu legado com as "rodas da teoria aceita" (TDE, p.10) e o desenho do primeiro capítulo com base em 'peças' pertencentes à teorização austríaca<sup>144</sup> foram os elementos que mais garantiram, de nosso ponto de vista, a identificação, de um padrão científico, acima do senso comum, na argumentação como um todo. Além disso, o discurso baseado em fatos - enredados em um complexo de causas e efeitos - e a ênfase no significado da ação - articuladoras de meios e fins - garantiram, em nosso entender, tanto a comunhão inicial de mentes (Schumpeter é um interlocutor à altura, que partilha de premissas mínimas) como a própria plausibilidade do restante da argumentação.

Isso, entretanto, não quer dizer que tenha sido admitido como membro da escola austríaca por seus pares. Allen (1994a) observa que isso não ocorreu, muito embora autores o tenham classificado nesta tradição, como o fez Morgenstern (1927, p.282): "[TDE] *is written in the best tradition and spirit of the Austrian School of which Professor Schumpeter is one of*

---

<sup>144</sup> A despeito da mescla com a análise walrasiana.

*the most brilliant representatives.*" Essa classificação, na verdade, ainda é discutida (Shionoya, 1997); importa-nos salientar que os a estrutura argumentativa mencionada no parágrafo acima, bem como os argumentos que vimos pretender fundamentar uma 'nova estrutura' da realidade dinâmica capitalista, foram insuficientes para persuadir a platéia austríaca. O conteúdo da teoria do desenvolvimento - tanto a dinâmica como a estática que lhe provê terreno - foi recebido como disruptivo pelos austríacos.

Oficialmente, Allen salienta, Schumpeter não admitia, ele mesmo, ser membro de nenhuma escola, dada sua própria aversão à idéia de 'escolas' em economia; por conseguinte, é possível que a intenção de ser reconhecido como teorista e o direcionamento de sua obra ao auditório austríaco não implicassem, necessariamente, no objetivo de ser tomado como 'participante' desta comunidade. Ademais, na prática, o reconhecimento teórico em si mesmo seria, do ponto de vista dos qualificantes acadêmicos<sup>145</sup>, suficiente para obtenção de cargos letivos, convocação para palestras etc. Vale ressaltar também que, apesar das dificuldades, Smithies (1950) observa que o prestígio da obra foi o bastante para que ela se tornasse um clássico, pouco depois da publicação. É curioso que boa parte deste prestígio tenha sido alcançado junto aos públicos americano e japonês (Haberler, 1950), os quais, dificilmente, poderíamos sugerir como alvos imediatos de seus trabalhos, neste início de carreira.<sup>146</sup>

No caso específico do auditório composto pela escola histórica, a recepção entre os membros da 'nova' escola foi bastante desfavorável, reproduzindo, basicamente a atitude que haviam manifestado em relação a *Das Wesen*. Em geral, criticavam o livro por sua natureza teórica e abstrata, segundo eles, incapaz de descrever a evolução capitalista. Essas características seriam, aliás, apontadas como fatores desfavoráveis para contratação de Schumpeter em Graz. Nosso autor ocuparia a cadeira de Richard Hildebrand, membro da escola histórica e um dos nomes de maior peso para o processo de contratação; este, contudo, seria um dos principais opositores da seleção de Schumpeter, chegando a afirmar que em seus dois trabalhos nosso autor teria apenas 'brincado' com matemática e analogias mecânicas sem relação com a vida (Allen, 1994a, p.199). Sob a intervenção de Böhm-Bawerk, porém, nosso autor conseguiria a posição. No que tange aos membros da novíssima escola, não encontramos informações suficientes, valendo observar, de passagem, que, anos depois,

---

<sup>145</sup> A ressalva é válida porque, não raro, o prestígio científico operava ao lado da intervenção de pessoas influentes na política educacional.

<sup>146</sup> O sucesso foi tanto que, no ano seguinte, Schumpeter seria convidado para um ano letivo na Universidade de Columbia; anos depois também visitaria o Japão. Não temos, porém, condições de examinar a fundo os motivos das recepções favoráveis nestes países.

Spiethoff e Schumpeter se tornariam grandes amigos na Universidade de Bonn, mantendo respeito intelectual mútuo.

Uma das possibilidades de resposta, por parte de Schumpeter, às críticas da escola histórica, seria afirmar simplesmente estar mais interessado no desenvolvimento teórico que na corroboração histórica e empírica de seu argumento. Contudo, a própria ausência, no período imediatamente posterior, de trabalhos interessados nesta última tarefa é apontada por Allen como fator que pesou de modo desfavorável para auto-avaliação de nosso autor, a despeito de suas idéias terem se difundido mundialmente entre as décadas de 1910 e 1930. Caberia ao próprio Schumpeter, anos depois, em *Business Cycles* proceder ao contraste entre teoria e história...

Tanto Allen como Smithies (1950) são extremamente enfáticos em afirmar que para os padrões exigentes de Schumpeter, ele teria fracassado. Segundo o primeiro:

With favorable reviews, *Entwicklung* was a scholarly success and has remained one ever since. Still, by his own standards, Schumpeter felt that he had failed. He knew he had made a great contribution, but he had wanted to make an even greater one. He did not want to be the author of an important theory of economic development. He wanted to be the author of *the* theory of economic development. (Allen, 1994a, p. 111; ênfase no original).

Poucas páginas adiante, Allen reafirma a relevância deste 'fracasso' (muitas aspas!) na série de insucessos que marcariam a vida de nosso autor após a publicação de TDE, enfatizando o peso da má recepção alemã. Além da dificuldade em prover formalização matemática, que marcaria toda sua fase americana,<sup>147</sup>

[...] the failure of his two books to sweep all before them to become the standard economics of the German tradition was the greater failure. To be sure, both were nominally successful, in the sense that they established for him a world-wide reputation as an economist and theorist of note. But that was not enough for him. He wanted his formulation of static economics to be accepted as basic economics. And he wanted his theory of economic development to be regarded as *the* theory of economic development. (Allen, 1994a, p. 147; ênfase no original)

Conforme expusemos no preâmbulo do terceiro capítulo, a partir dos dados biográficos de Schumpeter, podemos sugerir que sua visão carregasse traços pessoais muito fortes que, uma vez conjugados com os elementos da Viena de fim-de-século, resultariam em uma postura bastante exigente e elitista quanto ao trabalho acadêmico - especialmente o seu. Se, avaliando a situação concreta em que nosso autor estava inserido, trabalhamos com a hipótese de que tenha orientado sua obra para os auditórios particulares austríaco e alemão, por outro lado, é possível que a auto-avaliação de Schumpeter se pautasse, de forma mais

---

<sup>147</sup> Recordamos que os artigos póstumos escritos por Haberler (1950), Leontief (1950) e Frisch (1951), destacam, todos, a oposição entre a defesa e o não uso de matemática em Schumpeter.

veemente, pelos níveis de exigência que delimitavam seu auditório universal. Sua concepção de fracasso nos remete a um plano perfeito.

Interesses menos cândidos, todavia, também podem ser apreendidos a partir de suas informações biográficas. Além dos objetivos concretos, vimos que os comentaristas enfatizam as idiossincrasias de nosso autor - igualmente nutridas em um ambiente *sui generis*. Em particular, a partir de sua imersão efêmera na vida de política e negócios, do prazer em orientar jovens economistas, e do incômodo com a 'concorrência' do trabalho de Keynes, depreende-se uma busca por 'liderança' que marcaria fortemente sua segunda fase. Smithies (1950) vincula a elaboração de CSD à recepção de TDE, tal qual percebida por Schumpeter, parecendo estar em linha com nossa sugestão quando observa que:

The failure of *Economic Development* to be the sweeping success it might have been probably reinforced his sensitivity. In fact, time and again he seemed to stack the cards against himself so that he could be sure to lose with honor. As I have suggested, this may explain his political career; it may explain his refusal to submit his own doctrines to his students; and it may also explain the paradoxes in his later writing. *Capitalism, Socialism and Democracy* in particular is full of ironic twists that provide cold comfort for anyone who agrees with him. Capitalists, socialists and intellectuals are all provided with strong emotional grounds for rejecting the argument. (Smithies, 1950, p. 635)

A dificuldade em conjugar o desejo por liderança com seus critérios normativos exigentes de ciência parece ser uma das possíveis origens dos 'paradoxos' de Schumpeter. Como exemplo destes, podemos mencionar sua aparente falta de interesse em discutir com os alunos aspectos de seu trabalho, a despeito de seus esforços em orientá-los e expandir os horizontes da ciência (Samuelson, 1951). Uma explicação possível é: talvez ele acreditasse que, se bem conduzidos, seus alunos reconheceriam, por eles mesmos, a grandeza de sua obra.

Sem que haja necessidade de entrarmos nos meandros da psique de nosso autor, cremos que tais elementos biográficos apontam para uma hipótese que mais uma vez qualifica a interpretação de Swedberg (1991), no que tange ao enquadramento de CSD no ramo sociológico da *Sozialökonomik*. De fato, veremos que a obra diz respeito à sociologia do capitalismo, que traduz um interesse em articular esta disciplina e economia, que deixa transparecer influências de Weber e da noção de *Sozialökonomik* (enquanto norma unificadora de sua obra). Contudo, os elementos apontados no parágrafo anterior insinuam que CSD possa, mais do que as outras obras, ter simplesmente se orientado para um auditório particular mais amplo, composto até mesmo pelo público não acadêmico, com o que se teria tornado patente o drama entre adesão e superação do senso comum (um dos critérios de Schumpeter

para 'ciência') - ou entre persuasão e convencimento, para ficarmos com Perelman&Olbrechts-Tyteca.

Avaliar em que medida Schumpeter superou seu desafio é uma questão em aberto. Tal como no caso de TDE, estamos mais interessados em verificar em que as estruturas argumentativas se diferenciam a partir da orientação para diferentes auditórios. A compreensão das características destes últimos, vale frisar, é parte componente da análise proposta pela 'nova retórica'. No caso de CSD, como viemos sugerindo, a delimitação dos contornos dos auditórios particulares exigiria, contudo, um esforço descomunal. Diante disso, nós nos limitaremos a: a) com base nas informações biográficas de Schumpeter, mostrar ser plausível a hipótese de que CSD tenha se orientado para um público mais amplo; b) a partir da leitura de CSD, apontar as características da mesma que dão respaldo tanto ao caráter sociológico da obra, no espírito da *Sozialökonomik*, quanto ao seu direcionamento a um público mais amplo.

### **PARTE III - ANÁLISE RETÓRICA DE *CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA***

#### **Preâmbulo - Auditórios e interpretação**

Em CSD, a delimitação dos auditórios particulares é menos precisa do que em relação a TDE. Ainda que sejam patentes o impacto dos desenvolvimentos teóricos contemporâneos em economia (especialmente no que se refere ao campo da concorrência monopolística) e o caráter mais sociológico da obra, não foi possível identificar auditórios específicos, que compartilhassem de tais preocupações e fossem alvo de persuasão da mesma. Não foi possível identificar, por exemplo, um 'núcleo de sociólogos' a que ela tivesse se dirigido. Cabe, outrossim, recordar que CSD é concebido inicialmente como coletânea de ensaios escritos em momentos diversos da carreira de Schumpeter, o que, de saída, sugere o delineamento minucioso de seus auditórios particulares como uma tarefa além do escopo de uma dissertação de mestrado. Consideradas as dificuldades, o exame da biografia de Schumpeter forneceu-nos pistas para um contorno bastante genérico deste auditório particular que, salvo o qualificante, mostrou-se plausível ao longo da leitura posterior da obra e pertinente para o contraste com TDE. Argumentamos a seguir que as experiências pessoais e acadêmicas de Schumpeter contribuíram para que CSD fosse direcionada a um público simplesmente mais 'amplo', possivelmente não circunscrito à academia.

No plano do auditório universal, vimos que em TDE o ramal teórico se mostrou o pivô da discussão: qual a natureza da teorização econômica, qual sua relação com os outros ramos? No caso de CSD, temos, sim, o ramal sociológico figurando como vínculo da obra com a *Sozialökonomik*. Contudo, a designação de CSD, por parte de Schumpeter, como 'pequeno livro de ensaios', livro de distração, sugere uma reflexão mais elementar. Novamente, no caso de TDE, Schumpeter se auto-identificava como 'teorista', o que tanto tinha a ver com propósitos de inserção concreta na academia, quanto, no plano normativo, com uma postura metodológica de cunho positivista. Por mais que as premissas fossem rompidas, elementos sociológicos se fizessem presentes e os ramos não se mostrassem bem delimitados na prática, Schumpeter 'se reafirmava' como cientista, na acepção pura do termo. Em CSD, se de um lado nosso autor também apresenta esse 'cartão de visitas' - especialmente quando contesta a teorização de Marx - de outro, porém, notamos que elementos como interpretação e visão não apenas se fazem mais presentes, mas parecem ser conscientemente trazidos à tona para a própria discussão. Isso ocorre, porém, não somente no plano

sociológico da obra, mas também nas considerações de Schumpeter sobre teorização, o que nos conduz à hipótese de que em CSD o próprio estatuto do fazer 'ciência' econômica é questionado. A *Sozialökonomik*, conquanto normativa, parece ser 'pensada'.



## Capítulo 5 - Elementos biográficos de Schumpeter: vida e produção acadêmica de 1914 em diante

### 5.1 - Período europeu após a publicação da primeira tríade (1914-1932)

Como visto anteriormente, a publicação de *Epochen* (1914) completa a tríade, formada em conjunto com *Das Wesen* (1908) e TDE (1911/1982), que traduziria a 'visão' acadêmica de nosso autor e o tornaria internacionalmente famoso.<sup>148</sup> As publicações posteriores realizadas ainda na Europa, via de regra, lidariam com temáticas presentes ou intimamente relacionadas com estes trabalhos pioneiros. O interesse de Schumpeter pela análise sociológica do capitalismo, que, como vimos, já se faz presente em TDE, também aumenta progressivamente ao longo deste intervalo. No período americano, este interesse contrabalança, em certa medida, as dificuldades de Schumpeter com o aprofundamento e formalização matemática de sua teoria do desenvolvimento.

Das publicações imediatamente posteriores a *Epochen*, merece destaque o artigo "Social Product and Money Calculations" (1917) em que Schumpeter expõe as teorias existentes sobre moeda desde a época dos gregos até o presente. Feito isto, reforça a análise efetuada em TDE: a moeda é facilitadora de trocas no fluxo circular e meio necessário para que o capitalista deflagre o processo de desenvolvimento - com o que vimos ganhar destaque a função do banqueiro capitalista, fornecedor do empréstimo. Em seguida, descreve o movimento de preços: aumento temporário devido à elevação da oferta monetária e da necessidade de oferecer maiores rendimentos para desvio dos bens de seus usos originais; queda, após a entrada dos resultados da inovação e o pagamento dos empréstimos aos banqueiros. A importância deste artigo, para nosso trabalho, está em que no início dos anos 1930, ainda em Bonn, e, posteriormente, ao longo de toda a sua fase americana, a elaboração de um livro sobre moeda seria um dos principais projetos de nosso economista - projeto que, vale adiantar, nunca seria consolidado (Marget, 1951).

Entre 1916 e 1918, Schumpeter se envolve, gradualmente, com a política austríaca. Temia a realização de uma possível união alfandegária entre a Alemanha e a Áustria que, em seu entender, favoreceria os propósitos expansionistas da primeira sobre o território austríaco. Passa a dirigir memorandos ao imperador Franz Joseph, em que argumenta contra a referida união e sugere reformas políticas que aproximassem o Império Austro-Húngaro do modelo

---

<sup>148</sup> Em 1915 publicaria ainda a monografia *Vergangenheit und Zukunft der Sozialwissenschaft* (traduzido em Swedberg (1991) como *The Past and Future of Social Sciences*) um livro baseado em palestras que apresentou em Czernowitz sobre o futuro das ciências sociais. Segundo os comentadores, elas seriam de importância menor para o conjunto da obra, apesar de sinalizarem o interesse de Schumpeter nas ciências sociais como um todo.

conservador britânico (*tory democracy*). Argumenta, outrossim, em favor de uma paz em separado com os oponentes. Não existem informações sobre se o imperador leu o não os memorandos; seu sucessor, Karl I (1887-1916) realizaria esforços para manter o império intacto, tendo perseguido, inclusive, a paz em separado. O curso final da guerra, contudo, resultaria na sua abdicação, no desmembramento do império e na revolução alemã, em que os socialistas ascenderiam ao poder. Em outras palavras, implicaria a irrelevância dos memorandos de nosso autor.

Schumpeter não possuía posição político-partidária bem definida, a despeito de seu conservadorismo. Desejava, sim, preservar o universo que havia fornecido as bases de sua visão, universo que, ademais, seria legitimado analiticamente: de acordo com CSD a aristocracia continha os elementos 'irracionais' que freavam a racionalização autofágica do capitalismo.<sup>149</sup> Para Allen (1994a), porém, a imersão de Schumpeter na política também tinha motivações pessoais, especialmente a perspectiva de uma carreira promissora. Suas manobras, com vistas à obtenção de cargos, resultariam no desgaste das relações com von Wieser, a quem, em 1918, seria atribuído o ministério do comércio que nosso autor almejava. Muitas vezes, o comportamento de Schumpeter parecia incondizente com seu interesse em se firmar na academia...<sup>150</sup>

Apesar das atividades políticas tomarem-lhe tempo, Schumpeter continua sua produção acadêmica. Além do artigo sobre moeda (1917), reúne as aulas e palestras sobre finanças públicas, conferidas em Graz, no artigo "The Crisis of the Tax State" (1918/1991) e publica uma série de artigos sobre guerra e imperialismo em 1919.<sup>151</sup> Aspectos do primeiro artigo serão examinados mais abaixo. Na série sobre imperialismo, Schumpeter defende, essencialmente, que este é manifestação de uma política de agressão, expansão e conquista que se desenvolve a partir de pressões de um *establishment* militar. Carrega, portanto, um elemento de irracionalidade e é absorvido pelas instituições sociais do país em questão. Com isso, Schumpeter argumenta que ele independe das características específicas de qualquer modo de produção e, no caso do capitalismo, de motivações relacionadas ao lucro. É, além disso, muito mais uma manifestação de estruturas institucionais arraigadas que o resultado de

<sup>149</sup> Veremos que trabalhos anteriores a CSD já esboçavam essa análise.

<sup>150</sup> Outro episódio citado por Allen (1994a, p. 178) ilustra bem essa incompatibilidade. Quando Schumpeter estava no ministério das finanças, uma delegação dos professores mais prestigiosos da Universidade de Viena veio visitá-lo para discutir aspectos relativos às verbas para docentes. Schumpeter não os convidou para sentar, afirmou que muitos na Áustria estavam fazendo sacrifícios e despediu-se afirmando estar ocupado. Possivelmente isso contribuiu para ele nunca conseguisse um posto na Universidade de Viena (Shionoya, 1997, p. 17).

<sup>151</sup> Estes artigos foram, posteriormente, arranjados no livro *Zur Soziologie der Imperialismen* (1919).

planos de expansão racionalmente concebidos. Com tal perspectiva, Schumpeter se opõe às teses marxistas defensoras de que a Primeira Guerra, assim como outras guerras, seriam resultantes dos propósitos expansionistas do capital. Estas teses encontram raízes nos trabalhos do próprio Marx, mas seriam desenvolvidas, sobretudo, pelos austro-marxistas. Em CSD, quando das considerações concernentes à 'síntese marxista', Schumpeter retoma a temática do imperialismo como exemplo do caráter pouco científico das conclusões do marxismo, em geral caracterizadas como misto de visão acertada e *non sequitur*.

Em 1919 Schumpeter é convidado por Rudolf Hilferding e Emil Lederer, ex-colegas dos seminários de Böhm-Bawerk, para participar da comissão de socialização da nova República da Alemanha (1919), chefiada por Karl Kautsky (1854-1938). A comissão era composta por vários economistas e um dos propósitos imediatos era a discussão de meios para elevar a produtividade do setor carbonífero e de trazê-lo para o controle público. Cumpre ressaltar que o objetivo não era a nacionalização, mas o aumento de eficiência com vistas ao atendimento do 'interesse público'; os trabalhos da comissão se revestiriam mais de caráter acadêmico que burocrático. De qualquer maneira, a participação sucessiva em círculos conservadores e socialistas traduzia a constatação de Allen (1994a, p.164): "*he held few political convictions strongly and almost no partisan views.*". Quando questionado por que, sendo conservador, participava da comissão, Schumpeter respondia ser desejável a presença de um 'médico' quando alguém desejasse cometer 'suicídio'. (Haberler, 1951, p. 355). Sem entrarmos nos méritos da sua justificativa, cumpre notar que o problema da possibilidade ou não de um socialismo eficiente receberia, anos depois, tratamento analítico em CSD - Shionoya (1997) está entre os autores que argumentam que o contato 'prático' com o socialismo teria influenciado a postura de Schumpeter acerca do tema.

A participação de nosso economista na comissão alemã resultou no convite de Otto Bauer, outro participante dos seminários de 1905 e líder dos socialistas austríacos, para que assumisse o cargo de secretário das finanças no governo de coalizão austríaco, composto por social democratas (socialistas) e pelo partido social cristão (conservador). O convite é aceito e, em março de 1919, Schumpeter passa a ocupar a mesma sala que antes pertencera a Böhm-Bawerk.<sup>152</sup> Permaneceria no cargo, contudo, somente até outubro do mesmo ano. Parte do insucesso, como observa Haberler (1950), foi justificável pelo próprio estado de calamidade econômica na Áustria do pós-guerra:

---

<sup>152</sup> Conforme vimos, Johnston (1972) destaca a participação dos professores na burocracia austríaca.

Schumpeter could not be called a successful Finance Minister by any conventional standard, but it is more than doubtful whether anybody could have been successful during that turbulent period. [...] economically the situation was indeed chaotic. [...] The war was lost, the old monarchy had collapsed and disintegrated, new states, new frontiers and barriers to trade had arisen to the north, east, and south of Vienna. The supply of raw materials, fuel and food from the customary sources outside the new state was interrupted, domestic production was far below the prewar level, food rations were extremely low, and from one week to the next the government did not know how to keep the population from starving and freezing to death. (Haberler, 1950, p. 346).

Essas dificuldades, somadas ao fato da Áustria ter herdado a maior fração do débito do extinto império, resultaram em níveis de inflação altíssimos que, juntamente com a ausência de condições mínimas para subsistência da população, iriam tornar-se o principal alvo do *Finanzplan* de Schumpeter. A importação e tributação de capital consistiam em um dos principais eixos deste plano: atraindo capitais, o país garantiria a oferta alimentar, de matérias primas e equipamentos; tributando-os, o governo reduziria o nível de poder de compra, fonte de pressão sobre os preços. Esses recursos, entretanto, deveriam ser indisponibilizados e não tornados fontes de recursos para o Estado.

Boa parte destas diretrizes encontrava-se fundamentada no artigo contemporâneo "The Crisis of the Tax State", mencionado acima. Segundo Deutsch (1956, p.42), foi escrito no contexto de ascensão dos Poderes Centrais, do previsível colapso das finanças austríacas e em meio a afirmações socialistas de que estes eventos sinalizavam o colapso não só das instituições políticas da Áustria, mas, sim, de qualquer estado dependente da arrecadação de impostos (*tax state*). Para lidar com esta problemática, Schumpeter descreve o desenvolvimento da taxaçaõ desde a idade média até o presente, examinando os vínculos entre a sociedade capitalista, governo e impostos. Parte do artigo apresenta dados históricos a partir dos quais nosso autor argumenta que o governo cobrador de impostos emergira como complemento do capitalismo, dado que o sistema feudal não teria condições de resolver seus problemas com gasto público. Examina qual seria o nível mais adequado de taxaçaõ, levando em conta o *trade-off* entre a contraçaõ do consumo/produçaõ e o aumento de receita gerado por uma taxa mais elevada.<sup>153</sup> Por último, analisa se tal governo resistiria à pressão da Primeira Guerra. Sua resposta é afirmativa, contanto fossem tomadas as medidas corretas, entre elas a reduçaõ de demanda via taxaçaõ de capital, que agora defendia como ministro. O artigo termina, porém, com o prognóstico de que o capitalismo, a despeito de tais medidas, caminhava na direçaõ do socialismo. Não explana em detalhes sua proposiçaõ, bastando-nos observar que, mais uma vez, antecipa uma temática de CSD:

---

<sup>153</sup> Com isso, observa Swedberg (1991), nosso autor se aproxima da análise sugerida pela curva de Laffer.

This hour has not yet come. The war has postponed it [...]. Nevertheless the hour will come. By and by private enterprise will lose its social meaning through the development of the economy and the consequent expansion of the sphere of social sympathy[...]. Society is growing beyond private enterprise and tax state, not because, but in spite of war. (Schumpeter, 1918/1991, p.131 )

De volta aos eventos da nova Áustria, notamos que, inicialmente, a socialização proposta por Otto Bauer consistia na busca de modos mais eficientes para operação da economia (tal como no caso alemão) e, nesse sentido, não havia diferenças entre ele e Schumpeter. Progressivamente, porém, Bauer passaria a admitir a expansão da esfera pública como objetivo em si; com isso, ele começa a defender que os recursos fossem canalizados para promoção de interesses partidários, contrários à opinião de nosso economista. Além do mais, Bauer defendia a união entre Áustria e Alemanha (a 'Anschluss', anos depois consolidada no governo nazista) outro ponto contrário à postura de Schumpeter. Tais diferenças fizeram com que o primeiro iniciasse manobras contrárias ao último. Junte-se a isso o desprestígio de Schumpeter junto à imprensa, bem como as desconfianças que parcela dos conservadores mantinha em relação às suas tendências políticas, e estava pronto o terreno para sua demissão.<sup>154</sup> Nosso economista nunca veria seu plano econômico implementado. Os termos com que o fracasso de Schumpeter é descrito ressaltam sua dificuldade em conquistar a adesão fora dos círculos acadêmicos, ao contrário, por exemplo, de Keynes , como aponta Anuatti (1994). Nas palavras de Allen:

As a leader, he was not up to the task, nor were his ideas given a chance because, as a politician, he failed to convince the people, the press, two political parties, their leaders, the parliament, and the cabinet that his ideas had merit. Timorously, everyone backed off when Schumpeter offered them the bad-tasting but efficacious economic medicine. Perhaps a doctor with a different bedside manner could have persuaded them to take it. (Allen, 1994a, p. 179)

A passagem pela comissão austríaca seria, posteriormente, um assunto pouco quisto por Schumpeter, de modo que é difícil precisar as motivações que o levaram a aceitar o cargo. (Smithies, 1950, p.631). As intenções de salvar o que restara da Áustria e de galgar posições políticas parecem insuficientes para tal aceitação; além disso, era improvável que Schumpeter não estivesse ciente da situação antes de assumir o ministério. Isso permitiria a Smithies sustentar a opinião de que "[...] *there was a strong vein of Quixotism in his nature that on this and other occasions led him to attempt the impossible.*" (Ibid.). Seja como for, se é que

---

<sup>154</sup> Parte dos conservadores acreditava que Schumpeter fosse socialista, devido à sua participação na comissão alemã e por ter sido 'descoberto' justamente por Otto Bauer, líder da ala mais radical do socialismo austríaco; da parte dos socialistas, a principal acusação dirigida a Schumpeter foi a de ter favorecido interesses estrangeiros (italianos) na compra de estoques da *Alpine Montagesellschaft*, importante exploradora de minério de ferro, atrapalhando os planos de socialização da mesma. Schumpeter deixaria o cargo juntamente com todo o segundo gabinete do Chanceler Karl Kenner, conforme as disposições do tratado de paz aliado. Mas quando recompôs seu gabinete, Renner não convocou novamente o ex-ministro das finanças. Curiosamente, Otto Bauer também não seria convidado.

podemos apontar um resultado dessa imersão na política para o trabalho acadêmico, este foi de fazê-lo oficialmente ainda menos inclinado à associação entre 'ciência' econômica e política. Tal como vimos, esta oposição já se encontrava em seus primeiros trabalhos e, de certa maneira, era compatível com a perspectiva da escola austríaca. Agora, Schumpeter teria corroborado suas disposições teóricas com base em uma experiência pessoal. A partir de então, ele se referiria aos políticos como 'bestas-feras':

The experience turned him against politics and politicians forever. Thereafter, he referred to politicians as wild beasts. Even before that experience, he had limited confidence in the ability of the government to develop and implement policies that would improve the performance of the economy. Nothing happened in his tenure to lead him to believe that even someone who understood the economy, like himself, could make any difference. (Allen, 1994a, p. 179).

Após a saída do governo, Schumpeter permanece alguns meses em Viena e depois retorna para Graz, onde leciona dois períodos. Todavia, não seria desta vez que ele retomaria os trabalhos acadêmicos: Schumpeter seria agraciado pelo governo, devido à sua participação no ministério, com uma concessão para estabelecer um banco - um título bastante difícil de se conseguir. Nosso economista se junta a Artur Klein, um dos sócios do 'Biederman Bank', tornando-se presidente da instituição em 1921. Os tempos, porém, eram difíceis: com a Áustria mergulhada na inflação era difícil conduzir bem as operações bancárias. Em 1924, o banco é afetado pela crise financeira que afeta o país e perde dinheiro honrando salvaguardas de seus depositantes, após a falência de um banco associado ('Kauffmann Bank'). Schumpeter, que tinha direito a uma conta de investimentos, perde tudo que tinha acumulado de 1921 a 1924. A instituição resistiria até 1926, quando finalmente decretou falência. Schumpeter, muito endividado, teria que se esforçar por quinze anos para honrar suas dívidas (Allen, 1994a).

Nosso economista, entretanto, não permaneceu até o naufrágio da instituição. Foi 'convidado' a se retirar antes. Os outros sócios estavam decepcionados com seu desempenho na presidência do banco, em particular com seu endividamento pessoal. Além disso, Schumpeter mantinha negócios com o advogado Richard M. Braum-Stammfest, conhecido por seus empreendimentos de índole duvidosa. Em 1924 este último seria incriminado por movimentações fraudulentas. No mesmo ano, apesar de nada constar contra Schumpeter, o Banco da Inglaterra exigiria sua saída, após comprar parte das ações do Biederman Bank (num esforço dos acionistas deste último para salvar a instituição). Schumpeter, o 'profeta' dos empresários e capitalistas, estava demitido, em grande medida por não possuir os qualificantes daqueles que admirava...

O período de 1919 a 1925 seria designado por ele '*gran rifiuto*', expressão italiana que significa 'grande desperdício'. Neste período, salvo os trabalhos mencionados anteriormente - que, na verdade, resultavam de pesquisas e análise anteriores - Schumpeter não publica nada de relevante. Allen (1994a) aponta as incursões frustradas no mundo da política e negócios como fatores que contribuiriam para o ulterior quadro depressivo de nosso *enfant terrible*.<sup>155</sup> A despeito disso, o período imediatamente posterior parecia sinalizar uma trégua para as frustrações de Schumpeter. Ele contrai matrimônio com Annie Reisinger, filha de um dos empregados da família, aproximadamente vinte anos mais jovem. Nem a diferença econômica nem a distância cronológica impediriam que ela se tornasse o grande amor da vida de Schumpeter. Casaram-se no dia 5 de novembro de 1925 – curiosamente, a data coincide com aquela de seu primeiro matrimônio.

Além do casamento, o retorno à carreira acadêmica também sinalizava melhores tempos. Ainda em 1925, universidades japonesas o convidam para ministrar palestras sobre teoria econômica. Ele chega a aceitar o convite, mas pouco depois o ministério da educação da Prússia<sup>156</sup> lhe convida para uma cadeira na Universidade de Bonn. O cargo seria conseguido por meio da intervenção de Gustav Stolper (1888-1947) junto a Arthur Spiethoff, um dos membros do comitê de seleção de Bonn. Spiethoff e Schumpeter trocavam correspondências desde 1916, quando o primeiro, então na Universidade Alemã de Praga, advertiu nosso autor acerca dos interesses econômicos e políticos da Alemanha no Império Austro-Húngaro. A partir deste contato, passaram a respeitar-se mutuamente como acadêmicos. Spiethoff, conforme vimos, pertencia à novíssima escola, sendo conhecido, especialmente, por seus estudos acerca dos ciclos econômicos - estudos que, apesar de enfatizarem a abordagem histórica, tinham elementos de teorização. Em certa medida, a contratação de Schumpeter fornece indícios favoráveis da recepção de TDE e de seus outros trabalhos entre os membros da novíssima escola, embora nos faltem informações precisas. Importa observar, contudo, que a produção acadêmica de Schumpeter foi apenas um dos fatores, conquanto relevante, para o convite: Stolper precisou defender Schumpeter das acusações resultantes de seus insucessos em Viena, que haviam chegado aos ouvidos de Spiethoff e de outros membros.

---

<sup>155</sup> Allen (1994a) se baseia, principalmente, nas anotações contidas no diário de Schumpeter para sustentar a afirmação de que este sofria de depressão crônica. Não nos estenderemos sobre este ponto, apesar de acreditarmos que ele esteja relacionado às idiossincrasias de Schumpeter.

<sup>156</sup> Ao longo da Segunda Guerra Mundial, Schumpeter posicionar-se-ia favoravelmente aos alemães e japoneses, muito embora os comentadores sejam enfáticos em negar qualquer alinhamento nazista por parte de nosso autor - salvo o elitismo típico de um vienense de fim-de-século. Esta postura, veremos, traria constrangimentos para Schumpeter nos EUA. Parecia justificar-se, contudo, pelo fato de alemães e japoneses terem lhe permitido o retorno à vida acadêmica após o período turbulento de 1919-1925.

Argumentando em favor da boa índole de nosso economista e contra a mentalidade estreita da burguesia austríaca - que não compreendia os caprichos aristocráticos de Schumpeter em tempos de crise econômica - Stolper obtém sucesso e seu amigo é contratado. Schumpeter se decepciona, entretanto, quando descobre que não poderia ensinar teoria econômica, atribuição de Spiethoff. Deveria se contentar com aulas de finanças públicas, teoria monetária e outros tópicos que lhe 'agradassem', como sociologia. Sem nos estendermos, vale notar que, apesar de seu talento na área, Schumpeter não raro se referia a seus trabalhos sociológicos com um tom depreciativo - o que não seria diferente com CSD, como defende Haberler (1950). Em nossa opinião, tal postura se justificava pelo intuito de ser reconhecido como teorista. No final das contas, porém, ele resolve o impasse amistosamente com Spiethoff: os tópicos de finanças e teoria monetária que Schumpeter ensinava exigiriam o aprendizado de um nível mais avançado de teorização, de cujo ensino foi incumbido. Os comentadores destacam a novidade representada pelo ensino de economia 'teórica' na Alemanha:

Surprisingly, with his appointment of Schumpeter, Bonn was the only German university that hired a modern economist during this period. Ludwig von Mises [1978] recalls that among the hundreds of scholars who taught economics at German universities between 1870 and 1934, only Schumpeter was acquainted with the works of the Austrian and Lausanne Schools and with modern Anglo-Saxon economics. (Shionoya, 1997, p.28).

Schumpeter se torna bastante popular junto aos alunos, especialmente por sua disposição em esclarecer dúvidas e discutir idéias, fossem elas bem elaboradas ou não; desde o episódio de Graz, como vimos, sua postura em classe sempre seria bastante amistosa. A produção acadêmica de Schumpeter também retoma vigor em 1925: publica um artigo sobre a teoria econômica de Edgeworth, além de diversos artigos sobre moeda e crédito - temática que ganha presença em sua segunda fase. Em 1926, publica a segunda edição de TDE, na qual realiza as mudanças já mencionadas: corte do sétimo capítulo e modificações no segundo e sexto, além da inserção de subtítulo; essa edição, reduzida e mais robusta, chama a atenção internacional. No mesmo ano, escreve um artigo sobre a contribuição de Schmöller, em que argumenta, mais uma vez, em favor da colaboração entre teoria e história. Todos estes trabalhos representavam bem os temas de sua 'década de fertilidade': teoria econômica, metodologia, ciclos, teoria do desenvolvimento e também moeda.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> Os títulos dos artigos mencionados são: ""Edgeworth und die neuere Wirtschaftstheorie", "Kreditpolitik und Wirtschaftslage", "Kreditkontrolle" - os dois últimos sobre crédito e moeda. Todos constam na bibliografia.



Ao longo deste período e dos seis anos subsequentes, Schumpeter escreve vários artigos na imprensa, destinados ao grande público. São textos que, em geral, lidavam com questões relativas à taxação e crédito, caras às preocupações econômicas na República de Weimar. A principal motivação para que Schumpeter escrevesse os mesmos, nesta ocasião, era econômica: ele estava endividado e estes artigos 'vendiam' bem, ao contrário dos artigos acadêmicos. Contudo, o autor dizia a seus contemporâneos estar, outrossim, interessado em 'educar' o público leigo seriamente interessado em questões econômicas. No mínimo, esta popularização seria necessária, segundo ele, para afastar prognósticos de oportunistas. Vale observar que, já no período de Graz, o economista freqüentemente realizava palestras para platéias de leigos e pessoas interessadas em negócios. Nestas aparições, Schumpeter, excepcional orador, costumava discutir temas referentes à política econômica, apesar de jamais fazer prognósticos ou recomendações. Suas teorias também não eram exploradas, pois pertenceriam apenas ao circuito acadêmico. Ao longo do período americano, após saldar suas dívidas, o economista continuaria a realizar esses tipos de palestras, conquanto sempre enfatizasse tanto a diferença entre estas e seus pronunciamentos científicos, quanto sua oposição ao estudo da economia com propósitos de prescrição política. A simples constatação deste direcionamento a públicos mais amplos, contudo, parece tornar menos implausível a hipótese de que CSD tivesse um escopo maior de ouvintes.

O curso positivo dos acontecimentos seria, no entanto, abalado ainda em 1926. Em junho, Schumpeter vê falecer sua mãe, Johanna - a que primeiro semeara as pretensões aristocráticas de nosso *enfant terrible*. Em agosto, após uma gravidez complicada, sua Annie não resiste ao parto e morre. O bebê, um garoto, partiria poucas horas depois. O choque, como não poderia deixar de ser, foi tremendo, como aponta Haberler (1950): "*after that time a streak of resignation and pessimism was unmistakable in his character.*" Em seu universo privado, porém, a tragédia resultaria não apenas em um 'traço', mas em páginas e páginas de recordações e dedicatórias às falecidas. Durante boa parte da vida, Schumpeter cultivaria o hábito de, todos os dias, copiar passagens do diário de Annie, muitas vezes preenchendo algumas partes com observações e lembranças próprias. Nosso economista passaria a designar suas falecidas mãe e esposa pela expressão alemã *Hansen*, plural de *Hase*, que tem como significado possível 'alguém que se ama imoderadamente'; a relação com ambas se tornaria, com o passar do tempo, revestida de caráter religioso.

Allen (1994a; 1994b) descreve, com base nos diários de Schumpeter, detalhes de seu sofrimento e depressão. O biógrafo sugere que tais acontecimentos interferiram no ritmo da

produção acadêmica de nosso autor: fizeram-no trabalhar mais intensamente para amenizar a lembrança dos fatos, ao mesmo tempo em que, todavia, prejudicaram-lhe a concentração. Sugere também que o tenham influenciado em termos de temática: a publicação de um artigo sobre o futuro cinzento do capitalismo, pouco tempo depois, teria pouco embasamento factual:

Nothing was happening in the world or in his intellectual life to account for the added pessimism that cropped up. This is undoubtedly a case where the grief and sadness of his personal life was so great that it colored his intellectual life as well, darkening his outlook. (Allen, 1994a, p.227).

Não entraremos nos detalhes da relação entre a obra e os acontecimentos da vida íntima de Schumpeter, muito embora acreditemos que a intensidade dos mesmos, em si mesma, torne plausível a hipótese de interferência. De nosso ponto de vista, importa a constatação de que o segundo período de produção acadêmica de nosso autor, concernente à tríade americana, não fluiria tão livre de impedimentos como os anos em que publicara *Das Wesen, TDE e Epochen*.

Em 1927, Schumpeter aceita o convite da Universidade de Harvard para lecionar um ano letivo. Tratava-se de uma ótima oportunidade para afastar-se dos últimos eventos e para arrecadar fundos que saldasse suas dívidas. É recebido por Frank William Taussig<sup>158</sup> (1859-1940) um dos professores mais antigos e respeitados da universidade, o qual empreendeu grandes esforços para a consolidação de Harvard como centro pioneiro de economia. Além da amizade com Taussig, Schumpeter trava excelentes relações com os jovens professores assistentes e estudantes. Retorna para Bonn em 1928, mas, no final de 1930, volta novamente a Harvard para uma breve estada - a universidade lhe deixara ótimas impressões, o que contribuiria para sua transferência definitiva.<sup>159</sup> No começo do ano seguinte parte para o Japão, onde realiza uma série de conferências na Universidade de Comércio de Tóquio ('Hitotsubashi Shimbun') a maior parte delas de caráter metodológico. Assim como nos EUA, Schumpeter se tornaria figura querida e respeitada e, apesar de não visitar mais o país, manteria uma intensa troca de correspondências. Hoje, Hitotsubashi possui um dos maiores acervos sobre Schumpeter (parte deles doados por sua última esposa após seu falecimento) e, como atesta o trabalho de Yuichi Shionoya, mantém interesse vivo no trabalho de nosso autor.

---

<sup>158</sup> Taussig era conhecido como "Marshall Americano", por sua forte influência no pensamento econômico dos EUA. Defendia uma versão própria da teoria neoclássica à *la* Cambridge e, apesar de simpático a certos princípios da versão austríaca opunha-se, via de regra, ao marginalismo destes, bem como ao institucionalismo americano.

<sup>159</sup> Na ocasião, participa da fundação da Sociedade Econométrica (29 de dezembro de 1930). Schumpeter seria presidente da instituição de 1937 a 1941.

O ano de 1927 também é marcado pela publicação de "Die sozialen Klassen im ethnisch homogenen Milieu" (em inglês, "Social Classes in an Ethnically Homogeneous Environment" (1927/1991). Nele, o autor recusa a proposição marxista da luta de classes como origem e móvel do capitalismo. Contudo, reconhece as classes como fenômeno relevante para o capitalismo e identifica três problemas relacionados à sua análise: mobilidade social entre classes, mobilidade social dentro delas, emergência e derrocada das mesmas. Ele toma a família como unidade de análise deste fenômeno, com a ressalva de que, em última instância o movimento da mesma reside em diferenças de habilidade individual de seus membros. Vimos em TDE como o empresário oscila entre classes devido à sua função inovadora. Em CSD (p.157) veremos que ele retoma as proposições do artigo de 1927, conferindo papel crucial às mudanças de valores das famílias - resultantes do processo de 'racionalização' econômica - e à perda de importância das mesmas enquanto motivação para o empresário, no processo de decomposição capitalista.

Em 1928, publica "The Instability of Capitalism". O artigo retoma a proposição, contida no artigo de 1918, de que o capitalismo daria lugar ao modo de produção socialista. Desta vez, examina a mecânica do processo, identificando como causa essencial a racionalização da 'mente' humana, propulsionada pelo próprio capitalismo. Esta racionalização subverte as instituições capitalistas e prepara o terreno para a emergência do socialismo. Veremos que este é outro dos principais argumentos de CSD.

De volta a Bonn, Schumpeter auxilia Richard Opie com a tradução em língua inglesa de TDE, que seria publicada em 1934. Simultaneamente, ele se empenha na publicação de uma nova edição de *Das Wesen*, tentando transformar sua obra em uma espécie de manual avançado de teoria econômica. Sem sucesso, decide dedicar-se ao livro sobre moeda, visando expandir as idéias do artigo de 1917. Em 1930, quando anuncia estar próximo de concretizá-lo, Keynes publica *A Treatise on Money* (1930/1958). Schumpeter, que na verdade estava longe de concretizar seu trabalho, diria a um de seus estudantes que a única coisa a fazer, no momento, seria 'jogar o livro fora', dado que *Treatise* - apesar de possuir um ponto de vista diferente - continha, segundo ele a maior parte das idéias que pretendia apresentar. A ameaça, contudo, não foi cumprida: Schumpeter trabalharia neste projeto, intermitentemente, ao longo da fase americana; ele ilustraria bem certo traço dramático de sua produção na segunda fase...

As dificuldades com estes trabalhos seriam amenizadas pelo seu prestígio junto aos alunos e pelo sucesso de seus seminários. A disponibilização da cadeira de Werner Sombart na Universidade de Berlin, contudo, despertaria seu interesse. Schumpeter tinha todas as

credenciais para ocupar o cargo: segundo os comentadores, por esta época ele estava entre os economistas germânicos mais conhecidos no mundo, possuindo mais prestígio que qualquer um dos outros economistas apontados. Seria a escolha lógica para a cadeira de Sombart ou de qualquer outra que estivesse disponível em Berlim.

Todavia, as restrições de boa parte dos professores da universidade quanto ao caráter teórico do trabalho de Schumpeter, a fama de arrogância deste junto aos pares, bem como os episódios relativos à sua participação no governo e na condução do *Biederman Bank*, impediriam que ele conseguisse o cargo, malgrado os esforços de Stolper e Spiethoff. A cadeira vai para Emil Lederer, seu colega nos tempos de seminário e na época da comissão germânica de socialização. Duas outras vagas surgem em Berlim; os esforços para sua colocação se repetem, mas, novamente, nada é conseguido. Paralelamente, o cenário político se torna cada vez mais tenso, com a ascensão nazista ao poder.<sup>160</sup> Todos esses fatores, somados às ótimas condições oferecidas por Harvard - melhor salário, maior prestígio acadêmico - fizeram com que o economista decidisse trocar a Alemanha pelos Estados Unidos. Allen, em poucas palavras, traduz a natureza das realizações acadêmicas de Schumpeter em Bonn e antecipa o perfil de sua contribuição em seu período americano:

Schumpeter's work in Bonn put the finishing touches on his vision. In the United States, he would shine and polish parts of the vision and spend much time and effort in an unsuccessful effort to increase it. But he added very little. (Allen 1994a, p. 296).

## 5.2 - Período americano (1932-1950)

Schumpeter é contratado durante um momento em que o departamento de economia de Harvard se renovava. A velha guarda, composta por nomes como Charles J. Bullock (1869-1941), Edwin F. Gay (1867-1946), Thomas N. Carver (1865-1961) e William Z. Ripley (1867-1944), estava se retirando. Frank Taussig permaneceria somente até 1935. Ao longo do primeiro quarto do século, estes pesquisadores transformaram o departamento em um centro de ponta. Destacavam-se os estudos sobre finanças públicas, comércio internacional, economia agrícola, organização industrial e estudos aplicados ao setor ferroviário. Menção especial deve ser feita ao 'Harvard Committee on Economic Research' e ao 'Harvard Economic

---

<sup>160</sup> Apesar de se preocupar com o clima de tensão, Schumpeter não se opunha, com veemência, ao nazismo. Posteriormente, as barbáries da guerra seriam reconhecidas por ele como tais, muito embora sua postura quanto ao Japão e Alemanha fosse de condescendência. Por vezes, Schumpeter parecia não medir o risco de suas afirmações políticas, o que para Allen residia em sua ignorância quanto a tais questões: "*He did not systematically read a newspaper and did not listen to the radio [...] Schumpeter was incredibly ignorant and naive about contemporary politics.*" (Allen, 1994a, p. 286). Essa postura nos interessa somente na medida em que resultaria em seu isolamento, nos anos de guerra, em Harvard.

Service', órgãos que não estavam diretamente ligados ao departamento, mas que ocupavam boa parte do tempo de seus professores.

O objetivo destes institutos era combinar pesquisa 'científica' sobre flutuações econômicas e tendências com o fornecimento de previsões de curto prazo para o mundo dos negócios. Progressivamente, as técnicas de previsão se tornaram o principal objetivo dos mesmos; com isso, a falha em prever a crise de 1929 geraria forte desconforto, como apontam Lamont&Mason (1982). Schumpeter não teve participação ativa nestas instituições, em grande medida por prezar o caráter teórico dos ciclos, a despeito de seus esforços em defesa da econometria e da busca por respaldo estatístico de suas teorias em *Business Cycles*. Nossa preocupação é constatar que, em Harvard, Schumpeter não estava sozinho em seu interesse pelas flutuações, conquanto diferisse na interpretação do significado das mesmas.

Boa parte da nova guarda provinha da contratação de acadêmicos europeus. Schumpeter compõe, ao lado de pesquisadores como Leontief, Haberler e Hansen, uma verdadeira leva que se dirige à Harvard ao longo dos anos 1930, como descrevem Lamont&Mason:

These places were filled in part by importations from Europe. J.A. Schumpeter, who had been a visiting professor in 1927-1928 and again for a half year in 1930-1931, came to Harvard permanently in 1932. Wassily Leontief became an instructor in 1931 and rose rapidly through the ranks. Gottfried Haberler was a visiting lecturer in 1931-1932, and joined the Department on a regular basis in 1936. [...] Finally, the establishment of the Graduate School of Public Administration permitted a call to Harvard of Alvin H. Hansen from Minnesota, who joined the faculty in 1937. These proved to be worthy replacements of their distinguished predecessors. (Lamont&Mason, 1982, p. 420).

Apesar deste clima 'eufórico', cumpre observar que a Depressão dos anos 1930 gerou impactos na condução do departamento. O recém designado reitor, James Bryant Conant (1893-1978)<sup>161</sup>, teve de enfrentar o desafio de combinar, ao longo de todo o decênio, uma política de corte de gastos e manutenção de qualidade. Não seriam necessários cortes salariais, mas reajustes tiveram de ser postergados. O interesse pela contratação de estrangeiros teria por contrapartida uma menor absorção dos jovens instrutores (doutorandos) da casa como professores. Um episódio marcante, relacionado a esta postura, foi a recusa da promoção de Alan Sweezy e John R. Walsh, instrutores bastante populares e líderes da 'Cambridge Union of University Teachers', organização de caráter esquerdista. A decisão foi interpretada como retaliadora e gerou um longo embate burocrático; no final das contas, ambos os preteridos seriam contratados por outras universidades. (Lamont&Mason, 1982, p.428). Vale notar que Schumpeter tem participação ativa no caso: apesar de não compartilhar das idéias políticas de

---

<sup>161</sup> Ocupa o lugar de Abbot Lawrence Lowell (1856-1946).

Sweezy e Walsh, nosso autor reconhecia o mérito de ambos e se mostrava indignado com a não promoção dos mesmos. Ao longo dos anos, Schumpeter se tornaria cada vez mais insatisfeito com a condução da política do departamento.

De modo geral, Schumpeter não se surpreendeu com o início da crise em 1929, dada sua análise e visão do capitalismo como sistema engendrado por ciclos. O que o intrigava, assim como a outros especialistas, era a demora da recuperação e a intensidade da crise. Isso posto, Schumpeter reconhecia a necessidade de medidas de emergência por parte do governo, mas recusava a idéia de que este poderia controlar o ritmo das flutuações. Para ele, a pergunta relevante era o 'porquê' das depressões e não 'como' revertê-las. Mesmo assim, Schumpeter aceita participar da 'Butler Commission'<sup>162</sup>, que reunia pesquisadores de diversas universidades americanas com o propósito de formular um programa para enfrentar a crise. Muito embora fosse este o propósito, Schumpeter não fica satisfeito com os resultados do grupo, posto que, em sua opinião, não tinham caráter científico. Apesar disso, não só assina o relatório da comissão, como aceita escrever um capítulo para o livro resultante dos encontros (ver Schumpeter, 1934a).

Sua postura quanto à Depressão, ficou registrada nas reuniões dos *Seven Wise Men*<sup>163</sup>, um dos vários grupos de pesquisa que Schumpeter lideraria em Harvard. O objetivo deste grupo, na esteira dos acontecimentos, era compreender a natureza da crise.<sup>164</sup> Curiosamente, Schumpeter não era o único que preferia uma análise 'positiva' da Depressão; Lamont&Mason observam que esta era a postura padrão do departamento:

The attitude of the Harvard Economics Department toward the New Deal in its early years was a critical rather than a cooperative or constructive. The economists who flocked to Washington in the early 1930s were mainly from Columbia, Cornell, and Wisconsin. Harvard contributed a number from its younger staff, notably Lauchin Currie and Harry White, whom Viner pronounced to be too good for Harvard. (Lamont&Mason, 1982, p.423).

Neste ambiente favorável, Schumpeter cultivava boas relações com os estudantes e jovens professores (principalmente doutorandos instrutores). Sua solicitude, porém, não resultaria em um corpo de seguidores, em grande medida porque continuou resistindo à divulgação de suas teorias. A interação com professores do mesmo nível era menos intensa. Muitos o viam apenas como aristocrata idiossincrático, "*a brilliant economist, but a little off the beaten track and not a leader in economics*", como destaca Allen (1994b, p.6).

<sup>162</sup> Criada pelo reitor da Universidade de Columbia, Nicholas Murray Butler (1862-1947).

<sup>163</sup> Além de Schumpeter, os outros seis sábios eram: Wassily Leontief (1906-1999), Edward H. Chamberlin (1899-1967), Edward S. Mason (1899-1992), Douglass V. Brown, Overton H. Taylor e Seymour E. Harris (1897-1975).

<sup>164</sup> Resulta destas discussões o livro *The Economics of the Recovery Program*, para o qual Schumpeter escreve o ensaio introdutório "Depressions: Can we Learn from Past Experience?". Ver Schumpeter (1934b).

É importante salientar que, fora do círculo de economistas, Schumpeter não interage muito: "*Outside of economics, Schumpeter had limited contacts, getting acquainted with a few history and sociology people, but not establishing any lasting connections.*" (Allen, 1994b, p.6). De nosso ponto de vista, essa constatação qualifica a hipótese de que CSD tenha se orientado para um auditório específico de outros cientistas sociais: se é que o fez, ao nosso ver a orientação se deu no âmbito de um auditório universal que compartilhasse a perspectiva da *Sozialökonomik*, nos termos propostos por Swedberg. A constatação de Allen sugere que talvez não existisse um auditório particular de sociólogos, ou de cientistas políticos, a que CSD tivesse se dirigido.

Logo no primeiro semestre letivo, Schumpeter recebe uma carga didática bastante pesada. Ministra algumas aulas sobre teoria do valor e distribuição, além de seu curso costumeiro sobre flutuações, moeda e economia bancária - a cadeira de teoria econômica, até 1935, pertenceria a Taussig. Leciona também a disciplina 'Introdução ao Tratamento Matemático da Economia': Schumpeter, grande defensor dos benefícios da matemática para as ciências econômicas, surpreendeu-se com a ausência de cursos na área, os quais não eram fornecidos desde 1911, como apontam Lamont&Mason (1982, p.404). Seu curso, de acordo com todos os comentadores, seria considerado fraco pelos alunos já treinados no assunto (muitos provenientes o departamento de matemática) e, em pouco tempo, passaria a ser conduzido por Leontief.<sup>165</sup> Merece destaque o fato de que, em sua fase americana, Schumpeter dedicaria grande parcela de seu tempo ao estudo de matemática, tendo, inicialmente, o propósito de prover tratamento formal para sua teoria dinâmica, propósito que, no entanto, não se realizaria.

Nosso autor retoma a elaboração de seu livro sobre moeda, mas os avanços são lentos. Ademais, o contexto de crise tornava premente a concretização de um outro projeto antigo: um livro sobre ciclos, que aprofundaria a análise de TDE e, mais importante, trataria de submetê-la ao crivo histórico e estatístico. Em 1934, decide 'afastar-se' do livro sobre moeda - apesar dos anúncios dos editores de que este estaria prestes a ser publicado - e dedicar-se apenas à resolução das dificuldades envolvidas no projeto sobre ciclos. Previa concretizá-lo em 1935, mas a única realização significativa do período seria a tradução de TDE, já mencionada. Schumpeter continuava a propor a si mesmo prazos que seriam factíveis somente em sua década de fertilidade sagrada.

---

<sup>165</sup> A experiência resultou no livro *Rudimentary Mathematics for Economists and Statisticians* (1946), que como o próprio título indica só se mostraria útil para alunos realmente iniciantes na área.

Enquanto isso, Keynes publicava aquela que se tornaria uma das principais obras do século, em economia, *The General Theory of Employment Interest and Money* (1935) (daqui em diante *Teoria Geral*). Nosso autor escreve uma apreciação crítica da obra (Schumpeter, 1936) e, apesar de reconhecer o brilhantismo de Keynes, esta seria a avaliação mais 'ácida' que faria de outro economista (Allen, 1994b, p.24).<sup>166</sup> Schumpeter discorda, de saída, da natureza dos pressupostos keynesianos, em sua opinião, excessivamente fortes. Em particular, a hipótese de que as forças de equilíbrio não operavam de modo efetivo contrariava a perspectiva de Schumpeter em TDE. Entre outros pontos, nosso autor também critica o tratamento que Keynes concede à relação entre poupança e investimento, bem como a, em sua interpretação, excessiva preocupação com o curto-prazo de seu colega economista. Schumpeter, em última instância, via o trabalho de Keynes como vítima do mesmo erro ricardiano, de estender conclusões analíticas para a prática. Pior que isso, julgava que o keynesianismo tivesse como motivação fundamental não o avanço científico em si mesmo, mas a prescrição de política.

Sem entrarmos nos méritos da interpretação de Schumpeter, nem das diferenças teóricas entre os economistas, importa observar que, no que tange à análise retórica, a publicação dos trabalhos de Keynes é relevante tanto em termos de incentivo pessoal para nosso orador, quanto em termos de auditório. Tal publicação coincide com um período de dificuldades nas pesquisas de Schumpeter, e todos os comentadores a que tivemos acesso são unânimes em afirmar que ele, no mínimo, sentia-se incomodado com a capacidade de liderança de Keynes - em outras palavras, Keynes era um adversário a ser levado em conta, seja porque criava discípulos, seja porque incitava controvérsias. Mas não se trata apenas de uma simples desavença pessoal ou teórica: a partir do final dos anos 1930 os estudantes de Harvard se mostram cada vez mais interessados no arcabouço keynesiano e, com isso, diminui a quantidade de alunos em torno de Schumpeter. Dada a relevância que a orientação de jovens talentos tinha para nosso autor - o que é sugerido pelos próprios títulos dos trabalhos de Allen (1994a;1994b) e Samuelson (1951) - é bastante plausível que ele interpretasse a situação como a de perda de interlocutores bastante concretos. Mesmo não expondo suas próprias teorias a tais alunos, é de se esperar que Schumpeter, ao orientá-los, quisesse conduzi-los ao que julgava ser a verdadeira prática da ciência econômica, ainda que ela comportasse múltiplas tendências. Por último, a fama de Keynes colocava, diante de

---

<sup>166</sup> Allen não destaca este ponto, mas vale observar que a resenha é lançada no mesmo ano da publicação da *Teoria Geral* e antes mesmo da publicação da resenha clássica de Hicks (1937).



Schumpeter, questões acerca do dilema entre adesão, muitas vezes de um público menos seletivo, e superação do senso comum. O fato de Keynes ter se dirigido a um público mais amplo não prejudicou, grosso modo, sua recepção na academia: será que haveria de fato um dilema acerca da escolha de uma dessas audiências? E mesmo que houvesse, será que não valeria à pena dirigir o discurso para o público leigo?

É curioso que, em seu artigo, Haberler caracterize em termos bastante semelhantes aos nossos a saga de Schumpeter:

[...] at the bottom of his unhappiness and resignation was, I believe, the cleavage between his high and austere ideals on the one hand and his human feelings and impulses on the other. Again, he was aware of this, and he envied those who - like the utilitarians and Victorians, like Marshall and Keynes - are not plagued by an unbridgeable gulf between their ideals and their emotions, who manage 'at the same time to answer the call of their conscience' and to be 'comforting' to themselves and to others. (Haberler, 1950, p.372).

Nossa postura, contudo, é menos contundente que a de Haberler, na medida em que lançamos dúvidas tanto sobre a possibilidade deste crivo rigoroso quanto acerca da resistência de Schumpeter à transgressão do mesmo, na elaboração de CSD.

De volta à ordem dos acontecimentos, ainda em 1935, com a saída de Taussig, Schumpeter finalmente passa a lecionar teoria econômica em Harvard. Participa de um seminário no Departamento de Agricultura Americano, em que discute a 'capacidade de sobrevivência' do capitalismo - o tema presente nos artigos de 1918 e 1928 adquire progressiva proeminência. Defende novamente a racionalização estimulada pelo capitalismo como principal subversora de sua continuidade. Do mesmo modo que, no artigo de 1928, desqualificou a Primeira Guerra como fator causal neste processo, desta vez, contraria a hipótese de que a crise dos anos 1930 figurasse como tal.<sup>167</sup> Além de reunir estes ensaios para publicação, Schumpeter continua a preparar sua obra sobre ciclos, trabalha 'de vez em quando' em seu livro sobre moeda e se envolve aos poucos com o esboço de um livro em que visava unir sua teoria dinâmica e matemática.<sup>168</sup> Nosso autor não consegue concentrar-se em um projeto único.

A partir de 1936, Schumpeter deixa de realizar sua viagem anual para a Europa, na qual costumava nutrir seu gosto pela arquitetura, visitando diversas catedrais. Um dos motivos para desistência é o aumento do clima de tensão, com a subida de Hitler ao poder. A máquina de guerra se expandia; em 1938 a 'Anschluss', pesadelo de Schumpeter, seria

<sup>167</sup> As conferências foram posteriormente reunidas no ensaio "Can Capitalism Survive?" (Schumpeter, 1936b).

<sup>168</sup> Tal livro, nunca concretizado, era designado por dois possíveis nomes: '*The Mathematical Apparatus of Economics*' e '*Theoretical Apparatus of Economics*'.

concretizada, com a anexação da Áustria pelos alemães. Além do cenário político, Schumpeter tem mais um motivo para permanecer nos EUA: o envolvimento com a economista Elizabeth B. Firusky, que se consolidaria em casamento em agosto de 1937. Um dos ramos de pesquisa de Elizabeth era a industrialização japonesa, o que, ao longo dos anos de guerra, renderia-lhe uma investigação do FBI. No âmbito doméstico, ela se mostraria uma esposa extremamente dedicada a Schumpeter e tolerante com as suas idiossincrasias. Mesmo assim, a depressão de nosso autor evoluiria, fazendo com que a figura pública, extrovertida, diferisse cada vez mais da figura privada, taciturna.<sup>169</sup> A auto-crítica em relação ao seu trabalho se torna mais intensa: no período americano, Schumpeter passa a atribuir notas diárias para seu desempenho.

Em Harvard, a recepção favorável da tradução de TDE e a participação de Schumpeter nas atividades da 'Econometric Society' e da 'American Economic Association', das quais se torna presidente, respectivamente em 1937 e 1948, consolidaram sua fama de economista teórico ao longo do país. Ele, entretanto, não era a única figura de destaque do departamento. As técnicas de insumo-produto de Leontief tornavam-se cada vez mais difundidas; os trabalhos de Chamberlin sobre concorrência imperfeita modificavam as concepções dos economistas sobre funcionamento do mercado e firmas. Schumpeter estava sempre presente na divulgação destes trabalhos e aberto à discussão de idéias com seus autores.<sup>170</sup> Apesar disso, no que tange ao conteúdo específico das teorias, ele não teria muita influência. Tal como em seu próprio caso, estes economistas, muito embora participassem de diversos grupos de estudo, realizavam a maior parte de suas contribuições sozinhos.<sup>171</sup> De modo geral, segundo Lamont&Mason, esse era o perfil de produção acadêmica de Harvard, em contraste com a Cambridge inglesa e, talvez, Chicago:

As an aside, one may remark that there appears to be a large difference between the working habits of economists at Harvard and at Cambridge, England. I have the impression that, at Cambridge (and perhaps also at Chicago) production frequently, if not usually, arises out of group discussion from which the author emerges, if not as an interpreter of group opinion, at least as one whose ideas have been shaped and reshaped in the give and take of discussion. Research at Harvard has not usually had the benefit of this process. [...]. There was, as I have noted, a group around Schumpeter and, later, a group whose centre was Alvin Hansen, but neither of these significantly influenced the writing of individual members. (Lamont&Mason, 1982, p. 425).

---

<sup>169</sup> Allen (1994b) observa que nos períodos em que o quadro de Schumpeter piorava, seu estado se tornava perceptível pelos colegas. Os memoriais de Haberler (1950) e Smithies (1950) atestam esta percepção.

<sup>170</sup> A aproximação de Schumpeter tentaria realizar entre os trabalhos de Chamberlin e Joan Robinson não seria, contudo, vista com bons olhos pelo primeiro.

<sup>171</sup> Vale reforçar, todavia, que os trabalhos sobre concorrência imperfeita são bastante mencionados em CSD, sugerindo impacto dos mesmos na obra. A ênfase nas grandes corporações, no lugar do empresário individual é apontado por alguns autores como ponto de ruptura entre TDE e CSD.

Além destes trabalhos, Harvard é marcada pela expansão da influência de Keynes, especialmente por intermédio de Alvin Hansen (1887-1975), também especialista em ciclos econômicos. Hansen possuía alguns pontos de vista similares aos de Schumpeter mas se, de início, criticou de modo áspero o arcabouço keynesiano, posteriormente, mudaria de idéia. Aos poucos, como menciona a passagem acima, ele, começa a reunir em torno de si diversos estudantes interessados no trabalho de Keynes. Schumpeter, enquanto isso, enfrenta dificuldades com os seus projetos, mas, entre 1937 e 1938, Harvard começa a pressioná-lo pela publicação de seu livro sobre ciclos. Afinal, fazia vinte e cinco anos que o autor não publicava nenhum grande trabalho. Finalmente, ainda insatisfeito, Schumpeter entrega o manuscrito, que seria publicado no ano seguinte.

No prefácio de *Business Cycles*, Schumpeter antepõe o significado que a análise dos ciclos econômicos possui para ele e as dificuldades associadas à sua perspectiva. De acordo com esta, os ciclos não são entidades que podem ser estudadas em si mesmas, de modo fragmentado, mas a própria manifestação do processo capitalista. Schumpeter salienta que o subtítulo do livro - *A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process* - indica as etapas que ele percorre para compreensão do fenômeno.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma análise 'teórica': retoma a estrutura elaborada em TDE, onde o fluxo circular é rompido pela ação inovadora, os principais fenômenos do capitalismo ganham existência (juros, lucro, capital) e, após um processo de ajuste, o sistema retorna ao equilíbrio. A análise dos ciclos, no entanto, é mais elaborada e, de certa forma, parece pretender-se mais realista. O ciclo é gerado, numa primeira aproximação, pela alternância entre a prosperidade impelida pelos empresários (e o 'enxame' de imitadores) e a recessão impelida pela operação das forças de equilíbrio, marcada pela concorrência. Temos aqui o movimento de um estado de equilíbrio a outro (Schumpeter, 1939, p.138), que se traduz em um movimento de ascensão e queda de preços.

Mas além deste contorno fundamental, o ciclo, numa segunda aproximação, é marcado pela ação especuladora ensejada pela própria fase de prosperidade: dentre outras ações, produtores elevam sua produção, esperando auferir ganhos com o clima propício, e estimulam ainda mais a etapa favorável do ciclo. As expectativas dão margem a erros; na etapa recessiva, muitas se revelam falsas e, com isso, o processo de reajustamento se torna mais 'doloroso', caracterizando-se como depressão. O atingimento de um novo estado de equilíbrio se torna um problema mais complexo, posto que a depressão, porventura, leva a economia para além do que seria o equilíbrio em sua ausência (Schumpeter, 1939, p.151). Além do esquema de

quatro fases, Schumpeter propõe, como 'plausível', o reconhecimento, em um instante qualquer, não da operação de um único ciclo - como em TDE - mas do entrecruzamento de mais de um. Do ponto de vista de nossa análise retórica, a passagem em que propõe tal reconhecimento é interessante por seu caráter não determinístico. Teoria e fato são mediados pela percepção do interlocutor:

There is no reason why the cyclical process of evolution should give rise to just one wavelike movement. On the contrary, there are many reasons to expect that it will set into motion an indefinite number of wavelike fluctuations which will roll on simultaneously and interfere with one another in the process. Nor does the impression we derive from any graph of economic time series lend support to a single-cycle hypothesis. On the contrary, the reader need only inspect any of the charts in this book in order to satisfy himself that it is much more natural to assume the presence of many fluctuations, of different span and intensity, which seem to be superimposed on each other. In accepting that inference from theory and in recognizing this fact, we fall in with the general tendency in the study of business cycles. (Schumpeter, 1939, p. 162).

Isso posto, o autor propõe a esquematização da análise com base na operação de três ciclos: o Kitchin, cuja duração média seria quarenta meses, o Juglar que perduraria entre oito e onze anos e, finalmente, o Kondratief cujo tempo seria de algo em torno de cinquenta anos.<sup>172</sup>

Em segundo lugar, *Business Cycles* constitui uma análise 'histórica': o sexto capítulo do livro traz a análise do fenômeno dos ciclos de 1787 a 1842; o sétimo, de 1843 a 1913. O período analisado corresponde à era capitalista, definida por uma forma de propriedade privada na qual as inovações são ensejadas por empréstimos monetários, em geral na forma de crédito (Schumpeter, 1939, p.223). O corte é necessário, pois, vale recordar, o processo capitalista é idêntico à seqüência de eventos motivada pelos ciclos. No primeiro destes períodos, Schumpeter analisa, entre outros pontos, os impactos da Revolução Industrial e das guerras napoleônicas, além de aspectos específicos da economia americana e alemã; tal análise é precedida, entretanto, pela análise das condições prevalecentes nos trezentos anos anteriores ao período considerado, o que denota o nível de detalhamento pretendido pelo autor. No segundo período, Schumpeter examina, entre outros aspectos, a evolução do setor manufatureiro nos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, o impacto gerado pelo desenvolvimento do setor ferroviário nos EUA, bem como aspectos relativos à agricultura - os dois últimos temas, vale dizer, bastante caros às pesquisas de Harvard.

Em terceiro lugar, *Business Cycles* fornece uma análise 'estatística' dos fenômenos teorizados, que ocupa todo o segundo volume da obra. Em última instância, Schumpeter desejava constatar a veracidade de seu esquema teórico, ainda que ficasse satisfeito com a

---

<sup>172</sup> Os nomes dos ciclos são homenagens a economistas pioneiros na análise do fenômeno: Joseph Kitchin (1861-1932), Clement Juglar (1819-1905) e Nikolai Kondratieff (1892-1931?).

simples corroboração do mesmo. O volume apresenta séries de tempo concernentes aos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, muitas delas remontando ao meio do século XIX. São analisadas séries de preços e quantidades - no agregado e para produtos individuais - séries de salário, taxa de juros, taxa de câmbio, entre outras. O último capítulo do livro trata do período da Grande Depressão, examinando o impacto da mesma em cada um dos países considerados. No caso dos Estados Unidos, contém uma análise das medidas tomadas pelo governo Roosevelt e examina a dificuldade para entrar na fase de recuperação do que considerava ser um ciclo Juglar.

Por último, note-se que, já no prefácio da obra, Schumpeter é enfático em afirmar o que não faz parte de seus objetivos: "*I recommend no policy and propose no plan. Readers who care for nothing else should lay this book aside.*" (Schumpeter, 1939, p. vi). De fato, se é que o livro traz uma proposta, esta é de não intervenção. O problema é que os leitores, em sua grande maioria, estavam, sim, interessados em propostas de política econômica. Aqui, novamente, Keynes rouba a cena, visto que a *Teoria Geral* era, por esta época, o principal trabalho discutido no departamento. Schumpeter previra que qualquer obra que escrevesse seria comparada com esta última, mas, dificilmente, esperava que o resultado da comparação lhe fosse tão desfavorável.

Um seminário organizado por seus alunos em 1940 para homenageá-lo, ilustrou bem este resultado: a grande maioria das perguntas e críticas que lhe foram dirigidas ou diziam respeito à identificação de prescrições de política dentro de *Business Cycles*, ou contrastavam sua análise com aquela elaborada por Keynes. De acordo com Allen (1994b) esta foi uma das poucas vezes em que Schumpeter perdeu a paciência diante de seus alunos. De fato, para quem afirmara que seu livro era apenas um ponto de partida para a pesquisa - "*The younger generation of economists should look upon this book merely as something to shoot at and start from - as a motivated program for further research. Nothing, at any rate, could please me more*" (Schumpeter 1939, p.85) - a constatação de que os estudantes não haviam lido seu trabalho com esmero só poderia ser frustrante.

Além disso, os críticos acadêmicos, apesar de reconhecerem o livro como grande peça de erudição não se mostrariam persuadidos. O artigo de Kuznetz (1940), um dos mais incisivos, questiona a idéia de que as inovações aparecessem em 'enxames' e o esquema de quatro fases para análise dos ciclos, além de recusar o esquema de ciclos múltiplos proposto por Schumpeter. Os memoriais escritos por Haberler e Smithies também permitem vislumbrar o caráter problemático da recepção. O primeiro destaca o 'estilo barroco' de nosso autor como uma das principais dificuldades para apreciação de *Business Cycles*, ao lado da concorrência

com o trabalho de Keynes (Haberler, 1950, p. 358). O segundo aponta como principal deficiência da obra a dificuldade em decidir se Schumpeter tinha por objetivo testar sua teoria ou reinterpretar os fatos à luz da mesma (o crítico pende para a segunda hipótese). Tanto Haberler como Smithies apontam o início da Segunda Guerra como fator prejudicial à apreciação da obra. Mas, mais interessante é que, escrevendo em 1950, ambos posterguem para o futuro uma apreciação honesta de *Business Cycles*. Nas palavras de Haberler "*it is the kind of book which takes considerable time to exert its full influence.*" (*Ibid.*). Entretanto, ironicamente, já por esta época o livro havia se tornado um 'clássico', de pouco interesse para a 'fronteira' da economia...

Dentro de nosso esquema, a recepção 'morna' dessa obra funcionaria como mais um incentivo, ao lado da disputa velada com Keynes e outros eventos, para que Schumpeter almejasse, entre outros propósitos, a persuasão como objetivo em si, alcançável com base no direcionamento a um público mais amplo. Trata-se, aqui, do contorno do(s) auditório(s) particular(es) a que CSD teria se dirigido. De outra parte, porém, *Business Cycles* também é relevante no âmbito das concepções partilhadas pelo auditório universal concebido por Schumpeter: a *Sozialökonomik* pertence a tal rede de concepções e, enquanto plataforma reunindo história, teoria e sociologia econômica, teria seus dois primeiros ramos representados por *Business Cycles*. Cumpriria a CSD, neste nível normativo, o papel de responder pelo último ramal.

Logo após a publicação de *Business Cycles*, Schumpeter volta a se dedicar a seus outros projetos. O livro sobre moeda, a estas alturas, precisava apenas ser revisado e ter algumas passagens, escritas em alemão, traduzidas. Nesta mesma época, passa a lecionar uma disciplina de história da economia, numa grade que já não era pequena, e recebe proposta de tradução de *Epochen* para o inglês. Após alguma resistência, decide autorizar a tradução, da qual participaria ativamente. Com base na experiência da tradução e das aulas, começa a planejar *History of Economic Analysis*. CSD também começa a ser esboçado.

Ainda em 1939, Schumpeter recebe a cidadania americana. Poucos meses depois, a Segunda Guerra é deflagrada. Nosso autor sempre havia sido contrário à mesma, argumentando em favor da preservação física e cultural da Europa. Tal como no caso da Primeira Guerra, o que podemos depreender a partir de sua biografia é que suas opiniões políticas não eram muito sofisticadas, em grande medida porque, segundo os comentaristas, ele não acompanhava fielmente os eventos na imprensa. De qualquer forma, eram opiniões

bastante polêmicas para alguém residente nos Estados Unidos e que, há pouco tempo, havia se tornado cidadão americano. Schumpeter não via com bons olhos a ascensão nazista, mas imaginava que, em primeiro lugar, seria temporária e que, em segundo, tinha um lado positivo: uma Alemanha forte poderia deter o avanço russo. Além disso, não concordava com as diretrizes da política britânica, opunha-se veementemente à entrada dos Estados Unidos na guerra e criticava as medidas restritivas deste com relação ao Japão.

Desta vez, porém, suas opiniões não seriam tomadas como simples manifestação de um espírito intransigente. Foram pronunciadas por Schumpeter em apresentações fora da academia e atingiriam não somente os ouvidos da imprensa, mas também do FBI: centenas de correspondências tanto de Schumpeter como de sua esposa (devido aos contatos desta com o Japão) foram reunidas com o objetivo de identificar evidências de envolvimento de ambos com os países inimigos. No final das contas, o esforço do FBI se mostraria vão, como observa Allen (1994b). Mais importantes seriam as dificuldades que Schumpeter enfrentaria dentro de Harvard: sua postura, contrária à dos outros professores, de certa forma acentuou o afastamento dos estudantes que já vinha ocorrendo devido a seus interesses teóricos 'pré-keynesianos'.

Para piorar, sofreria represálias de uma parte dos seus colegas. Duas cadeiras, de maior prestígio acadêmico, foram criadas em Harvard e as credenciais de Schumpeter, novamente, seriam suficientes, em tese, para assegurar-lhe uma. Ao contrário de suas expectativas, porém, foram designados para ocupá-las Alvin Hansen e Lamont Chair. Schumpeter se mostraria, outrossim, cada vez mais decepcionado com a, segundo ele, postura 'não científica' de parcela de seus pares, que, agora, estaria engajada com as políticas econômicas de guerra. O episódio da não contratação de Samuelson, um dos alunos favoritos de nosso autor, seria interpretado por este como resultado do temor de professores defasados em ter ao seu lado um profissional brilhante. Samuelson foi para o MIT. Schumpeter, pouco tempo depois, decidiria aceitar uma oferta de Yale.

A notícia de sua transferência comoveria aqueles que, poucos anos antes, cercavam Schumpeter em busca de conselhos acadêmicos e aprendizado. Uma carta redigida por estes alunos se encontra reproduzida em Allen (1994b, p.96) e confirma o carisma de nosso economista como professor. Os alunos se diziam estimulados pela profundidade e visão de seu pensamento, agradeciam o incentivo de Schumpeter lhes dera para cultivar a economia como ciência e a dedicação para discutir, até mesmo, tópicos que não eram de seu interesse. Nosso economista decide, então, mudar de idéia e ficar. Mas, apesar de reconhecer suas qualidades, a maioria de seus alunos continuaria seguindo rumos distantes do seu, ao longo do

tempo. Além disso, a postura de Schumpeter quanto à guerra continuaria a prejudicar seu relacionamento com muitos de seus colegas. Mesmo após a entrada dos EUA na mesma, em dezembro de 1941, nosso economista não deixou de divulgar suas opiniões.

Ao longo deste período Schumpeter continua ministrando uma série de palestras e escreve alguns artigos, merecendo destaque o obituário de seu amigo Taussig e a participação num conjunto de ensaios dedicados aos cinquenta anos da publicação dos *Principles* de Marshall. Dentre as palestras, as de maior destaque foram realizadas no 'Lowell Institute', nas quais Schumpeter tanto discutiu tópicos relacionados à Grande Depressão e à Primeira Guerra, quanto aspectos referentes à sua análise da instabilidade política e social do capitalismo. A última temática é cara a CSD e, de fato, a elaboração deste passara a canalizar a maior parte das atenções de nosso autor ao longo de 1940/1941. Concebido inicialmente como 'pequeno livro de ensaios', posto que muito dele já havia sido escrito anteriormente, Schumpeter imaginava concretizá-lo ainda em 1940. Fazia questão de referir-se a este livro como algo inferior a seus projetos científicos, um '*parergon*' para usar os termos de Haberler. Apesar de demorar mais tempo do que o planejado por Schumpeter, o livro seria lançado em 1942: um intervalo curto se comparado ao necessário para publicação de *Business Cycles* e ao tempo que já vinha dedicando à elaboração de seus outros livros.

*Capitalismo, Socialismo e Democracia* foi um sucesso imediato (Smithies, 1950, p.633). Segundo Allen (1994b, p.112) teve recepção favorável não só na comunidade acadêmica, mas entre 'leitores sérios', em qualquer lugar. Nas palavras de Haberler (1950, p.358), "[It] was (for a serious book, not a textbook) a great popular success.". Foi traduzido para diversas línguas e, num intervalo de sete anos, receberia duas novas edições (1947 e 1949).

No que toca ao auditório universal composto pelas normas da *Sozialökonomik*, CSD é tomada por Swedberg como contribuição de Schumpeter para o ramal sociológico da mesma. O fato de muitas das teses do livro terem sido estruturadas ainda na fase europeia do economista indica que, realmente, CSD condensa análises que compõem o projeto intelectual de uma vida. As circunstâncias vigentes durante a redação da obra podem até ter aprofundado o caráter pessimista da mesma, mas mostram responder pouco pela essência de uma análise que vinha sendo lapidada há muito tempo.

De outro lado, porém, referências ao contexto contemporâneo, especialmente opiniões de caráter político estão, sim, presentes na obra, apesar de todas as precauções de Schumpeter em dizer que não visava fazer qualquer tipo de prescrição. Além disso, como observamos, o



autor fazia questão, inicialmente, de dissociá-la de seus trabalhos teóricos, dando ele mesmo a entender que CSD não tinha como público alvo a academia. Em especial, nossa leitura tratará de apresentar elementos que apontam para o caráter diferenciado da argumentação de CSD em relação a TDE, a qual fora dirigida para o conjunto mais restrito dos acadêmicos.

Examinaremos as características de CSD e aspectos da sua recepção na seção seguinte. Por ora, cumpre percorrermos os capítulos finais da vida de Schumpeter. No que tange aos trabalhos acadêmicos, nosso autor desiste da publicação de seu livro sobre moeda, sem muitas justificativas. Passaria boa parte do período seguinte dedicando-se ao estudo da matemática, em busca de um arcabouço para formalização de sua teoria dinâmica. Sem sucesso, decide também abandonar seu projeto de um livro teórico. Escreve alguns artigos sobre temas já explorados, tais como inflação e impostos e, apesar de sua pronunciada aversão à prescrição de política, notamos que continua examinando temas relacionados à atualidade. Continua também participando de vários seminários direcionados ao grande público. Um destes proferido na 'Association Professionnelle des Industriels', em Montreal, ficaria conhecido por Schumpeter ter proposto como alternativa ao socialismo um sistema em linha com as prerrogativas da encíclica papal *Quadragesimo Anno* - uma alternativa curiosa, cuja possível justificativa reside na percepção da Igreja como legado feudal capaz de frear o processo de degeneração institucional do capitalismo, em linha com CSD.

Nosso autor auxilia Arthur H. Cole na organização de um centro de pesquisas sobre o empreendedorismo - o empresário, que em TDE fora concebido primordialmente como executor de uma 'função', tinha história. O período é marcado também pelas mortes de Irving Fisher, Wesley C. Mitchell e John Maynard Keynes, de cujos encômios Schumpeter se incumbiu. A morte de Keynes, em particular, detonou um gigantesco número de apreciações por parte da academia e mesmo fora dos círculos acadêmicos. Schumpeter observaria em seu diário: "*The misery is that I see everywhere and on every page of my lecture reading Keynes...and myself, where?*" (reproduzido em Allen, 1994b, p. 159).

No final de 1948, despede-se da presidência da American Economic Association sob muitos aplausos, com o discurso intitulado "Ciência e Ideologia", ensaio a que fizemos menção anteriormente. Schumpeter, aos poucos, resolve concentrar suas atenções em estudos de cunho metodológico e histórico, especialmente na elaboração de *History of Economic Analysis*, que, no entanto, só seria publicado após seu falecimento em 1954. Diversos aspectos do conteúdo metodológico desta obra foram considerados, de forma diluída, ao longo de nossa dissertação: a concepção de ciência como superação do senso comum e como

desenvolvimento de instrumentos de análise, a noção de 'visão', o combate à ideologia por meio de instrumentos, a proposição (baseada nestes últimos) de que há progresso nas ciências econômicas, a preocupação em avaliar o processo de 'Filiação das Idéias' em economia. Deste modo, poupamos o leitor de maiores comentários aqui. O único ponto a ser destacado é que *History*, mais do que analisar os trabalhos de outros economistas, traz em sua introdução um balanço da própria perspectiva metodológica de Schumpeter, indicando o caráter 'inacabado' da *Sozialökonomik*, a despeito de seu papel normativo. Adiante, à guisa de conclusão, algumas destas considerações metodológicas serão retomadas.

Com o término da guerra, Schumpeter começa a agir de maneira menos polêmica, ao menos no que tange à verbalização de suas opiniões políticas; o ostracismo em Harvard havia lhe ensinado uma amarga lição. Seu relacionamento com os colegas retorna à amistosidade morna, mas a camaradagem com os estudantes não o cerca mais. O perfil da universidade também já não contribuiria para tanto, posto que a formação rápida e numerosa de Ph.D's vinha se tornando objetivo proeminente. No âmbito pessoal, a descoberta de que Elizabeth estava com câncer o deixa bastante abalado e piora seu quadro depressivo. Mesmo assim, Schumpeter segue com suas atividades. Nos primeiros dias de 1950, prepara-se para conduzir uma série de seminários na Universidade de Chicago. A programação dos mesmos versava, entre outros pontos, sobre a natureza da interação entre os fatores da mudança econômica e mudança institucional (sociológica). A palavra final de Schumpeter sobre o vínculo entre estes dois ramos da *Sozialökonomik* permaneceria, no entanto, desconhecida. Em 9 de janeiro de 1950 Josef Aloys Schumpeter<sup>173</sup> falece, vítima de uma hemorragia cerebral, em Tatic, Estados Unidos.

---

<sup>173</sup> Grafia do nome de Schumpeter em sua lápide

## Capítulo 6 - A argumentação de Capitalismo, Socialismo e Democracia

### 6.1 - Considerações sobre o prefácio

No prefácio à primeira edição de CSD (1942)<sup>174</sup>, Schumpeter afasta, logo na primeira sentença, a hipótese de que a obra tenha sido elaborada em função do contexto de guerra. Afirma que ela é o resultado de quarenta anos de pensamento, observação e pesquisa a respeito da temática socialista, embora as partes ali presentes não houvessem aparecido antes na imprensa, exceto um esboço da parte II, apresentada no Departamento de Agricultura Americano.<sup>175</sup> No que tange à temática da democracia, declara que esta 'forçou' seu lugar em CSD, na medida em que somente assim nosso autor poderia expressar suas visões sobre a relação entre ordem socialista e 'método' democrático de governo. Atesta ser, de um lado, alguém habilitado para o desafio: o socialismo fez parte de suas experiências, mais do que costuma ocorrer com outros não-socialistas.<sup>176</sup> Ademais, apresenta-se como indivíduo que sempre viu e reagiu a tais fatos de maneira não convencional, o que, de saída, posiciona-o acima do 'senso comum'. Por meio destas afirmações, observamos que Schumpeter dá destaque a sua posição de orador. E, vale notar, deixa claro que não pretendeu dissociar CSD de tais traços pessoais: "*I had no wish to obliterate the traces of this: much of such interest as this book may command would have gone if I had tried to smooth them away.*" (CSD, p. ix)<sup>177</sup>.

Schumpeter reconhece que sua tarefa (recordemos, 'o pequeno livro de ensaios') mostrou-se mais difícil do que imaginara inicialmente, tendo em vista o caráter disperso e heterogêneo de seu material. Constitui, sim, um esforço analítico, muito embora Schumpeter não explicita aqui - como fez no prefácio de TDE acerca de 'teoria' - o que quer dizer por 'análise'. Mas, mesmo refletindo esforços analíticos, CSD se revela obra de um homem que nunca fizera do socialismo o tópico principal de suas pesquisas e que, por conseguinte, tem mais a dizer sobre alguns temas do que sobre outros; Schumpeter se esforça, já no início, para não ser confundido com um socialista. Essa trajetória, de acordo com o autor, resultou no

---

<sup>174</sup> Nossa leitura será realizada com base na primeira edição americana. A leitura da edição brasileira revelou muitos problemas de tradução, os quais, infelizmente, não temos espaço para indicar aqui. Além disso, cremos que realizar a análise retórica com base no original - o que não foi possível no caso de TDE - é sempre o procedimento mais adequado.

<sup>175</sup> Cumpre ressaltar que, apesar das afirmações de Schumpeter, vimos que parte dos argumentos presentes em CSD, mesmo que em roupagem diferente, estavam presentes em artigos anteriores (especialmente Schumpeter, 1918/1991; 1919, 1927/1991).

<sup>176</sup> Shionoya (1997) enfatiza o papel das experiências práticas de Schumpeter com o socialismo na obra deste.

<sup>177</sup> Utilizaremos o formato reduzido (CSD, p. #) para referências a (Schumpeter, 1942, p.#).

aspecto pouco unitário de CSD, que, cumpre enfatizar, contrasta com o 'todo espontaneamente interligado' de TDE (cf. TDE, p.6)<sup>178</sup>:

In order to avoid creating the impression that I aimed at writing a well-balanced treatise I have thought it best to group my material around five central themes. Links and bridges between them have been provided of course and something like systematic unity of presentation has, I hope, been achieved. (CSD, p. ix).

O autor prossegue com um sumário das respectivas partes da obra. Na primeira, diz examinar de maneira não-técnica a doutrina marxista, adiantando, com o termo 'doutrina', a tônica geral do alinhamento que realizará entre marxismo e religião. O objetivo desta parte, segundo ele, é reconhecer a importância da 'mensagem' (profecia) marxista, independentemente de sua aceitação ou rejeição. Tranquiliza o leitor avesso ao marxismo, advertindo que sua própria análise não demandará nenhum instrumento marxista e que, portanto, os não interessados podem pular a parte em questão. Na segunda parte, afirma que 'tentará' mostrar a inevitabilidade tanto da decomposição da sociedade capitalista como da emergência do socialismo, antecipando o caráter paradoxal de sua conclusão, a qual identifica nas conquistas do capitalismo a causa de sua derrocada. Importa a ele destacar que a análise marxista, tal como as análises mais 'populares', estaria errada na compreensão do processo capitalista, conquanto acertassem no resultado final. A aproximação entre marxismo e senso comum (popular), no plano analítico, é uma das linhas argumentativas de Schumpeter, salvo em algumas de suas referências diretas a Marx, em que, via de regra, esta aproximação dá lugar ao reconhecimento de uma visão acertada em contraste com um instrumental analítico superado. Mesmo no caso deste, porém, Schumpeter oscila entre o reconhecimento de um interlocutor à altura e de um analista desqualificado próximo também ao senso comum.

Na terceira parte, promete examinar a possibilidade de sucesso no funcionamento de uma economia socialista, observando que a emergência desta não somente é uma proposição teórica, mas pode ser antecipada pela guerra - Schumpeter intercala proposições referentes à atualidade no texto, apesar de negar que tenham servido de mote ao mesmo. Na quarta parte, pretende posicionar-se quanto a uma controvérsia que, segundo ele, estaria ocupando o país a um tempo; observa, todavia, que apenas uma questão de 'princípio' será examinada e que, além do mais, aspectos dos comentários relevantes para esta parte encontram-se 'difusos' nas outras. Por último, afirma que a quinta parte, dedicada ao esboço dos partidos socialistas, é incompleta e fragmentária, fundamentada em observações pessoais.

---

<sup>178</sup> Conforme visto na seção 4.1.

## 6.2 - Análise retórica da parte I – Mosaico reconstituído.

A primeira parte de CSD, conforme visto, é dedicada à compreensão do legado marxista. Subdivide-se em quatro capítulos: "Marx, o profeta", "Marx, o sociólogo", "Marx, o economista" e "Marx, o professor". Cada um deles será explorado separadamente. Salientamos que esta divisão analítica 'de Marx' em quatro especialidades afronta, de saída, a concepção dialética do marxismo, segundo a qual todas as partes de seu legado se definem recíproca e mutuamente (Harvey, 1999). Este desmembramento se revela fundamental na estratégia argumentativa de Schumpeter.

Outro ponto a ser observado tem a ver com a nossa estratégia de análise. Acreditamos que a primeira parte de CSD forme um bloco coeso que, apesar das observações do economista quanto ao caráter fragmentário da obra, possui um papel relacionado ao 'todo' da mesma. No caso de TDE, identificamos, no primeiro capítulo, o espaço de 'comunhão de mentes', em que o orador tenta 'conquistar' a atenção inicial de seus auditórios apresentando premissas que julga compartilhadas e a partir das quais constrói a argumentação subsequente. De certo modo, é possível afirmar que a primeira parte de CSD tenha um papel similar, posto que ela apresenta um arcabouço que, a um tempo, nutre e está sujeito a ser superado pela construção que Schumpeter realiza nas partes seguintes da obra. Se em Marx o capitalismo é subjulgado por contradições econômicas, em Schumpeter ele será contraditado pelo arcabouço institucional fomentado pelo capitalismo. Cumpre, à primeira parte, contestar o raciocínio marxista a despeito da visão acertada que ele engendra.

Ainda no que tange à estratégia de análise, devemos observar que aqui não temos condições de associar precisamente os elementos do acordo e técnicas argumentativas às disposições de públicos específicos, como fizemos para os auditórios austríaco e alemão em TDE. De qualquer modo, a hipótese de que Schumpeter visava, basicamente, à persuasão de um público mais amplo no que tange aos auditórios particulares de CSD, permite contrastar as estruturas desta e de TDE e identificar as conseqüências deste direcionamento no âmbito da *Sozialökonomik*.

Feitas tais considerações, recordamos que no capítulo I de TDE o carro-chefe da argumentação compunha-se de argumentos quase-lógicos e baseados na estrutura do real. Olhando superficialmente, é óbvio que CSD também terá de se estruturar com base em um mínimo de plausibilidade factual e lógica: sobra muito pouco a ser dito caso nos abstenhamos de raciocinar com base em entes reais, cuja existência seja por nós presumida, e abandonemos o intuito de afastar incompatibilidades (contrapartida da contradição no discurso não formal).

Constatamos, porém, que em TDE o uso destas estruturas argumentativas tinha, sobretudo, um caráter 'positivo'. Por exemplo: ao postular, no início do capítulo I, que o 'todo social' poderia ser desintegrado em partes, Schumpeter utiliza o argumento quase-lógico de natureza matemática referente à inclusão da parte no todo. Para que o argumento funcione, seus 'ouvintes' devem aceitar a estruturação sugerida, o que era plausível para a parcela austríaca. Schumpeter afirma concomitantemente, porém, que este 'todo' forma um 'curso' e que dele são extraídos 'fatos' econômicos. A estruturação quase-lógica é preenchida, assim, com elementos supostamente reais. Mais uma vez, é preciso que o autor presuma que seus ouvintes compartilhem o reconhecimento de tais fatos.

Todavia, salvo na ocasião em que argumenta contra a relevância do 'tempo' no fluxo circular, em TDE Schumpeter não questiona o estatuto lógico do legado austríaco: a discordância em termos de conteúdo, que converge para a proposta do capítulo II, é engendrada dentro da *rationale* austríaca, combinada com presunções acerca de uma realidade comum a alemães e austríacos. Por mais que haja ruptura em termos de premissas, argumentação de TDE obedece a um formato lógico-dedutivo que resultou, inclusive, no ritmo de nossa leitura.<sup>179</sup> Já em CSD veremos que realidade e lógica têm fundamentalmente, na primeira parte, o papel negativo de contestar a construção marxista. Se em TDE a referência a 'causas', 'vínculos causais' parecia fornecer a matéria-prima para argumentação, aqui, alternativamente, Schumpeter nos remete a eles para desqualificar a análise marxista da dinâmica do capitalismo. Acreditamos que a argumentação 'que nega' lide com menos restrições que a positiva, posto que esta, especialmente no âmbito do contato inicial dos espíritos, requer o conhecimento, por parte do orador, das premissas partilhadas pelos auditórios particulares. Somada à utilização abundante de recursos estilísticos, cremos compor formato mais adequado à persuasão de um público amplo.

No prólogo da primeira parte, o marxismo é apresentado como profecia religiosa que ressuscita, preservando, independentemente do contexto original, seu conteúdo. Schumpeter apela para uma imagem religiosa: o legado marxista, como algumas espécies de mensagens sacras "*come back not as unrecognizable elements of a cultural inheritance, but in their individual garb and with their personal scars which people may see and touch.*"(CSD, p.3). Sem fornecer pistas de suas fontes, Schumpeter observa que nos últimos vinte anos havia-se presenciado uma retomada do marxismo, muito embora, como em todo processo de

---

<sup>179</sup> A estrutura lógica se preserva, por mais que elementos de cunho sociológico, histórico e psicológico interfiram nesse formato básico, especialmente no capítulo II.

'canonização', o verdadeiro significado da mensagem de Marx se mostrasse, amiúde, deturpado por seus seguidores. Vale destacar que não obstante a 'análise verdadeira' de Marx também seja, ao longo de CSD, considerada errônea por nosso autor, Schumpeter tem o cuidado de, intermitentemente, reconhecer méritos deste em oposição ao que considera socialismo vulgarizado. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002) notam que a desqualificação do adversário, em um embate dialético, deve ter o cuidado de preservá-lo como interlocutor razoável, sob pena do orador ter seu discurso qualificado como inútil.

Schumpeter, em seguida, afirma que não é a retomada do marxismo em si mesmo que o deixa intrigado, mas o fato desta se realizar nos Estados Unidos, um país que, segundo ele, até os anos 1920 não possuía nenhuma tradição do gênero. Infelizmente, dentro dos limites deste trabalho, não temos condições de discutir a procedência da constatação de Schumpeter, que, de certa forma, poderia apontar para a existência de um público alvo específico para CSD - um conjunto de autores socialistas, por exemplo. Entretanto, o fato do próprio autor não mencionar nomes, nem fazer qualquer tipo de referência a auditórios específicos, permite que mantenhamos a hipótese de que a obra é direcionada para um público concreto mais amplo. Se é que há algum limite, as palavras com que Schumpeter finaliza o prólogo nos autorizam a pensar nos americanos, de modo geral:

Outside of Russia, therefore, the American phenomenon stands alone. We are not concerned with its causes. But it is worth while to survey the contours and the meaning of the message so many Americans have made their own. (CSD, p.4).

Schumpeter revela, no começo do capítulo I ("Marx, o profeta"), que a comparação tecida entre marxismo e religião não é gratuita. Há mais do que semelhança. O legado de Marx é, de acordo com ele, uma religião, na medida em que: a) propõe fins (de 'salvação'), os quais dão sentido e julgam as ações; b) proporciona um guia para tais fins. Schumpeter, com esta formulação, indica o curso geral de seu argumento, marcado pela oposição entre dois binômios: 'fatos-conseqüência', que vai caracterizar a sua proposta de análise do capitalismo, e 'meios-fim', que caracterizará a alternativa marxista.

De acordo com o *Tratado da Argumentação* (2002, p.308), enquadrar um acontecimento (ou conclusão qualquer) num destes binômios implica em valorações diferenciadas do mesmo. De antemão, cumpre observar que tal enquadramento depende das concepções que orador e auditório possuam da realidade e, neste sentido, estamos no âmbito do modelo baseado na estrutura do real. Todavia, ao contrário do que ocorre no capítulo I de TDE, o objetivo principal, até aqui, não é arregimentar uma nova estrutura com base em premissas compartilhadas (ligações de sucessão), mas, sim, opor duas estruturas alternativas.

Num plano geral, perceberemos que, em Marx, o socialismo será tomado como um fim e a análise marxista será concebida como pasticho de meios para consecução do mesmo. A este fim concreto corresponde, paralelamente, o 'fim' de concatenar todos estes meios numa lógica econômica unívoca (de caráter dialético). Em Schumpeter, ao contrário, tanto a auto-superação capitalista como as considerações sobre o socialismo serão tomadas como conseqüências desveladas por uma análise 'livre' e coerente, fundamentada em fatos. Como salientam Perelman&Olbrechts-Tyteca:

Tratar algo como meio é desvalorizá-lo, é tirar-lhe o seu valor absoluto, o valor que se confere ao que vale em si [...]. Considerar algo como meio equivale a dizer que apenas aparentemente é nossa preocupação. (Perelman&Olbrechts-Tyteca 2002, pp.491-492).

O valor destilado dos meios, dentro do binômio 'meios-fim' é transferido para o fim em questão. No caso do marxismo, isso é ressaltado quando Schumpeter equipara o socialismo ao 'fim' paradisíaco. O oposto ocorre dentro do binômio 'fatos-conseqüência': nele, enfatiza-se, em primeira instância, o caráter explicativo da ligação, seu propósito de destrinchar vínculos causais. O socialismo, enquanto 'conseqüência'<sup>180</sup> perde em termos de valor: é a análise schumpeteriana que cumpre aplaudir.<sup>181</sup> O cuidado que Schumpeter tem, em algumas passagens, de reforçar sua não desejabilidade do socialismo parece corroborar nossa proposição.

Perelman&Olbrechts-Tyteca notam que, na pior das hipóteses, um meio pode ser aproximado de mero expediente para consecução de algo. Este é um dos principais riscos a que está sujeito qualquer tipo de argumentação, caso seja identificada como mera demagogia:

A argumentação destinada a outrem, a eloqüência sob todas as formas, teve de sofrer essa desqualificação e está concomitantemente exposta a ela. Esta pode atingir tal argumento, tal discurso particular, a arte oratória inteira. Qualificá-los de retórica basta, em geral, para eliminar a eficácia dos enunciados. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 511).

Neste sentido, é interessante que, tendo alinhado religião e marxismo, nosso autor, logo em seguida, refira-se à fraseologia que costuma acompanhar o último, a qual, dentre outras coisas, teria feito com que "*Marx, had occasionally to bend, or to deviate from, the opinions that would logically follow from his system*" (CSD, p.5), ainda que Schumpeter saliente que o arsenal de 'frases calorosas' e 'gesticulações' responda apenas por uma parcela

<sup>180</sup> Cumpre afastar, de saída, um possível mal-entendido: ao afirmarmos que o socialismo aparece como conseqüência da análise schumpeteriana nos referimos ao modo com que é analisado. Concretamente, muito embora as condições favoráveis sejam nutridas pelo processo capitalista, Schumpeter o identifica como estado somente engendrável por meio de ação direta e, para que esta se dê, faz sentido tomar o socialismo como fim (da ação). (CSD, p.220). O importante, aqui, é que ele não é o fim da análise de Schumpeter.

<sup>181</sup> Para visualizar facilmente a dinâmica dos pares, basta pensar numa fração (Termo desqualificado)/(Termo valorizado). Em Marx temos: meio/fim. Em Schumpeter: conseqüência/fato. Um mesmo fenômeno participa do numerador de um par e do denominador do outro, sendo valorizado diferentemente em cada um deles.



pequena do sucesso do marxismo. Considerada a ressalva, porém, notamos que nosso economista se mostra, ao longo da parte I, bastante atento aos estratagemas retóricos de Marx, em geral, tomando 'retórica' de modo depreciativo. Isto é interessante por sugerir da parte de nosso autor, indiretamente, um mínimo de consciência de sua própria estrutura argumentativa.

O sucesso do marxismo, segundo Schumpeter, deveu-se à mistura de caráter religioso com pretensão à cientificidade. Esta mistura se mostrou apropriada para um contexto em que o sofrimento pungente das massas despossuídas, bem como a banalidade espiritual da burguesia, contrastava com a mentalidade positivista e com as realizações materiais do capitalismo burguês. O marxismo serviu, assim, aos propósitos 'auto-terapêuticos' das pessoas insatisfeitas, mas que, ao mesmo tempo, exigiam formulações racionais. Em primeiro lugar, teria substituído o 'verdadeiro desejo' das massas de se tornarem burguesas pela idéia de consciência de classe - substituição que resulta principalmente da ação dos intelectuais. Em segundo, Marx não precisou recorrer, explicitamente, ao apelo emocional das mesmas, apresentando-se, ao invés disso, como analista de um processo que se revelava. Um analista-profeta: *"As every true prophet styles himself the humble mouthpiece of his deity, so Marx pretended no more than to speak the logic of the dialectic process of history."*(CSD, p.7). Na seqüência, observamos que Schumpeter também não prima por um tom menos 'desbocado' que o dos marxistas, chegando mesmo a tecer comentários de ordem pessoal em relação a Marx - o que, ao nosso ver, denota o caráter mais popular da obra. Ao comentar sobre a mistura entre cientificidade e religião, nosso autor desfere seu veneno: *"There is dignity in all this which compensates for many pettinesses and vulgarities with which, in his work and life, this dignity formed so strange an alliance."* (CSD, p.7).

Na frase seguinte, entretanto, Schumpeter afirma que Marx, conquanto vulgar, era civilizado o bastante para admitir as realizações benéficas do sistema capitalista e seu caráter necessário, ao contrário de alguns 'professores de socialismo'. Destaca a percepção que Marx possuía da 'lógica orgânica' das coisas (*things*), à qual sua 'teoria' da história daria particular expressão. Com isso, Schumpeter antecipa seu julgamento favorável da 'interpretação econômica da história' que, purgada dos, segundo ele, exageros que explorará no capítulo seguinte, teria sido o principal legado de seu adversário, permitindo qualificar o socialismo do último como 'científico'. A partir da oposição entre os binômios 'fato-conseqüência' e 'meios-fim' Schumpeter engendra uma progressiva dissociação das noções, das premissas, presentes no legado marxista. Desconstruindo Marx, Schumpeter o reinterpreta.

É interessante que nosso autor, aos poucos, concede ênfase ao termo 'interpretação', revelando o seu próprio procedimento argumentativo e sugerindo, de certa forma, que a

análise do capitalismo não é um procedimento puro (de nossa parte perguntamos: será que isso seria possível?), por mais que seu raciocínio se apóie no binômio 'fatos-conseqüência'. Os ramais sociológico e histórico da *Sozialökonomik* são sugeridos, de início,<sup>182</sup> como principais 'brechas' para a argumentação de caráter contingente. Em TDE, não obstante tenhamos constatado a intervenção de elementos histórico-sociológicos na teorização econômica, especialmente no capítulo II, nosso economista destaca os atributos 'positivos' de sua análise. É possível aventar a hipótese de que haja uma certa diferença nos vínculos entre os ramais da *Sozialökonomik* nas formulações de TDE e CSD - o que, inclusive, teria impacto na concepção de 'teoria econômica' para Schumpeter. Estamos aqui no plano das normas do auditório universal, sendo possível notar que, por mais que seus pilares estivessem consolidados já no início da carreira de nosso autor, ele não deixou de ser objeto de reflexão de Schumpeter. Aos nossos propósitos, interessa constatar em que medida a dinâmica da argumentação de nosso economista aponta para esta possibilidade, testemunhando o caráter ao mesmo tempo unitário e dinâmico da sua obra.

Em "Marx, o sociólogo" (capítulo II), Schumpeter explicita, logo no primeiro parágrafo, seu procedimento 'deliberadamente analítico' de dividir Marx em partes. Afirma não objetar a existência de uma (aparente) unidade entre os vários segmentos 'intrinsecamente independentes' do legado deste que, de fato, teria o objetivo de correlacioná-los. Contudo, a perda do *glamour* da fé é compensado pela recuperação de importantes fragmentos de verdade, em meio a destroços (metáforas referentes a conflitos são muito encontradas em CSD, remetendo-nos ao contexto de guerra). Sob pena de ofender os 'crentes', Schumpeter repudia, de saída, a dialética: "*This [wreckage] applies first of all to Marx's philosophy which we may as well get out of our way once and for all. [...] I believe this to be a mistake and an injustice to Marx's scientific powers.*" (CSD, p.9; grifo nosso). O contato com a filosofia neo-hegeliana é tachado de 'paixão de juventude' que, no entanto, não teria resultado na intrusão da metafísica no reino da ciência positiva. Para Schumpeter, o principal mérito de Marx, o sociólogo, era seu extenso domínio sobre fatos históricos, tomados não como meros fragmentos, mas como componentes de uma lógica da história. Da mistura de paixão e impulso analítico resultou a 'interpretação econômica da história' tomada por Schumpeter como a grande contribuição de Marx para sociologia, contanto que, observe-se, seja tomada nos conformes da interpretação de nosso autor.

---

<sup>182</sup> Veremos, adiante, que é possível que a contingência também afete o ramal teórico.

Schumpeter se opõe àqueles que vêem nela a proposição de que os fatores econômicos são os únicos determinantes da superestrutura sócio-cultural de uma época e àqueles que a identificam como interpretação 'materialista'. De acordo ele, Marx não teria sustentado que religião, metafísica, escolas de arte etc. fossem completamente determinadas por fatores econômicos, mas que tais fatores simplesmente 'condicionam' estas manifestações e interferem em sua ascensão e posterior desprestígio. Quanto ao materialismo, Schumpeter observa que o próprio Marx teria qualificado sua interpretação como tal, atraindo mais popularidade para seu trabalho, mas que, na verdade, ela seria totalmente 'sem significado'. Destrinchado da dialética, o materialismo é visto tão somente como esforço de apreender o processo histórico com base no comando da ciência empírica, o que seria compatível com qualquer crença metafísica: "*Medieval theology itself supplies methods by which it is possible to establish this compatibility.*" (CSD, p.11). Posto isto, a interpretação econômica da história (conforme Marx) é resumida, então, em duas proposições: a) as condições ou formas de produção são os determinantes fundamentais da estrutura social que gera atitudes, civilizações e ações; b) tais formas de produção têm lógica própria e mudam de acordo com necessidades inerentes a elas. No passo seguinte, Schumpeter se preocupa em conduzir, novamente, tais proposições a seu devido valor:

Both propositions undoubtedly contain a large amount of truth and are, as we shall find at several turns of our way, invaluable working hypotheses. [...] Nevertheless, the question arises whether the economic interpretation of history is more than a convenient approximation which must be expected to work less satisfactorily in some cases than it does in others. (CSD, p. 12).

Primeiramente, nosso autor menciona o fato 'óbvio' de que estruturas sociais costumam persistir durante mais tempo de que os sistemas econômicos que lhes fomentaram - premissa importante para a análise posterior do declínio capitalista. Sem entrar nos méritos da obviedade ou não da constatação, ela é importante por refrear a primeira premissa: as condições de produção são fundamentais, mas não os únicos determinantes. Além disso, no que toca à segunda premissa, Schumpeter destaca que existem situações em que outros fatores, por exemplo, militares, impactam a estrutura econômica. Sendo assim, as formas de produção têm lógica própria, mas são afetadas também por fatores externos. Feitas tais considerações, Schumpeter afirma que o melhor seria admitir a interação entre a esfera da produção e outras esferas da vida, com o que recoloca seu ponto inicial: os fatores econômicos não são determinantes únicos. Notamos que, ao contrário do que vimos no capítulo I de TDE, a estrutura de CSD é muito menos linear. Ao invés de um arranjo hipotético-dedutivo, temos uma estrutura de 'idas e vindas', em que se encontram entremeadas frases de efeito, sempre recordando a natureza religiosa do marxismo.

Schumpeter considera que a 'unilateralidade' da interpretação econômica da história, no marxismo, serve ao propósito de persuasão dos crentes, mas que, de qualquer forma, a contribuição de Marx teria suplantado 'argumentos' piores (não os menciona). Passa em seguida para a avaliação da teoria marxista das classes sociais. A passagem merece ser destacada, tanto por seu tom zombeteiro como por traduzir certo caráter social do conhecimento. A imagem do riso - equivalente argumentativo do absurdo formal - é particularmente interessante e será retomada mais vezes ao longo de CSD:

To the faithful, of course, it is simply the master key to all the secrets of human history. And if we sometimes feel inclined to smile at rather naïve applications of it, we should remember what sort of arguments it replaced. Even the crippled sister of the economic interpretation of history, the Marxian Theory of Social Classes, moves into a more favorable light as soon as we bear this in mind. (CSD, p. 13).

Comparada às propostas que costumavam ver nas classes sociais somente uma coleção de indivíduos, a contribuição de Marx teria tido o mérito de identificá-las como 'entidades vivas' que subsistem enquanto tais. Nosso autor observa que a relevância do fenômeno das classes sociais para a teoria econômica pura seria uma questão ainda em aberto, o que, em nossa opinião, indica uma dificuldade referente à própria ligação entre os ramais da *Sozialökonomik*. Seja como for, mais uma vez, qualifica tal contribuição. Em primeiro lugar, a proposição de que a 'história da sociedade é a história da luta de classes', deveria ser amenizada para 'os eventos históricos, podem ser interpretados, freqüentemente, em termos de interesses e lutas de classe'. Ainda assim, a 'irmã coxa' da interpretação econômica da história teria seu valor: "[...] *enough remains to entitle us to speak of a conception nearly as valuable as was the economic interpretation of history itself.*" (CSD, p. 14).

Em segundo lugar, Schumpeter julga a definição de classes a partir da 'posse ou não de propriedade' mal especificada, na medida em que a questão acerca da acumulação primitiva ficaria pendente. Marx teria desqualificado explicações fundamentadas em atributos especiais de certos indivíduos: "[...] *he was well advised to sneer at that story about the good boys. For to call for a guffaw is no doubt an excellent method of disposing of an uncomfortable truth [...]*" (CSD, p.16) - o que Schumpeter considera absurdo, posto que qualquer analista de mente não viesada seria capaz de perceber que: "*Supernormal intelligence and energy account for industrial success and in particular for the 'founding' of industrial positions in nine cases out of ten.*" (*Ibid.*). Nosso economista recorda aqui sua teoria da inovação, corroborada, no entanto, por uma estatística bastante discutível...

Segundo nosso autor, a saída para Marx foi admitir a proposição burguesa do feudalismo como reino da força - o antagonismo de classes que, a princípio, deveria

caracterizar somente a sociedade capitalista, foi estendido para a sociedade feudal. Nos casos em que lordes feudais houvessem se tornado industriais, a proposição seria aceitável. Nos outros casos, infelizmente:

The only frank way of expressing the situation is that from a Marxian standpoint there is no satisfactory explanation, that is to say, no explanation without resorting to non-Marxian elements suggestive of non-Marxian conclusions. [...] it's perhaps superfluous to insist on the shortcomings of a theory which not even in the most favorable instances goes anywhere near the heart of the phenomenon it undertakes to explain, and which never should have been taken seriously. (CSD, p.18; grifos nossos).

Com o que, qualquer mérito que tal teoria tenha possuído em relação a teorias anteriores é desqualificado. Nosso autor, em seguida, recobra elementos da análise realizada em seu antigo artigo sobre classes sociais (Schumpeter, 1919/1961) no qual defende que o sucesso econômico (propriedade) é somente um dos fatores determinantes do estatuto de uma classe social. Ademais, a questão relevante, em sua opinião, é investigar a elevação e queda de famílias dentro de classes superiores e inferiores, posto que recusa a divisão, segundo ele, simplista e estanque entre classe capitalista e classe proletária. A pluralidade de e o movimento entre classes seriam, a seu ver, fatos 'óbvios' e 'indisputáveis' que não teriam sido reconhecidos na análise marxista simplesmente porque não resultam nas 'conseqüências que desejam'. Tomando a última expressão como sinônimo de 'fim', acreditamos que temos aqui corroborada a argumentação fundada na oposição dos binômios 'meios-fim' e 'fatos-conseqüência', referida acima. A seqüência do texto fornece mais subsídios para nossa afirmação: "*It is not superfluous, however, to consider the role which that theory plays within Marx's structure and to ask ourselves what analytic intention - as distinguished from its use as a piece of equipment for the agitator - he meant it to serve.*" (CSD, p.18; grifo nosso). Para Schumpeter a teorização de Marx servia a fins concretos e analíticos.

Como observamos acima, Perelman&Olbrechts-Tyteca afirmam que o contraste 'meios-fim' e 'fatos-conseqüência' permite ao orador efetuar dissociações. Vale reproduzir a passagem em que os autores diferenciam este procedimento dos processos de ligação baseada na estrutura do real (e de fundamentação do real) que vimos dar a tônica dos dois primeiros capítulos de TDE. Enquanto na ligação o orador tenta tornar solidários elementos que inicialmente poderiam ser tomados independentes por seu público, no caso da dissociação:

A oposição ao estabelecimento de tal solidariedade se assinalará pela recusa de reconhecer a existência de uma ligação. Mostrar-se-á, notadamente, que uma ligação que fora considerada aceita, que fora presumida ou desejada, não existe, porque nada permite constatar ou justificar a influência que certos fenômenos examinados teriam sobre aqueles que estão em causa e porque, em conseqüência, é irrelevante levar-se em consideração os primeiros. (Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p.468).

Uma das maneiras de efetuar este desligamento é interpretando uma relação que antes era tida por vínculo causal como vínculo deliberadamente constituído. É assim que Schumpeter prossegue em sua argumentação: "[...] *we must bear in mind that for Marx the theory of Social Classes and the Economic Interpretation of History were not what they are for us, viz., two independent doctrines.*" (CSD, p.18). A teoria das classes sociais teria tido, em Marx, o papel de tornar simples o mecanismo da interpretação econômica, delimitando-o de maneira simplificada e precisa; por isso, diz Schumpeter, as classes foram definidas somente em termos econômicos. Este, porém, não foi o único papel da teoria das classes sociais: "*it was a bold stroke of analytic strategy which linked the fate of the class phenomenon with the fate of capitalism*" (CSD, p.19). Ao tomar a propriedade como o mesmo critério definidor da luta de classes e do capitalismo Marx pode concluir que o socialismo, o qual para Schumpeter não tem 'nada a ver' com a presença ou ausência de classes sociais, emergiria como único tipo possível de sociedade sem classes. O antagonismo patente entre capitalistas e proletários também é apontado como outro 'requerimento' da análise, dadas as premissas de que só há duas classes e de que a divisão de classes seria o móvel principal da história e meio para emergência do socialismo. Um antagonismo tão necessário para análise que forçou Marx a ir de encontro aos fatos: "*To any mind not warped by the habit of fingering the Marxian rosary it should be obvious that their relation is, in normal times, primarily one of cooperation [...]*" (*Ibid.*).

Finalmente, Schumpeter adianta que a teoria econômica de Marx, examinada no capítulo seguinte, também tem o caráter de estratégia analítica. Ela daria a mecânica pela qual os fenômenos sociológicos - classe, luta de classes, entre outros - operam por meio de valores, lucros, investimentos etc., fomentando um processo econômico a um tempo responsável pela derrocada institucional do capitalismo e garantidor da alternativa socialista:

This particular theory of social classes is the analytic tool which, by linking the economic interpretation of history with the concepts of the profit economy, marshals all social facts, makes all phenomena confocal.(CSD, p.20; grifos nossos).

Em "Marx, o economista" (capítulo III), este é apresentado como estudante aplicado das técnicas econômicas, o que, de certa forma, indica menos brilhantismo do que em sua atuação como profeta e sociólogo. Schumpeter, de toda forma, destaca em cores fortes o incessante esforço de seu adversário para dominar as técnicas de análise mais atuais: Marx era um 'leitor voraz' e um 'trabalhador infatigável'. Tal empenho permitiu que ele se libertasse de muitos preconceitos e objetivos extra-científicos, muito embora trabalhasse para fechar uma

'visão definida'. Ainda que seu esforço tenha sido orientado para propósitos 'bem circunscritos' e nem todos os resultados analíticos fossem satisfatórios, Marx teria contribuído, em alguns momentos, para o refinamento das técnicas que aprendeu - aos olhos de Schumpeter, um esforço de ordem científica. O não reconhecimento de seus méritos analíticos, tanto por parte de seguidores como de inimigos, seria devido, entre outras coisas, à mistura de análise e linguagem inflamada.

Schumpeter questiona, então, se Marx possuía algum mestre. Ao que responde afirmativamente: ele era um 'pupilo' de Ricardo.<sup>183</sup> Aliás, bastante fiel:

He was a pupil not only in the sense that his own argument evidently starts from Ricardo's propositions but also in the much more significant sense that he had learned the art of theorizing from Ricardo. He always used Ricardo's tools, and every theoretical problem presented itself to him in the form of difficulties which occurred to him in his profound study of Ricardo and of suggestions for further work which he gleaned from it. Marx himself admitted much of this, although of course he would not have admitted that his attitude toward Ricardo was typically that of a pupil who goes to the professor, hears him speak [...] and then goes home and tries to work the thing out. (CSD,p.22).

Na seqüência, Schumpeter passa a examinar aspectos de *O Capital*, um trabalho inacabado e, segundo ele, já parcialmente destruído por alguns 'ataques' (imagem de guerra). Divide a análise em sete pontos. No primeiro deles, trata da teoria do valor trabalho, apresentada como a maior influência do legado de Ricardo na obra. Schumpeter recorre ao pronome 'ambos' no início de frases subseqüentes, o que fornece o efeito de ritmo e presença à ligação entre os economistas: "*Both [...] say that the value of every commodity[...]. Both measure this quantity. [...].Both encounter the threshold difficulties [...]. Both answer critics by the same argument.*" (CSD, p.23). Entre as duas últimas frases intercala "*Neither has anything useful to say about monopoly or what we now call imperfect competition*". (Ibid.). A limitação aos casos de concorrência perfeita, bem como as dificuldades de lidar com mais um fator de produção são apontados por Schumpeter como principais deficiências da teoria do valor trabalho. Como era de se esperar, propõe a substituição da mesma pela teoria da utilidade marginal, que tanto daria conta destes fenômenos como, sob as mesmas hipóteses restritivas, chegaria aos resultados da teoria clássica. Cumpre observar, de passagem, que a temática do monopólio e da concorrência imperfeita - em alta na Harvard dos anos 1930-1940 - ganha destaque em CSD e, em mais de um momento, serve para qualificar a análise e a visão de Marx.

No segundo ponto, Schumpeter observa, de forma brevíssima, que tanto Ricardo como Marx, apesar de não admitirem todas as limitações resultantes da teoria do valor trabalho,

---

<sup>183</sup> Schumpeter afirma que Quesnay teria sido outra influência importante, principalmente para a concepção de Marx de 'processo social'. Contudo não se aprofunda no exame de tal vínculo.

estavam cientes das dificuldades que esta gerava para análise da terra e do capital. No terceiro ponto, nosso autor nota, contudo, que no tocante à análise do capital, Marx teria avançado na percepção do problema e promovido a melhoria dos aparatos conceituais. Fez isso, por exemplo, ao substituir a distinção de Ricardo entre capital fixo e circulante pela distinção entre capital constante e variável (salário) e, igualmente, ao substituir as noções 'rudimentares' acerca da duração do processo produtivo pelo conceito mais rigoroso de 'estrutura orgânica do capital'.

Schumpeter prefere concentrar suas atenções, todavia, num dos aspectos desta contribuição: a teoria da exploração. Aqui ele retoma a mesma linha do argumento presente no capítulo "Marx, o profeta", de que a proposta teórica de Marx caiu como uma 'luva' para os anseios de massas frustradas - cujo sentimento havia sido nutrido por intelectuais (desocupados), verdadeiros mentores de seus cérebros. Novamente: Marx não se limitou, ao contrário destes últimos, ao mero apelo para os brios ofendidos dos proletários. Ao tomar o 'cérebro, músculos e nervos' (a seqüência do texto é essa) dos trabalhadores como estoque de trabalho potencial avaliado de acordo com o tempo socialmente necessário para consecução dos artigos requeridos para preservá-los, Marx os aproximou de 'escravos', com isso permitindo que a lei do valor trabalho fosse co-extensiva aos mesmos. Em equilíbrio sob concorrência perfeita, o salário seria proporcional ao número de horas demandadas para a produção deste estoque. O problema é que, uma vez tendo-os contratado, o capitalista tinha o poder de fazer os proletários trabalharem mais horas que o necessário para a auto-reprodução de suas forças. O fato dos bens produzidos por eles também serem avaliados de acordo com a teoria do valor trabalho, permitia que fosse gerada a mais valia apropriada pelo capitalista. A exploração é legitimada 'cientificamente':

Let us admire, in passing, the pedagogics of it: however special and removed from its ordinary sense the meaning might be which the word Exploitation now acquires, [...] it is received into the pale of scientific argument after all and thus serves the purpose of comforting the disciple marching on to fight his battles. (CSD, p. 27; grifo nosso).

Em seguida, Schumpeter critica dois aspectos relacionados a esta teoria. Primeiro observa que a aplicação da teoria do valor à própria força de trabalho seria implausível posto que os trabalhadores não são produzidos de acordo com cálculo de custo racionais. Além disso, a possibilidade de explorar os trabalhadores seria incompatível com a posição de equilíbrio de concorrência perfeita, já que numa situação como esta os capitalistas expandiriam a produção até terem seus ganhos reduzidos a zero com o aumento das taxas de



salários.<sup>184</sup> Mas, antes que o leitor sinta-se desconfortável no terreno em que as críticas são elaboradas, Schumpeter observa que, realmente, Marx não estava muito preocupado com estados de equilíbrio, mas com a dinâmica do capitalismo: ainda que houvesse uma tendência para que a mais valia desaparecesse, o fato de ser constantemente recriada pela 'mudança incessante' na estrutura produtiva impediria que isso fosse concretizado.

No quarto ponto, Schumpeter aceita o embate dentro do terreno da dinâmica. Em primeiro lugar, ele objeta a explicação marxista para o igualamento das taxas de lucro entre indústrias, fundada na redistribuição de mais valia entre capitalistas concorrentes. A crítica se estrutura com base numa simples desqualificação de princípio, sem que Schumpeter se estenda sobre o problema considerado: "*We readily see that the difficulty belongs to the class of spurious problems that always result from attempts to work an unsound theory.*" (CSD, p.29; grifo nosso) - cumprindo observar como esta desqualificação contrasta com os elogios acerca do empenho de Marx e do aprimoramento realizado pelo mesmo em alguns aspectos da teoria. Schumpeter, em tom debochado, também aponta a 'ingenuidade alegre' de Marx em acreditar que sua teoria seria capaz de explicar a tendência histórica da queda de lucros, com base em alterações na composição de capital nas indústrias produtoras de artigos de subsistência. Schumpeter observa: "*It would be interesting to discuss it on its own merits and independently of the mistakes Marx committed in deriving it.*" (CSD, p. 30). Porém, "*We need not stay to do so, for it is sufficiently condemned by its premises.*" (*Ibid.*). Nosso autor apela para algo como o 'bom senso' de seu auditório, sem, contudo, delimitar os contornos precisos do mesmo. Seu discurso, diferentemente do que é visto em TDE, é muito mais incisivo e coloca em primeiro plano a presença do próprio orador.

Schumpeter resolve, então, considerar outro elemento da dinâmica marxista: a teoria da acumulação. Observa, inicialmente, a 'necessidade' que o marxismo teve de engendrar a compulsão dos capitalistas para acumular à lógica (acumuladora) capitalista, independentemente de motivações subjetivas. Em Marx, os lucros induzem o processo, já que dependem do aumento da produção e esta da acumulação; ademais, no plano coletivo, esse procedimento geraria pressão na taxa de mais valia dos capitalistas, fazendo com que estes, pressionados, expandissem ainda mais a acumulação. De repente, entretanto, Schumpeter afirma que 'muito mais importante' e compulsória é outra 'coisa'. Em um rompante, passa a descrever a natureza dinâmica do capitalismo, de acordo com TDE: "*As a matter of fact, capitalist economy is not and cannot be stationary.*" (CSD, p.31). O capitalismo é um sistema

---

<sup>184</sup> Dificuldade que de acordo com Schumpeter poderia ser amenizada pela utilização da teoria da concorrência imperfeita, o que nos remete mais uma vez aos trabalhos de Chamberlin e Joan Robinson.

revolucionado 'a partir de dentro', pelas novas mercadorias, métodos e oportunidades dentro de uma estrutura industrial qualquer e, mais do que isso, as estruturas também estão incessantemente mudando. O progresso 'significa' tumulto. As firmas antigas têm de acompanhar as inovações engendradas pelas pioneiras, sob pena de serem engalfinhadas no processo. Schumpeter expõe os principais elementos de sua teoria dinâmica e, de forma subliminar, percebemos que a ação do lucro perde destaque, conquanto a ameaça de redução do mesmo pela ação de novos empreendimentos seja sempre um estímulo. Curiosamente, porém, Schumpeter não descreve aqui as principais motivações para que os empresários pioneiros hajam enquanto tais; motivações que, em TDE, vimos situarem-se além dos lucros.

Nosso economista volta para Marx e elogia a capacidade que este teve de 'ver' o caráter dinâmico do capitalismo, diferentemente de outros capitalistas de seu tempo. Ao identificar seu mecanismo como mero movimento de massas de capital, todavia, Marx teria pecado na análise. Em grande medida, esta falha residia no fato deste não possuir uma teoria da inovação e de não separar o empresário do capitalista - contribuições de Schumpeter em TDE. Nosso autor, entretanto, pondera a crítica e justifica sua própria contribuição teórica: "[...] *the mere vision of the process was in itself sufficient for many of the purposes that Marx had in mind. The 'non sequitur' ceases to be a fatal objection if what does not follow from Marx's argument can be made to follow from another one.*" (CSD, p. 32; grifos nossos). O misto de visão e de *non sequitur*, em grande medida devido ao caráter 'forçoso' da construção de Marx, é explicitado por Schumpeter como um dos eixos de sua interpretação. Tal misto caracterizaria, outrossim, outro elemento da 'cadeia' de Marx, a teoria da concentração: visão privilegiada do advento das grandes empresas, mas incapacidade de analisar, entre outras coisas, os fenômenos do monopólio e oligopólio, dada a insuficiência de técnicas adequadas. Cumpre observar como Schumpeter se refere às limitações de Marx para perceber as 'conseqüências' dos processos de concentração; limitações que, entre outras razões, estariam relacionadas a 'fins' da análise marxista (oposição de binômios):

He perceived some of the consequences correctly [...] and others at least in a one-sided or distorted manner. He electrified the atmosphere surrounding the phenomenon by all the dynamos of class war and politics - that alone would have been enough to raise his exposition of it high above the dry economic theorems involved, particularly for people without any imagination of their own. (CSD, p. 34; grifos nossos).

O ponto seguinte (quinto) explora a teoria do empobrecimento (*immiserization*), segundo a qual no curso da evolução capitalista as taxas de salário real e o padrão de vida das massas tenderiam a piorar nos estratos mais altos e não melhorar nos inferiores. De saída, Schumpeter aponta o caráter errôneo da visão marxista que, no caso, teria sido contrariada

pelos fatos. Além disso, aponta o caráter deficiente da teoria no plano analítico, uma vez em que estava apoiada na teoria do exército industrial de reserva que, por seu turno, fundamentava-se na análise da mecanização de Ricardo - é impressionante como Schumpeter subverte a dialética em uma verdadeira cadeia de teorias problemáticas, cujos elos são progressivamente denunciados. Examina características da mencionada teoria da mecanização, sobre os quais não nos estenderemos. Importa que, segundo Schumpeter, Marx teria se prendido, com 'energia desesperada', somente aos aspectos mais negativos da mesma - a substituição da força humana pela máquina - os quais garantiriam um substrato firme para sua postura quanto ao exército industrial de reserva (teorização com um 'fim'). Mas o caráter deliberado de sua teorização não pararia por aí: a teoria do exército industrial de reserva, por seu turno, também estaria direcionada para fins delimitados, entre os quais o mais importante era a incitação das massas:

[...] the particularly narrow view of the process of mechanization he adopted was essential in order to motivate the resounding phrases in Chapter XXXII of the first volume of *Das Kapital* which in a sense are the crowing finale [...] of Marx's whole work. (CSD, p. 37).

No sexto ponto, Schumpeter examina a performance de Marx no campo dos ciclos econômicos. Salienta o caráter fragmentário da contribuição do mesmo nessa área, que, diferentemente dos casos anteriores, não teria sido completamente arranjada dentro de suas leis do processo capitalista. Esse desprendimento, porém, teria como vantagem, uma 'sinceridade' analítica ausente na maioria de suas contribuições: "*it released Marx, for once, from the thralldom of his system and set him free to look at facts without having to do violence to them.*" (CSD, p. 40; grifo nosso). Além disso, se, por um lado, ele foi incapaz de explicar a sucessão imanente de prosperidades e depressões, isto é, o contorno flutuante dos ciclos, por outro, a simples capacidade de visualizar tais flutuações e a percepção de que o capitalismo, a despeito dos contratempos, propulsiona seu poder de produção, colocava Marx acima dos analistas de sua época. Estes, via de regra, enxergavam somente os momentos isolados dos ciclos, as referidas 'crises' pontuais.<sup>185</sup> Para Marx as crises não eram fatos tão simples. Segundo Schumpeter, ele teria observado até mesmo que elas 'tinham algo a ver' com a dinâmica dos mercados monetários (crédito), que a produção se expandia 'repentinamente e aos saltos', que isso era prelúdio de uma 'súbita contração' e por fim, teria chegado, inclusive, a buscar explicações para a flutuação no crescimento populacional. Tateando os fatos sem pressioná-los, Marx teria se aproximado da análise de Schumpeter em TDE e *Business Cycles*.

<sup>185</sup> Schumpeter sugere, inclusive, que teria antecipado o trabalho de Clemence Juglar.

No final das contas, porém, a análise marxista teria escorregado. Schumpeter (CSD, p. 41) observa que:

In most cases Marx used the term crisis in its ordinary sense, speaking of the crisis of 1825 or that of 1847 as other people do. But he also used it in a different sense. Believing that capitalist evolution would some day disrupt the institutional framework of capitalist society, he thought that before the actual breakdown occurred, capitalism would begin to work with increasing friction and display the symptoms of fatal illness. To this stage, to be visualized of course as a more or less prolonged historical period, he applied the same term. And he displays a tendency to link those recurrent crises with this unique crisis of the capitalist order. (CSD, p. 41; grifo nosso).

*Non sequitur*. Associadas à teoria do empobrecimento, as crises, em Marx, seriam interpretadas como manifestações da tendência do sistema à superprodução. Ei-la, a 'desprezível' teoria do subconsumo ou superprodução, para ficarmos mais uma vez com os termos de Schumpeter. Parcela da parte II será dedicada à desqualificação das evidências de que o capitalismo seria (auto-)subjugado economicamente. No restante do sexto ponto, todavia, Schumpeter é incrivelmente sucinto. Ele afirma que os fatores articulados por Marx para justificar a derrocada final do sistema capitalista, (ou seja, as várias teorias que ao longo da parte I nosso autor desmembrou), não poderiam ser arrançados para dar conta das depressões recorrentes, nem para fazer destas sinais da 'grande crise', salvo sob a adição de inúmeras hipóteses.

Schumpeter termina a discussão sem explicitar as referidas hipóteses, remetendo-nos a uma citação anterior do capítulo XXXII de *O Capital* - a qual, para nosso autor, resume a profecia da expropriação dos expropriadores. A citação referida, que não reproduziremos, trata dos processos articulados de concentração capitalista em escala internacional e aumento da revolta dos expropriados. Fora introduzida no final do ponto cinco em que, como vimos, 'Marx, o pupilo de Ricardo' é acusado por Schumpeter de articular suas análises com o propósito analítico de prover um fundamento firme para a teoria do exército industrial de reserva e, em contrapartida, atender também ao propósito concreto de inflamar as massas. Se recordarmos que em *Business Cycles* os ciclos significam a própria manifestação do processo capitalista, a incrível brevidade da interlocução de Schumpeter, neste ponto, reduz a análise marxista a um mero esboço de um aluno aplicado mas incipiente. Afinal, os ciclos condensam, para nosso autor, todos os fenômenos do desenvolvimento econômico, todos os elementos em jogo na dinâmica econômica do capitalismo. Dizer que em Marx os ciclos não só foram tratados de forma fragmentária, mas foram mal-interpretados significa dizer que ele não foi capaz de entender o sistema 'econômico' capitalista, seu objeto de análise.

Finalmente, o último e grandioso exemplo da mistura de *non sequitur* com uma visão 'salvadora' do resultado, em "Marx, o economista" é sua idéia de que a evolução do

capitalismo irá destruir, ou superar, as instituições da sociedade capitalista. Schumpeter afirma que a 'dedução dialética'<sup>186</sup>, baseada como está no postulado de que o crescimento da miséria e opressão levaria as massas à revolta, teria sido invalidada pela incapacidade da teoria marxista provar o referido crescimento. No âmbito da teoria da concentração, aponta, igualmente, trabalhos de neo-marxistas questionando a incompatibilidade entre tal aglutinação e controle e o prosseguimento da estrutura capitalista. Importa, porém, a 'visão' de Marx no tocante ao ocaso do capitalismo. E, aqui, Schumpeter diz concordar com ele, adiantando a conclusão da parte seguinte. Curiosamente, a concordância acerca de se o capitalismo vai suplantar suas bases vem em uma sentença isolada e pouco objetiva: "*I believe it is.*" (CSD, p. 42). Cumpra à parte seguinte de CSD examinar 'o porquê' e 'o como' deste processo.

Nosso autor faz, no final deste capítulo, um balanço de seu percurso ao longo das teses de *O Capital*. O veredito quanto às técnicas de análise, como era de se esperar, é negativo: aderência a um aparato teórico que já na época de Marx dava sinais de estar defasado; uma lista de conclusões que não seguem das premissas; erros que, se corrigidos, alterariam diversas inferências, até mesmo em seus opostos. Schumpeter pondera as deficiências pelo argumento *a fortiori* de que seus críticos, muitos deles excelentes economistas, também teriam cometido erros. Reconhece, outrossim, que Marx teria contribuído positivamente para a análise de alguns problemas específicos - tal como no caso da análise do capital em Ricardo ou da teoria dos ciclos - muito embora não houvesse 'espaço', ali, para avaliá-los.

A apreciação do 'Marx teórico', no entanto, não está finalizada: "*a court of appeal - even though still confined to theoretical matters - might feel inclined to reverse this verdict altogether.*" (CSD, p.43; grifo nosso). O apelo à analogia com um tribunal, em um trabalho que utiliza a nova retórica, não poderia passar despercebido e, ao nosso ver, indica um componente não positivista na apreciação que Schumpeter realiza da teoria econômica, à revelia da avaliação dos progressos da mesma em termos de 'instrumento' analítico, de caráter técnico, tão presente em sua obra. Vale reproduzir a passagem em que o apelo é explicitado:

Through all that is faulty or even unscientific in his analysis runs a fundamental idea that is neither - the idea of a theory, not merely of an indefinite number of disjointed individual patterns or of the logic of economic quantities in general, but of the actual sequence of those patterns or of the economic process as it goes on, under its own steam, in historic time, producing at every instant that state which will of itself determine the next one. Thus, the author of so many misconceptions was also the first to visualize what even at the present time is still the economic theory of the future [...]. (CSD, p. 43; grifos nossos).

O súbito reconhecimento da visão de Marx quanto ao próprio 'fazer teoria' coloca-o, em certa medida, acima do 'senso comum', independentemente de suas falhas técnicas.

---

<sup>186</sup> A dialética, há páginas abandonada, é mencionada novamente sob vestes cartesianas.

Cumprer destacar, neste momento, a reflexão metodológica de Schumpeter. Mais uma vez, ela sinaliza que, não obstante nosso autor tenha consolidado no início da carreira os principais pilares de sua visão, das normas de seu auditório universal, tais diretrizes são objeto de reflexão até o final da mesma.<sup>187</sup> Ao longo da parte II de CSD, este questionamento também entremeia a argumentação de nosso autor, contrária às teses de que o capitalismo seria subjulgado por seu fracasso econômico. Novamente, se por um lado Schumpeter persegue o tratamento teórico do capitalismo, pautado pelo desenvolvimento dos instrumentos de análise - aspirantes da pureza científica - por outro, interpretação e visão são elementos constantemente trazidos à tona. Podemos afirmar, adicionalmente, que essa influência se dá não somente por meio das brechas histórico-sociais da *Sozialökonomik*, mas também via teoria econômica.

Em linha com esta observação, a seqüência de seus comentários acerca da 'visão' de Marx como um todo são bastante interessantes, por denotarem a preocupação de nosso autor no que toca ao vínculo entre os ramos da *Sozialökonomik*. Schumpeter observa que a articulação marxista entre história econômica e teoria (dois ramos) foi um passo além da articulação mecânica normalmente realizada pelos economistas, em que os fatos históricos entram como simples ilustrações ou base para verificação de resultados. Segundo nosso autor, "*Marx's mixture is a chemical one*" (CSD, p. 44), mistura que teria ensinado como a teoria econômica poderia ser tornada análise histórica e como a narrativa histórica poderia ser tornada '*histoire raisonnée*'. A partir desta constatação, o vínculo entre teoria e o ramo sociológico, em Marx, também é avaliado: "*This also answers the question how far [...] Marx's economic theory succeeds in implementing his sociological setup. It does not succeed; but in failing, it establishes both a goal and a method.*" (CSD, p.44). O capítulo seguinte se dedica à avaliação dos vínculos entre sociologia e teoria econômica em Marx, dentro da intenção deste de elaborar uma '*histoire raisonnée*'.

No último capítulo da parte I, "Marx, o professor", Schumpeter, tendo desmembrado os elos da doutrina marxista, interroga-se acerca da 'síntese' dos mesmos. Cumprer notar a

---

<sup>187</sup> Os capítulos introdutórios de *History of Economic Analysis*, que vêm servindo de apoio à nossa interpretação metodológica de Schumpeter, corroboram nossa assertiva. Como viemos apontando, as propostas, dentre outras, de definir ciência como 'senso comum refinado' ou como 'conhecimento instrumental', muito embora não sejam divergentes não são, ao nosso ver, idênticas. De um lado, pode-se tomar o próprio progresso dos instrumentos como favorecedor da superação do senso comum. De outro, porém, diversas passagens da obra de Schumpeter sugerem que não seja nem condição suficiente, nem mesmo, talvez, necessária - como sinaliza o caso de Marx. Lembramos que teoria e ciência são definidas de modo cognato, como, além de *History*, indica também o prefácio de TDE. Tomando a interpretação de Swedberg, temos aqui um questionamento acerca do ramo teórico da *Sozialökonomik*.

semelhança que este movimento de aglutinação tem com aquele realizado no final do capítulo I de TDE. Lá Schumpeter observou que a "totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade" (TDE, p. 41), após ter, no início do capítulo destrinchado fatos sociais e econômicos com base nos respectivos comportamentos social e econômico. Vimos tratar-se de uma síntese fundamentada no individualismo metodológico, condizente com a estrutura quase-lógica e com as ligações do real desenvolvidas no capítulo em questão. Aqui, a preocupação de Schumpeter é outra: examinar os benefícios e prejuízos engendrados pelo esforço de Marx em concatenar todos os termos de sua análise num fio único.

Os vínculos entre os ramos da *Sozialökonomik* são explicitamente questionados, em linha com o movimento final do capítulo anterior. Schumpeter observa como, em Marx, a sociologia e a economia pervadem uma a outra: a categoria econômica 'trabalho' é fundida com a categoria sociológica 'proletariado'; o capital só é capital se concentrado nas mãos de uma classe capitalista. Esse entrecruzamento teria, de imediato, surtido um efeito positivo de vitalização da teoria, fazendo com que entidades abstratas pudessem 'respirar'. Além disso, pretendeu dar conta, em termos econômicos, de fenômenos tipicamente sociais, como as guerras, legislações etc., tomando-os não como dados, mas como variáveis de um esquema explanatório único, de natureza econômica. A simplicidade e vigor, entretanto, teriam contrapartidas negativas. Uma delas seria a perda de eficiência analítica, ilustrada, por exemplo, pela fusão entre trabalhador e proletário, que impede a generalização da análise dos rendimentos econômicos para outros tipos de profissão, já que 'salário' passa a ser inerente ao proletariado. Outra, seria a desfiguração dos fatos pelo caráter forçoso da síntese, tomada como fim analítico e, ela mesma, orientada para legitimação do 'fim' concreto do capitalismo. A passagem reproduzida a seguir ilustra muito bem tanto a caracterização do legado marxista pelo binômio 'meios-fim' como o questionamento acerca dos três ramos da *Sozialökonomik*:

Synthesis on Marxian lines, i.e., coordination of economic and sociological analysis with a view to bending everything to a simple purpose, is of course particularly apt to look like that [an intellectual concentration camp]<sup>188</sup>. The purpose - that *histoire raisonnée* of capitalist society - is wide enough but the analytic setup is not. There is indeed a grand wedding of political facts and of economic theorems; but they are wedded by force and neither of them can breathe. [...] No longer has the economist to be content with giving technical answers to technical questions; instead, he teaches humanity the hidden meanings of its struggles. (CSD, p.46; grifos nossos).

Em seguida, Schumpeter ridiculariza a capacidade de persuasão desta síntese, especialmente bem sucedida entre auditórios de qualidade duvidosa: jovens e intelectuais de imprensa, a quem os 'deuses' teriam dotado de infantilidade eterna e que seriam incapazes de

---

<sup>188</sup> Mais uma metáfora de guerra.

adentrar nos trabalhos mais técnicos. Isso confere um traço bastante popularesco para o legado marxista, que contrasta com sua superação do senso comum admitida no final do capítulo anterior. Para além desta desqualificação, contudo, Schumpeter examina dois últimos exemplos dos benefícios e limitações da síntese.

O primeiro é a teoria do imperialismo, elaborada principalmente nas obras dos austro-marxistas. Em linhas gerais, como Schumpeter a apresenta, ela postula que a redução das possibilidades de expansão do capital nos países avançados - marcada pela queda na taxa de lucros - resultaria no direcionamento destes para os países menos desenvolvidos, dada a necessidade de acumulação capitalista. Coincidiria com um estágio de elevada concentração industrial nos países desenvolvidos. Esse direcionamento se daria na forma de colonização, dada a necessidade de suplantar as resistências dos nativos e de afastar a concorrência de outros capitais; a tendência, porém, com a progressiva entrada de capitais na colônia, seria a acentuação das tensões entre ambas, tanto pela concorrência como pela organização do proletariado. Schumpeter arremata: "*History is as simple as that*" (CSD, p. 51). Vimos que Schumpeter, em seu artigo de 1919, identifica o imperialismo como uma política de agressão, independente das vicissitudes econômicas de qualquer país. Ao longo de CSD essa teoria é retomada. Nesse estágio, entretanto, interessa a Schumpeter somente desconstruir a teoria de Marx.

Primeiro ele a localiza dentro da 'cadeia' de raciocínios marxistas. Suas principais 'premissas' estariam na teoria da acumulação e na teoria de classes. Sua força residiria na aparente explicação de diversos fatos atuais, capacidade que, Schumpeter nota, já deveria ter deslumbrado o próprio leitor. Lista uma série de sete questões incisivas, das quais reproduzimos algumas: "*Is capital export not actually ever-present in capitalist countries? [...] Has not colonization always had a rather conspicuous military side? [...] Is not pretty obvious that colonial ambitions were [...] an important factor in European troubles [...]*" (CSD, p.52; grifos nossos). Os termos sublinhados traduzem o tom incisivo das questões, que parecem colocar o leitor 'contra a parede' da evidência. Schumpeter, porém, não examina cada um desses fatos, em separado, para desfazer o vínculo dos mesmos com a teorização marxista. Curiosamente, ele examina a função argumentativa dos mesmos no marxismo, aliás, de modo condizente com a análise de Perelman&Olbrechts-Tyteca:

[...] as every lawyer and every politician know energetic appeal to familiar facts will go a long way toward inducing a jury or parliament to accept also the construction he desires to put upon them. Marxists have exploited this technique to the full. [...] In fact, though we cannot enter into detailed discussion here, even hasty reflection suffice to suggest a suspicion that 'it is not so'. (CSD, p. 52; grifo nosso).



Inicialmente seu argumento se apóia, portanto, na explicitação da estratégia argumentativa do adversário, o que coloca a discussão num plano pouco formal, dependente da esfera da interpretação. O próprio contraste entre a série de questões incisivas e a última sentença da passagem, a qual afirma que uma simples reflexão seria capaz de desdizer a evidência dos fatos, reforça essa constatação. Na seqüência, afirma que as bases em que a teoria do imperialismo se apóia, a teoria da acumulação e a teoria das classes sociais, também não lhe proveriam sustentação. A primeira não teria sido observada justamente no período de maior expansão colonial, que teria se dado no início da acumulação capitalista, sem qualquer pressão de queda das taxas de lucro. A teoria das classes, por seu turno, não serviria para explicar o processo porque, de acordo com Schumpeter, a expansão colonial teria favorecido tanto capitalistas como proletários. Notamos que a refutação de nosso autor também demanda uma interpretação muito particular dos fatos, conquanto ele a revista de caráter científico, reportando-nos a causas: "*I do not wish to stress its effects. The essential point is that its 'causation' has not much to do with class warfare [...]*" (CSD, p. 55; ênfase do autor).

O segundo exemplo de limitação da síntese é a 'prova' marxista de que o socialismo é inevitável, independentemente do desejo da humanidade - prova que garantiria o estatuto científico do sistema marxista. Schumpeter avalia em que medida Marx conseguiu estabelecer as tendências auto-destrutivas do sistema capitalista. Retoma críticas anteriores: os recentes estudos marxistas mostravam o caráter não necessário da associação entre concentração e queda do capitalismo, além disso a teoria do empobrecimento era implausível. Interessa a ele, entretanto, ressaltar que a tendência para o socialismo deveria ser vista como problema distinto da quebra da ordem capitalista, tal como examina posteriormente em CSD. O socialismo é mais um caso de non sequitur da análise marxista. Marx, de acordo com Schumpeter, estipulou as condições favoráveis para a emergência do socialismo: elevado grau de concentração industrial e proletariado bem organizado. 'Sabidamente', nosso economista salienta, ele deixou de examinar o funcionamento subsequente do mesmo. Contudo, o postulado de que o socialismo seria um sistema sem exploração, gerido pelo proletariado unido, dá margem para a ironia que recoloca o caráter religioso do socialismo em primeira instância: "*If our purpose were to prove that Marxism is a member of the family of chiliastic creeds this would indeed be quite enough.*" (CSD, p. 57).

Importa a nosso autor destacar que o socialismo demanda, para emergir, ação direta. Não resulta automaticamente de nenhuma ordem econômica - não é consequência desta. Nestes termos, Schumpeter pinta em cores fortes o estatuto do socialismo enquanto 'fim' concreto, cujas condições de emergência e funcionamento podem ser avaliadas, mas que não

se segue de nenhuma dedução ou dialética - e nem constitui um 'fim' desejável para o próprio Schumpeter. Por paradoxal que possa soar, a argumentação de Schumpeter sugere que tal reconhecimento só poderia ser derivado de uma análise imparcial (a sua), fiel ao binômio 'fatos-consequência'.

Marx, conquanto houvesse 'perseguido' o socialismo como resultado, teria, ao mesmo tempo, reconhecido a necessidade de ação direta ao enfatizar o papel da revolução. O caráter violento e disruptivo desta seria, no entanto, resultante das experiências pessoais de Marx e de seu desejo de persuadir um auditório ávido por mensagens retumbantes...Na verdade, segundo Schumpeter, o legado de Marx estaria mais próximo da defesa da evolução, caso pensemos em revolução na linha do radicalismo burguês ou proletário. Este caráter combinaria, por outro lado, com sua própria concepção orgânica do social. Isso posto, Schumpeter propõe que a revolução defendida por Marx seja tomada por 'revolução na plenitude do tempo' - ação realizada no momento adequado - termo que retomaria ao longo da obra, mas sobre o qual não nos estenderemos. Aos nossos propósitos, importa constatar que as duas últimas sentenças da parte I condensam tanto a oposição entre busca de explicações e perseguição de resultados como o caráter não apodítico da discussão econômica - já descontado o efeito da 'mera' retórica - posto depender de argumentos e interpretações: "*No serious argument ever supports any 'ism' unconditionally. To say that Marx, stripped of phrases, admits of interpretation in a conservative sense is only saying that he can be taken seriously.*"(CSD, p.58).

### **6.3 – Análise da parte II – O processo capitalista**

A primeira parte de CSD foi admitida, sobretudo, como espaço de comunhão de premissas com um auditório amplo. Ao tomar Marx como ponto de partida e alvo de crítica, Schumpeter, a despeito da acidez com que trata seu adversário, toma-o como autoridade fundamental, reconhecida por todos, a ser superada. Vimos que a estrutura da argumentação baseou-se na oposição dos pares causa-consequência e meio-fim. Este último caracterizaria o legado marxista, retirando dele o estatuto da teorização pura, apesar da visão acertada acerca do futuro do capitalismo. Ao questionar o marxismo deste modo, Schumpeter se compromete a estabelecer, ele próprio, um tratamento científico para o problema da auto-superção capitalista.

A análise seguinte, concernente à parte II de CSD, conquanto menos minuciosa que a dos capítulos anteriores, estará atenta ao esforço de Schumpeter em prol desta teorização

científica de seu objeto de estudo. O 'cartão de visitas' de cunho positivista continua sendo apresentado. Tal como na parte I, porém, o conceito de 'ciência', de 'teorização', mostra-se progressivamente mais rico. Muitas tensões, já delineadas na parte anterior, fazem-se patentes, captáveis a partir do binômio auditório particular-auditório universal: a pretensão à cientificidade *versus* o intuito de persuadir, a reflexão acerca do estatuto científico da *Sozialökonomik* e da relação entre seus ramos, o relacionamento entre visão e análise na compreensão do capitalismo. São questões de ordem metodológica, mas que, obviamente, dependem da consideração dos conteúdos teóricos em jogo.

Schumpeter inicia a segunda parte com uma opinião: ele acha (*think*) que o capitalismo não pode sobreviver. Entretanto, quem argumentou contra a pureza científica do marxismo (esqueçamos por instantes a 'corte de apelação'), não pode se contentar com opiniões: interessa-lhe avaliar tendências do sistema econômico, com base em  fatos  e argumentos  científicos . Ele reconhece que as inúmeras variáveis presentes em um processo social dificultam previsões, mas os traços dominantes de uma situação qualquer permitem inferências fortes que não podem ser negadas pela simples impossibilidade de prová-las como num teorema euclidiano. Finalmente, antes de sua empreitada, Schumpeter finaliza o preâmbulo da parte II fazendo questão de enfatizar sua postura isenta: o ocaso do capitalismo e a aurora socialista não são suas paisagens prediletas, mas meros  resultados  de sua análise.

A parte II pode ser dividida em dois conjuntos: um que vai do capítulo V ao X, no qual Schumpeter se opõe às teses defensoras da superação do capitalismo por suas próprias contradições econômicas; outro, do capítulo XI ao XIV, em que desenvolve sua tese alternativa para o mesmo fenômeno. Concentremo-nos, inicialmente, nos primeiros capítulos. A argumentação segue a tônica negativa observada na oposição ao legado marxista. A diferença é que, agora, Schumpeter  não  contesta o estatuto teórico de tal legado em si mesmo: a cientificidade do autor se traduz, alternativamente, na análise exaustiva de fatos, buscando evidências que tanto corroborem suas proposições como falseiem ou condicionem as proposições adversárias.

No início do capítulo V, Schumpeter pinta com cores fortes seu desafio: defender a excelência do desempenho econômico do capitalismo frente à hostilidade generalizada em relação ao mesmo. Posicionar-se contra o sistema capitalista seria, segundo ele, quase que uma 'norma de etiqueta' no período em que escreve - após a Depressão dos anos 1930 - partilhada pelas mais diversas correntes econômicas, além do marxismo. Para argumentar contra este senso comum, Schumpeter toma, como indicador da performance do sistema, a

média de crescimento da produção disponível para o consumo, que, de 1870 a 1930, fora de 2%.<sup>189</sup> Antes de prosseguir, afasta a hipótese de que entre 1929 e 1939 o capitalismo teria sido incapaz de manter tal ritmo: enquanto etapas cíclicas, depressões igualmente sérias já haviam ocorrido no intervalo considerado sem que isso significasse perda de fôlego do sistema; além disso, a dificuldade de recuperação e a prosperidade abaixo dos anos 1930 teriam explicações especiais:

The subnormal recovery to 1935, the subnormal prosperity to 1937 and the slump after that are easily accounted for by the difficulties incident to the adaptation to a new fiscal policy, new labor legislation and a general change in the attitude of government to private enterprise all of which can, in a sense to be defined later, be distinguished from the working of the productive apparatus as such. (CSD, p. 64).

Esta citação é somente uma amostra das críticas à condução da política americana, que Schumpeter desfere intermitentemente em CSD. Ao nosso ver, essa constatação favorece a hipótese de que a obra tenha se orientado para um público mais amplo, não obstante os protestos de Schumpeter no que tocava à relação entre economia e política. É verdade que o economista não propõe um plano de política econômica na obra - a não ser a proposta de não intervenção -, por outro lado, as críticas não deixam de ser manifestação política. Logo na seqüência do excerto acima, Schumpeter afirma que suas palavras não traduzem qualquer crítica à política do *New Deal*, mas, vale recordar, vimos com Allen (1994a;1994b) tanto a insatisfação de nosso autor em relação ao programa quanto sua participação em grupos de estudo dedicados à superação da crise...

Em seguida, Schumpeter recomeça. Caso a produção dos próximos cinquenta anos (a contar de 1928) seguisse no mesmo passo, a renda per capita de 1978 seria o dobro da de 1928. No que tange à distribuição de renda, Schumpeter defende mais uma vez a melhoria da situação das massas: preservado o ritmo, no futuro o capitalismo simplesmente acabaria com a pobreza. O tom irônico da argumentação sinaliza sua postura elitista e se mistura com as constatações empíricas. Observa, em primeiro lugar, que as estatísticas não indicam mudança na estrutura da pirâmide de rendimentos, ao contrário do defendido pelos marxistas. Em segundo, a estatística de 2% não estaria de modo algum inflada. Pelo contrário: o índice seria incapaz de captar o aumento do 'ócio voluntário', o impacto das melhorias de qualidade e, acima de tudo, a progressiva satisfação das 'necessidades' (*wants*) da vida humana.

Em terceiro lugar, a participação na renda real teria não só permanecido estável, mas favorecido os grupos de menor renda. A máquina capitalista, afinal, seria essencialmente uma

---

<sup>189</sup> Schumpeter observa que a técnica e material para preparação deste e outros índices, ainda que discutíveis, seriam suficientes para seus propósitos.

máquina 'para' as massas: "*the capitalist engine is first and last an engine of mass production which unavoidably means also production for the masses [...]*" (CSD, p. 67; grifos nossos). Segundo nosso autor, Luís XIV teria motivos para invejar as dentaduras dos operários, indisponíveis em seu tempo. Via de regra, porém as *benesses* capitalistas não seriam necessárias para as classes mais altas: a eletricidade não significa muito para os que podem comprar velas e manter criados para conservá-las acesas - como, vimos páginas atrás, no caso do imperador Franz Joseph I. Mais do que isso, Schumpeter assevera: o capitalismo traz às operárias a suavidade das meias de seda. Quase de presente: "*The capitalist achievement does not typically consist in providing more silk stockings for queens but in bringing them within the reach of factory girls in return for steadily decreasing amounts of effort.*" (CSD, p. 67; grifos nossos).

É interessante observar que ao referir-se ao capitalismo como 'máquina para as massas' Schumpeter recorda os atributos estáticos do fluxo circular de TDE: repetição e direcionamento para satisfação de necessidades. A analogia muda, mas a massa, fundamentalmente os consumidores, continua passiva, ainda que dê o significado da ação econômica. Nosso autor parece ciente disso, posto que, logo em seguida, nota 'adicionalmente' que a revolução inerente ao processo capitalista, embora não liderada pelas massas (não são elas que inovam), resulta, no final das contas, em mais melhorias para as mesmas. Após as revoluções, as avalanches de bens são incorporadas à corrente da renda real. Conseqüentemente, não somente a máquina, mas o processo capitalista beneficia as massas: "[...] *the capitalist process not by coincidence but by virtue of its mechanism, progressively raises the standard of life of the masses.*" (CSD, p. 68; grifo nosso).

Por último, Schumpeter tece considerações sobre o desemprego. Ele é basicamente visto como sintoma da readaptação da economia após a fase de prosperidade no ciclo e, portanto, não seria, ao contrário da pobreza, necessariamente eliminado pelo progresso capitalista. Por outro lado, a intensidade do fenômeno na década de 1930 seria devida, sobretudo, à política do *New Deal* e não ao mecanismo capitalista em si mesmo. Vale destacar o trecho em que nosso autor, apesar de suas advertências em contrário, critica em tom desbocado a política econômica de seu tempo. As dificuldades com o desemprego residiriam:

[...] on the one hand, in the fact that the unemployment figure has been increased by anti-capitalist policies beyond what it need have been in the thirties and, on the other hand, in the fact that public opinion as soon as it becomes at all alive to the duty in question, immediately insists on economically irrational methods of financing relief and on lax and wasteful methods of administering it. (CSD, p. 71; grifos nossos).

Após tantas constatações valorosas sobre o capitalismo, designar qualquer política de anti-capitalista soa como crítica mordaz.

O capítulo seguinte (VI) questiona a manutenção do ritmo de crescimento de 2% nos próximos cinquenta anos. A pergunta só será respondida, porém, capítulos adiante; por enquanto, Schumpeter precisa responder duas outras questões: (a) se de fato existe uma relação não espúria entre capitalismo e aumento de produção e, em caso afirmativo, se (b) o primeiro é responsável pelo último. O economista busca vínculos causais. Neste intuito, avaliará com detalhes se a taxa de 2% realmente mede o progresso capitalista do período anterior - "*a long and difficult investigation*" (CSD, p. 72). Tal como em TDE, Schumpeter preza uma postura 'científica'; diferentemente de tal obra, porém, a seqüência do texto não é apresentada em um formato hipotético-dedutivo, linear. Muito embora o economista examine a procedência de determinadas hipóteses, ele o faz sob um procedimento mais propriamente 'indutivo', esmiuçando possibilidades, contrapondo alternativas às teses alheias, discutindo e avaliando dados históricos. Schumpeter, além disso, procura antecipar contra-argumentos às suas proposições; contudo, apesar de se apresentar como 'sincero e precavido' acerca de seus limites - para usar os termos de Perelman&Olbrechts-Tyteca - o autor não está aqui 'eliminando' preconceitos anteriores para estabelecer certezas, mas, sim, discutindo possibilidades. E, note-se, ao designar o capítulo VI como 'Plausible Capitalism' Schumpeter sinaliza o caráter não determinístico de sua investigação. Implícita está, ao nosso ver, uma interrogação acerca do próprio estatuto científico da economia.

Schumpeter começa a examinar a questão (a), segundo ele mesmo, "*Waiving technicalities as much as possible, [...] in a common-sense spirit.*" (CSD, p. 73). Este diálogo com o interlocutor não científico é preservado na obra e, se de um lado, parece corroborar a hipótese de um auditório particular amplo, de outro, dá espaço para que no plano universal da *Sozialökonomik* ganhe espaço a definição de ciência como procedimento de superação deste senso-comum. Cumpre deixar atestado que este movimento metodológico de transcendência concorda com a postura elitista de nosso autor no que toca aos conteúdos examinados: tal como inovar depende de uma percepção diferenciada (e superior) das possibilidades econômicas, fazer ciência depende de um afastamento progressivo em relação a concepções comumente partilhadas. O parágrafo seguinte dá uma idéia do que queremos dizer.

Segundo o economista, ao contrário de outros sistemas, o capitalismo fornece um sistema de incentivos e punições que a um tempo condiciona e seleciona os homens superiores: "[...] *these promises are strong enough to attract the large majority of supernormal brains and to identify success with business success.* [...] *They are addressed to*

*ability, energy and supernormal capacity for work [...]*"(Ibid.). Nosso autor recorda aqui sua teoria das classes sociais, elaborada anteriormente em Schumpeter (1927): é este o processo de seleção que promove a alternância de indivíduos entre as mesmas; um fato, para ele, normalmente obscurecido pelo marxismo, "*auto-therapeutic effort of the unsuccessful*" (CSD, p.74). Mas as opiniões da massa são renitentes. O alinhamento entre capitalismo e performance produtiva seria contestado pela 'opinião popular', esposada por muitos economistas, de que o incentivo pecuniário contrariaria a promoção dos interesses dos consumidores.

Para nosso autor, coube aos clássicos o mérito de primeiro contrariar esse senso comum, muito embora o tenham feito com base em proposições incorretamente generalizadas a partir de um contexto histórico particular. A idéia de que o propósito de obtenção de lucro não contrariava necessariamente os interesses dos consumidores, tinha por substrato os interesses e ponto de vista da típica burguesia inglesa. Importa que a visão dos mesmos estaria correta. Além do mais, perceberam, ainda que algo exageradamente, o papel da poupança e acumulação no progresso da economia. Schumpeter não perde a ocasião de 'alfinetar' os desenvolvimentos teóricos contemporâneos. Segundo ele, no caso dos clássicos: "*Above all, there was practical wisdom about their doctrine, a responsible long-run view and a manly tone that contrast favorably with modern hysterics*."(CSD, p.76; grifo nosso). Contudo, esta sabedoria teria apenas constatado a não incompatibilidade entre progresso e sistema capitalista, sem avançar no sentido da análise de seus vínculos causais: "*their 'theory' was seen to be a house of cards whatever measure of truth there may have been in their 'vision'*." (Ibid.).

Aqui, devemos salientar alguns pontos. Primeiro, a observação que fizemos ainda no preâmbulo do capítulo 5 dessa dissertação: o fato de CSD ser preponderantemente direcionada para o ramal sociológico da *Sozialökonomik* - como preza a interpretação de Swedberg - não deve ocultar a reflexão metodológica acerca desta como um todo (vínculo entre ramais), nem, relacionado à tal reflexão, o raciocínio de Schumpeter acerca da teorização econômica propriamente dita. O segundo ponto se refere à semelhança entre a apreciação dos clássicos e do legado marxista: misto de visão e *non sequitur*. A visão enquanto elemento subjetivo, não positivista, é destacada, inicialmente, como etapa 'prévia' à consecução da ciência *strictu sensu* - vimos que ela também figurou assim no início da avaliação de Marx. Schumpeter, em nota, mostra seu pensamento acerca da relação entre análise e visão. O fato de um ponto tão importante aparecer de forma subliminar, possivelmente sinaliza o caráter não acabado da reflexão:

The reader will recall my emphasis on the distinction between one's theory and one's vision in the case of Marx. It is however always important to remember that the ability to see things in their correct perspective may be, and often is, divorced from the ability to reason correctly and vice versa. That is why a man may be a very good theorist and yet to talk absolute nonsense whenever confronted with the task of diagnosing concrete historical pattern as a whole. (CSD, p. 76).

Seja como for, Schumpeter procede a uma investigação em duas frentes, uma concentrada na primeira década do século XX, outra no pós-Primeira Guerra, a qual "*will cover some of the postwar developments of scientific economics*". (CSD, p. 76; grifo nosso). A ênfase, aqui, é nos instrumentos de análise. São eles que concedem a superioridade em relação ao senso comum. Schumpeter adverte seu auditório amplo das dificuldades que este está prestes a enfrentar, mas promete não desampará-lo totalmente:

Frankly, I do not know how much good this will do the non-professional reader; like every other branch of our knowledge, economics, as its analytic engine improves, moves fatally away from that happy stage in which all problems, methods and results could be made accessible to every educated person without special training. I will, however, do my best. (CSD, p. 76; grifos nossos).

Do início do século, ele destaca Marshall e Wicksell. Estes autores preservaram a proposição clássica de que no caso da concorrência perfeita o interesse do produtor nos lucros tende a maximizar a produção, especificado-a nos termos da análise marginal. Schumpeter aponta para as limitações da abordagem destes autores - "*it supplied almost satisfactory proof*" (CSD, p. 77).<sup>190</sup> Importa, aos nossos propósitos, que um dos problemas desta teoria seria o fato de não dar conta dos casos de concorrência imperfeita ou monopolística. A temática, que já servira de critério de avaliação para o legado teórico de Marx, é retomada com mais destaque. Muitos intérpretes sustentam a tese de que esta ênfase seria um dos pontos de ruptura de Schumpeter em relação à primeira fase (ou um de seus vários paradoxos): antes, em TDE, a inovação era realizada por 'indivíduos'; agora, em CSD, este individualismo metodológico teria sido substituído pela ação das grandes corporações - o que de certo modo o aproximaria da perspectiva marxista.

Schumpeter critica fortemente o fato de tanto a abordagem clássica como a de Marshall-Wicksell, além de não darem conta dos casos de monopólio, terem afirmado que estes seriam exceções à concorrência perfeita. Nosso autor, com isso, mostra-se curiosamente interessado no realismo dos pressupostos teóricos, além de mostrar apreço pela ação das grandes corporações: "*Neither Marshall and Wicksell nor the classics saw that perfect competition is the exception and that even if it were the rule there would be much less reason for congratulation than one might think.*" (CSD, p. 78). Uma vez reconhecida tal realidade, os resultados teóricos destes autores - por exemplo, aqueles que tratam do equilíbrio econômico -

---

<sup>190</sup> Schumpeter cita os trabalhos de E.S. Chamberlin e Joan Robinson.



tornam-se contestáveis. Interessa a Schumpeter observar, porém, no que a realidade monopolística afetaria a resposta concernente à relação entre produção e capitalismo. À primeira vista, ela pareceria fazer jus à perspectiva combatida desde os clássicos: nos casos em que o equilíbrio econômico fosse alcançado, o produto estaria necessariamente abaixo do nível ótimo justamente por causa de estratégias de preservação de lucro. O senso comum teria razão: "*Well, does not this bear out what the man in the street (unless businessman himself) always thought on the subject of private business?*" (CSD, p. 80).

No capítulo seguinte (VII), Schumpeter passa a examinar os aspectos envolvidos nesta proposição. Nota, sobretudo, que ela contraria diversas evidências: supõe a existência de um período áureo de concorrência perfeita, quando na verdade ele nunca teria existido; sugere o decréscimo da média de crescimento da produção a partir de 1890, quando os grandes empreendimentos passaram a prevalecer, o que não aconteceu; além disso, desconsidera o fato de que os maiores progressos foram realizados nas grandes corporações. Impasse? Schumpeter, na seqüência, muda completamente a tônica de sua avaliação dos progressos da economia científica. O 'passo a passo' que vai dos clássicos à primeira década do século e desta aos trabalhos da concorrência monopolística, marcado pelo desenvolvimento progressivo dos instrumentos de análise, é sumariamente tachado de incompleto e incapaz de dar conta do objeto de análise. A passagem é longa, mas vale à pena reproduzi-la. Nela, o adjetivo 'quase' e o advérbio 'completamente' dão a tônica da insuficiência da teorização mencionada; conjugados com os termos 'verdadeiros' e 'falsas', caracterizam o caráter contingente das proposições. O termo 'fragmentos', por seu turno, indica uma percepção incipiente do objeto, uma visão equivocada:

The conclusions alluded to at the end of the preceding chapter are in fact almost completely false. Yet they follow from observations and theorems that are almost completely true. Both economists and popular writers have once more run away with some fragments of reality they happened to grasp. These fragments themselves were mostly seen correctly. Their formal properties were mostly developed correctly. But no conclusions about capitalist reality as a whole follow from such fragmentary analyses. If we draw them nevertheless, we can be right only by accident. That has been done. And the lucky accident did not happen. (CSD, p. 82; grifos nossos).

De certa forma, a ruptura aqui realizada assemelha-se à passagem da teoria estática, marginalista, à teoria dinâmica em TDE. Lá, porém, vimos que Schumpeter defende sobretudo a continuidade teórica de seu legado com o de seus antecessores, especialmente os membros da escola austríaca. Dado que para Schumpeter "*Capitalism [...] is by nature a form or method of economic change and not only never is but never can be stationary*" (CSD, p. 82), podemos afirmar que o segundo capítulo de TDE, ao tratar do desenvolvimento, tem por objeto o próprio capitalismo, ou o que há de essencial nele. Ora, nesta obra, além de se portar

como teórico, afirmar a continuidade teórica e argumentar sob formato hipotético-dedutivo, Schumpeter parece prezar a possibilidade de tratamento teórico puro do fenômeno, ainda que, na prática, não tenha procedido assim. Em CSD, como vimos, essa defesa também é realizada e é preciso reconhecer que Schumpeter continua buscando refinamento teórico ('puro') de sua teoria dinâmica. Agora, porém, quando afirma que " [...] *no conclusions about capitalist reality as a whole follow from such fragmentary analyses*" (*Ibid.*), Schumpeter se apresenta menos contundente em relação à possibilidade de tratamento 'puro' do capitalismo e, por conseguinte, podemos nos questionar sobre o que falta à teorização econômica para dar conta do fenômeno. Essa postura se fortalece ao longo de CSD.

Vimos, com Allen (1994b), que Schumpeter dedicou muito de seu tempo durante a segunda fase à busca de um arcabouço matemático que compreendesse a realidade dinâmica; somando isso a seu empenho no tratamento estatístico dos ciclos, não podemos negar que o progresso dos 'instrumentos de análise' permaneceu ponto importante no avanço da teorização do capitalismo. Contudo, ao questionar em CSD o tratamento teórico marginalista, Schumpeter aponta deficiências de caráter eminentemente 'subjetivo'. Em primeiro lugar, afirma que não é sobre a concorrência de preços que as atenções devem ser concentradas, mas, sim, sobre a concorrência de qualidade - as 'novas combinações' de TDE. Como no capítulo II desta, o cenário fica mais 'tenso' e as metáforas de guerra, já entrevistadas antes em CSD, são retomadas: "*This kind of competition is as much more effective than the other as a bombardment is in comparision with forcing a door [...]*" (CSD, p. 84); "*It disciplines before it attacks*" (*Ibid.*): a simples ameaça de perder posições incita a ação empresarial.

Em segundo lugar, Schumpeter afirma que o capitalismo, um processo evolucionário, deve ser avaliado 'ao longo' do tempo, não a partir de um instante qualquer. Por último, ele frisa que o processo é orgânico e, portanto: "*Every piece of business strategy acquires its true significance only against the background of that process and within the situation created by it. It must be seen in its role in the perennial gale of creative destruction [...]*" (CSD, p. 84). Schumpeter critica os estudos teóricos e as prescrições de política que se fundam numa 'interpretação' do comportamento empresarial como simplesmente orientado para a maximização de lucros. A interpretação apropriada deve enxergar este comportamento como resultante da história e orientado para o futuro. A 'mistura química' entre teoria e história, que páginas atrás reverteu o julgamento de Marx, é conclamada novamente para tratar da destruição criativa, do vendaval eterno do capitalismo. Ganha significância a percepção do universo econômico como campo contingente. Ganha significância, também, a compreensão dos vínculos entre os ramais da *Sozialökonomik* e, de modo geral, o questionamento acerca da

metodologia apropriada para tratar do fenômeno: "*a theoretical construction which neglects this essential elements of the case neglects all that is most typically capitalist about it; even if correct in logic as well as in fact, it is like 'Hamlet' without the Danish prince.* (CSD, p. 86; grifos nossos). Fatos e lógica parecem não ser suficientes.

No capítulo seguinte (VIII), Schumpeter defende que as práticas restritivas da concorrência monopolística - patentes, restrição informacional, controle de preços - devem ser entendidas à luz do processo de destruição criativa. Examina com detalhes vários destes casos, em um procedimento legitimamente analítico e reconhece, ademais, circunstâncias em que tais práticas são danosas ao funcionamento da economia. Contudo, essa não é a regra: vide o caso, por exemplo da rigidez de preços que amortece os efeitos da depressão. O argumento progride no sentido de desqualificar não apenas o realismo das teses da concorrência perfeita, mas até mesmo seu papel normativo: " [...] *perfect competition is not only impossible but inferior, and has no title to being set up as a model of ideal efficiency.*" (CSD, p.106).

Neste capítulo, Schumpeter é especialmente crítico quanto aos vínculos entre trabalho acadêmico e prescrição de política: "*Individuals and groups snatch at anything that will qualify as a discovery lending support to the political tendencies of the hour. The doctrine of price rigidity, [...] is not the worst case [...].*" (CSD, p. 96). No entanto, ele não deixa de emitir opiniões, reiterando sua antipatia em relação à condução de política contemporânea: "*Rational as distinguished from vindictive regulation by public authority turns out to be an extremely delicate problem which not every government agency [...] can be trusted to solve.*" (CSD, p. 91).

Do ponto de vista teórico, outro aspecto que chama a atenção no capítulo VIII é a ênfase na ação de indivíduos seletos que tanto recorda o elitismo vienense quanto condiciona o caráter 'automático' da destruição criativa (e, com isso, a aproximação do marxismo). Sem entrarmos em detalhes, julgamos que este seja um ponto relevante para discussão acerca da ruptura de Schumpeter entre as fases européia e americana, no que toca ao agente relevante do desenvolvimento. Até aqui, Schumpeter sugere que a relação entre indivíduo e o processo capitalista é complexa, resistindo à polarização no empresário ou na 'grande corporação'. Em geral, são cérebros privilegiados que organizam os monopólios e, em contrapartida: "[...] *monopolization may increase the sphere of influence of the better, and decrease the sphere of influence of the inferior, brains.*" (CSD, 101).<sup>191</sup> A partir do capítulo XI, porém, veremos que

---

<sup>191</sup> De fato, em algumas passagens, o elitismo de nosso autor parece beirar a segregação ariânica, a despeito da defesa de todos os comentadores. Exatamente neste ponto, Schumpeter apresenta a seguinte nota: "*The reader*

a grande corporação emerge como veículo de um 'processo' que exerce forte controle sobre a ação individual.

Mais uma vez, a reflexão metodológica se mostra presente. Em linha com o capítulo anterior e diferentemente de TDE, Schumpeter destaca o caráter disruptivo de sua contribuição:

[...] our argument, framed to refute a prevalent 'theory' and the inferences drawn therefrom about the relation between modern capitalism and the development of total output, only yields another 'theory', i.e., another outlook on facts and another principle by which to interpret them. (CSD, p.92; ênfase do autor; grifos nossos).

Devemos notar que ele designa tal contribuição como 'teoria', contudo, a definição da mesma, aqui, concede maior ênfase ao elemento da 'visão' e da 'interpretação' do que aquela que vimos em TDE. O autor sugere, progressivamente, que a pureza completa dos instrumentos de análise é não só inalcançável, mas também inadequada para dar conta do objeto de análise.

Esta reflexão é intensificada no início do capítulo IX. Tendo argumentado em favor da conexão entre capitalismo e aumento da produção tanto em um cenário próximo à concorrência perfeita, quanto na realidade da concorrência monopolística, Schumpeter visa excluir agora outras possíveis causas (exógenas) para o aumento da produção.<sup>192</sup> Assim, permite-se responder afirmativamente à segunda questão que motivou sua análise: o capitalismo pode ser tomado como causa do aumento da produção? O argumento por exclusão tem natureza lógica, como vimos em Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002), supondo, dentre outras coisas, a possibilidade de exaurir todas as alternativas teóricas possíveis (fundamentação na estrutura do real). Ou melhor, ele tem natureza quase-lógica. O próprio Schumpeter, muito embora proceda como cientista, tece afirmações metodológicas importantes para um trabalho apoiado na nova retórica:

It's for the reader to decide how far the preceding analysis has attained its object. Economics is only an observational and interpretative science which implies that in questions like ours the room for difference of opinion can be narrowed but not reduced to zero. (CSD, p. 107; grifos nossos).

Ele faz um balanço de seu percurso em busca de resposta à questão sobre o vínculo entre capitalismo e produção:

---

*should observe that while, as a broad rule, that particular type of superiority is simply indisputable, the inferior brains, especially if their owners are entirely eliminated, are not likely to admit it and the public's and the recording economists' hearts go out to them and not to the others."* (CSD, p. 101)

<sup>192</sup> São cinco as alternativas excluídas: ação governamental, ouro, aumento populacional, terra e progresso tecnológico em si mesmo. De nosso ponto de vista, a exclusão deste último é a mais relevante, posto que reforça a distinção de TDE entre invenção e inovação e, além disso, condiciona a primeira aos 'hábitos mentais' engendrados pelo capitalismo - elemento importante no argumento para derrocada do capitalismo.

My affirmative answer to this question was based upon an analysis that ran on lines approved by most economists up to the point at which what is usually referred to as the modern tendency toward monopolistic control entered the scene. [...] Since however we cannot put the driving power and the engine into an experiment station in order to let them perform under carefully controlled conditions, there is no way of proving, beyond the possibility of doubt, their adequacy to produce just that result, viz., the observed development of output. (CSD, p.107; grifos nossos).

Estes comentários enfatizam o caráter não apodítico da ciência econômica, fundado na realidade não determinística de seu objeto de estudo, o qual, uma vez reconhecido, legitima nesta ciência um espaço de discussão: as divergências não são reduzidas a zero: " [...] ***there is no way of proving, beyond the possibility of doubt.***"(Ibid.) Comparadas a outras passagens que já nos proporcionaram a mesma impressão, estas são interessantes por explicitarem um questionamento consciente de nosso autor. Este pensamento 'ativo' pode ser vislumbrado ao compararmos a primeira citação acima com considerações metodológicas feitas anos antes: "*Competent economists do not disagree as much as parties or classes do, and it is easy to verify that the more competent the economists are [...] the less they disagree on fundamentals, both as to methods and results.*"(Schumpeter, 1931/1982, p. 1052; grifo nosso). Ao nosso ver, existe contraste similar com relação a TDE, posto termos sugerido que, nela, Schumpeter não só se esforçava em ser reconhecido como teórico, mas também manifestava crença nos poderes da 'teoria engrenada aos dentes da teoria aceita' para dar conta do fenômeno do desenvolvimento.

É possível que, em CSD, Schumpeter aos poucos tenha se dado conta de que a originalidade de sua contribuição, seja à teoria, seja à *Sozialökonomik* como um todo, resida justamente em sua discordância em relação a opiniões ou postulados aceitos. Não deixa de haver certo grau de especulação em nossa assertiva, posto que, como Joan Robinson (1951) afirmaria numa das apreciações de CSD: "*It is a pity that Schumpeter never wrote an essay on Schumpeter.*" Contudo, ao retornarmos às definições de ciência contidas em *History*, ao longo da conclusão, veremos que o 'balanço metodológico final' de Schumpeter, a respeito da economia, conquanto mantenha ênfase no progresso por meio dos instrumentos de análise, preserva a tensão entre esta assepsia e o caráter não puro da ciência econômica. Um final em aberto, mas explorado.

Antes de passarmos a tais considerações, cumpre percorrer, de modo sumário, os outros capítulos da segunda parte. Tendo respondido afirmativamente às duas primeiras questões que motivaram sua 'longa investigação', Schumpeter passa, agora, à terceira: o ritmo de progresso observado até 1928 seria mantido ao longo dos cinquenta anos seguintes? O capítulo X fecha o bloco dedicado à busca de inflexão de tendência na própria mecânica

econômica do capitalismo. Explora as teses contemporâneas, fomentadas pela Grande Depressão, de que o capitalismo estaria estagnando devido à diminuição das oportunidades de investimento. Tais teses, para Schumpeter (CSD, p. 111), por mais que se originassem de estudos nos quais " [...] *the wish is not father to the thought*" dariam subsídios para as proposições marxistas de que o final do capitalismo seria marcado pelos processos de concentração e queda nas taxas de lucro, já desqualificadas anteriormente. Aqui, um dos 'alvos' principais de nosso autor é a teoria keynesiana, sendo que Keynes e Marx são explicitamente aproximados no início do capítulo:

There is surely no such gulf between Marx and Keynes as there was between Marx and Marshall or Wicksell. Both the Marxist doctrine and its non-Marxist counterpart are well expressed by the self-explanatory phrase that we shall use: the theory of vanishing investment opportunity. (CSD, p. 112).

Para contestar essa teoria, Schumpeter mais uma vez argumenta por oposição, num procedimento de tônica quase-lógica: mesmo que os mecanismos apontados por ela fossem adequados para explicar o ocaso capitalista, não se segue necessariamente que as vicissitudes da década precedente fossem devidas a eles e, portanto, que vicissitudes similares tivessem de ser esperadas para os anos seguintes. As principais razões apontadas para que houvesse queda nas oportunidades de investimento privado seriam: saturação das necessidades humanas, diminuição populacional (via decréscimo de mão-de-obra ou, alternativamente, via diminuição de demanda), escassez de terras, estrangulamento das possibilidades tecnológicas e transferência das oportunidades de investimento da esfera privada para a pública.

Certos aspectos do argumento de Schumpeter devem ser destacados por se coadunarem às proposições anteriores e por terem relevância para as considerações dos capítulos seguintes. O modo com que contesta as teses referentes às terras e tecnologia é parecido com a oposição entre visão e *non sequitur* que marcou sua oposição ao marxismo e, de certa forma, aos clássicos. Aqui, porém, ele não se pronuncia exatamente nestes termos - talvez o keynesianismo não partilhasse da capacidade de visão marxista - preferindo sublinhar o erro de extrapolações teóricas com base em ocorrências históricas particulares: "*The particular features of a historic process that impress the analyst tend in his mind to slip into the position of fundamental causes whether they have a claim to that role or not.*"(CSD, p.116). No caso da tecnologia, por exemplo, o fato de após a crise dos 1930 não se assistir à emergência de grandes invenções teria fomentado o 'erro de interpretação' concernente às décadas posteriores. Schumpeter, outrossim, continua 'alfinetando' tanto as diretrizes econômicas do governo Roosevelt quanto a associação entre keynesianismo e política de modo geral: "*Of course, the labor factor may be made artificially scarce through high-wage*

*and short-hour policies and through political interference with the discipline of labor force.*"(CSD, p. 115). A proposição referente à transferência de investimentos para o setor público seria cara a estudos 'oportunistas':

Finally, since the subject is usually dealt with by economists who aim at impressing upon the public the necessity of governmental deficit spending, another point never fails to turn up, viz., that such opportunities for investment as remain are more suited for public than they are for private enterprise. (CSD, p. 120).

Contudo, Schumpeter observa que o ponto não lhe interessa muito, posto que mesmo admitindo-se essa tendência, não seria necessário formular hipóteses acerca do curso dos acontecimentos no setor privado. Além disso, a possibilidade de continuidade do progresso a 2% não seria afetada, em si mesma, pelo setor que a viabilizasse.

Isso posto, nosso autor abandona o terreno das considerações 'puramente' econômicas: "*Leaving the precincts of purely economic considerations, we now turn to the cultural complement of the capitalist economy [...] to the mentality that is characteristic of capitalist society and in particular of the bourgeois class.*" (CSD, p. 121). O bloco que vai dos capítulos XI ao XIV, de natureza eminentemente sociológica, é apontado como principal indício da pertinência de CSD ao ramal sociológico da *Sozialökonomik*. Realmente, o próprio Schumpeter afirma estar tratando de 'instituições'; ademais, o fato de várias das temáticas presentes no bloco terem aparecido em artigos ao longo de sua carreira sinalizam o caráter unitário de sua obra e, com isso, a inclusão de CSD em um plano normativo. Por outro lado, entretanto, estes capítulos reforçam a hipótese de que a obra, na prática, tenha se direcionado fundamentalmente a um público amplo - já observamos a ausência de um público acadêmico circunscrito, similar ao de TDE. Reforçam, também, a percepção de que o plano da *Sozialökonomik*, muito embora normativo, deixou questões em aberto. Os vínculos com a teorização econômica não são triviais. Somados às questões que vimos permearem a teoria econômica nos capítulos precedentes, estes pontos reforçam nossa hipótese de que o questionamento metodológico envolvendo um objeto complexo continuou vivo, enquanto problemática. Para um objeto em processo, uma metodologia em processo.

Parodiando Schumpeter (CSD, p.121), "*In desperate brevity, the salient facts may be conveyed as follows.*". No capítulo XI, nosso autor inicia a investigação sobre as características de um 'processo' que corroerá as bases capitalistas. Trata-se da racionalização da vida, cuja origem remontaria à pré-história e que seria basicamente caracterizado pelas seguintes atitudes: tentativa de tirar de qualquer situação o máximo proveito conforme o conhecimento disponível, fazendo-o de acordo com as regras da 'lógica' e com base em proposições mínimas, passíveis de contraste empírico. Via de regra, Schumpeter aproxima

este conceito da idéia de eficiência, atribuindo sua difusão às necessidades da vida econômica: "[...] *the rational attitude presumably forced itself on the human mind primarily from economic necessity.*" (CSD, p. 122) Curiosamente, essa propagação é justificada por uma suposta crença de nosso economista acerca da ontologia do mundo econômico. As necessidades e experiências do fluxo circular de TDE são recobradas, da lógica ao fato:

This is due to the inexorable definiteness and, in most cases, the quantitative character that distinguish the economic from other spheres of human action, perhaps also to the unemotional drabness of the unending rhythm of economic wants and satisfactions. Once hammered in, the rational habit spreads under the pedagogic influence of favorable experiences to the other spheres and there also opens eyes for that amazing thing, the Fact. (CSD, p. 123; grifos nossos).

Muito embora canalizado pelas necessidades econômicas, o processo de racionalização seria independente de qualquer regime econômico específico. O capitalismo, porém, teria-o propulsionado de duas maneiras. Primeiro, 'exalta' que a unidade monetária seja tomada como unidade contábil, permitindo cálculos racionais de custo-benefício que, em contrapartida, revertem-se em maior avanço do próprio sistema: "*the cost-profit calculus in turn reacts upon that rationality; by crystallizing and defining numerically, it powerfully propels the logic of enterprise.*"(CSD, p. 123). Esta racionalização, em seguida, passaria a se espalhar em outros setores da vida: filosofias, medicina, conceitos de beleza e justiça, ciência: "*The rugged individualism of Galileo was the individualism of the rising capitalist class.*" (CSD, p. 124). Em segundo lugar, ao romper com o feudalismo e criar espaço social para uma nova classe fundamentada no êxito pessoal no campo econômico, o modo de produção trouxe para este campo os intelectos e vontades mais fortes. Com base nessas duas frentes de ação, o capitalismo não somente propulsiona uma 'atitude mental' específica, mas também gesta os homens e os meios apropriados. O capitalismo, enfim, é racionalista e anti-heróico (apesar da menção aos homens fortes):

The capitalist process rationalizes behavior and ideas and by so doing chases from our minds, along with metaphysical belief, mystic and romantic ideas of all sorts. Thus it reshapes not only our methods of attaining our ends but also these ultimate ends themselves. 'Free thinking' in the sense of materialistic monism, laicism and pragmatic acceptance of the world this side of the grave follow from this not indeed by logical necessity but nevertheless very naturally. [...] The capitalist civilization is rationalistic 'and anti-heroic'."(CSD, pp. 127-128; grifos nossos; ênfase do autor).

É impossível não recordarmos, por intermédio dessas considerações, os aspectos burgueses, positivos e racionalistas, da sociedade em que nosso economista cresceu e que foram considerados no capítulo 3. Eles pervadem, até aqui, todas as afirmações epistêmico-ontológicas de Schumpeter: existência de um setor quantitativo e ordenado da realidade, desenvolvimento da ciência racionalista, subjugação de atitudes românticas, heróicas.



Outro aspecto marcante é a força do processo de racionalização em CSD: "[...] *mankind is not free to choose.*". (CSD, p.129; grifo nosso). E isso não vale apenas para a 'massa' incapaz de comparar alternativas, que sempre faz aquilo que lhe é ordenado: "*There is a much deeper reason for it. Things economic and social move by their own momentum [...] *shapping the choosing mentalities and [...] narrowing the list of possibilities from which to choose.*".(CSD, p. 130; grifo nosso).*

De fato, as águas do fluxo circular são profundas. Vimos que em TDE tanto o capítulo I como o capítulo II iniciam com referências ao 'processo social' e que, no segundo, Schumpeter refere-se à racionalização: "O processo social, que racionaliza nossa vida e nosso pensamento, afastou-nos do tratamento metafísico do desenvolvimento social [...]"(TDE, p.43). Sintoma de continuidade entre as duas obras? É difícil precisar. Se, de um lado, o 'processo social' figura como agente em ambas, de outro, certas passagens de CSD nos deixam a impressão de que o significado deste não seja exatamente o mesmo de antes. Em TDE, muito embora o segundo capítulo comece com referência a um " processo', o fenômeno do desenvolvimento é engendrado por um indivíduo, o empresário. O significado da ação deste é distinto daquele do *homo economicus* tradicional, mas Schumpeter parece preservar o individualismo dos austríacos, que, ademais, também centravam suas atenções em 'processos'. Mais do que isso, cumpre recordar que entre as motivações do empresário, quais sejam, 'o sonho e o desejo de fundar um reino privado', 'o desejo de conquistar', 'a alegria de criar', apenas no primeiro caso a "propriedade privada, enquanto resultado da atividade empresarial, é um fator essencial para torná-la operante. Nos outros dois não é." (TDE, p.65). Em CSD, veremos, o processo é mais forte que o homem e, seja quais forem as motivações do empresário, este é engalfinhado. Cumpre notar, porém que o empresário mal resiste: a desmaterialização da propriedade privada pelo próprio processo social de racionalização faz com que arrefeça. As outras motivações, tão relevantes em TDE, são insuficientes para conter a tragédia suscitada pela desfiguração da primeira. Com isso, Schumpeter se aproxima (perigosamente?) do marxismo: "*If this is the quintessence of Marxism then we all of us have got to be Marxists.*"(CSD, p.130) e, em tom de desabafo, anuncia que a seqüência dos capítulos não será sobre a glória capitalista:

[...] I am not going to sum up as the reader presumably expects me to. That is to say, I am not going to invite him, before he decides to put his trust in an untried alternative advocated by untried men, to look once more at the impressive economic and the still more impressive cultural achievement of the capitalist order and at the immense promise held out by both. [...] There would be non sense in this. (CSD, p.129).

O capítulo XII examina, inicialmente, os efeitos do processo de racionalização econômica sobre a ação do empresário. Em primeiro lugar, Schumpeter reafirma a função empresarial como ato de realizar inovações, enfatizando novamente as dificuldades que o 'tipo' em questão tem de enfrentar, em especial a ação contra a rotina e a resistência social. Em seguida, sem rodeios, afirma que tal função estaria perdendo importância, independentemente tanto do fôlego econômico do capitalismo como, é possível inferir, das motivações dos empresários. O progresso tecnológico tornava-se tarefa rotineira de departamentos de P&D e a antiga resistência do ambiente às inovações (em si mesmas) diminuía. A inovação estaria se tornando 'necessidade', na acepção do fluxo circular. O empresário e sua visão estariam sendo absorvidos pela repetitividade cega da massa: "*Rationalized and specialized office work will eventually blot out personality, the calculable result, the 'vision'. The leading man [...] is becoming just another office worker [...].*" (CSD, p.133). O descarte do empresário, por seu turno, impacta em todo estrato social da burguesia. Schumpeter retoma mais uma vez sua teoria das classes sociais e, curiosamente, o restante da dinâmica de auto-superação do capitalismo será relatada com base no conceito de classe - a despeito das restrições de Schumpeter à teoria de classes marxista. Aqui, porém, a classe burguesa luta, em primeiro lugar, consigo mesma.

Em seguida, Schumpeter aborda a destruição das instituições feudais, ocasionada pelo processo capitalista. 'Economicamente', a burguesia se viu livre das peias que atravancavam as inovações; 'politicamente', ela passou a exercer seus interesses e mentalidade racionalista. Segundo nosso autor, porém, o processo nem seria tão imediato, nem suas conseqüências seriam tão simples. Durante muitos séculos, o avanço burguês convivera, em 'simbiose', com uma estrutura aristocrática: a burguesia nutria o luxo da nobreza e esta, por seu turno, garantia o ambiente social e político para o avanço da primeira. Schumpeter parte do princípio - segundo ele corroborado pelo caso francês e alemão - de que a burguesia anti-heróica e racionalista seria incapaz de liderança política. O processo capitalista, contudo, avançara no sentido de destruir este 'cinturão protetor', deixando, dentre outras coisas, a burguesia desarmada frente ao progressivo descontentamento das massas, explorado adiante. Schumpeter parece estar descrevendo, aqui, o esfacelamento de sua Viena - misto *sui generis* de racionalismo burguês e elitismo aristocrático ameaçado pelo ódio das massas - ou, alternativamente, lamentando a inexistência de uma elite aristocrática nos Estados Unidos. Os pilares de seu auditório universal parecem servir de base para suas proposições acerca do desmoronamento do capitalismo. Vício ricardiano?

Finalmente, Schumpeter considera o impacto do processo (social, capitalista, racional) sobre as próprias instituições capitalistas. Tendo afastado as teses que atribuíam o ocaso do capitalismo a supostas deficiências econômicas da concentração monopolística, nosso autor atribui, a esta mesma estrutura, conseqüências nefastas de ordem política. A já mencionada despersonalização da propriedade, bem como dos contratos, faz com que o capitalismo tanto perca prestígio como deixe de ser defendido de suas próprias mazelas. Em outras palavras, ele se torna 'frouxo':

It loosens the grip that once was so strong - the grip in the sense of the legal right and the actual ability to do as one pleases with one's own; the grip also in the sense that the holder of the title loses the will to fight, economically, physically, politically, for his factory and his control over it, to die if necessary on its steps. And this evaporation of what we may term the material substance of property - its visible and touchable reality - affects not only the attitude of holders but also that of the workmen and of the public in general. (CSD, p.142; ênfase do autor, grifo nosso).

A 'alegria de criar', o 'desejo de conquistar' (em si) não são sequer mencionados como possíveis reações ao processo. Com os elementos articulados acima, a auto-superação do capitalismo se mostra suficientemente explicada. O botim está dado, mas nosso *enfant terrible* não pára neste ponto: "*The bourgeois fortress thus becomes politically defenseless. Defenseless fortresses invite aggression especially if there is rich booty in them. Aggressors will work themselves up into a state of rationalizing hostility [...]*" (CSD, p.143). Nos dois capítulos subseqüentes, Schumpeter delineia um processo de racionalização das atitudes dos indivíduos, igualmente propellido pelo capitalismo. Em nosso entender, a relevância destes capítulos para a explanação reside fundamentalmente no fato de que, afora as condições dadas, o socialismo demanda ação para ser implementado. Esta ação é, tanto quanto as condições objetivas, 'preparada' pelo processo - a força deste é preservada - mas de qualquer modo sua implementação é individual (ou por meio de classes, que seja). Em nota, o autor afirma estar utilizando o verbo 'racionalizar' com dois significados diferentes: o primeiro tem a conotação, já descrita, de 'tornar algo eficiente'; o segundo, que se dá sobre a ação, pode ser descrito nas palavras de Schumpeter: "*We 'rationalize' an action of ours when we supply ourselves and others with reasons for it that satisfy our standard of values regardless of what our true impulses may be.*" (CSD, p. 143).<sup>193</sup> Notamos que enquanto a primeira acepção tem conotação objetiva e 'ativa', posto implicar conduzir um conjunto de coisas a um estado de

---

<sup>193</sup> Vimos que autores como MacDonald (1965) defendem que a noção de racionalizar, em Schumpeter, é similar à de Weber. De fato, cumpre recordar que ao mencioná-la no capítulo II de TDE, nosso autor nos reporta a Weber, sem, contudo, explicitar os termos de acordo. Dahms (1995, p. 11) observa que este é um ponto controverso: "*[...] the compatibility of Schumpeter's writings with Weber's theory of rationalization remains largely unrecognized in the related literature.*" - de modo que nos poupamos de maiores detalhes a essa altura do trabalho. Importa que a possível compatibilidade sinaliza nossa dinâmica de auditórios particulares e universal.

eficiência, a segunda tem caráter subjetivo e 'passivo', no sentido de justificar um *status quo*. Ambas, contudo, cumpre enfatizar, são articuladas pelo processo.

A linguagem envolvente e as proposições dos capítulos XIII e XIV, confirmam a afirmação de Allen (1994a, p. 31): "*No matter where he went or what he did, the aura of Franz Joseph's Vienna was always with him.*" Ao nosso ver, poderiam ser tomados como verdadeiros 'Manifestos Elitistas', de caráter extremamente irônico. Tomemos, por exemplo, a passagem em que Schumpeter descreve a reação dos capitalistas em relação às massas:

[...] it might well be asked - in fact, so it is being asked in naïve bewilderment by many an industrialist who honestly feels he is doing his duty by all classes of society - why should the capitalist order need any protection by extra capitalist powers or extra-rational loyalties? (CSD, p.144).

O contraste com a perspectiva marxista, é evidente. Uma seqüência de perguntas mostra o industrial acuado, buscando explicações racionais para o ódio das massas, que vimos ser tão bem tratadas pelo sistema capitalista nos capítulos anteriores. Schumpeter afirma, então, que tais explicações e a tentativa de persuadir os revoltosos por meio de argumentos racionais 'utilitaristas' são inócuas: "*Such refutation [...] can never reach the extra-rational driving power that always lurks behind it. [...] Capitalist rationality does not do away with sub- or super-rational impulses.*" (CSD, p.144). Segundo ele, o processo capitalista simplesmente 'descontrola' esses impulsos, ao remover as peças feudais - fica a critério do leitor decidir quem é o agente relevante, neste caso. Porém, ainda que estes impulsos não existissem, a massa é 'curto-prazista': não tem capacidade emocional de superar os reveses imediatos do desenvolvimento, nem sensatez suficiente para aguardar os resultados positivos do mesmo, de longo prazo. Por último, Schumpeter observa: "*[...] the ever-rising standards of life and particularly the leisure that modern capitalism provides for the fully employed workman...well, there is no need for me to finish the sentence [...]*." (CSD, p. 145). É impressionante como as contradições de Viena se misturam com a insatisfação de nosso autor com o cenário econômico dos Estados Unidos.

Mas o motim ainda não está completamente armado. O ódio das massas precisa de uma liderança. Esta será a função dos intelectuais, 'tipo' difícil de definir, mas que, grosso modo, pode ser descrito como se segue. São pessoas que obtiveram acesso à educação superior, devido ao avanço educacional proporcionado pelo capitalismo; que não encontram afazeres à altura de sua 'intelectualidade' e que, no ócio, decidem se voltar contra o sistema que as gerou: "*Discontent breeds resentment. And it often rationalizes itself into that social criticism*" (CSD, p.153). Passam a 'bajular' as massas e, usando de demagogia peculiar, canalizam os ímpetus destas contra o sistema. Seria um prazer reproduzir todo o 'tom

despachado' de nosso economista neste capítulo, que em nossa opinião legítima a hipótese de que vise 'persuadir' um público amplo (ainda que não seja a massa). A referência deste a Voltaire - intelectual exemplar - basta, todavia, aos nossos propósitos:

Voltaire affords an invaluable instance. His very superficiality that made it possible for him to cover everything from religion to Newtonian optics, allied to indomitable vitality and an insatiable curiosity, a perfect absence of inhibitions, an unerring instinct for and a wholesale acceptance of the humors of his time, enabled that uncritical critic and mediocre poet and historian to fascinate - and to sell. (CSD, p. 149).

A persuasão desenfreada realmente envolve riscos...Descontado o exagero da apreciação de nosso autor, podemos nos questionar acerca da ciência do mesmo quanto às conseqüências do caráter mais popular de sua obra. Que ele se referia a ela como 'parergon', já o vimos e justificativas para tanto não faltam, com base em sua biografia. Contudo, ao mesmo tempo, sabemos que ela reúne 'quarenta anos de pensamento' - o que é bem explicitado no prefácio de Schumpeter à mesma - e que, portanto, pertence a um projeto científico. Antecipando um pouco de nossa conclusão, acreditamos que o drama entre persuasão e verdade, particularmente intenso no trabalho de um vienense de fim-de-século, simplesmente nos recorde que estamos perante um 'orador', interagindo com auditórios particulares e universal.

Prossigamos: "*A few strokes will complete the [...] picture*". (CSD, p. 151). A fortaleza está se esfacelando, os bárbaros a invadem, os intelectuais marxistas gritam palavras de (des)ordem. Tudo está em 'decomposição' - é este o título do último capítulo da segunda parte. O capitalismo, entretanto, esmorece 'com classe', recebendo bem a massa. Já vimos que o processo de racionalização capitalista afeta a postura da burguesia, endogenamente, por meio da 'evaporação da substância da propriedade'. Schumpeter, agora, identifica o impacto deste processo na estrutura 'familiar' burguesa como outro fator de ordem endógena para destruição da ordem capitalista. Muito embora tenhamos visto que, em trabalhos anteriores, o autor já tomara a idéia de família como unidade de classe, a ênfase concedida a este elemento em CSD, após todas as outras causas delineadas, chega a parecer supérflua. Seja como for, a descaracterização da família, somada aos outros fatores, prepara 'o espírito' necessário para implementação do socialismo. A racionalização objetiva (primeira acepção) é retomada: nosso autor observa que, de um lado, as crescentes alternativas de lazer e o aumento da participação da mulher em outras esferas da vida fazem com que o incentivo a ter filhos, enquanto ativos, seja reduzido - "*Why should we stunt our ambitions and impoverish our lives in order to be insulted and looked down upon in our old age?*" (CSD, p.158) -; de outro lado, a mesma racionalização objetiva provoca a 'evaporação da propriedade dos consumidores',

isto é, estes se sentem menos impelidos a adquirir bens de consumo duráveis, porque podem desfrutar de facilidades sem posse:

[...] so far as the hedonistic component in the pattern of acquisitive motives is concerned, the desirability of incomes beyond a certain level is reduced. [...] the successful man or couple or the 'society' man or couple who can pay for the best available accommodation in hotel, ship [...] will, things being what they are, as a rule have all they want with any intensity 'for themselves'. [...] a budget framed on those lines will be far below the requirements of a 'seigniorial' style of life." (CSD, p.160; ênfases do autor).

Schumpeter defende, então, que a família era o motivo fundamental para que o empresário perseguisse o lucro - um fator que, normalmente, passaria despercebido pela maior parte dos economistas. O texto, progressivamente, adquire ares de 'charada'. A 'alegria de criar', 'o desejo de conquistar' parecem ter sido esquecidos. A relevância concedida ao lado 'consumidor' do empresário, que o reaproxima do *homo economicus*, salta aos olhos:

Consciously or unconsciously they [economists] analyzed the behavior of the man whose views and motives are shaped by such a home and who means to work and to save primarily for wife 'and children'. As soon as these fade out from the moral vision of the businessman, we have a different kind of homo oeconomicus before us who cares for different things and acts in different ways. (CSD, p.160; grifos nossos).

As necessidades 'domadas' pelo empresário em TDE são apresentadas, aqui, como fator relevante para o próprio comportamento do homem de negócios. Ruptura? Paradoxo? Novamente, é difícil precisar. Como se não bastasse, Schumpeter afirma que a destruição da família estaria provocando uma diminuição nos níveis de poupança, posto que os empresários não se preocupavam em prover sustento para as gerações futuras. Se recordarmos que, tal como no caso das necessidades, a poupança fora apresentada em TDE como resultado do desenvolvimento (inversão de relação causal), o peso concedido à mesma no final do capítulo é extremamente intrigante. É curioso que, nestas linhas, Schumpeter se pronuncie, mais uma vez, de forma negativa em relação ao governo e teorias contemporâneas: "*The bourgeoisie worked primarily in order to invest [...] and tried to defend [ a standard of consumption and accumulation] against governments that look the short-run view.*"(CSD, p. 161). Com o avanço da racionalização, o empresário adota uma atitude anti-poupadora: " [...] *accepts with an increasing readiness anti-saving 'theories' that are indicative of a short-run philosophy.*"(Ibid.).

Finalmente, a outra espécie de racionalização, 'subjéctiva', também afeta o comportamento burguês: além de educar seus inimigos, a burguesia se deixa educar por eles. A ordem capitalista já não faz sentido para ela que, com isso, ou compra os *slogans* da massa ou, no mínimo, não resiste a seu ímpeto - é cortês:

This is verified by the very characteristic manner in which particular capitalist interests and the bourgeoisie as a whole behave when facing direct attack. They talk and plead - or hire people to do it for them; they snatch at every chance of compromise; they are ever ready to give in; they never put up a fight under the flag of their own ideals and interests - in this country there was no real resistance anywhere against the imposition of crushing financial burdens during the last decade or against labor legislation incompatible with the effective management of industry. [...] The only explanation for the meekness we observe is that the bourgeois order no longer makes any sense to the bourgeoisie itself and that, when all is said and nothing is done, it does not really care. (CSD, p.161).

O economista parece enxergar na América imersa na Segunda Guerra a mesma resignação burguesa que, anos antes, trouxera o Império Austro-Húngaro abaixo. As particularidades da Viena de fim-de-século, com sua cultura 'Biedermeier', seu misto de elitismo e positivismo, seus paradoxos e massas inflamadas, pelo visto, foram absorvidas para sempre no auditório universal de nosso autor, influenciando sua visão acerca dos eventos particulares americanos...

Schumpeter conclui o capítulo reafirmando a semelhança entre sua visão e a de Marx, semelhança que, segundo ele, seria mais importante que a própria análise diferenciada. Prepara o terreno para as considerações subseqüentes acerca da viabilidade econômica ou não do socialismo, com a ressalva de que as tendências vislumbradas para sua emergência não teriam se revelado totalmente, ainda: "*Competition, actual and potential, is still a major factor in any business situation. Enterprise is still active. [...] The bourgeois family has not yet died.*" (CSD, p.163). Em nota discreta, por fim, explicita o que de fato queria 'estabelecer': "*The thirties may well turn out to have been the last gasp of capitalism [...] But again they may not. In any case there are no 'purely economic' reasons why capitalism should not have another successful run which is all I wished to establish.*" (CSD, p.163; grifo nosso). Reafirma-se como teorista e segue seu percurso.<sup>194</sup>

#### 6.4 - Balanço final

Iniciamos a análise de CSD tentando delimitar os seus auditórios particulares. Tal delimitação foi menos precisa que a de TDE, principalmente por tratar-se, em certa medida, de um livro de ensaios. A partir das informações biográficas, contudo, pudemos lançar a hipótese de que CSD possuiria a pretensão de atingir um público concreto simplesmente mais amplo, a despeito de possíveis pretensões específicas. As frustrações de Schumpeter na vida política e de negócios, a forte influência de Keynes tanto fora quanto dentro da academia, as dificuldades na formalização da teoria dinâmica e na elaboração do livro sobre moeda, a

---

<sup>194</sup> Por razões de escopo, esta dissertação não percorrerá as três partes seguintes da obra. Além disso, como veremos na conclusão, o que temos é suficiente aos nossos propósitos.

recepção morna de *Business Cycles*, o ostracismo em Harvard e a perda de interlocutores ativos - particularmente dolorosa para alguém que queria 'abrir as portas' da economia para jovens talentos -, bem como a participação em diversos seminários destinados ao grande público, pareceram ser motivos 'razoáveis' para nossa hipótese. O estilo mais incisivo, os comentários irônicos acerca da condução da política americana e da contribuição de Keynes, as 'chacotas' em relação ao marxismo, a reconhecida preocupação em 'falar de maneira não técnica', as metáforas referentes à guerra, forneceram-nos, a partir da leitura, respaldo para a suposição deste direcionamento mais amplo, seja com o intuito de simplesmente 'persuadir', seja com o objetivo de manifestar insatisfação. Ademais, o próprio autor, no prefácio, afirma estar se dirigindo 'aos americanos', de modo bastante geral.

De maneira semelhante à que procedemos em TDE, delimitamos a primeira parte de CSD como espaço de comunhão de mentes, em que o autor prepara o terreno para argumentação subsequente, a partir de premissas supostamente compartilhadas por seus auditórios particulares. No que tange aos modelos propostos pelo *Tratado da Argumentação*, classificamos a estrutura da primeira parte como fundada na dissociação de noções, a partir da oposição dos binômios 'meio-fim' e 'causa-conseqüência'. Deste modo, a argumentação negativa de CSD contrastou com o caráter positivo daquela vislumbrada em TDE - muito embora também exigisse a utilização de argumentos de caráter lógico e fundados na estrutura do real. Consideramos que ela é particularmente adequada para persuasão de um público não circunscrito.

Vimos que Schumpeter desarticula as peças do legado de Marx, normalmente articuladas na dialética. Para nosso autor, a construção marxista tanto teria propósitos concretos, de incitação das massas, como analíticos, de fazer provar o 'paraíso' socialista. Ironias à parte, o marxismo é apresentado sobretudo como religião. Marx, forçando a coesão das peças, teria cometido diversos pecados analíticos (*non sequitur*), conquanto sua visão fosse acertada. Schumpeter, ao dissociar as noções, afirma estar salvando os elementos acertados da análise marxista.

Nessa empreitada, o autor aos poucos forneceu mais elementos para refletirmos acerca de sua própria metodologia. De início, não argumente de forma hipotético-dedutiva, ele se apresenta novamente como teorista, posto que, diferentemente do marxismo, busca explicações baseadas em fatos, lógica - ou seja, raciocina dentro do binômio causa-conseqüência. Ao tratar Marx como pupilo de Ricardo, Schumpeter reconhece alguns avanços dele em relação à estrutura analítica de seu mestre. Mesmo assim, Marx ter-se-ia utilizado de instrumentos defasados, o que impediria que fizesse grandes progressos em matéria de



'teorização'. Schumpeter raciocina, portanto, com a concepção de progresso científico fundado no avanço de instrumentos de análise, que já vimos ter permitido que alguns intérpretes o classificassem como instrumentalista. No mínimo, de fato, elementos positivistas - caros à Viena - fazem-se sentir nesta concepção. No que toca à *Sozialökonomik*, notamos que o ramal teórico seria inicialmente tomado como aquele que lhe concederia 'cientificidade'.

Entretanto, como vimos, CSD é um livro que, segundo Swedberg, representa o ramal sociológico da *Sozialökonomik*. Nossa análise avaliou que, realmente, a hipótese é plausível neste pilar do auditório universal: os elementos sociológicos se mostram muito mais presentes que em TDE e, além disso, o fato de muitos destes elementos terem aparecido em artigos anteriores confirmaria a inserção de CSD em um projeto unitário, normativo, a despeito de não termos identificado um auditório concreto de cientistas sociais para que ela tivesse se dirigido. No que tange à análise marxista, aqui em questão, vimos que Schumpeter destaca a contribuição referente à idéia de 'interpretação econômica da história' como um dos principais trunfos de seu adversário em matéria de sociologia, uma vez expurgado de seus excessos materialistas. Como vimos, os ramais sociológico e histórico da *Sozialökonomik* foram sugeridos, inicialmente, como principais 'brechas' para influência de elementos subjetivos como interpretação e visão.

Contudo, aos poucos, notamos que o pensamento metodológico de nosso autor era mais complexo do que aparentava de início. Ao abordar a 'interpretação econômica da história', Schumpeter afirma que tal contribuição era que tornava legítima a referência ao socialismo de Marx como socialismo 'científico'. Progressivamente, elementos como visão e interpretação foram sugeridos como relevantes para aquilo que haveria de 'científico' na *Sozialökonomik*. Uma das constatações mais importantes, ao nosso ver, foi a que concerniu ao seu próprio ramal teórico. Ao longo de toda a parte I Marx fora considerado um pensador de boa 'visão', mas de análise defasada e pouco brilhante no que tangia à teorização, tomada da ótica do progresso dos instrumentos. No que tange ao tratamento dos ciclos, em particular, a avaliação de que seu legado seria fragmentário e incipiente apontava para incompreensão do próprio capitalismo - seu objeto primordial - dado que, para Schumpeter, ciclos e processo capitalista seriam faces da mesma moeda. De repente, porém, vimos que nosso autor afirma ser possível uma completa reversão deste resultado: Marx, ao fomentar uma mistura 'química' entre teoria e história (na chave da interpretação econômica), teria dado o 'pontapé inicial' na direção daquilo que seria a 'idéia de teoria' econômica do futuro. Apesar de suas 'falhas técnicas', Marx foi colocado acima do senso comum no ramal teórico justamente por conta de sua visão...

Percebemos, outrossim, que a avaliação metodológica da *Sozialökonomik* e de cada um de seus ramos implica também na compreensão dos vínculos entre estes. Ao tratar da síntese marxista, Schumpeter se mostrou, ele mesmo, interessado em compreender tais relações, não muito bem delimitadas. Se em TDE a presença dos elementos sociológicos e históricos contrasta com a ênfase na primazia da teorização pura, seja enquanto propósito (inserção na academia), seja enquanto procedimento mais adequado para compreensão do mundo econômico, em CSD o 'questionamento' relativo a estes termos é que se revela patente.

Na parte II do livro, destinada a estabelecer 'analiticamente' a visão compartilhada por nosso economista e Marx, o questionamento metodológico prosseguiu, intensificando-se. Conforme Schumpeter avança, sugere que a problemática metodológica parece ter respaldo na percepção da complexidade do grande objeto tratado - o capitalismo - e, mais: o autor se mostra progressivamente consciente deste questionamento. Destilada dos excessos que atribuímos à orientação ao grande público, a estrutura argumentativa mais idiossincrática de CSD pareceu acompanhar, também, o ritmo oscilante do objeto tratado, acerca do qual as conclusões prometem ser tão somente plausíveis. De certo modo, tal como no caso de TDE, é possível argumentar que a orientação para um auditório particular mais amplo tenha impactado na reflexão acerca de alguns dos próprios elementos normativos, subsumidos no auditório universal, que orientaram a produção acadêmica de nosso autor. Recordamos, com isso, o movimento de 'transcendência situada' e interpenetração de auditórios particulares e universal caro à nova retórica.

No bloco que vai dos capítulos V a X de CSD, vimos que Schumpeter se opõe às teses, marxistas e não-marxistas, que atribuíam a destruição do capitalismo ao seu desgaste, ou contradições, econômicos. A argumentação preservou sua tônica negativa, conquanto, agora, nosso autor se opusesse não à teorização propriamente dita, mas aos conteúdos das teses. Ao analisar exaustivamente os fatos e procurar evidências que corroborassem suas teses, Schumpeter procede como cientista, teórico.

De fato, observamos que ele parecia prezar novamente os atributos da teorização pura. As contribuições dos clássicos são avaliadas, tal como de início foram as marxistas, como misto de visão e *non sequitur*. A visão aparece como elemento 'primitivo', prévio à ação dos instrumentos de análise, à superação do senso comum. Em seguida, os legados de Marshall e Wicksell, bem como o dos teóricos da concorrência monopolística são avaliados da ótica do progresso de seus instrumentos de análise. É por meio destes que eles vão superando o 'senso comum'. Em particular, Schumpeter defende que os trabalhos sobre concorrência monopolística teriam permitido maior realismo para teorização (o que novamente qualifica a

tese do 'instrumentalismo filosófico' mesmo no âmbito da teoria 'pura'). No final das contas, porém, Schumpeter observa que os resultados da análise pareceriam, na era dos monopólios, confirmar a assertiva 'popular' de que o propósito capitalista de obtenção de lucro seria avesso ao progresso em termos de produção. Isto posto, nosso autor 'viraria a mesa', mais uma vez.

Todos estes trabalhos, segundo ele, teriam perdido no seu 'passo a passo' o que o objeto analisado teria de essencial - "*Their formal properties were mostly developed correctly. But no conclusions about capitalist reality as a whole follow from such fragmentary analyses*".(CSD, p.82). Eles deixaram de reconhecer a destruição criativa, o caráter dinâmico, orgânico e evolucionário do mesmo. Schumpeter ainda perseguiria o tratamento teórico puro de seu objeto, o que é atestado por seus esforços 'matemáticos' da fase americana e, de certa forma, justificado pela concepção igualmente reiterada em CSD do universo econômico como fundamentado em relações quantitativas. O fato é que, contudo, este universo também possui relações qualitativas 'essenciais' e, com isso, a 'pureza' do tratamento teórico mostrar-se-ia constantemente ameaçada.

Do ponto de vista da 'dinâmica' capitalista, Schumpeter conclui, assim, que os anos seguintes seriam de enorme potencial produtivo, no que dependesse de questões econômicas. A 'autotração' do capitalismo seria dada, contudo, pelo dismantelamento de sua própria estrutura institucional e da estrutura protetora herdada do feudalismo, coroada pelo descaso da burguesia. A interconexão destes elementos é estudada no bloco que vai dos capítulos XI a XIV. Ao examinarmos a mesma, a percepção da natureza dinâmica e instável do capitalismo atingiu proporções altíssimas, agora não mais apenas dentro da seara econômica, mas dentro do campo de operação de um processo social. Intensificou-se igualmente, a percepção de que a relação entre os ramais da *Sozialökonomik* não é simples e que algumas questões acerca do objeto ficam reticentes.

A complexidade mencionada ficou patente quando contrastamos elementos deste bloco com afirmações contidas em TDE. Vimos que os dois capítulos analisados nesta fazem menção a um 'processo social racionalizante'; contudo, neles, a ação do empresário é fundamental para inversão das relações causais verificadas no fluxo, como as referentes às necessidades e poupança. Observamos, igualmente, que a ênfase no significado desta ação era compatível com as perspectivas do auditório austríaco, mas que, ao mesmo tempo, o significado em si era diferenciado: o empresário não era mero *homo economicus* e, notamos, somente uma de suas motivações dependia da instituição da propriedade privada.

Já em CSD, a racionalização tomada em acepção dupla abafa o significado desta ação. Em primeiro lugar, ela é associada à idéia de 'eficiência', legitimada numa concepção

quantitativa do universo econômico; o processo capitalista, por seu turno, propulsiona tal racionalização e o resultado é drástico: no mundo das grandes corporações a função empresarial passa a ser dispensada. Neste sentido, deixa de ser fundamental. Em segundo lugar, a racionalização é associada à idéia de 'autolegitimação das ações': com base nela, Schumpeter justifica a ação dos intelectuais e o ódio das massas. Mais importante, porém, é que tanto a primeira acepção quanto a segunda teriam impactos na postura do homem de negócios, que se tornaria resignado e complacente. Ora, ao preocupar-se em examinar o 'que acontece com o empresário' Schumpeter o recoloca no centro das atenções, a despeito da ênfase inicial no 'processo'. Ficamos na dúvida se ele, afinal, é fundamental ou não para o desenvolvimento, isto é, para o capitalismo. Ademais, se é que o empresário (ainda) é tomado como alguém (que algum dia foi) relevante, CSD não trata mais das motivações não fundadas na propriedade privada - a 'alegria de criar', 'o sonho de conquistar', do visionário de TDE. Motivações irracionais são conclamadas - no melhor do espírito Viena *fin-de-siècle* - para explicar o comportamento das massas; no caso do empresário, porém, mesmo tomando a família como motivo alheio à propriedade privada em si, Schumpeter afirma que, no máximo, teríamos " [...] *a different kind of homo oeconomicus before us who cares for different things and acts in different ways.*" (CSD, p. 160). Não matamos a charada.

De nosso ponto de vista, as considerações do segundo bloco arrematam uma percepção que já vinha se consolidando: a metodologia **dinâmica** de Schumpeter responde tanto às exigências de um objeto dinâmico, quanto ao espírito dinâmico de um pensador gestado em Viena. CSD, neste sentido seria um marco importante tanto para nossa reflexão metodológica acerca do legado schumpeteriano, quanto para a reflexão do próprio autor com respeito à sua obra. A tensão entre elementos positivos e elitistas (românticos) se manifesta, no campo da *Sozialökonomik*, na forma de uma tensão entre um ideal de ciência pura e a presença de elementos como visão e interpretação. O ideal mencionado seria possibilitado por instrumentos de análise que teriam como principal tarefa expurgar vieses canalizados pela visão. Os elementos subjetivos, contudo, acabam sendo reconhecidos por nosso autor como fundamentais para própria atividade científica, em particular (ou pelo menos) quando se trata de um fenômeno da natureza do capitalismo. Este reconhecimento, ao nosso ver, sinaliza a percepção do universo econômico como campo contingente.<sup>195</sup> Convidamos o leitor para leitura de alguns trechos de *History of Economic Analysis*, que, na ausência de uma biografia

---

<sup>195</sup> É possível questionarmos aqui a mudança da percepção ontológica de Schumpeter sobre o processo capitalista entre TDE e CSD. Ao escrever a primeira obra, preocupado em firmar-se na academia como teorista, Schumpeter mostra-se particularmente convencido da possibilidade de teorização pura. Este pode ser um caso clássico de auto-engano (ver Fonseca, 1999).

de Schumpeter por ele mesmo - tão desejada por Joan Robinson - acreditamos ser o melhor 'mirante' para apreciação do próprio legado de nosso autor, posto ter sido sua última manifestação a respeito de questões metodológicas. Iniciemos, com a passagem em que define uma das concepções de ciência com que raciocina:

For our purpose, a very wide definition suggests itself, to wit: a science is any kind of knowledge that has been the object of conscious efforts to improve it. Such efforts produce habits of mind - methods or 'techniques' - and a command of facts unearthed by these techniques which are beyond the range of the mental habits and the factual knowledge of everyday life. Hence we may also adopt the practically equivalent definition: a science is any field of knowledge that has developed specialized techniques of fact-finding and of interpretation or inference (analysis). (Schumpeter, 1954, p.7; grifos nossos).<sup>196</sup>

Esta é a concepção que, como vimos ao longo do texto, permitiu a alguns autores afirmarem a tese de que Schumpeter teria adotado o instrumentalismo machiano no que tange à teorização econômica. Muito embora a própria referência de Schumpeter à busca de causas, explicação, fatos, coloque dúvidas acerca desta interpretação no âmbito da própria teoria pura, observamos que, realmente, a passagem nos remete, pelo menos a uma perspectiva positivista de análise, via teorização pura dos fatos. A interpretação destes sujeita-se a tais instrumentos, que tanto resultam de um esforço consciente de melhorar o conhecimento acerca de um objeto, quanto depuram esse conhecimento, progressivamente, tornando-se 'hábitos mentais': *"a tremendous economy of mental effort may be realized if we deal with these properties or aspects, and with the problems they raise, once and for all."* (Schumpeter, 1954, p.16) Em especial, tendem a expurgar ideologias, cuja principal porta de entrada é a visão dos cientistas<sup>197</sup>:

[...] they tend to crush out ideologically conditioned error from the visions from which we start. It is their particular virtue, and they do so automatically and irrespective of the desires of the research worker. The new facts he is bound to accumulate impose themselves upon his schema. (Schumpeter, 1954, p. 43).

Em Schumpeter, porém, nada é trivial. Ele não opera com apenas uma definição de ciência, como observamos ao longo da dissertação. Vimos que ela também é definida como superação do senso comum, o que traz considerações sociológicas para seu campo asséptico:

---

<sup>196</sup> Schumpeter afirma apresentar, aqui, duas definições. Julgamos que com relação ao ponto que queremos enfatizar em nosso trabalho, elas possam ser tomadas como uma só, referente à 'teorização pura', a ser contrastada com uma definição potencialmente mais ampla apresentada a seguir.

<sup>197</sup> Examinamos na seção 3.3.2 o que Schumpeter afirma entender especificamente por 'ideologia' e sua relação com o conceito de visão, de modo que nos poupamos de maiores comentários aqui.

Finally, if we wish to emphasize sociological aspects, we may formulate still another definition, which is also practically equivalent to the other two<sup>198</sup>: a science is any field of knowledge in which there are people, so-called research workers or scientists or scholars, who engage in the task of improving upon the existing stock of facts and methods and who, in the process of doing so, acquire a command of both that differentiates them from the 'layman' and eventually also from the mere 'practitioner'. (Schumpeter, 1954, p. 7; grifo nosso).

A princípio, positivismo e elitismo parecem harmonicamente conciliáveis, ou praticamente equivalentes como menciona a passagem. Contudo a presença de um capítulo sobre sociologia do conhecimento econômico, sugere, de saída, que a questão na verdade não seja tão simples (como talvez fosse no início de sua carreira). A 'visão', ato pré-analítico em que o pesquisador reconhece um objeto que valha à pena ser tematizado, parece ser um elemento mais relevante que simplesmente uma fonte de ideologias primitivas:

It is interesting to note that vision of this kind not only must precede historically the emergence of analytic effort in any field but also may re-enter the history of every established science each time somebody teaches us to 'see' things in a light of which the source is not to be found in the facts, methods, and results of the pre-existing state of the science. (Schumpeter, 1954, p. 41; ênfase do autor; grifo nosso).

Esperamos que esta dissertação tenha, ao menos, sugerido ao leitor duas 'constatações'. Em primeiro lugar, que a grandeza do legado de Schumpeter, reside, em larga medida, na ruptura que ele realizou com concepções aceitas, muito embora partisse delas. Em segundo, que, uma vez reconhecidos seus esforços e méritos no desenvolvimento dos instrumentos de análise, tal ruptura e superação residiu, sobretudo, na peculiaridade de sua 'visão'. Infelizmente, Schumpeter faleceu antes de concluir a introdução de *History*, e as linhas finais da introdução novamente prezam o potencial dos instrumentos de análise para expurgar as ideologias canalizadas pela visão. A julgar pelos diversos momentos em que 'hábitos' e rotinas foram rompidos em seu legado, porém, é possível inferirmos que sua saída de cena nos tenha privado de mais um *grand finale*, com o reconhecimento explícito da relevância da visão para superação do senso comum. Restaram-nos, porém, conclusões razoavelmente plausíveis.

---

<sup>198</sup> Vide nota acima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O objetivo desta dissertação é examinar a fecundidade do arcabouço da nova retórica para compreensão de aspectos do pensamento de Joseph Alois Schumpeter." Várias páginas depois, é chegado o momento de realizarmos um balanço de nosso percurso. Retomaremos aspectos da exposição, com vistas à pretendida clareza cartesiana após um trajeto barroco. Concentraremos nossas atenções em aspectos essenciais; remetemos o leitor aos balanços finais de cada uma das partes da dissertação para resultados mais específicos.

Iniciamos nossa empreitada com um apanhado da discussão sobre retórica em economia, levada adiante principalmente pelos trabalhos de McCloskey. Constatamos que seus vínculos com a filosofia neopragmatista, de que resulta a associação entre retórica e conversação, adicionam problemas àqueles que acompanham a retórica desde seus primórdios gregos, referentes tanto a aspectos sociológicos como filosóficos do ideal da 'boa persuasão'. A partir da constatação desta dificuldade, sugerimos a proposta de Perelman&Olbrechts-Tyteca como alternativa. Apoiados na filosofia aristotélica, os autores defendem que em campos contingentes do saber - nos quais as premissas são apenas plausíveis e não evidentes - a adesão dos interlocutores aos pressupostos e conclusões se torna relevante para o próprio avanço do conhecimento.

Com isso, a 'nova retórica' exige que o discurso seja situado no contexto específico em que é escrito, o que, entre outras coisas, demanda atenção especial para delimitação dos contornos dos auditórios particulares aos quais é dirigido. Vimos, por outro lado, que cientes do velho debate filosófico entre verdade e persuasão, Perelman&Olbrechts-Tyteca definem o conceito de auditório universal como controle para a demagogia desimpedida. Cada orador elabora seu discurso conforme normas atribuídas a um conjunto de interlocutores ideais. Observamos, contudo, que de acordo com a nova retórica os auditórios julgam-se uns aos outros: as normas do auditório universal, apesar de regerem a persuasão dos auditórios particulares, são abstraídas a partir do contato do orador com estes mesmos auditórios. Esta 'transcendência situada' ocorre sobretudo em momentos de tensão entre teses adversárias. Além disso, observamos que o caráter normativo e estável do auditório universal não impede que, ao longo do tempo, alguns de seus elementos possam ser revistos de acordo com as experiências concretas do orador. Isso posto, a interdependência entre auditórios particulares e auditório universal é tomada como chave para compreensão da dinâmica argumentativa, assegurando a compreensão das características dos outros elementos essenciais da

interlocução: orador e discurso. Cumpre salientar, contudo, que toda essa dinâmica só faz sentido a partir de um pressuposto acerca da natureza dos objetos discutidos: eles pertencem a um universo contingente.

O exame de elementos biográficos prévios à elaboração de TDE e do contexto intelectual de Viena forneceu subsídios para identificação de alguns dos elementos que se consolidariam no auditório universal de Schumpeter. Ao longo tanto da fase européia como americana eles se fizeram presentes, seja na postura de nosso autor enquanto orador, seja em suas concepções teóricas e metodológicas sobre ciência econômica. No que diz respeito ao discurso econômico propriamente dito, vimos que nosso autor inicia sua carreira em meio às tensões do *Methodenstreit*. O intuito de formular uma concepção ampla de ciência econômica que suplantasse os termos em disputa entre a escola histórica e alemã, articulando os estudos em teoria, sociologia e história econômica - a *Sozialökonomik* - figurou juntamente com as influências intelectuais mais amplas como elemento normativo do discurso de nosso economista. Ao esforçar-se em transcender as perspectivas dos auditórios particulares aos quais dirigiu TDE - a escola austríaca e alemã - Schumpeter ilustrou bem a interconexão entre auditórios particulares e universal proposta pela nova retórica. Em especial, vimos que a elaboração de sua teoria dinâmica tanto sugeriu ser condizente com propósitos concretos de inserção na academia, quanto mostrou ser parte de um projeto intelectual unitário e grandioso.

A análise de CSD, apoiada na hipótese de orientação para um público mais amplo, foi bastante sugestiva do caráter dinâmico da argumentação de nosso autor. Tal hipótese foi corroborada, em especial, pelo contraste com a estrutura argumentativa de TDE, revelando um orador sensível à tensão entre persuasão e verdade. Além disso, vimos como as questões referentes à teoria econômica, aos vínculos entre esta e os outros ramos da *Sozialökonomik*, bem como o próprio questionamento sobre o estatuto 'científico' desta última permaneceram presentes na segunda fase de nosso economista - o que reforça o caráter unitário de sua obra. CSD foi particularmente interessante do ponto de vista da reflexão metodológica de Schumpeter, uma vez que mostra como as tensões teóricas e metateóricas presentes em seu trabalho são condizentes com a natureza de um objeto de pesquisa complexo, o capitalismo. A teorização pura passa, progressivamente, a figurar como somente um dos elementos do ideal de ciência de nosso autor. O reconhecimento da visão como fator fundamental para ruptura de hábitos mentais e pressupostos arraigados, assemelha-se, curiosamente, com a idéia de auditório universal como instância que transcende auditórios particulares, ainda que parta deles.



Finalmente, observamos que nosso objetivo de avaliar se a nova retórica poderia fornecer subsídios para compreensão de aspectos do pensamento de Schumpeter foi alcançado, com as limitações inerentes à natureza de uma dissertação. A interpretação sugerida por Swedberg, que nos possibilitou a aplicação do instrumental proposto, mostrou-se plausível, uma vez qualificada por elementos expostos ao longo da análise. Outros esquemas interpretativos que se mostraram compatíveis com alguns elementos da obra, não o fizeram de maneira simples e completa. A recepção de nosso economista, ainda hoje, suscita controvérsias. Com isso, resultou deste trajeto, sobretudo, uma advertência: a de que o trabalho de nosso *enfant terrible* parece resistir a quaisquer esquemas interpretativos fechados. Ao romper com hábitos e pressupostos arraigados, Schumpeter nos mostrou como a economia é capaz de progredir apesar de ser campo de premissas 'discutíveis'. Lugares comuns?

## Referências

### Obras de Joseph Alois Schumpeter

1906. "Über die mathematische Methode der theoretischen Ökonomie", *Zeitschrift für Volkswirtschaft* 15, pp. 30-39.
1908. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig: Duncker&Humblot.
1911. *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig: Duncker&Humblot.
- 1911/1935. *Theorie de L'Evolution Economique*. Paris:Dalloz.
- 1911/1982. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- 1911/1961. *Theory of Economic Development*. New York: Oxford University Press.
1914. "Das wissenschaftliche Lebenswerk Eugen von Böhm-Bawerks". *Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung* 23, pp. 454-528.
1914. "Epochen der Dogmen- und Methodengeschichte" in Max Weber (1914).
- 1914/1967. *Economic Doctrine and Method*. New York: Oxford University Press.
- 1914/1968. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar.
1915. *Vergangenheit und Zukunft der Sozialwissenschaften*. Munich: Duncker & Humblot.
- 1917/1953. "Social Product and Money Calculations". *International Economic Papers* 3, pp. 148-211.
- 1918/1991. "The Crisis of the Tax State" in Swedberg, R. (1991).
1919. *Zur Soziologie der Imperialismen*. J.C.Mohr: Tübingen.
- 1919/1961. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro : ZAHAR Editôres.
1925. "Edgeworth und die neuere Wirtschaftstheorie". *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. 22 (1925 II), pp. 183-202.
1925. "Kreditpolitik und Wirtschaftslage". *Berliner Börsen-Courier*, 58/603, vol. 25. 12.
- 1925." Kreditkontrolle". *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, Bd. 54, pp. 289-325.
1927. "Die sozialen Klassen im ethnisch homogenen Milieu". *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, Bd. 57 (1927), S. 1-67..
- 1927/1991. "Social Classes in an Ethnically Homogeneous Environment". In Swedberg (1991).
1928. "The Instability of Capitalism". *Economic Journal* 38, September, pp. 361-386.
- 1931/1982. "The 'Crisis' in Economics - Fifty Years Ago". *Journal of Economic Literature*, Vol. 20, No. 3, pp. 1049-1059, sep.
- 1934a. "The Nature and Necessity of a Price System" . In *Economic Reconstruction, Report of the Columbia University Commission*. New York: Columbia University Press, pp. 170-176.
- 1934b. "Depressions: Can we Learn from Past Experience?". In Brown D.V (1934).
1936. "J. M. Keynes: General Theory of Employment, Interest and Money". *Journal of the American Statistical Association*. Vol.31, pp. 791-795.

1936b/1991. "Can Capitalism Survive?" Vortrag, United States Department of Agriculture Graduate School, Washington, DC. Reproduzido em Swedberg, R. (1991).

1939. *Business Cycles*. New York; London : McGraw-Hill Book Company

1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Harper & Row, 1 ed.

1942/1961. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

1946. (em conjunto com W.L. Crum). *Rudimentary Mathematics for Economists and Statisticians*. New York, London: McGraw-Hill.

1949/1981. "Ciência e Ideologia" Edições Multiplic. Vol. 1. N.o. 3, fev.

1954. *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.

**Obras de outros autores**

- ALDRIGHI, Dante.M.; SALVIANO Jr., Cleofas. (1996). “A grande arte: a retórica para McCloskey” *in*: Rego 1996, pp. 81 – 97.
- ALLEN, Robert Lorin. (1994a). *Opening Doors: The Life and Work of Joseph Schumpeter*. Volume 1: Europe. New Brunswick&London: Transaction Publishers, v.1.
- ALLEN, R.L. (1994b) *Opening Doors: The Life and Work of Joseph Schumpeter*. Volume 2: America. New Brunswick&London: Transaction Publishers, v.2.
- ANDERSEN, Esben Sloth. (1991a). *The Core of Schumpeter's Work*. Institute for Production, University of Aalborg, Smaskrift n.o. 68. March 1991.
- ANDERSEN, E.S. (1991b). *Schumpeter's Vienna and the Schools of Thought*. Institute for Production, University of Aalborg, August.Smaskrift n.o. 70.
- ANUATTI NETO, Francisco (1994) *Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas*. São Paulo: IPE/USP. (Tese de doutoramento).
- ANUATTI NETO, F. (2003). “Persuasão racional: uma análise do esforço de Keynes na formação de uma opinião favorável à mudança nas políticas econômicas”. *in*: Gala e Rego 2003, pp. 283-308.
- ARENA, Richard; GLORIA-PALERMO, Sandye. (1999). "Evolutionary Themes in the Austrian Tradition: Menger, Wieser and Schumpeter on Institutions and Rationality". Centre de recherches économiques de l'université de saint-étiene. Document de Recherche, n.10.
- ARIDA, Pérsio. (1983) “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”. *Texto para Discussão* n.º 54. Departamento de Economia da PUC/RJ.
- ARIDA,P. (1996)“A história do pensamento econômico como teoria e retórica” *in*: Rego, J.M.,1996, pp. 11-46.
- ARIDA,P. ”Pérsio Arida” (1996b) *in*:: C. Biderman, L.F.L. Cozac e J. M. Rego (orgs.), 1996, pp. 319-339.
- ARISTÓTELES. *Organon: V. Tópicos* .Coleção Os Pensadores. Volume Aristóteles. Tradução de Jose Americo Motta Pessanha. Editora Abril. São Paulo, 1978.
- ARISTÓTELES. *Organon: IV. Analíticos Posteriores* Casa da Moeda, Portugal : Imprensa nacional, 1987.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Casa da Moeda, Portugal: Imprensa nacional, 1987.
- BARILLI, R. (1979) “Rhétorique et culture”. *Revue Internationale de Philosophie*, (n.º 127-128), pp.33-46.
- BIANCHI, Ana Maria (1992) “Muitos Métodos é o Método: a Respeito do Pluralismo”. *Revista de Economia e Política*, vol 12, n.º 2.
- BIANCHI, Ana Maria (2002) “Para Auditórios Diferentes, Diferentes Argumentos” *in*: Gala, P. & J.M. Rego (orgs.), 2002, pp.231-250.

- BIANCHI, Ana Maria; SALVIANO Jr., Cleofas. (1996) "Prebisch, a Cepal e seu Discurso: Um Exercício de Análise Retórica" *in*: Rego, J.M., 1996. pp. 163-179.
- BICCHIERI, Cristina. (1988) "Should a Scientist Abstain from Metaphor?" *in*: Klammer, A.; McCloskey, D. e Solow, R. (eds), pp. 100-113.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis F. L.; REGO, José M. (Orgs.) (1996). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34.
- BIL'O, Simon. (2004). "Imputation and Value in the Works of Menger, Böhm-Bawerk and Wieser". The Ludwig von Mises Institute, July 21.
- BLACK, Max, (1962). *Models and Metaphors*. Ithaca. N.Y.: Cornell University Press.
- BLAUG, Mark. (1980) *The Methodology of Economics; or, How Economists Explain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLÉD, Jean-Paul. (1988). *Histoire de Vienne*. Librairie Arthème Fayard.
- BÖHM-BAWERK, Eugene von. (1889/1986). *Teoria Positiva do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- BOLAND, Lawrence. A. (1979). *The Foundations of Economic Method*. London: George Allen & Unwin.
- BROWN, D.V. *et al.* (1934). *The Economics of the Recovery Program*. New York and London 1934, pp. 3-21.
- CARLIN, Edward. (1951). "Schumpeter's Constructed Type - the Entrepreneur." *Kyklos*, IX, Fasc. 1, pp. 27-40.
- CALDWELL, Bruce J. (2004). *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F.A. Hayek*. The University of Chicago Press.
- CALDWELL, B.J.. (1990) Carl Menger and His Legacy in Economics. Durham, N.C.: Duke University Press.
- CALDWELL, B.J ; COATS, A.W.. (1984). "The Rhetoric of Economics: A Comment on McCloskey", *Journal of Economic Literature*, vol 22, 2, pp. 575-8.
- CLARK, John Bates. (1899/1908). *The Distribution of Wealth: A Theory of Wages, Interest and Profits*. New York: Macmillan Company.
- CLARK, J.B.. (1909) "Review of Schumpeter's Nature and Essence of Theoretical Economics" *Political Science Quarterly* 24, pp. 721-725.
- CLARK, J.B..(1912) "Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung" Review. *The American Economic Review*, vol. 2, n.4, pp.873-875.
- CLEMENCE, Richard V.; DOODY, Francis S.. (1966). *The Schumpeterian System*. New York: Augustus M. Kelley Publishers.
- COATS, A.W. (1988) "Economic rhetoric: The social and historical context." *in*: Klammer, A.; McCloskey, D e Solow, R. (eds). pp. 64-84.
- COELHO, Fábio Uchoa. (2002), "Prefácio a edição brasileira de *Teoria da Argumentação*" *in* Perelman, C & L. Olbrechts-Tyteca, 2002, pp. xi-xxi.

- COTTINGHAM, John. (1995) *Dicionário Descartes* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- DAHMS, Harry F. (1995). "From Creative Action to the Social Rationalization of the Economy: Joseph A. Schumpeter's Social Theory." *Sociological Theory*, Vol. 13, N.o. 1, March, pp. 1-13.
- DESCARTES, René. (1637/1973). *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural.
- DESCARTES, R. (1641/1973). *Meditações Metafísicas* São Paulo: Abril Cultural.
- DEUTSCH, Karl W. (1956). "Joseph Schumpeter as an Analyst of Sociology and Economic History." *The Journal of Economic History*, Vol. 16, n.o.1, March. pp. 41-56
- DUPRÉEL, Eugène. *Sociologie générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- FERNANDES, D.A.; GALA, P.; REGO, J.M. (2004) "Pragmatismo e Economia: Elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico" in *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, 2004.
- FERNÁNDEZ, R.G. (1996) "A Retórica e a Busca da Verdade em Economia" in: Rego, J.M., 1996, pp 143-161.
- FERNÁNDEZ, R.G (2002) "McCloskey, Mäki e a Verdade" in: Gala, P. e J.M. Rego, 2002. pp.119-150.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da (1999). *Auto Engano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FISH, S. (1988) "Comments from Inside Economics" in: McCloskey, D.N.; Klammer, A.; Solow, R.M., 1988, pp. 21-30.
- FRIEDMAN, Milton. (1953). *Essays in positive economics* – Introduction: "The methodology of Positive Economics". Chicago: The University of Chicago Press, pp. 3-43.
- FRISCH, Helmut. (ed.). (1982). *Schumpeterian Economics*. New York: Praeger.
- FRISCH, Ragnar. (1951). "Some Personal Reminiscences on a Great Man" *Econometrica*, vol. 19, n.o. 2 April, 87-91.
- GALA, Paulo e REGO, José. M. (Orgs.) (2002) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Editora 34.
- GALA, Paulo e REGO, José. M. (2003) "Além da Retórica em Economia: o Pragmatismo como Método" in *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia*, 2003.
- GHISALBERTI, A. (1997) *Guilherme de Ockham*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- GRANGER, Gilles Gaston. (1955) *Méthodologie Économique*. Paris: PUF.
- GREAVES, Bettina Bien. (ed.) (1996.) *Austrian Economics: An Anthology*. New York: Foundation for economic education.
- GRIFFIN-COLLART, E. (1979) "L'argumentation et le raisonnable dans une philosophie du sens commun" : *Revue Internationale de Philosophie*, (n.º 127-128), pp.202-238.
- HANDS, D. Wade (2001). *Reflection without Rules: economic methodology and contemporary science theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HANSEN, Alvin H. (1936). "The Theory of Economic Development" - Review. *The Journal of Political Economy*. Vol. 44, n. 4, pp. 560-563.

- HARBELER, Gottfried. (1950). "Joseph Alois Schumpeter, 1883-1950" *Quarterly Journal of Economics*, vol. 64, Aug. 1950, pp.333-72. Reproduzido em J.C. WOOD, ed. *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. London, Routledge, 1997.
- HABERLER, G.. (1951). "Schumpeter's Theory of Interest. *The Review of Economic and Statistics*, Vol. 33, No. 2, May, pp. 122-128.
- HARRIS, Seymour E. (1951). (ed.) *Schumpeter: Social Scientist*. Harvard University Press, primeira edição.
- HARVEY, David. (1999). *Limits to Capital*. Londres:Verso.
- HENRI-SIMON, Bloch. (1940). "Carl Menger: The Founder of the Austrian School" *Journal of Political Economy*, June, pp. 428–433.
- HICKS, John. (1937). "Mr. Keynes and the 'Classics.' "; *Econometrica* 5, April, pp. 147-59.
- HOWEY, R.S. (1935). "The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle." - Review. *The American Economic Review*. Vol 25, no. 1 March, pp. 90-91.
- JOHNSTON, William M. (1972). *The Austrian Mind: An Intellectual and Social History 1848-1938*. Berkeley, Los Angeles & London:University of California Press.
- JOLLEY, N. (1990). *The light of the soul: theories of ideas in Leibniz, Malebranche and Descartes*. Oxford: Clarendon Press.
- KENNEDY, G.A. (1980). *Classical Rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- KEYNES, John Maynard. (1930/1958). *Treatise on Money*. London:Macmillan.
- KEYNES, J.M.. (1935) *The general theory of employment, interest and money*. New York : Harcourt, Brace.
- KLAMER, Arjo. (1983/1988) *Conversas com Economistas*. São Paulo: EDUSP/Pioneira. (Ed. original em inglês de 1983)
- KLAMER, A. (1988) "Negotiating a New Conversation about Economics" *in: Klammer, McCloskey e Solow 1988*, pp. 265-279.
- KLAMER, A., McCLOSKEY, D. e SOLOW, R. (eds.) (1988). *The Consequences of Economic Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KUZNETS, Simon (1940), "Schumpeter's Business Cycles," *The American Economic Review*, Vol.30, pp.257-271.
- LAMONT, Thomas; MASON, Edward S. (1982). "The Harvard Department from the Beginning to World War II". *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 97, n.o. 3, August, pp. 383-433.
- LEONTIEF, Wassily. (1950). "Joseph A. Schumpeter" *Econometrica*, vol. 18. N.o. 2, April, pp.103-110.
- MacDONALD, Ronan. (1965). "Schumpeter and Max Weber – Central Visions and Social Theories". *The Quarterly Journal of Economics*, August, pp. 373-396.

- MACHLUP, Fritz. (1951) "Schumpeter's Economic Methodology." *Review of Economics and Statistics*, 33, pp. 145-151. Rpt. in Harris (1951), pp. 85-101.
- MÄKI, U. (1988a). "How to combine rhetoric and realism in the methodology of economics". *Economics and Philosophy*, vol. 4, pp. 89–109.
- MÄKI, U. (1988b). "Realism, Economics and Rhetoric: a rejoinder to McCloskey", *Economics and Philosophy*, vol. 4, pp.167 – 169.
- MÄKI, U. (1993). "Two Philosophies of The Rhetoric of Economics" in: Backhouse, R.; Dudley-Evans, T; e Henderson, W. (eds.), *Economics & Language*, New York: Routledge, pp. 23-50.
- MARGET, Arthur W. (1951) "The Monetary Aspects of the Schumpeterian System". *The Review of Economic and Statistics*. Vol. 33, May, n.o.2.
- MARX, Karl. (1848/1967). *Manifesto Comunista..* Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, K. (1894/1996). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MAYER, Hans. (1994). "Imputation" in Israel M. Kirsner ed. *Classics in Austrian Economics*; London, William Pickering, vol. 2.
- McCLOSKEY, D.N. (1983). "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, vol.21 (2), pp.481-517.
- McCLOSKEY, D.N. (1984). "Reply to Caldwell and Coats", *Journal of Economic Literature*, vol. 22 (2), pp. 579-580.
- McCLOSKEY, D.N. (1985). *The Rhetoric of Economics*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- McCLOSKEY, D.N. (1988a). "The Consequences of Rhetoric" in: Klamer, McCloskey e Solow 1988, pp. 280-292.
- McCLOSKEY, D.N. (1988b). "Two Replies and a Dialogue on the Rhetoric of Economics: Maki, Rappaport, and Rosenberg". *Economics and Philosophy*, vol. 4, 1988b ,150-166.
- McCLOSKEY, D.N. (1988c). "Thick and Thin Methodologies in the History of Economic Thought" in: de Marchi, N. (ed.) *The Popperian Legacy in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.245-258.
- McCREA, R. C. (1913), "Schumpeter's Economic System". *The Quarterly Journal of Economics*, vol.27, n. 3, pp. 520-529.
- MIROWSKI, Phillip (1988). "Shall I Compare Thee to a Minkowski-Ricardo-Leontief-Metzler Matrix of the Mosak – Hicks type?" in: Klamer, McCloskey e Solow (1988), pp 117-145.
- MIROWSKI, P. (1984). "Physics and the Marginalist Revolution" *Cambridge Journal of Economics* 8:361 – 79.
- MISES, Ludwig von. (1978). *Erinnerungen von Ludwig von Mises*. Stuttgart: Gustav Fisher Verlag. (*Notes and Recollections*. Hans F. Sennholz, trans. South Holland, III: Libertarian Press, 1978).



- MORGENSTERN, Oscar. (1927). "Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung: Eine Untersuchung über Unternehmergeinn, Kapital, Kredit, Zins, und den Konjunkturzyklus" - Review. *The American Economic Review*, v. 17, n.2, pp. 281-282.
- MORRIS, C.W. (1976). *Fundamentos da teoria dos signos*. São Paulo: Livraria Eldorado Tijuca/Edusp.
- NAYMIER, L.B. (1913). "Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung" - Review. *The Economic Journal*, vol.23, n.89, pp. 105-106.
- OAKLEY, Allen. (1997). *The Foundations of Austrian Economics: From Menger to Mises*. Cheltenham:Elgar.
- PAULANI, L.M. (2005). *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo.
- PERELMAN, C. (1979). "La philosophie du pluralisme et la Nouvelle Rhétorique". *Revue Internationale de Philosophie*, n.º 127-128, pp. 5-17.
- PERELMAN, Chaim;OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. (1958/2002). *Teoria da Argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERROUX, François M. (1935). "La pensée économique de Joseph Schumpeter", prefácio à edição francesa de Teoria do Desenvolvimento Econômico.
- POPPER, Karl (1934/1968). *The logic of Scientific Discoveries*. Nova York: Harper.
- PRADO, Eleutério F.S. (2003). "A questão da resolução de controvérsias em economia". in: Gala e Rego 2003, pp. 77-118.
- PRADO JR, Bento. e CASS, M.J.R. (1996) "A retórica na economia segundo McCloskey" in: Rego 1996, pp.115-128.
- REBOUL, Olivier. (2000). *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução de Ivone Castilho Benedetti).
- REGO, José M. (org.) (1996). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34.
- REGO, J. M. (1996). "Retórica na Economia – Idéias no Lugar". in: Rego 1996, pp. 129-142.
- RICHARD, I.A. (1936). *Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press.
- ROBINSON, Joan (1951). "Capitalism, Socialism and Democracy". *The Economic Journal*, Vol. 61, N. 241, pp. 141-142.
- RORTY, Richard (1979/1994). *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. (Tradução de Antônio Trânsito).
- RORTY, R. (1982). *Consequences of Pragmatism*. (Essays: 1972-1980) Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SALVIANO JR., Cleofas (1993). *O Discurso Cepalino: ensaio de análise retórica*. São Paulo: IPE-USP. (Dissertação de Mestrado).
- SAMUELSON, Paul A. (1951). "Schumpeter as a Teacher and economic Theorist" in *Schumpeter: Social Scientist*, ed. Seymour E.H. Harvard University Press.

- SANTOS, Raul Cristóvão dos. (1997) "A construção do objeto teórico da economia política", Curitiba, v. 23, n. 21, p. 155-182.
- SCHORSKE, Carl E. (1961). *Viena fin-de-Siècle: Política e Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Companhia das Letras, 1988. Traduzido por Denise Bottmann.
- SCHNEIDER, Erich. (1951). "Schumpeter's Early German Work, 1906-17". In S.E.Harris, ed. 1951, pp. 54-58.
- SHIONOYA, Yuichi. (1990) "Instrumentalism in Schumpeter's Economic Methodology" in *History of Political Economy*, 22:2, pp. 187-221.
- SHIONOYA, Y.. (1997). *Schumpeter and the idea of social science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHIONOYA, Y. (ed.) (2001). *The German Historical School: The Historical and Ethical Approach to Economics*. London etc.: Routledge.
- SILVA, Marcos Fernandes G. (1993). *Schumpeter e a epistemologia da economia*. Tese de Doutorado.
- SILVA, Marcos F.G.. (2002) "A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter". *Revista de Economia Política*, vol. 22, janeiro-março, n.º 1(85).
- SKINNER, Quentin. (1969). "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and Theory*, 8 (1): 3-53.
- SMITH, R. (1995). "Logic". in: Barnes, J. *The Cambridge Companion to Aristotle*. Nova York: Cambridge University Press, 1995, pp. 27-65.
- SMELSER, Neil; Swedberg, Richard. (1994). "The Sociological Perspective on the Economy" In Smelser & Swedberg (eds.) *A Handbook of New Economic Sociology*, Princeton, pp.3-26. Disponível em [www.nnv.at](http://www.nnv.at) Acesso em 15/07/2005.
- SPIETHOFF, Arthur. (1949). "Joseph Schumpeter: In Memoriam". *Kyklos* 3.4, pp.289-93
- STREISSLER, Erich W. (1981). "Schumpeter's Vienna and the Role of Credit in Innovation". In Helmut Frisch, ed., 1982.
- STREISSLER, E.W. (1990). "The influence of German Economics on the Work of Menger and Marshall." In *Carl Menger and his Legacy in Economics*, ed. Bruce Caldwell, 31-68. Durham, N.C.: Duke University Press.
- SWEDBERG, Richard. (1991). *The economics and sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- SWEDBERG, R.. (1992). "Schumpeter's Early Work". *Journal of Evolutionary Economics*, 2 (1), pp. 62-82.
- SWEDBERG, R. (1998) *Max Weber and the Idea of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- SWEDBERG, R. (1999) "Max Weber as an Economist and as a Sociologist: Towards a Fuller Understanding of Weber's View of Economics - Critical Essay". *American Journal of Economics and Sociology* .

WEBER, Max. (1898/1990). *Grundriss zu den Vorlesungen über Allgemeine* ("theoretische") Nationalökonomie (1898). Tübingen: J.C.B. Mohr. Título traduzido por Swedberg como "Outline of Lectures in General ('Theoretical') Economics".

WEBER, M. (1905/1983) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo : Pioneira, 1983.

WEBER, M. (1975) "Marginal Utility Theory and the Fundamental Law of Psychophysics," *Social Science Quarterly*, 56:21-36.

WEBER, M.. (1914) *Grundriss der Sozialökonomik*. Tuebingen: J.C.B Mohr.

WICKER, George Ray. (1911) "Review of Schumpeter's Nature and Essence of Theoretical Economics" *American Economic Review*

WIESER, Friedrich von. (1907/1929). "Arma virumque cano," in Wieser (1929), pp. 335-345.

WIESER, F. von (1929). *Gesammelte Abhandlungen, Herausgegeben von F. A. v. Hayek*, Tübingen: Mohr

ZYSKIND, H. (1979). "The New Rhetoric and Formalism". *Revue Internationale de Philosophie*, n.º 127-128, 1979, pp.18-32.